



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA

ANA PAULA GIAVARA

**DA HISTÓRIA ACADÊMICA À HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR:
O DEBATE SOBRE O ENSINO NOS ENCONTROS DA
ANPUH-SP (1990-2016)**

MARÍLIA
2018

ANA PAULA GIAVARA

**DA HISTÓRIA ACADÊMICA À HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR:
O DEBATE SOBRE O ENSINO NOS ENCONTROS DA
ANPUH-SP (1990-2016)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília-SP – UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iraíde Marques de Freitas Barreiro.

MARÍLIA

2018

Giavara, Ana Paula.
G436d Da história acadêmica à história como disciplina escolar : o
debate sobre o ensino nos Encontros da ANPUH-SP (1990-2016) /
Ana Paula Giavara. – Marília, 2018.
309 f. ; 30 cm.

Orientadora: Iraíde Marques de Freitas Barreiro.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.
Bibliografia: f. 147-159.

1. Associação Nacional de História (Brasil). Núcleo Regional de
São Paulo. 2. História – Estudo e ensino. 3. Educação e Estado. 4.
São Paulo Faz Escola. I. Título.

CDD 907

ANA PAULA GIAVARA

DA HISTÓRIA ACADÊMICA À HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR:
O DEBATE SOBRE O ENSINO NOS ENCONTROS DA ANPUH-SP (1990-
2016)

Tese para obtenção do título de Doutora em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iraíde Marques de Freitas Barreiro
Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP-Marília

Prof^a. Dr^a. Helenice Ciampi
Pontifícia Universidade Católica PUC-SP

Prof^a. Dr^a. Tânia Regina de Luca
Faculdade de Ciências e Letras UNESP-Assis

Prof^a. Dr^a. Raimunda Abou Gebran
Universidade do Oeste Paulista UNOESTE-Presidente Prudente

Prof. Dr. Júlio César Torres
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas UNESP-São José do Rio
Preto

Ao pequeno Davi e ao meu amor, Glauco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Prof^a. Dr^a. Iraíde Marques de Freitas Barreiro, orientadora desta tese, pelo direcionamento seguro da tarefa investigativa, pelo apoio constante e pela forma como, sempre ao meu lado, indicou leituras, propôs ajustes, apontou caminhos, mas também permitiu que o trabalho pudesse ser desenvolvido por mim de maneira autônoma.

Agradeço, especialmente, aos professores que compuseram as mesas do exame de qualificação e defesa desta tese e contribuíram para o seu enriquecimento: Prof. Dr. Júlio César Torres pelo incentivo e pela contribuição imensurável que me fez repensar a investigação e a escrita final do trabalho e Prof^a. Dr^a. Helenice Ciampi pelo auxílio reflexivo e pela generosidade de compartilhar documentos que apresentaram a trajetória da ANPUH-SP, trazendo historicidade para a investigação.

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Raimunda Abou Gebran e Tânia Regina de Luca agradeço pela prontidão em participar da banca defesa e contribuir para valorização do presente trabalho, a partir de seus conhecimentos nos assuntos de interesse.

Às amigas Érica Castelani agradeço pela generosa acolhida em Marília, Muriel Buck Muniz pela recepção na cidade de São Paulo durante a fase de coletas das fontes e Ana Leny Caetano pela disposição em ajudar sempre que foi necessário. À minha mãe, Maria José Vieira Giavara, agradeço pelo seu exemplo de luta diante das adversidades que a vida nos impõe.

Enfim, ao Glauco Costa de Souza, por assumir comigo esse doutorado, sendo, em muitas ocasiões um leitor atento e um questionador de minhas reflexões e um excelente pai nas minhas horas de ausência. Ao meu filho Davi, pela riqueza da experiência da maternidade e pelo aprendizado constante.

Por último, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo auxílio financeiro recebido, sem o qual eu não poderia ter dedicado tempo necessário à investigação.

*O Núcleo de São Paulo posicionou-se com firmeza e com a clareza que só existe quando decorre da real e ampla participação dos associados no processo, por vezes difícil, do confronto transparente de ideias e posições, em longas jornadas de trabalho, que reuniram docentes dos departamentos de História e das áreas de ensino de Faculdade de Educação das universidades públicas e algumas instituições privadas do Estado [...]. A disposição para participar ativamente do processo de implantação das reformas não foi suficiente, entretanto, para assegurar ganhos efetivos (Sylvia Bassetto, diretora da ANPUH-SP. Editorial – *Boletim do Historiador*. ano 11. s/n, 2002).*

GIAVARA, Ana Paula. *Da história acadêmica à história como disciplina escolar: o debate sobre o ensino nos Encontros da ANPUH-SP (1990-2016)*. 309 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

RESUMO

Em um tempo de incessante desenvolvimento tecnológico, de imediatismo e de mídias massificantes, a História como disciplina escolar empenha-se em fazer com que as novas gerações não se esqueçam da trajetória humana e do conhecimento acumulado ao longo tempo. Contudo, a política curricular *São Paulo faz escola*, conduzida pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEE-SP, a partir de 2008, parece não estar afinada com este desígnio, pois, ao buscar a melhoria do desempenho dos alunos em sistemas de avaliações externas, supervalorizou as competências leitora e escritora nos currículos, o que resultou em prejuízos para os demais campos disciplinares como a História. Frente a esse problema e orientada pela convicção de que existem relações inerentes à História acadêmica e à História como disciplina escolar, esta investigação objetiva compreender o posicionamento da Associação Nacional de História – ANPUH, representada pela ação de seus membros nos Encontros Estaduais do Núcleo Regional paulista, ante a reforma curricular para a disciplina de História *São Paulo faz escola*, entre os anos de 2008 a 2016. A partir da necessidade de subsidiar historicamente esta pesquisa e apreender a identidade da ANPUH-SP, houve a ampliação do recorte temporal para o ano 1990, de forma que os *Cadernos de Resumo* e *Anais dos Encontros Estaduais* de quatorze reuniões bianuais foram analisados. Também fez parte dessa ampliação documental o *Boletim do Historiador*, publicação periódica da ANPUH-SP, editada entre os anos de 1991 a 2002. O “estado da arte” (FERREIRA, 2002) foi empregado como recurso metodológico para análises quantitativas e qualitativas das fontes, com vistas ao mapeamento da produção acadêmica da ANPUH-SP sobre o ensino de História ao longo da temporalidade escolhida. Também se constitui como método investigativo a “abordagem do ciclo de políticas” (MAINARDES, 2006), recurso para análise de políticas educacionais que evidenciou a inexpressividade do discurso anpuhano nos espaços decisórios que concebem as diretrizes educativas. Tal fato não diminuiu o impacto das ações da ANPUH-SP na prática profissional, decorrente de processos de ressignificação das políticas instituídas conduzidos pela ampla participação de professores de História da educação básica em seus espaços de discussão, como Encontros, Grupos de Trabalho – GTs e Oficinas.

PALAVRAS-CHAVE: Associação Nacional de História – ANPUH; Ensino de História; Políticas Educacionais; São Paulo Faz Escola; Ciclo de Políticas.

GIAVARA, Ana Paula. From academic history to history as a school subject: the debate about teaching in the ANPUH-SP meetings (1990-2016). 309 sht. Thesis (Doctorate in Education) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

ABSTRACT

In a time of unceasing technological development, of immediacy and massifying media, History as a school discipline tempts to make the new generations do not forget the human path and knowledge accumulated over time. However, the curricular policy *São Paulo faz Escola*, conducted by the Secretaria de Estado da Educação de São Paulo - SEE-SP, since 2008, seems not to be in tune with this purpose, because, in seeking to improve students' performance in foreign evaluations systems, overestimated the reading and writing skills in the curricula, which resulted in damage to other disciplinary fields such as History. Faced with this problem and guided by the conviction that there are inherent relationships to academic history and history as a school subject, this research aims to understand the position of the Associação Nacional de História - ANPUH, represented by the action of its members in the meetings of the São Paulo regional nucleus, before the *São Paulo faz Escola* curricular reform for History field, between 2008 and 2016. In need to historically base this research and apprehend the identity of ANPUH-SP, the considered time was enlarged back to 1990, so that summary and annals of state meetings of fourteen biannual reunions were analyzed. Also as a part of this documentary expansion, it was considered the *Boletim do Historiador*, a periodical publication of ANPUH-SP, published between 1991 and 2002. The concept "state-of-the-art" (FERREIRA, 2002) was useful as a methodological resource for quantitative and qualitative sources, in order to map the academic production of ANPUH-SP about the teaching of History throughout the chosen temporality. Yet, also as an investigative method, the "policy cycle approach" (MAINARDES, 2006) is a resource for the analysis of educational policies that evidenced the inexpressiveness of the ANPUH's discourse in the decision-making spaces that conceive the educational guidelines. This fact did not diminish the impact of ANPUH-SP's actions in professional practice, due to the processes of re-signification of the instituted policies led by the broad participation of History teachers of basic education in their spaces of discussion, such as Meetings, Working Groups and Workshops.

KEYWORDS: Associação Nacional de História – ANPUH; History teaching; São Paulo faz Escola; Policy cycle.

RELAÇÃO DE QUADROS

Quadro 01	Números Totais e o Ensino de História nos Encontros da ANPUH-SP (1990 a 2016)	31
Quadro 02	As Políticas Educacionais nos Encontros da ANPUH (1990-2016)	32
Quadro 03	Temas e Locais dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP (1990 a 2016)	33
Quadro 04	O ensino de História em Painéis/Pôsteres	35
Quadro 05	Total de Seções e Trabalhos nos Encontros da ANPUH-SP (2002 e 2004)	36
Quadro 06	Periodicidade do <i>Boletim do Historiador</i> (ANPUH-SP)	40
Quadro 07	Periodicidade do <i>Boletim da ANPUH</i> (ANPUH-Nacional)	40
Quadro 08	Editoriais do <i>Boletim Historiador</i> (1994-2002)	47
Quadro 09	Coluna “Ensino” do <i>Boletim do Historiador</i> (1994-1995)	49
Quadro 10	Coluna “Debates” do <i>Boletim do Historiador</i> (1996-1999)	49
Quadro 11	O ensino de História na <i>Revista Brasileira de História</i> (1981-1990)	73
Quadro 12	Repercussão das reformas educacionais dos anos 1990 nos Encontros da ANPUH-SP (1998-2004)	107
Quadro 13	Seminário Temático – ST 01 “Ensino de História: memórias, histórias e saberes” (2008)	127
Quadro 14	Seminários Temáticos sobre ensino de História no XXII Encontro da ANPUH-SP (2014)	134
Quadro 15	Cartas Abertas da ANPUH-SP (2015-2018)	143

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 01	Página inicial do endereço eletrônico da ANPUH-SP. 2016.	27
Figura 02	Capas dos Cadernos de Resumos dos Encontros da ANPUH-SP. 2014 e 2008.	29
Figura 03	Capa do 1º Exemplar do <i>Boletim do Historiador</i> . 1991.	42
Figura 04	Capa do 1º Exemplar do <i>Boletim Informativo</i> . 1962.	52
Figura 05	Capa do <i>Jornal do Aluno São Paulo faz escola</i> . Edição Especial da Proposta Curricular. 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. 2008.	116
Figura 06	Capa da <i>Revista São Paulo Faz Escola</i> . Edição Especial da Proposta Curricular. Disciplinas de Geografia, História e Filosofia. 2008.	117
Figura 07	Capa da Proposta Curricular e do Currículo de Ciências Humanas do Estado de São Paulo. 2008 e 2010.	119

RELAÇÃO DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
APUH	Associação dos Professores Universitários de História
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPH	Centro de Apoio à Pesquisa em História
CC	Comunicações Coordenadas
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CI	Comunicações Individuais
CL	Comunicações Livres
CNP/q	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMC	Educação Moral e Cívica
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FDE	Fundo de Desenvolvimento Educacional
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GP	Grupo de Pesquisa
GT	Grupo de Trabalho
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
MR	Mesa Redonda
NRSP	Núcleo Regional de São Paulo
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SC	Sessão Coordenada

SEE-SP	Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
ST	Seminário Temático
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 - Trajetória investigativa da ANPUH-SP: métodos e materiais	24
1.1 Os Encontros Estaduais da Associação: um ponto de partida	26
1.2 O <i>Boletim do Historiador</i> : da informação ao engajamento	38
1.3 O Arquivo do Professor Eurípedes Simões de Paula: o passado mais distante	50
Capítulo 2 - A História da ANPUH-SP: o ensino no centro do debate	53
2.1 Cultura política e cultura histórica: um aprofundamento reflexivo	55
2.2 Da História acadêmica à História como disciplina escolar	60
2.2.1 O I Simpósio de Marília e o debate sobre a Reforma Universitária de 1968	61
2.2.2 Ampliação do debate: a participação de professores dos 1º e 2º graus e a questão dos “Estudos Sociais”	69
2.3 O Núcleo Regional Paulista: dos Encontros Estaduais ao Grupo “Pesquisa em Ensino”	76
Capítulo 3 – O local e o global: as políticas educacionais no contexto da crise do Estado contemporâneo	85
3.1 O Estado contemporâneo: do <i>welfare state</i> ao neoliberalismo	87
3.2 A contribuição da “abordagem do ciclo de políticas”	96

Capítulo 4 - São Paulo faz escola: antecedentes e impactos no debate anpuhano	102
4.1 As políticas educacionais dos anos 1990: primórdios da atual reforma	103
4.2 São Paulo faz escola: antecedentes	113
4.3 A repercussão da reforma curricular São Paulo faz escola nos Encontros da ANPUH-SP	123
Considerações Finais	138
Referências Bibliográficas	147
Anexos	
Anexo 1 A Trajetória do ensino de História no Brasil	160
Anexo 2 Inventários dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP	163
X Encontro Movimentos Sociais (UNESP-Franca, 1990)	164
XI Encontro América 92: raízes e trajetórias (USP-São Paulo, 1992)	167
XII Encontro Cultura, Memória e Poder (UNICAMP-Campinas, 1994)	171
XIII Encontro São Paulo: percursos históricos e historiográficos (UNESP-Assis, 1996)	175
XIV Encontro Sujeito na história: práticas e representações (PUC-São Paulo, 1998)	181
XV Encontro História no Ano 2000: Perspectivas (USP-São Paulo, 2000)	191
XVI Encontro Poderes e Representações (UNESP-Franca, 2002)	199
XVII Encontro O Lugar da História (UNICAMP-Campinas, 2004)	206
XVIII Encontro O Historiador e seu Tempo (UNESP-Assis, 2006)	220

XIX Encontro	Poder, violência e exclusão (USP-São Paulo, 2008)	230
XX Encontro	História e Liberdade (UNESP-Franca, 2010)	246
XXI Encontro	Trabalho, cultura e memória (UNICAMP-Campinas, 2012)	258
XXII Encontro	História: da produção ao espaço público (UNISANTOS-Santos, 2014)	275
XXIII Encontro	História: por que e para quem? (UNESP-Assis, 2016)	293

Introdução

Novelas históricas, biografias de divulgação, biografias romanceadas, testemunhos, documentários e filmes, livros que se apresentam como se fossem de história e não o são, livros jornalísticos que abordam o presente, mas muitas vezes, relatam o passado; enfim, um conjunto de títulos que se sucedem e estão nas listas dos mais vendidos e mais vistos. A história domina as livrarias dos *shoppings* e as redes de livrarias [...] O passado está na moda. (SARLO, 2005, p. 148)

Em um tempo de incessante desenvolvimento tecnológico, de imediatismo e de mídias massificantes, ganham força os investimentos em memória. Proliferam-se relações intrínsecas e contraditórias entre a aceleração do tempo e a vocação memorialista. Trata-se de uma “cultura da velocidade e da nostalgia” que imprime suas marcas, propondo tarefas de “patrimonialização” e “musealização” do passado, inscritas como políticas de Estado ou por via dos meios de comunicação. (SARLO, 2005)

Nessa era tecnológica e digital, a mais recente novidade é rapidamente ultrapassada por uma ainda mais recente e, com a mesma velocidade, o presente torna-se passado, momento definido por Hartog (2003, p. 13) como o “[...] da tirania do instante e do atropelo de um presente perpétuo” que tem dificuldade em olhar para trás. A História, como um campo de conhecimento, empenha-se em fazer com que as novas gerações não se esqueçam da trajetória humana e do conhecimento acumulado ao longo do tempo e saibam

observar de modo crítico o passado regulado, muitas vezes, pelo espetáculo, pelo senso comum e pelo consumismo.

Contudo, a proposição de políticas desempenhada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEE-SP parece não estar afinada com o impedimento de uma possível “amnésia social” (BITTENCOURT, 1998). A partir da implementação da reforma curricular *São Paulo faz escola* em 2008, houve uma supervalorização das competências leitora e escritora nos currículos, o que resultou em prejuízos para os demais campos disciplinares, como a História. Em um sentido mais amplo, essas iniciativas visavam à melhoria do desempenho dos alunos nos sistemas de avaliações externas, cujas matrizes detêm-se, fundamentalmente, em conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática (CIAMPI et al., 2009).

A reforma curricular paulista foi efetuada pela distribuição de currículos padronizados e de materiais didáticos apostilados para todas as disciplinas do ensino fundamental – ciclo II e ensino médio estaduais. Para a disciplina de História, a política *São Paulo faz escola* foi concretizada por dois documentos: a *Proposta Curricular de História* (SÃO PAULO, 2008), publicada pela SEE-SP em 2008 e o *Currículo de História do Estado de São Paulo* (SÃO PAULO, 2010), publicado em 2010, apresentado pela Secretaria como uma reformulação do primeiro documento feita a partir das experiências de trabalho dos professores e vigente nas escolas estaduais até a atualidade.

A par das discussões sobre os diferentes níveis de currículo, essas matrizes, divulgadas concomitantemente à distribuição de materiais didáticos (*Cadernos do Professor* e *Cadernos do Aluno*), são compreendidas como currículo prescrito, o qual, conforme Forquin (1993) e Goodson (1995), pode não representar o que realmente é trabalhado pelos professores no cotidiano escolar.

Em outra situação, amparada pelas Resoluções nº 81, de 16/12/2011 e nº 2, de 18/01/2013, a SEE-SP retirou o ensino de História (além de Geografia e Ciências Físicas e Biológicas) da matriz curricular dos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental – ciclo I, reduzindo a presença da disciplina a 5% da carga horária nos 4º e 5º anos. Desse modo, restaram para as crianças entre 6 e 10 anos de idade apenas 100 horas de estudo históricos em uma carga total de

5.000 horas, o que representou uma perda para o desenvolvimento de competências e habilidades próprias da disciplina.

Frente a esses deméritos e supressões pelos quais passam os conhecimentos históricos nos currículos da educação básica e a algumas indagações remanescentes da dissertação de mestrado (GIAVARA, 2012), a presente investigação objetiva compreender o posicionamento da Associação Nacional de História – ANPUH, representada pela ação de seus membros nos Encontros Estaduais do Núcleo Regional paulista, realizados bianualmente, ante a reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História, entre os anos de 2008 a 2016. A determinação dessa temporalidade justifica-se pela adjacência em relação à reforma curricular paulista, sendo que a reunião de 2016 foi a última realizada pela ANPUH-SP até a publicação deste trabalho.

Os primeiros passos deste percurso investigativo remontam ao ano de 2008, momento em que esta pesquisadora vivenciou, como professora de História da educação básica, a implementação dos novos currículos e materiais didáticos pela SEE-SP. A partir de então, houve o desejo de compreender como se processou a reforma curricular *São Paulo faz escola*, sobretudo, pela recepção conflituosa que ela logrou no cenário educacional. Os questionamentos e críticas foram provenientes dos sujeitos educacionais, responsáveis pela execução da política governamental e dos intelectuais ligados ao ensino da disciplina.

A dissertação *Entre o discurso e prática: a implementação do currículo de História para o ensino médio no programa educacional São Paulo faz escola* (GIAVARA, 2012), elaborada mediante um estudo de caso circunscrito a duas escolas estaduais do município de Assis-SP, buscou compreender a maneira como os professores e os gestores foram subsidiados para trabalhar com os currículos e seus apostilados. Foi verificado como e em que medida as orientações da SEE-SP foram postas em prática pelos docentes, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre o “currículo formal” e o “currículo real” (GOODSON, 1995).

O desejo investigativo, entretanto, não se esgotou naquela pesquisa, de forma que o estudo realizado no cotidiano escolar trouxe outras indagações. Para o doutorado, a busca por compreender a maneira como a reforma

curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História foi recepcionada pelos membros da ANPUH-SP em seus Encontros se constituiu como um objetivo.

A certeza de que existem relações inerentes à História como disciplina escolar e à História acadêmica orientou a investigação. Ambas possuem uma trajetória de formação comum, pois durante o processo de consolidação da História enquanto disciplina escolar na Europa do século XIX não existiu uma clara distinção entre os saberes acadêmicos e disciplinares, sendo difícil estabelecer diferenciações entre as especificidades de um ou de outro campo (LAVILLE, 1999; TÉTART, 2000).

O mesmo ocorreu no Brasil, pois os historiadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB eram também professores do Colégio Pedro II. Criado em 1838, o Instituto teve como missão “[...] construir a genealogia nacional, no sentido de dar identidade à nação brasileira”. Os chamados “professores-historiadores” representavam “[...] as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização” (ABUD, 1998, p. 30).

Entretanto, a concepção de disciplina escolar como vulgarização ou facilitação dos saberes acadêmicos de referência não é aceita. Por outro lado, a disciplina de História é uma criação própria da instituição de ensino, o que supera a ideia de transposição didática de Chevallard (1991). Autores como Chervel (1991), Forquin (1993), Julia (2001) e Viñao (2006) apresentam a “cultura escolar” como meio pelo qual os saberes são edificados entre docentes e alunos, de maneira singular em cada realidade institucional específica. Essa compreensão também pode incluir a existência de diálogos entre acadêmicos, professores e formuladores de políticas curriculares.

A opção por compreender o discurso dos membros da ANPUH-SP como representante do pensamento acadêmico é justificado pelo posicionamento da entidade durante o processo de redemocratização política nacional, entre fins da década de 1970 e início dos anos 1980. Nesse contexto, as críticas dos membros da Associação eram direcionadas à necessidade de supressão dos Estudos Sociais¹, de forma que disciplinas História e Geografia voltassem a ter

¹ Ver Anexo 01.

autonomia nos currículos dos 1º e 2º graus. Também eram almejados contornos mais democráticos para a disciplina escolar, com ênfase no protagonismo do aluno e do professor (CORDEIRO, 2000).

Ao longo de sua trajetória, a ANPUH nacional e seus Núcleos Regionais consagraram-se como espaços de renovação do pensamento histórico, sobretudo, pela disposição em ampliar as discussões sobre temas relevantes ao profissional de História. O desejo de fomento e proteção ao ensino é um dos pilares da atual entidade e, por essa razão, encontra-se expresso no *Estatuto* de 1993:

A ANPUH tem por objetivo a proteção, o aperfeiçoamento, o fomento, o estímulo e o desenvolvimento do ensino de História em seus diversos níveis, da pesquisa histórica e das demais atividades relacionadas ao ofício do historiador. Parágrafo primeiro - No cumprimento de seus objetivos, a ANPUH poderá por si ou em cooperação com terceiros: (a) Desenvolver o estudo, a pesquisa e a divulgação do conhecimento histórico; (b) Promover a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos; (c) Promover a defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de História; (d) Representar a comunidade dos profissionais de História perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas; (e) Promover o intercâmbio de idéias entre seus associados por meio de reuniões periódicas e publicações, procurando também irradiar suas atividades por meio de suas Seções Estaduais; (f) Editar e publicar a Revista Brasileira de História e a revista História Hoje, bem como quaisquer outras publicações compatíveis com o objetivo da Associação².

Cumprindo esses desígnios, em muitas situações, a ANPUH posicionou-se como uma entidade engajada com as questões pertinentes ao ensino de História. Por meio do intercâmbio de ideias entre seus membros, diferentes políticas educacionais foram discutidas ao longo de quase seis décadas de sua existência. Da mesma maneira, a reforma curricular *São Paulo faz escola* foi referenciada nos debates bianuais da entidade, de forma que essa repercussão emergiu como objeto na presente análise.

Cabe salientar que a pesquisa ora apresentada é inédita. Apesar da multiplicidade de trabalhos dedicados ao estudo do *São Paulo faz escola*,

² Disponível em: <http://anpuh.org/estatuto>. Acesso em 20 mai. 2018.

alguns referentes às especificidades disciplinares da História, não houve preocupação em compreender a repercussão dessa política curricular no debate “anpuhano”³.

Da mesma maneira, a ANPUH e seus Núcleos foram pouco explorados em trabalhos de natureza científica, exceto pelo texto de José Roberto do Amaral Lapa, *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*, publicado em 1976, e pelo artigo da *Revista Brasileira de História*, intitulado *A associação nacional dos professores universitários de História* e publicado em 1981. Entretanto, em função da distância temporal que se coloca entre essas publicações e o presente objeto, elas se consolidaram como fontes históricas de investigação.

Tendo como objetivo compreender a repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História nas discussões anpuhanas, emergiram como fontes de informação os *Cadernos de Resumo e Anais dos Encontros Estaduais*, realizados bianualmente entre os anos de 2008 a 2016. No entanto, a necessidade de subsidiar historicamente este trabalho promoveu a ampliação do recorte temporal e das fontes coletadas, de forma que a análise da documentação dos Encontros teve sua temporalidade ampliada para o ano de 1990, totalizando quatorze reuniões.

Também fez parte desse alargamento do *corpus* documental o *Boletim do Historiador*, periódico informativo da ANPUH-SP, editado entre 1991 e 2002. Essas publicações evidenciaram o posicionamento da entidade ao longo da década de 1990, sobretudo, pela natureza política que foram adquirindo ao longo dos anos. Abranger esse passado foi importante para compreender a identidade da Associação paulista, o que amparou a análise de suas ações mais recentes.

Ao buscar recuperar historicamente a criação e fortalecimento da ANPUH e de seus Núcleos entre os anos 1960 e 1970, a investigação foi direcionada ao arquivo pessoal do professor Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), catedrático da Universidade de São Paulo – USP e membro fundador do Núcleo Regional de São Paulo – NRSP em 1961. Entre recortes

³ Esse conceito foi primeiramente utilizado por Canabrava (1981) em análise à trajetória da ANPUH.

de jornal e correspondências pessoais, foi possível perceber como a Associação, inicialmente dirigida pelos interesses de professores universitários, passou a compreender também as demandas de docentes dos 1º e 2º graus de ensino.

Vale dizer que nesse acervo foi localizada a primeira edição do *Boletim Informativo* do NRSP. Com data de 1962, sua função era servir como um elo comunicativo entre os pares da ANPUH. Essa publicação teve importante papel na reconstrução da trajetória anpuhana, bem como alguns números de *Anais dos Simpósios Nacionais da Associação* e o já referenciado texto *A História em questão*, de 1976, em que Lapa apresentou a importância da entidade para a historiografia brasileira.

Tendo em vista apresentar o processo de seleção das fontes e de organização dos dados coletados, foi estruturado o capítulo 01 “Trajetória investigativa da ANPUH-SP: métodos e materiais”. Expôr a forma como a pesquisa foi concebida e, mais do que isso, como amadureceu e ganhou historicidade constitui-se como uma preocupação central. Da mesma forma, foi justificada a escolha pelo “estado da arte” como recurso metodológico.

Explicitados os caminhos investigativos, o capítulo 02 “A História da ANPUH-SP: o ensino no centro do debate” discutiu as bases teóricas da investigação por meio das análises de historiadores dedicados ao entendimento das concepções de história que acompanham as sociedades, os grupos e os indivíduos (HARTOG, 2003). Os conceitos de “cultura histórica” e “cultura política” (BERSTEIN, 2009) levaram à compreensão de que as ações dos membros da ANPUH-SP e dos formuladores da reforma curricular *São Paulo faz escola* não se desprendem da conjuntura em que estão inseridas.

Além disso, a prioridade foi recuperar a trajetória da criação e fortalecimento da ANPUH, entre as décadas de 1960 e 1990. Partindo da emergência da Associação Nacional em direção à atuação do Núcleo Regional de São Paulo – NRSP, foram destacadas as condições contextuais e internas que fizeram com que a História como disciplina escolar se tornasse o centro das discussões anpuhanas. Ganhou importância a atuação do Grupo “Pesquisa em Ensino”, atualmente do GT “Ensino de História e Educação”, pelo

estreitamento de laços com os professores da disciplina escolar, feito mediante cursos de capacitação docente.

O capítulo 03 “O local e o global: as políticas educacionais no contexto da crise do Estado contemporâneo” propiciou reflexões acerca da identidade do Estado contemporâneo. A partir das análises de Afonso (2000), Ball (2013) e Bauman e Bordoni (2016), foi observada a forma como as questões públicas e sociais são conduzidas, com destaque para as tomadas de decisão no âmbito educacional. A partir de modelos explicativos pluralistas e pós-estuturalistas, houve a compreensão de que a ação governamental nos espaços decisórios é conduzida por múltiplos organismos, grupos e sujeitos.

Para verificar a repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* nos Encontros da ANPUH-SP foram importantes as ideias trazidas por Mainardes (2006) e Manairdes e Gandin (2013) sobre a “abordagem do ciclo de políticas” proposta por Stephen Ball. Tomando-a como método investigativo ficou evidente que o “contexto de influência” em que a reforma curricular foi concebida sofreu interferências de demandas de instituições e grupos de diferentes esferas, com exigências locais, nacionais e globais.

Enfim, o capítulo 04 “São Paulo faz escola: antecedentes e impactos no debate anpuhano” aborda os antecedentes da reforma curricular *São Paulo faz escola*, partindo dos empreendimentos dos anos 1990 até o plano de metas e ações *São Paulo: uma nova agenda para a educação pública*, que, em 2007, precedeu a atual reforma. Feitas essas considerações, o centro da análise foi a recepção dos currículos de História da reforma em questão, incluindo seus materiais didáticos, entre os participantes dos Encontros da ANPUH-SP, nos anos de 2008 a 2014.

A volta ao passado promovida nesse capítulo justifica-se pela compreensão de que as atuais políticas educacionais paulistas, incluindo as curriculares para a História, são uma continuidade daquelas que se iniciaram com as reformas de corte neoliberal da última década do século XX. Da mesma maneira, um prosseguimento das limitações das forças da ANPUH como “política local” com poder limitado (BAUMAN, BORDONI, 2016) também foi averiguado.

Esse silenciamento não diminuiu, entretanto, o impacto das ações da ANPUH-SP entre os professores de História da educação básica. Ao chamá-los para seus Encontros, Seminários de Pesquisa e “Oficinas de Ensino de História”, a entidade paulista adentrou o cotidiano escolar. Mediante o estabelecimento de amplos debates, desempenha um importante papel de proteção e enriquecimento da História em seus três níveis de ensino.

Mais do que evidenciar o papel da ANPUH-SP como entidade que se propôs a refletir sobre as especificidades dos saberes históricos escolares, historicamente inferiorizados em relação aos acadêmicos, outro significado que justifica a realização deste estudo é a compreensão de que a História, como ciência que atua na formação do indivíduo, carrega em si o poder de transformação social e, por essa razão necessita de constantes ponderações. Por meio de seus saberes, há chance de ocorrer o processo de emancipação dos educandos, em direção a um posicionamento crítico e reflexivo não apenas em relação às questões passadas, mas, sobretudo, presentes.

Ao favorecer renovações para a disciplina, incluindo as questões didáticas, metodológicas e teóricas, o diálogo entre a História acadêmica e História como disciplina escolar precisa avançar em direção a uma maior legitimidade nos espaços em que são concebidas as políticas educativas. Somente assim, a “tirania do presente perpétuo” (HARTOG, 2003) e dos imperativos das mídias massificantes que priorizam o espetáculo, o senso comum e o consumo (SARLO, 2005) poderão deixar de comprometer a noção de historicidade das novas gerações, de forma que estas conseguirão alcançar a autonomia necessária para compreender e valorizar os conhecimentos acumulados pelo homem ao longo de sua existência, com vistas à edificação de um futuro mais igualitário.

Capítulo 01

Trajectoria investigativa da ANPUH-SP: métodos e materiais

Ao compreender os *Cadernos de Resumo e Anais dos Encontros Estaduais*, realizados entre os anos de 1990 a 2016 como fonte de informação, a escolha por um método para sistematização e análise dos dados foi prioritária, optando-se pelo recurso metodológico “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, cuja utilização tem-se destacado nos últimos anos como alternativa para pesquisas preocupadas em mapear e analisar a produção de grupos, periódicos e programas de pós-graduação. Ferreira (2002, p. 358) evidencia as vantagens desse tipo de metodologia:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A motivação dos pesquisadores que se dedicam ao “estado da arte” está diretamente relacionada à intenção de adquirir a totalidade das informações acerca de pesquisas e estudos que foram ou estão sendo desenvolvidos em determinada área do conhecimento, o que pode subsidiar análises quantitativas e qualitativas dos dados em diferentes campos.

As fontes utilizadas nesse tipo de investigação podem ser os catálogos impressos pelas faculdades, grupos, institutos, universidades, associações e órgãos. Em geral, esses documentos costumam conter o título da pesquisa, os nomes do pesquisador e orientador, além das instituições de origem e de fomento. Além disso, com o desenvolvimento da produção acadêmica e com a aceleração dos recursos tecnológicos, é comum que esse tipo de divulgação seja feita em CD-ROM ou em endereços eletrônicos.

Com a expansão do fomento à pesquisa científica no Brasil, cresceu também a necessidade dos catálogos possuírem informações mais completas, com objetivo de melhor subsidiar o possível leitor da produção. Os resumos tornaram-se mais abrangentes e passaram a conter, por exemplo, a problemática, os resultados da pesquisa, as opções teóricas e metodológicas, além das palavras-chave.

Quando se opta pela análise de resumos acadêmicos como fonte de informação em pesquisas de “estado da arte”, pressupõe-se certa padronização e homogeneidade em sua forma de organização, o que, entretanto, nem sempre é verdadeiro. Ferreira (2002, p. 264) apresenta as dificuldades que podem acometer o trabalho com tais fontes de informação:

[...] há grande heterogeneidade entre eles (os resumos) explicável não só pelas representações diferentes que cada autor do resumo tem deste gênero discursivo, mas também por diferenças resultantes do confronto dessas representações com algumas características peculiares da situação comunicacional, como alterações no suporte material, regras das entidades responsáveis pela divulgação daquele resumo, entre outras várias.

A homogeneidade do *corpus* documental dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP não existiu e as adversidades estiveram presentes desde a reunião das fontes pretendidas até a sistematização dos dados de interesse. Outro

problema foi a falta de padronização dos resumos de trabalhos inscritos nos eventos.

A descrição detalhada do percurso de coleta e organização das fontes investigadas incluiu não apenas a documentação conexa aos Encontros, mas outros documentos que ganharam expressividade no decorrer do trabalho, como os exemplares do *Boletim do Historiador* e os documentos contidos no *Arquivo do Professor Eurípedes Simões de Paula*.

1.1 Os Encontros Estaduais da Associação: um ponto de partida

Para reunir a documentação referente aos Encontros Estaduais da ANPUH-SP foram realizadas visitas à sede da ANPUH-SP, localizada no Departamento de História da USP, na Avenida Prof. Lineu Prestes, no bairro do Butantã, em São Paulo, entre os anos de 2015 e 2016, onde os *Cadernos de Resumo* da maioria dos Encontros selecionados e CD-ROM contendo os *Anais* das reuniões de 2004, 2006, 2008 e 2010 foram localizados.

Os *Cadernos de Resumo* e os *Anais* dos Encontros são necessários para a divulgação do conhecimento acadêmico entre os membros da Associação e importantes à comunidade científica de maneira mais ampla. Sendo o conhecimento histórico representante dos anseios de determinada sociedade, o conteúdo dessas fontes interessa ainda àqueles que buscam compreender o imaginário social em diferentes temporalidades. Por carregar em si tal historicidade, essa documentação necessita de tratamento adequado.

Apesar dessa necessidade, a inexistência de um arquivo na sede da Associação gerou uma escassez documental que dificultou a composição do *corpus* desejado. Mesmo se tratando de uma Associação de historiadores, a ANPUH-SP ainda não desenvolveu um projeto comprometido com a organização e a conservação de seus documentos, o que pressupõe que parte de seu percurso histórico já não possa ser recuperado.

A investigação foi ampliada para outros espaços, como a Biblioteca da USP, onde foram localizados os *Cadernos de Resumo* não disponíveis na sede

da Associação. Em março de 2016, ainda com objetivo de complementar o *corpus*, foram realizadas buscas no endereço eletrônico da ANPUH-SP.

Diversos *links* encontravam-se disponíveis neste *site*, entre eles “quem somos”, “filiações”, “grupos de trabalho”, “encontros”, “eventos” e “notícias”. A página ainda continha acesso aos principais periódicos ligados à Associação e divulgava o lançamento de livros, edições de revistas e chamadas de periódicos para submissão de artigos. Destacava-se no *site* um abaixo-assinado em repúdio à remoção da disciplina de História da grade curricular do ensino médio nacional pela Medida Provisória – MP nº 746 (BRASIL, 2016).

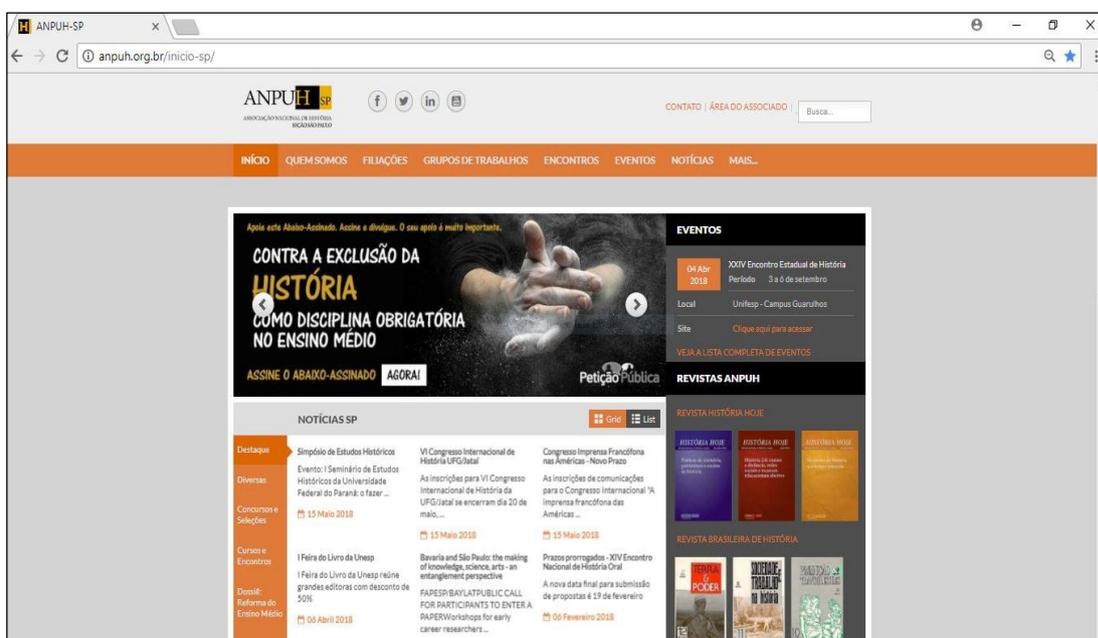


Figura 01: Página inicial do endereço eletrônico da ANPUH-SP. 2016.

Dentre as opções teve significativa importância o *link* “encontros”, no qual puderam ser acessadas as documentações referentes aos Encontros estaduais da ANPUH-SP. A quantidade de informações e facilidade de acesso representou um avanço para a investigação. Por outro lado, a disponibilização dos conteúdos no *site*, a forma como o evento foi organizado e subdividido variaram ano a ano, dificultando a sistematização dos dados.

Ao acessar o *link* “encontros”, havia uma referência à importância das reuniões da Associação para a produção histórica e internacional. Em texto introdutório, a ANPUH se posicionou:

[...] tais reuniões vêm se constituindo cada vez mais em espaço privilegiado da comunidade de historiadores. Nelas, o pesquisador tem a oportunidade de divulgar e discutir os resultados parciais ou as conclusões das pesquisas realizadas; os pós-graduandos têm a possibilidade de uma interlocução bastante viva em torno de seus objetos de investigação; os graduados e graduandos podem usufruir um espaço de revitalização dos seus interesses acadêmicos através da participação nas diversas atividades destes eventos, em especial nas seções de comunicação de trabalhos e/ou na frequência aos cursos. Em função destas características desenvolvidas foi possível registrar uma ampliação significativa da participação da comunidade de historiadores nas suas atividades científicas⁴.

Abaixo destas informações, estavam disponibilizados para consulta os documentos pertinentes às reuniões realizadas entre os anos de 2004 a 2014⁵. Apesar da variação nos conteúdos e na organização dos eventos, algumas informações foram constantes como os resumos e textos completos das comunicações inscritas, a apresentação do evento, a relação de painéis/pôsteres selecionados, bem como a exposição das mesas-redondas.

⁴ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/encontros-sp>. Acesso em 16 set. 2016.

⁵ A documentação pertinente à reunião de 2016 ainda não se encontrava disponível nesse espaço, de forma que para acessá-la foi necessário adentrar o site do evento de 2016 em endereço próprio. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/simposio/public>. Acesso em 07 abr. 2018.



Figura 02: Capas dos Cadernos de Resumos dos Encontros da ANPUH-SP. 2008 e 2014.

A única forma de acesso às informações dos Encontros Estaduais, realizados entre 1990 e 2002, foi por meio dos *Cadernos de Resumo* publicados pela Associação e localizados na fase de coleta das fontes.

Tendo sido composto o *corpus* desejado, foi necessário pensar em uma forma de armazenamento dos dados colhidos virtual e fisicamente. Assim, foram criadas no computador pastas intituladas “Encontro 1990”, “Encontro 1992”, “Encontro 1994”, sucessivamente, até o ano de 2016.

Nelas foram armazenados todos os trabalhos inscritos em seções temáticas, cujos títulos fizessem referência aos termos “ensino” e/ou “educação”, conjuntamente com seus resumos e, quando localizados, seus textos completos. Seguindo a mesma lógica de seleção, foram incluídas as atividades realizadas nos eventos como as mesas redondas, os workshops, os painéis/pôsteres e o fórum de graduação. Também foram salvas as informações relativas à “diretoria”, ao “conselho consultivo” e à “apresentação” dos respectivos Encontros.

Com os dados devidamente coletados e organizados, foi iniciada a leitura dos resumos como forma de pensar na sistematização dos conteúdos

disponíveis, o que facilitaria futuras interpretações. Um quadro pertinente a cada Encontro foi elaborado e seu preenchimento foi conduzido pelos títulos e resumos dos trabalhos inscritos. Esses quadros foram denominados “inventários” por apresentarem a descrição detalhada das reuniões. Assim, os documentos “Inventário 1990”, “Inventário 1992”, “Inventário 1994”, sucessivamente, foram salvos nas pastas dos respectivos Encontros.

A construção desses quadros⁶ seguiu os seguintes critérios. 1. Tipo (discriminação da natureza do texto); 2. Título; 3. Autor; 4. Instituição; 5. Palavras-chave (apontadas pelo autor); 6. Objetivos; 7. Categorias (principais assuntos abordados no trabalho); 8. Fontes e 9. Observações. Devido à falta de padronização dos resumos algumas lacunas no preenchimento são observadas.

Ante a insuficiência de informações nos resumos, os textos completos das comunicações auxiliaram na construção dos inventários, principalmente, na descrição das fontes de pesquisa utilizadas pelos autores. Os *Anais eletrônicos*, disponíveis somente a partir de 2004, também ganharam centralidade na investigação quando a intenção foi buscar uma abordagem qualitativa do objeto. Outra questão é que a seleção das comunicações apresentadas nos Seminários Temáticos se faz mediante a análise de resumos enviados pelos participantes aos coordenadores. A submissão dos textos completos para composição dos *Anais* acontece em um momento posterior, o que não garante que todos os autores a fizeram.

Após essa organização preliminar dos dados, uma análise quantitativa foi executada com objetivo de extrair do *corpus* documental a repercussão dos temas “ensino” e “educação” nos Encontros da Associação paulista, realizados entre 1990 e 2016. Tendo em vista este desígnio, o quadro 01 foi elaborado.

⁶ Ver Anexo 02.

Quadro 01: Números Totais e o Ensino de História nos Encontros da ANPUH-SP (1990 a 2016)

ANO	TOTAL DE SEÇÕES	SEÇÕES SOBRE ENSINO	TOTAL DE TRABALHOS	TRABALHOS SOBRE ENSINO	% DE ENSINO
1990	29	03	78	08	10,2
1992 ⁷	121	03	506	12	2,4
1994	83	09	303	32	10,6
1996	71	05	286	22	7,7
1998	160	11	599	38	6,3
2000	123	07	480	27	5,6
2002	101	09	341	29	8,5
2004	25	02	517	52	10,1
2006	19	01	362	31	8,6
2008	34	03	519	50	9,6
2010	18	03	339	37	10,9
2012	28	04	508	64	12,6
2014	30	04	371	55	14,8
2016	25	05	260	55	21,2

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Os dados revelam a expressividade que o ensino de História alcançou em números de seções temáticas e de trabalhos inscritos, com destaque para os Encontros de 2010, 2012, 2014 e 2016, os quais apresentaram uma contínua evolução nessas discussões. Ao longo do período, essa ampliação foi acompanhada pela expansão do evento como um todo, o que pode ser justificado pelo desenvolvimento dos meios tecnológicos que promoveram uma comunicação mais facilitada entre os associados na divulgação dos eventos, bem como pelo avanço das pesquisas científicas nos cursos de pós-graduação e pela crescente necessidade de divulgação das mesmas.

Outra questão é a abundância de políticas que incidiram sobre a disciplina de História em um período de importantes transições para a educação nacional, impulsionadas pelo processo de redemocratização. Entre elas estiveram a publicação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da

⁷ O XI Encontro Estadual da ANPUH-SP, realizado em 1992, difere-se dos demais porque foi diluído em um evento mais amplo, o Congresso Internacional "América 92: raízes e trajetórias". De tal forma, teve seções principais organizadas, as quais agruparam em si outras seções coordenadas e individuais. São elas: Seção Geral; Seção Judaica/Sefarad; Seção História da Ciência; Seção Língua, Literatura e Arte e Seção Arqueológica. A partir da análise dos números dessa reunião, notou-se um arrefecimento nas discussões sobre o ensino de História.

Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – DCNs (BRASIL, 2013). No âmbito paulista, as propostas curriculares da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP⁸ e, mais recentemente, a reforma curricular *São Paulo faz escola*. (SÃO PAULO, 2008, 2010)

Todas essas questões foram abordadas pelos congressistas da ANPUH-SP no período em questão e aparecem descritas em termos quantitativos no quadro a seguir:

Quadro 02: As Políticas Educacionais nos Encontros da ANPUH (1990-2016)

TEMA	INCIDÊNCIA (EM N° DE COMUNICAÇÕES)	ANOS
LDB	03	2004; 2006; 2008.
PCNs	09	1998; 2006; 2006; 2006; 2010; 2010; 2010; 2012; 2014.
DCNs	02	2014; 2014.
Proposta Curricular da CENP	06	1994; 1998; 1998; 2006; 2010; 2014.
São Paulo faz escola	09	2008; 2008; 2010; 2010; 2010; 2010; 2012; 2014; 2014.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Os números apresentados nesse quadro revelam a relação direta entre as políticas propostas pelo poder público federal e estadual e as discussões sobre as mesmas no debate anpuhano, o que consubstancia a existência de inerentes diálogos entre a História acadêmica e a História como disciplina escolar. O engajamento dos membros da ANPUH-SP não se limitou à inscrição de trabalhos em seções de comunicação, mas esteve presente também em painéis/pôsteres de iniciação científica, fóruns de graduação e nas mesas redondas, as quais são espaços aglutinadores de discussões temáticas em diferentes áreas da História.

⁸ Sobre as diferentes versões das Propostas Curriculares de História da CENP nos anos 1980 e 1990, ver Martins (1996).

Temáticas também foram localizadas no centro dos Encontros bianuais, de forma que todos apresentaram títulos orientadores do debate. Há na escolha do tema principal uma relação inerente com a conjuntura experimentada. O quadro a seguir apresenta os títulos e os locais das reuniões.

Quadro 03: Temas de Discussão e Locais dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP (1990 a 2016)

ENCONTRO	ANO	TEMA DE DISCUSSÃO	LOCAL
X	1990	Movimentos Sociais	UNESP/Franca
XI	1992	América 92: raízes e trajetória	USP/SP
XII	1994	Cultura, Memória e Poder	UNICAMP
XIII	1996	São Paulo: percursos históricos e historiográficos	UNESP/Assis
XIV	1998	Sujeito na história: prática e representações	PUC/SP
XV	2000	Outros 500: terra, exclusão, racismo e preconceitos	USP/SP
XVI	2002	Poderes e representações	UNESP/Franca
XVII	2004	O lugar da História	UNICAMP
XVIII	2006	O historiador e seu tempo	UNESP/ Assis
XIX	2008	Poder, violência e exclusão	USP/SP
XX	2010	História e liberdade	UNESP/Franca
XXI	2012	Trabalho, cultura e memória	UNICAMP
XXII	2014	História: da produção ao espaço público	Universidade Católica de Santos
XXII	2016	História: por que e para quem?	UNESP/ Assis

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A temática dos Encontros além de revelar as principais preocupações dos membros em diferentes contextos, também é núcleo das discussões anpuhanas em nível estadual. Os debates estabelecidos pelos Núcleos

Regionais precedem o tom das discussões dos Simpósios Nacionais da ANPUH do ano subsequente.

Na apresentação do XX Encontro Estadual “História e Liberdade”, por exemplo, foi verificada uma preocupação quanto ao rumo das políticas educacionais no contexto imediatamente posterior à implementação da reforma curricular *São Paulo faz escola*. Nas palavras de Sylvia Bassetto, então diretora da ANPUH-SP,

O Encontro, além explicitar os caminhos que a História e seus profissionais têm trilhado, é o lugar privilegiado para avaliar, definir ou redefinir posicionamentos em relação às políticas de pesquisa, ensino e extensão nas universidades públicas e privadas, indispensáveis na atual fase de mudanças de parâmetros de grande abrangência que afetam o exercício de nosso trabalho. A discussão dos rumos da política educacional, tanto nacional quanto estadual, estará presente no Fórum de Graduação, além de outros temas como “A história indígena no ensino” e a “Regulamentação da profissão de historiador”. As reflexões sobre as políticas públicas, no âmbito da educação e da cultura, certamente darão suporte à atuação de nossa associação, sempre presente na defesa da valorização do conhecimento histórico e na preservação dos valores éticos que devem nortear nossa vida profissional. (XX ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2010)

Na XX reunião, o ensino ocupou a centralidade, com ênfase nas questões pertinentes à Lei nº 11.645 (Brasil, 2008) que institui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos currículos da educação básica e superior brasileira. Respondendo ao anseio dos elaboradores do evento, os professores Maria Carolina Bovério Galzerani, da UNICAMP, e Alexandre Pianelli Godoy dirigiram a Mesa Redonda “Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?”. Além desse espaço, também foram identificadas duas comunicações e um pôster dedicados à temática da referida legislação⁹.

Outro ponto importante sobre os Encontros da Associação paulista é o caráter transitório que apresentaram alguns espaços de discussão, o que aprofundou a heterogeneidade da documentação analisada. Ainda que a

⁹ Ver Anexo 02.

intenção fosse semelhante, a alteração da nomenclatura das seções temáticas e das atividades indica diferentes formas de organização dos eventos.

Os “Workshops”, por exemplo, encontram-se presentes apenas nos Encontros de 1996 e 1998 e a seção “Painel de Encerramento” foi localizada somente na reunião de 1996. Da mesma maneira, as pesquisas de graduação foram recepcionadas em diferentes ambientes ao longo dos anos, como nos “Painéis/Pôsteres de Iniciação Científica”, nas “Comunicações Livres de Iniciação Científica” e, mais recentemente, nos “Fóruns de Graduação”, presentes a partir de 2012.

A partir de 2004, as seções denominadas Painéis ou Pôsteres objetivaram incorporar ao debate anpuhano pesquisas de iniciação científica. Apesar de majoritariamente indisponíveis na página da ANPUH-SP¹⁰ em forma de resumo ou texto completo, uma análise sobre esses trabalhos foi desempenhada com objetivo de quantificar a totalidade de painéis cujos títulos possuísem os termos “ensino”, “educação”, “escola”, “livro didático” e “professor”. Para demonstrar a amplitude do debate sobre o ensino nas pesquisas de iniciação científica, o quadro 04 foi elaborado.

Quadro 04: O ensino de História em Painéis/Pôsteres

ENCONTROS	Nº TOTAL DE PAINÉIS	Nº DE PAINÉIS SOBRE ENSINO	% DE PAINÉIS SOBRE ENSINO
2004	30	01	3,33%
2006	118	10	8,47%
2008	52	2	3,85%
2010	74	8	10,81%
2012	90	4	4,44%

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Segundo essas informações, o ensino de História alcançou significativa representatividade nas reuniões de 2006 e 2010. Em 2010 o aumento do número de painéis sobre os temas selecionados pode ser justificado pela própria temática do XX Encontro “História e Liberdade”, em que a prioridade do debate foram os rumos da política educacional paulista e nacional (XX

¹⁰ No *link* “pôsteres” do Encontro de 2014, estavam disponíveis para consulta apenas os nomes dos autores selecionados.

ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2010). Esse também foi o contexto em que se multiplicaram no Estado as pesquisas dedicadas aos currículos de História do *São Paulo faz escola*.

O caráter transitório dos espaços de discussão também foi percebido nas seções temáticas dos Encontros. Em 1990, por exemplo, as comunicações foram organizadas em seções numeradas, sem título e tema discriminados. Entre 1994 e 2002, os trabalhos dividiram-se em Comunicações Coordenadas – CC e Comunicações Livres – CL, cuja diferenciação era a presença ou não de um coordenador. Eram inexistentes os atuais Seminários Temáticos – ST, de modo que a discussão encontrava-se pulverizada, sendo repetida em diferentes espaços, dificultando a centralização do debate sobre o ensino e outros temas.

A partir de 2004, com a criação dos Seminários Temáticos, houve a reunião de maior número de pessoas em uma mesma seção, como expresso no quadro 05.

Quadro 05: Total de Seções e Trabalhos nos Encontros da ANPUH-SP (2002 e 2004)

ANO	TOTAL DE SEÇÕES	TOTAL DE TRABALHOS	Nº APROXIMADO DE PESSOAS POR SEÇÃO
2002	101	341	3,4
2004	25	517	20,7

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Atualmente a composição dos Seminários se faz mediante a submissão de propostas pelos doutores associados, a serem avaliadas por Comissão Científica. Como forma de centralizar as discussões e de acomodar o crescente número de participantes nos Encontros da Associação, foi fixado o número de 25 Seminários para cada evento, os quais devem conter o mínimo de 18 e o máximo de 24 participantes¹¹.

¹¹ Disponível em: http://www.encontro2018.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=412. Acesso em: 03 mai. 2018.

Por outro lado, a centralização dos espaços de discussão significou a incorporação de trabalhos que fugiram ao tema proposto pelos coordenadores dos Seminários. Ampliaram-se as comunicações inscritas em Seções de ensino de História que não tratavam as especificidades da disciplina, tampouco estavam relacionados aos estudos pertinentes à História da Educação. Nos inventários dos Encontros Estaduais, elas foram identificadas com a observação “não há referência ao ensino de História”¹².

O ST 08 “Escravidão, Emancipação e Abolição: das fontes ao ensino”, coordenado por Aurelino José Ferreira Filho e Enidelce Bertin, apresenta-se como um exemplo dessa análise. Durante o XXII Encontro, realizado na cidade de Santos-SP em 2014, este Seminário abriu amplo espaço para abranger trabalhos relacionados ao ensino e à historiografia, de modo que o segundo tema foi predominante, pois das dez comunicações inscritas, apenas uma dedicou-se à História como disciplina escolar¹³.

Como principal responsável pela heterogeneidade apresentada pela documentação dos Encontros estiveram a alteração do grupo diretor da ANPUH-SP a cada dois anos e a consequente substituição das pessoas ligadas à elaboração, execução e publicação da produção dos eventos. Apesar das dificuldades em organizar os dados nos quadros padronizados e de apreender as pesquisas verdadeiramente pertinentes ao ensino de História, os inventários apresentam dados que merecem ser valorizados. Pela riqueza de suas informações, essa produção poderá servir como fonte para futuras pesquisas sobre a História como disciplina escolar e sobre a própria ANPUH-SP.

A análise dos Encontros da entidade revelou que o debate estabelecido pelos participantes ultrapassou as políticas educacionais, abrangendo também questões do cotidiano escolar como o ensino-aprendizagem, os saberes e práticas docentes, os livros didáticos e a utilização de diferentes recursos e materiais, entre os quais estavam o cinema e música. A pesquisa na sala de aula e a utilização de fontes históricas pelos alunos também foram assuntos recorrentes nas seções temáticas dedicadas a “ensino” e /ou “educação”.

¹² Ver Anexo 02.

¹³ Ver Anexo 02.

Um dos temas mais abordados ao longo dos anos foi a formação dos professores de História, conjuntamente ao papel das licenciaturas. Contudo, a discussão não ficou restrita à escola, de forma que a contribuição de arquivos e museus no ensino também foi estimada. Por sua vez, a relação da História com a Educação de Jovens e Adultos – EJA e com o Ensino Rural não foi esquecida. A partir do avanço dos recursos tecnológicos, foram identificadas comunicações sobre Educação à Distância – EAD e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

A vastidão dos temas presentes nas quatorze reuniões evidenciaram a preocupação dos membros da ANPUH-SP quanto à necessária relação entre a História acadêmica e a disciplina escolar. Restam indagações sobre em que medida a repercussão das proposições anpuhanas incidiram no âmbito da elaboração das políticas curriculares, com foco na reforma *São Paulo faz escola*.

1.2 O *Boletim do Historiador*: da informação ao engajamento

A escassez documental na sede da ANPUH-SP fez com que a investigação trilhasse outros caminhos. Nesse percurso, tiveram especial importância os documentos localizados no arquivo pessoal da professora da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP Helenice Ciampi, também membro fundador e participante do Grupo de Trabalho – GT “Ensino de História e Educação”¹⁴ da Associação paulista, criado no início dos anos de 1990.

Entre outros documentos, destacaram-se algumas edições de periódicos informativos da Associação, como o *Boletim do Historiador*, distribuído entre associados do Núcleo paulista e o *Boletim da ANPUH*, de circulação nacional. Ainda que os exemplares localizados não se apresentassem como um *corpus* completo de análise, exigindo a busca de outras edições na sede da ANPUH-SP em 2016, eles abriram caminho para que a pesquisa ampliasse seus

¹⁴ Em 1991, quando os Grupos de Trabalhos – GTs foram criados, eles denominavam-se Grupos de Pesquisa – GPs. Inicialmente, o Grupo coordenado por Helenice Ciampi, denominou-se “Grupo de Pesquisa em Ensino”.

horizontes, com foco na atuação da entidade paulista em relação ao ensino de História.

O trabalho com a imprensa periódica exige do pesquisador vigilância quanto a sua materialidade, ou seja, as condições técnicas de sua edição, publicação e distribuição, vistas como possuidoras de significados que podem revelar aspectos históricos de um determinado problema de pesquisa. De acordo com De Luca (2014, p.139), é necessário compreender

[...] a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade de impressão, capa, presença / ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos. Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado.

A análise da materialidade dos boletins levou à compreensão dos periódicos como “[...] fonte e objeto de pesquisa historiográfica”. Representantes do posicionamento de um grupo de intelectuais em uma conjuntura específica, essas publicações revelaram detalhes da história da Associação. De acordo com essa compreensão, buscou-se “[...] um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção” (DE LUCA, 2014, p. 141).

Tendo em vista abranger a materialidade do *Boletim do Historiador* e do *Boletim da ANPUH*, os quadros 06 e 07 apresentam suas periodicidades, bem como as edições localizadas na fase de coleta das fontes.

Quadro 06: Periodicidade do *Boletim do Historiador* (ANPUH-SP)

ANO	NÚMEROS	ANO	NÚMEROS
1991	01 02 03	1997	21 22 23
1992	04 05 06	1998	24
1993	07 08	1999	25
1994	09 11	2000	–
1995	12 13 14 15	2001	–
1996	16 17	2002	edição não numerada

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Quadro 07: Periodicidade do *Boletim da ANPUH* (ANPUH-Nacional)

ANO	NÚMEROS	ANO	NÚMEROS
1993 (1)	01	1998 (6)	12 13
1994 (2)	02 05 06 07	1999 (7)	14 15
1995 (3)	08 09	2000 (8)	16 17
1996 (4)	10 11	2001 (9)	18 19
1997 (5)	11 (repetição do nº)		

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Nos anos 1990, ambos os informativos eram endereçados ao público de associados pelo correio e apresentavam uma edição simples voltada para a divulgação de manifestos, avisos, eventos e pesquisas de interesse ao público leitor. Essa forma de apresentação é pertinente à própria acepção do conceito de “boletim”, designado como “breve texto informativo, destinado à circulação interna ou à divulgação pública; publicação periódica destinada à divulgação de atos oficiais e governamentais, ou de entidades de classe, instituições privadas etc” (HOUAISS, VILLAR, 2009, p. 308).

Esses informativos quase não possuíam ilustrações, a não ser em divulgações pontuais de capas de livros e revistas de interesse, cujas impressões eram feitas em branco e preto. Suas edições contaram com o máximo de nove páginas na publicação de São Paulo e doze na nacional, e parece não ter havido, entre os editores, preocupação relacionada à arte gráfica, utilizada quando se deseja “[...] embelezar o jornal, para torná-lo agradável ao leitor [...] jogando com a harmonia dos tipos, dos claros, dos fios,

etc, [...] conjugando, com a possível leveza, os elementos gráficos” (RAMOS, 1970, p. 40).

Apesar disso, sua publicação não se deu em papel jornal, tipo de material feito à base de pasta mecânica de baixo custo e alto rendimento para altas tiragens. Impressos em papel sulfite, por não possuírem uma circulação muita extensiva, os *Boletins do Historiador* e os *Boletins da ANPUH* conservaram-se até os dias atuais em bom estado, mesmo sem tratamento especializado em arquivos.

Dessas duas fontes periódicas, o *Boletim do Historiador* adquiriu centralidade quando o objetivo foi compreender o debate sobre o ensino na ANPUH-SP, dessa vez representada pelo grupo editorial. Ao lado das documentações pertinentes aos Encontros, seu emprego também conferiu historicidade para este estudo. A análise de seus exemplares fortaleceu a convicção de que a Associação paulista carrega em si uma identidade edificada ao longo de sua trajetória, e esta influencia suas ações no presente, inclusive no que se relaciona ao ensino.

BOLETIM DO HISTORIADOR

Publicação da ANPUH - Núcleo Regional de São Paulo

Número 1 Março 1991

Notícias do Núcleo

Diretoria 1990/92

A nova Diretoria do Núcleo de São Paulo, eleita no Encontro Regional de Franca, tem a seguinte composição: Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Presidente), Helenice Ciampi (Secretária-Geral) e John Monteiro (Tesoureiro). A Diretoria tem como prioritárias as seguintes propostas: defesa do ensino público nos três graus; formação permanente do professor de História; incentivo à pesquisa pela mediação na solicitação de verbas para projetos; e apoio aos Grupos de Pesquisa através dos Seminários mensais.

Seminários de Pesquisa

Em 1991, o Núcleo de São Paulo realizará, Seminários de Pesquisa mensais, organizados pelos diversos Grupos de Pesquisa do mesmo Núcleo. Visando um público amplo de professores e alunos de pós-graduação e de graduação, os Seminários têm o objetivo de estimular grupos de estudo e divulgar os trabalhos realizados e em andamento sobre

as temáticas de cada grupo. Cada Seminário terá uma dinâmica própria dependendo da estruturação do grupo. Os encontros serão sempre às 6^ª feiras das 17 horas às 18.30 horas no Departamento de História da USP. Os seguintes seminários estão programados para este semestre:

26/4/91 Grupo: Questão Agrária e Movimentos Sociais.

Coord.: Zilda Iokoi

24/5/91 Grupo: História Política

Coord.: Vavy Pacheco Borges

21/6/91 Grupo: História Social da Arte

Coord.: Arnaldo Contier

Anuidades

A anuidade para 1991 foi fixada em 55 BTN's pela Diretoria da ANPUH Nacional, com direito à Revista Brasileira de História no. 19, *História em Quadro Negro*. Com a extinção da BTN, este valor foi transformado em Cr\$6.500. Pedimos urgência no acerto das anuidades pelos sócios, com prazo máximo de 15 DE ABRIL. Salienta-se que os sócios inadimplentes não receberão correspondências do Núcleo.

Reuniões do Conselho

Datas das reuniões do Conselho do Núcleo Regional de São Paulo para 1991: 8/3, 5/4, 10/5, 21/6, 9/8, 13/9, 18/10 e 22/11.

Revista Brasileira de História

Já está no prelo o número 20, *Reforma e Revolução*, com financiamento da FAPESP. Próximos números: 21 *América-Américas* e 22 *Estruturas Agrárias e Relações de Poder*, ambos contando com financiamento do CNPq.

Coletânea

O Núcleo está organizando uma coletânea dos trabalhos apresentados nas Mesas Redondas do Encontro Regional da ANPUH, realizado em Franca no ano passado.

Notícias dos Sócios

Solicitamos, para completar o segundo número deste Boletim, notícias profissionais dos sócios, referentes a publicações recentes, teses, concursos, eventos científicos, entre outros.

Acontece

Encontros Científicos

III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. 28 de abril a 1 de maio de 1991, em Caxambú MG. Informações e inscrições: Caixa Postal 6059 - 13081 Campinas SP.

COLOQUIO MEMÓRIA Y SOCIEDAD. 1 a 3 de julho de 1991, em Las Tunas, Cuba. Comunicações poderão ser inscritas até 31 de maio de 1991. Informações: Oficina Regional de

UM ESPAÇO PARA O HISTORIADOR

Inauguramos com este número o *Boletim do Historiador*, órgão informativo do Núcleo de São Paulo da ANPUH. O objetivo central desta publicação quadrimestral é divulgar as atividades e projetos do Núcleo, os eventos científicos ligados à área de História e a produção bibliográfica recente. Esperamos, nesse sentido, suprir algumas das necessidades da comunidade de historiadores. NESTE NÚMERO: apresentamos o Projeto de Formação Permanente do Professor e destacamos as teses defendidas em 1989 e 90 nos programas de pós-graduação das universidades paulistas.

Figura 03: Capa do 1º Exemplar do *Boletim do Historiador*. 1991.

O *Boletim* paulista foi publicado entre 1991 e 2002, tendo sido identificado um *corpus* documental de 26 edições. Contudo, não foram localizados na sede da ANPUH-SP, tampouco no arquivo pessoal, os exemplares 10, 18, 19 e 20 da série desejada. Novamente, as adversidades foram ampliadas pela ausência de um projeto que buscasse cuidar das documentações anpuhanas. Em algumas ocasiões, essa incompletude exige que o pesquisador encaminhe

o trabalho em direção a outras fontes de informação. Neste caso, *Cadernos de Resumo e Anais dos Encontros* da década de 1990.

O recebimento dos informativos ocorria mediante correspondência encaminhada pela secretaria da ANPUH-SP e exigia a quitação das anuidades pelos associados. Esse pagamento é anterior à existência do *Boletim* e estava vinculado à chegada da *Revista Brasileira de História*, editada pela Associação desde 1981. Na edição inicial, houve preocupação quanto a essa fonte de recursos.

A anuidade para 1991 foi fixada em 55 BTN's pela Diretoria na ANPUH Nacional, com direito à *Revista Brasileira de História* nº 19, *História em Quadro Negro*. Com a extinção da BTN, este valor foi transformado em Cr\$6.500. Pedimos urgência no acerto das anuidades pelos sócios, com prazo máximo de 15 de Abril. Salienta-se que os sócios inadimplentes não receberão correspondências do Núcleo. (ANPUH-SP, 1991a, p. 1)

A não ser pela contribuição dos sócios, a ANPUH-SP não contava com outros recursos. Em diferentes exemplares do *Boletim*, foram localizados informes sobre a importância da adimplência anual dos membros. Em 1995, Zilda Gricoli Iokoi, então diretora do Núcleo, posicionou-se sobre a questão:

É preciso, entretanto, conscientizar os nossos historiadores sobre a importância do pagamento da anuidade ao núcleo, uma vez que essa é a única forma de receita que possuímos para manter a ANPUH ativa [...]. Estamos sem recursos para manter a secretaria funcionando! (ANPUH-SP, 1995, p. 1)

Esse fato justifica a opção por uma impressão de baixo custo para os boletins, feita exclusivamente em branco e preto, sem que houvesse preocupação quanto aos aspectos estéticos da diagramação, caracterizada, ao longo das 26 edições, pela divisão dos conteúdos em quadros e colunas de simples formatação.

Também não foram verificados anúncios publicitários que poderiam garantir a entrada de subsídios para os processos de edição e publicação. Talvez, o público-alvo dos informativos, de caráter restrito ao meio acadêmico, não fosse interessante aos possíveis anunciantes. Por outro lado, pode não ter

havido entre os editores interesse em arrecadar subsídios externos para o *Boletim*.

O pagamento das anuidades pelos associados foi identificado como uma forma de assinatura dos periódicos informativos. Para a Associação, a contribuição dos membros significou, ano a ano, a possibilidade de dar sequência aos próximos exemplares. De acordo com Ramos (1970, p. 42), as assinaturas “[...] têm marcante valor do ponto de vista da regularidade da circulação, [...] é a certeza de leitores durante determinado prazo”.

Essa regularidade foi verificada nos informativos paulistas. Como expresso no primeiro exemplar, as edições obedeceriam a uma sequência quadrimestral, a qual foi respeitada até ano de 1997¹⁵. Com a popularização dos meios tecnológicos que viabilizou a construção de um canal virtual de comunicação entre a diretoria da ANPUH-SP e os associados, os impressos foram abandonados¹⁶. Progressivamente a ANPUH-SP desonerou-se dos rotineiros custos de edição e publicação. Como expresso na edição de 2002:

Os documentos produzidos, ausentes deste boletim por serem longos, estão disponíveis no site da ANPUH-SP [...]. O alto custo (para as condições da entidade) da correspondência escrita, pelo correio, nos leva a utilizar, cada vez mais, os recursos do nosso site e dos e-mails, para nos comunicarmos com nossos associados. Assim, pedimos, aos que ainda não fizeram que informem seus e-mails e também que atualizem seus endereços. (ANPUH-SP, 2002, p. 1)

Ainda que a quantidade da tiragem não possa ser estimada, a regularidade da circulação até fins dos anos 1990¹⁷ mostra que o *Boletim do Historiador* possuiu um número razoável e permanente de leitores. Essa afirmação se consubstancia, inclusive, pelo aumento da quantidade de participantes nos Encontros da ANPUH-SP: de 78, no ano de 1990, para 599 em 1998 e 480 no ano 2000¹⁸. “Não tendo periodicidade marcada, o jornal ou revista dificilmente poderão fixar leitores”. Com edições esparsas e

¹⁵ Ver Quadro 06.

¹⁶ Atualmente o *Boletim Informativo*, disponibilizado via *e-mail*, cumpre a tarefa comunicativa entre os pares da ANPUH-SP.

¹⁷ Ver Quadro 06.

¹⁸ Ver Quadro 01.

inconstantes, torna-se difícil “[...] a formação do hábito de leitura, que é condição decisiva para o êxito da publicação” (RAMOS, 1970, p.185).

Tais leitores verificaram nas primeiras edições do *Boletim* uma finalidade informativa. Um quadro em destaque intitulado “Um espaço para o historiador”, publicado na edição nº 01, revelou a função do periódico:

Inauguramos com este número o Boletim do Historiador, órgão informativo do Núcleo de São Paulo da ANPUH. O objetivo desta publicação quadrimestral é divulgar as atividades e projetos do Núcleo, os eventos científicos ligados à área de História e a produção bibliográfica recente. Esperamos nesse sentido, suprir, algumas das necessidades da comunidade de historiadores. (ANPUH-SP, 1991a, p. 1)

Os exemplares que se sucederam a esse continham seções¹⁹ permanentes denominadas “Notícias do Núcleo”, como um espaço comunicativo entre diretores e associados; “Acontece”, para divulgação de editais e eventos de interesse como os Encontros Estaduais, e “Acervo”, destinada à divulgação da recente produção historiográfica em resenhas, compilações bibliográficas, além de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em História das principais Universidades paulistas.

Entretanto, essa função meramente informativa não foi a única identificada ao longo das edições. Progressivamente, o *Boletim do Historiador* emergiu como ambiente para profícuas discussões sobre assuntos pertinentes ao campo historiográfico, à proteção de arquivos públicos, à profissão do historiador, às políticas educacionais, bem como à disciplina em todos os níveis de ensino.

Tais discussões foram promovidas pelo grupo editor, cuja função é essencial em uma publicação periódica. O discurso por ele preconizado nos informativos representou, em um sentido mais amplo, o posicionamento coletivo da própria Associação paulista. A partir da valorização desse discurso evidenciaram-se relações recíprocas entre escritores e leitores do *Boletim*. Segundo De Luca (2014, p. 140), os periódicos não são “obras solitárias”, mas

¹⁹ “Seção é a matéria jornalística que se estampa no jornal periodicamente, de forma característica e estável, contendo informações sobre fatos de natureza semelhante ou afim [...]. Convém estampar a seção sempre no mesmo caderno ou na mesma página do jornal, para auxiliar os leitores a localizá-la”. (RAMOS, 1970, p. 231-232)

de um grupo que procura veicular, por meio de seus escritos, ideias e valores comuns.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores.

O grupo editorial dos boletins paulistas era a mesa diretora da Associação, eleita bianualmente em assembleia pelos associados. Composta por um presidente e um vice-presidente, auxiliados por secretários, tesoureiros e conselho consultivo, a chapa eleitoral era espontaneamente formada por professores das universidades paulistas. A partir da sujeição do *Boletim do Historiador* à alteração da diretoria da ANPUH-SP, edificou-se um *corpus* documental heterogêneo, de forma que nem todas as edições contaram com a presença de um texto editorial.

A partir do 11º exemplar, publicado em 1994, o *Boletim do Historiador* passou a conter editoriais, além das seções permanentes já identificadas. Para Ramos (1970, p. 97), “o editorial expressa o pensamento do jornal, sobre acontecimento ou problema de interesse público”, representa o posicionamento político do grupo escritor, revela sua essência, é o coração do periódico. Há nos escritos introdutórios dos informativos paulistas um teor político.

Quadro 08: Editoriais do *Boletim Historiador* (1994-2002)

ANO	Nº	ASSUNTO DO EDITORIAL	AUTOR
1994	11	- Fomento de pesquisa (CNP/q / FAPESP) - Defesa do patrimônio no Arquivo Público do Estado.	Não assinado
1995	12	- Reforma da Previdência - Salário dos professores dos ensinos fundamental e médio	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (diretora)
1995	13	- Regulamentação da profissão do historiador - Mudança de nome do Arquivo Público do Estado	Não assinado
1995	14	- Editorial Informativo	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (diretora)
1995	15	- Não há Editorial	Não assinado
1996	16	- Preservação do patrimônio histórico e cultural em arquivos públicos	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (diretora)
1996	17	- Defesa das universidades paulistas contra o pagamento de anuidades	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (diretora)
1997	21	- Crítica à inserção das prescrições hegemônicas neoliberais nas políticas educacionais brasileiras	Alberto Aggio (diretor)
1997	22	- Descrição do XIX Simpósio Nacional de História	Alberto Aggio (diretor)
1997	23	- Substituição da diretoria da ANPUH-SP - Organização do XIV Encontro Estadual de História	Alberto Aggio (diretor)
1998	24	- Crítica à inserção das prescrições hegemônicas neoliberais nas políticas educacionais brasileiras - Formação docente e profissional	Alberto Aggio (diretor)
1999	25	- Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs para o ensino de História feita pelo MEC	Sylvia Bassetto (diretora)
2002	n/c	- Reformas para a disciplina de História em diferentes níveis de Ensino - Papel combativo do Núcleo em relação às reformas educativas em curso	Sylvia Bassetto (diretora)

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Seguindo os preceitos de um “bom editorial”, cujas características são “[...] a brevidade, a clareza, a oportunidade, a coerência, a segurança e, quando cabível, a coragem” (RAMOS, 1970, p. 97), esses escritos revelaram o posicionamento combativo que a ANPUH-SP desempenhou ao longo dos anos 1990. As preocupações variaram e eram pertinentes tanto à História acadêmica como à disciplina escolar. Alguns textos fugiram do caráter opinativo, elemento

indispensável dos textos editoriais, apresentando somente um caráter informativo. Esse fato não diminuiu a importância que os editoriais do *Boletim do Historiador* alcançaram ao longo dessa investigação, sobretudo, para a reconstrução da identidade da ANPUH-SP. As diretorias eleitas tiveram prioridades diversas ao assumir a chefia da Associação, com maior e menor engajamento nas questões próprias do ensino.

Assim como os editoriais, a seleção dos assuntos a serem publicados e a organização dos mesmos em colunas e seções obedeceu a formatações diversas, coerentes com o posicionamento, com a vocação acadêmica e com as ações e expectativas dos intelectuais que se encontravam na gestão. Como pontua De Luca (2014, p. 140) “[...] será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”.

As colunas “Ensino”, presente entre os números 11 e 13, e “Debates”, publicada entre os exemplares 16 e 25, com exceção do número 23, deram pistas do comprometimento da mesa diretora com as questões educacionais. A primeira caracterizou-se como espaço informativo das ações do Núcleo de São Paulo na área de ensino, sem que houvesse opiniões informadas por autores específicos. A segunda apresentou-se como ambiente opinativo em que diretores, associados e não associados expunham seus posicionamentos mediante a publicação de artigos. Nesse espaço, ganhou relevância a História como disciplina escolar. Os quadros 09 e 10 apresentam suas publicações:

Quadro 09: Coluna “Ensino” do *Boletim do Historiador* (1994-1995)

ANO	Nº	COLUNA ENSINO (ASSUNTOS)
1994	11	- Descrição das atividades do GP – Grupo de Pesquisa em Ensino da ANPUH-SP no XII Encontro Regional de História, com destaque para: o número reduzido de professores da rede de 1º e 2º graus no Encontro, a solicitação de cursos de atualização sob responsabilidade da ANPUH, por parte dos professores e a moção de repúdio ao formato do último concurso público para professores da rede estadual paulista.
1995	12	- Divulgação do II Encontro de Professores e Pesquisadores na área de História na Universidade Federal Fluminense.
1995	13	- Descrição das atividades do GP – Grupo de Pesquisa em Ensino da ANPUH-SP. - Divulgação de dois eventos científicos a serem realizados na Faculdade de Educação da USP: 2º Seminário de 1995 – Questões metodológicas na pesquisa de ensino. - Notícias do II Encontro Perspectivas do Ensino de História.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Quadro 10: Coluna “Debates” do *Boletim do Historiador* (1996-1999)

ANO	Nº	COLUNA DEBATES (TÍTULOS)	AUTOR
1996	16	“Memória do trabalho ameaçada”	Célia Maria Marinho de Azevedo (História / UNICAMP)
1996	17	“A importância da memória – História regional”	José de Filippi Jr. (Prefeito de Diadema); Zilda Márcia Gricoli Iokoi (História / USP)
1997	21	Sem título. Crítica à instalação dos PCNs pelo MEC.	Maria Aparecida de Aquino (Secretária da ANPUH-SP; História / USP)
1997	22	“O livro didático de História de 5ª e 6ª séries: uma avaliação necessária”	Lídia M. V. Possas (UNESP-Marília)
1998	24	“Diminuição da carga horária de História nas Escolas da Rede Pública Estadual Paulista”	Maria Aparecida de Aquino (Secretária da ANPUH-SP; História / USP)
1999	25	“A ‘lógica’ perversa da política educacional”	Maria Aparecida de Aquino (Secretária da ANPUH-SP; História / USP)

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Tratada individualmente, a coluna “Ensino” possuiu pouca expressividade no *Boletim do Historiador*, já que nos três exemplares em que foi publicada esteve limitada à função comunicativa. Apesar disso, ela destacou-se na investigação por apresentar as ações e o engajamento do GP em Ensino da ANPUH-SP.

Desde sua fundação em 1991 até a atualidade, esse grupo, composto por acadêmicos, cujas pesquisas e ações vão ao encontro da disciplina escolar, é um dos expoentes de críticas e proposições pertinentes ao ensino. Suas ações firmaram um elo entre a Associação e os professores de História. Por essa razão, a recuperação de sua trajetória foi importante e será desempenhada no segundo capítulo.

A coluna “Debates” se caracterizou como um espaço opinativo, entre 1996 e 1999. O engajamento na área educacional foi representado por Maria Aparecida de Aquino, professora da USP e secretária da ANPUH-SP entre 1996 e 2000. Identificar o posicionamento dessa e de outras figuras foi importante para que o teor dos debates da ANPUH-SP sobre as reformas do ensino e da disciplina de História nos anos 1990 fosse resgatado. Essa necessidade de compreender o passado da entidade paulista é justificada pelo aspecto de continuidade observado entre as políticas daquele contexto e a atual reforma curricular *São Paulo faz escola*.

1.3 O Arquivo do Professor Eurípedes Simões de Paula: o passado mais distante

Tendo em vista recuperar o processo de emergência e fortalecimento da ANPUH e de seus Núcleos regionais entre os anos 1960 e 1970, a investigação foi direcionada ao arquivo pessoal do professor Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), catedrático de História Antiga e Medieval da USP e membro fundador do Núcleo paulista da então chamada Associação dos Professores Universitários de História – APUH, em 1961. (VI SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1973, p. 8)

Esse acervo foi localizado no Centro de Apoio à Pesquisa em História – CAPH Sérgio Buarque de Holanda e sua organização foi feita pelos participantes do “Projeto Memória” da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da USP²⁰. Recortes de jornal e correspondências pessoais revelaram a atuação do professor Eurípedes, primeiro diretor do NRSP, durante as duas primeiras décadas da ANPUH.

O contato com essas fontes permitiu perceber como a Associação, inicialmente composta por professores universitários, passou a incorporar os docentes de 1º e 2º graus, além do público universitário. Também foi possível recuperar a concepção dos Encontros Regionais pelos Núcleos associados. No caso paulista, a primeira reunião ocorreu em 1976, ocasião em que era comemorado o 15º aniversário de fundação da ANPUH.

Nesse acervo foi localizada a primeira edição do *Boletim Informativo* da Associação. Publicado em 1962, sua função era servir como um elo comunicativo entre a mesa diretora e o grupo de associados. Contudo, outros exemplares dessa fonte periódica não foram encontrados.

²⁰ Materiais Colhidos no CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. Créditos a CPH/DH – Projeto Memória da FFLCH-USP. Arquivo do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula.



Figura 04: Capa do 1º Exemplar do *Boletim Informativo*. 1962.

A edição de 1962 fazia referência à necessidade de se criar um espaço para congregar as discussões dos professores universitários de História, dispersos territorialmente pelo Brasil. Como forma de atender a essa demanda, foi realizado o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília. Um ano mais tarde, o próprio *Boletim Informativo* também cumpriu função comunicativa.

Após delinear os caminhos desta investigação, bem como do percurso trilhado para localização e organização das fontes de pesquisa, é importante que a história da emergência e do fortalecimento da ANPUH e de seus núcleos regionais seja recuperada no capítulo subsequente. Objetiva-se compreender quais foram as motivações que levaram o grupo de professores universitários de História a criar a entidade em 1961 e qual a relevância que a disciplina escolar possuiu ao longo dessa trajetória.

Capítulo 02

A História da ANPUH-SP: o ensino no centro do debate

Este capítulo tem como objetivo discutir as bases teóricas da investigação por meio das análises de historiadores dedicados ao entendimento das concepções de história que acompanham as sociedades, os grupos e os indivíduos. Também recupera a trajetória da criação e fortalecimento da ANPUH a partir da década de 1960. Partindo da emergência da Associação Nacional em direção à atuação do NRSP, foram destacadas as condições contextuais e internas que fizeram com que a História como disciplina escolar se tornasse o centro das discussões anpuhanas.

Tanto a SEE-SP, ao empreender uma reforma curricular, quanto a ANPUH-SP, representada pelas discussões travadas entre seus membros, compreendem a História a partir da relação estabelecida entre passado, presente e futuro, descrita por Hartog (2003) como “regimes de historicidade”. Como campo de conhecimento científico, a História é resultado das apropriações do passado, feitas em favor da legitimação das ações presentes, com vista à edificação do futuro. A par da renovação historiográfica cultural das últimas décadas do século XX, Meneses (2009, p. 447) apropria-se do conceito “cultura da memória” para se referir à perpetuação de uma identidade cultural:

Fala-se de uma “cultura da memória”: o modo como uma sociedade assegura continuidade cultural, ao preservar, com o auxílio de uma “mnemônica cultural”, seu conhecimento coletivo, de uma geração à seguinte, tornando possível que gerações vindouras possam reconstruir sua identidade cultural. Não se trata de buscar testemunhos do passado, nem mesmo de continuidade cultural, mas de identificar material capaz de assegurar a inteligibilidade do passado, num determinado contexto cultural do presente. O passado, portanto, é ativamente construído. Não importa que ele seja “correto”, o que conta é que seja capaz de inclusão.

Trata-se de uma seleção e organização dos fatos passados, cujo processo envolve as demandas provenientes de instituições como o Estado, os grupos sociais, os meios de comunicação, as organizações de ensino e os indivíduos. Para Meneses (2009, p. 445), admite-se “[...] de antemão uma dimensão inerentemente política no funcionamento da memória, já que seu caráter instituído/instituinte se realiza no campo conflituoso das escolhas, dos valores, dos significados”. Desse modo, são identificadas diferentes expressões de memória.

Nas sociedades antigas, a memória era percebida como a experiência vivida pelo indivíduo em seu contexto. Hoje, a chamada memória “artificializada” ou “externalizada” é produzida fora dele, daí sua dimensão enquanto “memória protética”, ou seja, propagação do passado sem que haja elos identitários (Meneses, 2009, p. 451). Nesta dimensão, “[...] não há apropriação, por experiência, de um passado alheio, mas uma seleção e apropriação das memórias em oferta”, cuja essência é regulada pelo espetáculo, pelo senso comum e pelo consumo.

Toma parte desse processo de seleção o expressivo desenvolvimento tecnológico atual, representado pelos meios de comunicação em massa e pela crescente capacidade de armazenar grandes quantidades de dados em mídias digitais. Esse avanço, por um lado, afasta a possibilidade de uma amnésia social, mas, por outro, amplia a pobreza cognitiva das informações. Assim, apresenta-se a chamada “memória virtual”, cuja principal característica – a superinformação sem hierarquização – redundando em desinformação (MENESES, 2009).

Nesse cenário de esquecimento tecnológico e de memórias com pouco ou nenhum significado para os indivíduos, encontram-se os saberes históricos escolares. Sua missão é fazer com que as novas gerações se apropriem dos valores identitários e do conhecimento acumulado pela humanidade. Bittencourt (1998, p. 14) expõe os desafios da disciplina de História:

[...] surgiram novas exigências para a disciplina e, diante de tais perspectivas, uma questão que então se colocava ou ainda se coloca, para referenciar o ensino e a aprendizagem da História, é a de identificar as relações entre as atuais necessidades da sociedade contemporânea e o conhecimento histórico a ser veiculado pelas propostas curriculares. [...] O momento atual tem propiciado a introdução de algumas reflexões sobre a necessidade urgente do ofício do historiador e do professor de História no sentido de evitar a amnésia da sociedade atual marcada por incertezas e perspectivas indefinidas.

Emerge uma preocupação inerente à implementação de propostas curriculares para a disciplina de História. No caso desta pesquisa, essa inquietação é direcionada à reforma curricular *São Paulo faz escola*. Tendo em vista fatores conjunturais, buscou-se perceber como a SEE-SP conduziu esse processo e como ele foi recepcionado nos Encontros da ANPUH-SP.

Para uma civilização, para um partido no poder, ou para os grupos e indivíduos, a História é a legitimação do presente. Trata-se da organização dos acontecimentos passados como forma de anunciar a verdade que lhes convém, em direção aos tempos vindouros (FERRO, 1989). Por essa razão, as concepções de História dos currículos paulistas e dos debates anpuhanos vinculam-se, inexoravelmente, à conjuntura da qual fazem parte.

2.1 Cultura política e cultura histórica: um aprofundamento reflexivo

Diferentemente do que propôs Leopold von Ranke (1795-1886), a História não é mimese do passado, representação fiel dos acontecimentos pretéritos. O texto histórico não se apresenta como uma superfície livre de depressões e sobressaltos que impreterivelmente expressa a “verdade dos

fatos”. Tampouco, o historiador é neutro em sua narrativa e despojado de interferências do meio social.

Na perspectiva delineada por Ranke (HOLANDA, 1979), a História, narrativa fidedigna dos fatos passados, seria arquitetada mediante a análise de documentos (preferencialmente escritos e oficiais), cabendo ao historiador recolher os eventos mais importantes, ordená-los cronologicamente e narrá-los, sem emitir juízo de valor. Seria necessário apenas descrever o que “realmente aconteceu”, eliminando a apreciação subjetiva das fontes.

Destacavam-se nesses textos do século XIX as figuras da elite, o Estado e os chefes políticos, os quais eram considerados o “motor do progresso”. Apenas o ponto de vista das classes mais abastadas, detentoras do poder, era levado em consideração, de forma que os demais sujeitos sociais eram excluídos das narrativas históricas. Essa forma de interpretação do passado denominou-se historicismo, por basear-se nos princípios da objetividade e da neutralidade do historiador no processo de escrita da História (BITTENCOURT, 2009).

Ao longo do século XX, a partir da renovação metodológica proposta pela Escola dos *Annales*²¹, houve a superação do historicismo e do positivismo do século anterior. Esse movimento enfatizou a necessidade de intercâmbio entre os historiadores e os cientistas sociais, como geógrafos, sociólogos, economistas e cientistas políticos. Desde então, houve a certeza de que a escrita da História é fruto de seu tempo, de modo que o historiador responde às demandas que lhes são contemporâneas, sem “[...] fazer abstração dos

²¹ Escola histórica impulsionada pelos docentes da Universidade de Estrasburgo, na França, sobretudo, Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir da publicação de uma revista científica, entre os anos de 1929 a 1946. “Originalmente chamada *Annales d'histoire économique et sociale*, a Revista foi planejada, desde seu início, para ser algo mais do que outra revista histórica [...]. Seria o porta-voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos historiadores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”. A partir do contato com as ciências vizinhas, buscou-se conceber a história problema, contrariando o positivismo e o historicismo vigentes. Outras gerações se sucederam à de Bloch e Febvre, de forma que o impulso iniciado pelos *Annales*, em 1929, teve desdobramentos durante todo o século XX. Destaque é conferido à História cultural, cujo desenvolvimento se deu nos anos de 1970 e 1980, a partir da “viragem antropológica” (Burke, 2010, p. 36 e 106). Nas palavras de Bourdieu e Martin (1983, p. 119), “a corrente inovadora despreza o acontecimento e insiste na longa duração; deriva a sua atenção da vida política para a atividade econômica, a organização social e a psicologia coletiva; esforça-se por aproximar a história das outras ciências humanas. [...]. Nos anos de 1950 e 1960, os colaboradores de *Annales* desbravaram os terrenos da geografia histórica, da história econômica; nos anos 1970, abrem o domínio da história das mentalidades”.

distanciamentos e das exclusividades que definem a época ou a categoria social à qual pertence” (CERTEAU, 1982, p. 48; LE GOFF, 2000).

A mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo as três gerações, foi expandir o campo da história para diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas a descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração de outras ciências ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 2010, p. 143)

A partir dos diálogos estabelecidos com a Antropologia, já na segunda metade do século XX, houve uma ampliação dos objetos, fontes e métodos de investigação histórica. A utilização de documentos oficiais e escritos foi atenuada em favor da emergência de novos personagens. Por influência da “nova História cultural”, emergia a “História vista de baixo”, a qual resultou em investigações dedicadas à vida cotidiana de figuras sociais anônimas. (BOURDÉ, MARTIN, 1983)

Os historiadores culturais preocuparam-se em reunir e interrogar as fontes que evidenciavam o cotidiano, o comportamento e as ideologias dos sujeitos comuns, anteriormente ignorados e silenciados no processo de escrita da História. Para Sharpe (1992, p. 61-62), a “História vista de baixo”

[...] deve ser retirada do gueto (ou da aldeia de camponeses, ou das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. Aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionaram um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornaram claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas. [...] A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar.

Além de valorizar a história do homem comum, a renovação cultural também influenciou a escrita da História política na França, sobretudo, pelo surgimento da noção de “cultura política”. Burke (2010, p. 113) utiliza-se da expressão “retorno à política” para caracterizar esse movimento, já que uma das principais críticas endereçadas à Escola dos *Annales* teria sido a “[...] suposta negligência em relação à política, uma crítica que a revista parece confessar por levar em seu título o lema ‘economias, sociedades e civilizações’, sem mencionar estados”. Para Berstein (2009, p. 29-30),

É no início dos anos 1990 que a noção de cultura política aparece pela primeira vez na historiografia francesa. Seu surgimento se inscreve na vasta corrente de renovação dos objetos e métodos da história política promovida na França a partir do final dos anos 1960 [...]. O móvel principal dessa renovação consistia em aplicar à história política os enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política, e os novos horizontes abertos pela voga da história cultural, em particular no campo das representações.

A “cultura política” é percebida, de tal modo, como “[...] um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade” (BERSTEIN, 2009, p. 30). Em conjunturas históricas específicas, esses grupos dividem normas, valores e identidades, de modo a compor uma visão própria e homogênea de mundo, cuja difusão depende de meios não necessariamente políticos, mas conduz a um comportamento político.

Considera-se que a História veiculada na reforma curricular paulista e no debate anpuhano não é neutra, mas possui determinadas intencionalidades de cunho político, as quais podem ou não convergir. Os formuladores do currículo *São Paulo faz escola* e os membros da ANPUH-SP constroem uma “cultura política” em suas microesferas, as quais, em um sentido mais amplo, dividem espaço em uma conjuntura política global.

Todos esses espaços, do micro ao macro, denominam-se “culturas políticas” (BERSTEIN, 1998, 2009), de modo que uma “cultura política” dominante pode emergir (ALMOND, VERBA, 2001). No cenário globalizado de corte neoliberal existe

[...] uma pluralidade de culturas partidárias, nem todas têm o mesmo estatuto ou a mesma audiência. Algumas são apenas remanescentes residuais que só interessam a grupos minoritários, enquanto outras estão em vias de emergir e tendem a perenizar-se. Além disso, é evidente que existem culturas políticas dominantes, porque suas concepções atendem diretamente às aspirações majoritárias da sociedade, porque elas parecem traduzir os anseios da maioria e porque elas oferecem respostas aparentemente pertinentes para os problemas do momento. (BERSTEIN, 2009, p. 37)

Para se fortalecer, a “cultura política” necessita de um “substrato filosófico”, doutrina expressa em princípios comuns aos membros do grupo, e de “referências históricas”, apropriação do passado para compor uma visão própria de mundo. “[...] Cada cultura política encontra no passado uma provisão quase inesgotável de dados-chave, textos seminais, fatos simbólicos e galerias de grandes personagens que são apresentados como modelos a seus fiéis” (BERSTEIN, 2009, p. 34). Nesse sentido, a *cultura política* “[...] supre ao mesmo tempo uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto” (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Esse processo de “presentificação” dos fatos pregressos denominou-se “cultura histórica”, conceito que não sugere hierarquização em termos de qualidade ou veracidade, mas que propõe a compreensão das “[...] diferentes possibilidades de construções narrativas sobre o passado, servindo-nos como indicador a respeito de como as culturas humanas elaboram sua relação com a passagem do tempo” (GUIMARÃES, 2007, p. 36). A presença de uma “cultura histórica” é identificada na reforma curricular *São Paulo faz escola* e em sua repercussão no debate anpuhano.

Estudos como o que aqui se anuncia, atentos à “cultura política” e à “cultura histórica” de uma sociedade, são relevantes por identificarem o imaginário social e a memória coletiva dos grupos.

O trabalho de investigar *como, quem e com que recursos de poder* uma dada cultura histórica é conformada é muito difícil, mas a tentativa pode ser útil, pois as culturas históricas costumam marcar uma memória nacional, estando, freqüentemente, vinculadas a culturas políticas e a políticas culturais. Dessa forma, esse é um esforço de nítido interesse historiográfico, no sentido aqui explicitado. Assim, se a identidade de qualquer grupo social não se faz sem recurso a

‘seu’ passado, e esse processo é dinâmico, mas não arbitrário, torna-se matéria de particular valor para o historiador compreender as leituras de passado que as memórias coletivas empreendem, sobretudo se estão relacionadas a políticas governamentais explicitamente dirigidas ao enquadramento da memória nacional. (GOMES, 2007, p. 50)

Ao optar pela utilização de tais conceitos, a investigação caminha rumo ao estabelecimento de um diálogo entre a forma como os saberes históricos são percebidos no discurso acadêmico e nas políticas para a disciplina escolar. Com ênfase na atual reforma curricular do *São Paulo faz escola*, aproximações e distanciamentos entre as ações da SEE-SP e da ANPUH-SP foram sendo identificados ao longo da investigação.

2.2 Da História acadêmica à História como disciplina escolar

Fundada em 1961, por um grupo de professores universitários, a então chamada Associação dos Professores Universitários de História – APUH teve como uma de suas primeiras pautas de discussão a influência do modelo econômico taylorista²² nas reformas educacionais em curso. Após o golpe de 1964, posicionou-se contrária à reestruturação do ensino de acordo com a lógica empresarial. Além de desempenhar um importante papel combativo, a entidade teve uma atuação propositiva no debate que envolveu a Reforma Universitária de 1968.

Com o passar dos anos, a Associação vislumbrou o alargamento de suas bases, sendo composta, já nos anos de 1970, por Núcleos Regionais em vinte Estados brasileiros. Sem abandonar sua problemática elementar – a História no ensino superior, a ANPUH acrescentou ao seu debate os assuntos relacionados à disciplina nas escolas de 1º e 2º graus. Paulatinamente, o corpo de associados também se expandiu, passando a admitir estudantes e professores secundaristas, além de catedráticos de outras áreas das Ciências

²² “No geral, o que orientava o pensamento de tais elementos era a Teoria Geral de Administração de Empresas (Taylor-Fayol) aplicadas ao ensino, provindas dos relatórios dos técnicos americanos que, após o Golpe, passaram a transitar com desenvoltura pelos corredores palacianos ao lado da tecnoburocracia civil e militar brasileira”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1990)

Humanas, o que fez com que, até mesmo os desígnios de seu *Estatuto*, fossem alterados nos anos de 1990.

2.2.1 O I Simpósio de Marília e o debate sobre a Reforma Universitária de 1968

Apresentando abrangência nacional, a primeira publicação da APUH denominou-se *Boletim Informativo* e foi editada em Marília, entre os meses de janeiro e outubro de 1962. Fruto das discussões do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, realizado na cidade de Marília em 1961, esse periódico constituiu-se como veículo pioneiro de comunicação entre os pares da Associação.

Em uma das moções contidas nos *Anais* do referenciado Simpósio, José Roberto do Amaral Lapa, docente da Faculdade de Filosofia sede do evento, ressaltou a falta de diálogo entre os professores universitários de História, reivindicando a criação de uma entidade que pudesse agrupá-los:

Considerado o isolamento em que trabalham os professores universitários de História, uns em relação aos outros. Considerando a importância que, em nossos dias, assume o diálogo para o cientista. Considerando o êxito que, no gênero, têm logrado outras iniciativas, submeto à apreciação desta Mesa Redonda, a proposta da criação de uma entidade que possa congrega os professores universitários de História. Moção assinada por José Roberto do Amaral Lapa que marca o nascimento da primeira sociedade de professores de História de nível superior, em nosso país. (I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR 1961,1962, p. 287)

A ideia de criar uma associação vinculava-se à necessidade de articular as ações e unificar o processo de formação do historiador brasileiro. Para Canabrava (1981, p. 1), o contexto “pré-simpósiano” distinguia-se por não apresentar posição definida, “[...] pouco conhecimento do que se estava efetuando ou planejando em outras Faculdades, falta total de ocasiões para o encontro dos colegas das várias regiões do país”.

Complementando as ações dos Simpósios, o *Boletim Informativo* continha manifestos, avisos e informações sobre as reuniões bianuais, atualizações bibliográficas, além de editais para concursos na área de História, o que reafirmou seu papel comunicativo entre os pares da Associação. O grupo editor²³, representado pela mesa diretora, apontou a importância dessa publicação sob o título “Êste Boletim”, impresso na capa do primeiro exemplar:

Criada, consoante o próprio enunciado da moção que a inspirou, para estabelecer freqüente e profícuo diálogo entre os professôres universitários de História, que até antão vinham trabalhando em geral isolamento, a APUH dá agora, com lançamento dêste Boletim, um dos primeiros passos para a concretização dêsse diálogo. Terá o Boletim caráter exclusivamente informativo, não se destinando, portanto, à publicação de trabalhos, discursos ou conferência dos associados. O seu principal escopo residirá na divulgação do noticiário de interêsse da Associação, bem como de tudo quanto se relacione com a atividade docente e de pesquisa dos professôres universitários de História. (APUH, 1962, p. 1)

Nessa primeira edição do *Boletim Informativo*, não foram informados os recursos financeiros utilizados em sua impressão e distribuição. O que se sabe, entretanto, é que, ao longo dos anos, a publicação informativa da Associação passou por várias remodelações, sendo cessada e retomada algumas vezes. Como mencionado anteriormente, em 1993, um novo periódico foi editado sob o título *Boletim da ANPUH*²⁴. Nesse exemplar, a dificuldade em manter a periodicidade de uma publicação informativa foi expressa pelos editores, os

²³ Compunham a primeira diretoria da APUH, em outubro de 1961, Presidente: Prof. Eremildo Luís Viana (Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil); Vice-Presidente: Prof^a. Cecília Maria Westphalen (Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná); Secretário-Geral: Prof. Sérgio Buarque de Holanda (Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo); 1º Secretário: Prof^a. Alice Piffer Canabrava (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo); 2º Secretário: Prof. Jorge Calmon (Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia); 1º Tesoureiro: Prof. Antonio Camilo de Faria Alvim (Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais); 2º Tesoureiro: Prof. Armando Souto Maior (Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife) e Diretor de Publicações: Prof. José Roberto do Amaral Lapa (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília). Associação dos Professores Universitários de História, *Boletim Informativo*, Marília, janeiro-outubro de 1962, ano 01, n. 01. p. 3. Disponível em: CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. CPH/DH – Projeto Memória da FFCL/ FFLCH-USP. Arquivo do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula.

²⁴ Ver Quadro 07.

quais também atestaram a imprescindibilidade da existência de um canal comunicativo entre os associados.

Por várias vezes, em várias gestões da Diretoria Nacional da ANPUH, ventilou-se a necessidade de um mecanismo de comunicação entre os associados. Houve ensaios. Vamos tentar mais uma vez. Temos a certeza de que, com a colaboração de todos, e de modo especial das Diretorias dos Núcleos regionais, conseguiremos manter este *Boletim* por mais tempo. Simples, pequeno, despretensioso, mas que se constitua naquele gesto de amizade acadêmico-científica que de alguma maneira nos une. Será um *Boletim* trimestral, previsto para março – junho – setembro – dezembro, contendo seções com as quais se pretende cobrir as principais preocupações da Associação: Informes Gerais da ANPUH Nacional – Informes aos Núcleos e dos Núcleos – Projeto de Pós-Graduação – Ensino – *Revista Brasileira de História*. Ficamos aguardando a colaboração que nos permita a continuidade deste propósito. (ANPUH-Brasil, 1993, p. 1)

Lapa (1976, p. 186) justificou a limitação das ações da ANPUH em sua primeira década de existência pela insuficiência de recursos, já que não havia subsídios governamentais, tampouco auxílio das faculdades ou associados, o que sobrecarregava a atuação dos membros da presidência e da secretaria. A escassez orçamentária também foi responsável pela periodicidade irregular e distribuição geográfica ineficaz dos encontros, de modo que as regiões mais necessitadas, do ponto de vista do autor, não participavam das discussões.

O *Boletim Informativo* também tornou público o *Estatuto da Associação dos Professores Universitários de História*, com capítulos referentes a objetivos, associados, administração, reuniões, publicações, patrimônios, núcleos regionais, disposições gerais e disposições transitórias, além dos nomes que aderiram à Associação em nível nacional até setembro de 1962, alcançando um total de cento e quarenta e três membros. Entre seus objetivos, figuravam: “a) o aperfeiçoamento do ensino de História em nível superior; b) o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História e c) a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos” (ANPUH, 1962, p. 3).

No texto desse *Estatuto* não eram importantes os assuntos concernentes ao ensino nos 1º e 2º graus, condição a ser revertida nos

debates da Associação nos anos de 1970. Nascida com o intuito de discutir questões próprias do ensino superior, a ANPUH, inicialmente, concentrou esforços para pensar a expansão da universidade brasileira sobre os pilares do autogoverno e da qualidade ofertada. O curso de graduação em História carecia de incentivo à pesquisa, além de remodelações em seu padrão pedagógico, administrativo e curricular.

A principal questão apresentada pelo *Estatuto* da Associação residiu no fato de que, pela primeira vez, desde a década de 1930, quando os cursos de História foram criados em Institutos e Faculdades de Filosofia, a disciplina histórica acadêmica passou a lutar por autonomia, por espaço enquanto ciência necessária de atributos teóricos e metodológicos, o que implicava a necessidade de uma formação universitária mais complexa e tonificada nos âmbitos profissional e docente.

Empenhado em remodelar a universidade brasileira para atender aos anseios de uma sociedade em transformação, o I Simpósio da ANPUH repercutiu a urgência de se fazer a Reforma Universitária, ao ponto de influenciar, anos mais tarde, os órgãos colegiados de algumas Instituições (CANABRAVA, 1981). Postas as condições conjunturais em que se encontrava o Brasil na década de 1960 – tais como o crescimento populacional, o processo de urbanização, o aumento do poder aquisitivo da classe média, além do emergente envolvimento do capital estrangeiro no país – a palavra de ordem era “reforma”.

Impunha-se modelar de novo a estrutura das universidades, de modo a conferir-lhes maior flexibilidade administrativa, curricular e docente, enfim, rever o elenco das disciplinas, alertar as normas do recrutamento do corpo docente e da ascensão dos degraus da carreira acadêmica, conceder real importância à pesquisa, como atividade básica da universidade, que dá a medida do seu “status” no cenário científico internacional. (CANABRAVA, 1981, p. 2-3)

De acordo com tais desígnios, as conclusões a que chegaram os participantes do I Simpósio estiveram relacionadas, sobretudo, à necessidade de desdobramento de cursos conjugados (como História e Geografia) em Faculdades de Filosofia e de valorização da História do Brasil e da História

Regional. Destacaram-se também os problemas de ordem profissional e didática, bem como as demandas por reorganização das periodizações históricas. Urgia que se fizesse uma reestruturação curricular nos cursos de graduação e pós-graduação, com foco na inserção de disciplinas de natureza teórica e metodológica. (I SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR 1961, 1962)

Contudo, os anseios dos participantes do Simpósio não foram acatados plenamente pela Reforma empreendida pelo governo militar em 1968. No contexto da Guerra Fria, em que Estados Unidos e União Soviética disputavam mundialmente as zonas de influência, os militares alinharam a Reforma Universitária ao modelo capitalista norte-americano, impondo economia de custos e eficiência operacional às instituições de ensino. Assinado em 1966, o acordo entre o Ministério da Educação – MEC e a *United States Agency for International Development* – USAID, tinha como objetivo a renovação da universidade com vistas à superação das heranças de um passado elitista e provinciano. Para os Estados Unidos, o acordo significou a garantia da influência econômica e cultural no Brasil²⁵.

Fundada na década de 1930, a universidade brasileira possuía um caráter bacharelesco de formação que incitava a reprodução de um conhecimento eurocêntrico. A pesquisa científica não encontrava nessas instituições terreno fértil, sendo as aulas essencialmente livrescas e desprovidas de espaço para reflexões críticas. Ademais, a contratação de docentes e servidores atendia a interesses clientelistas. Nas palavras de Costa (2004, p. 38-39),

²⁵ No contexto da Guerra fria, ante a ameaça comunista “[...] os Estados Unidos procuraram estreitar os laços com os países da América Latina, mediante projetos de desenvolvimento patrocinados pelo *Inter-American Development Bank* (Banco Interamericano de Desenvolvimento), criado em 1957, e pela Aliança para o Progresso, de iniciativa do presidente John Kennedy. A contrapartida do auxílio econômico e cultural era a assistência militar com a qual os Estados Unidos pretendiam garantir a segurança do hemisfério. Com esse objetivo, a *Agency for International Development* (AID) financiava, por exemplo, o treinamento de policiais latino-americanos na Carolina do Norte, No Forte Bragg e na Escola das Américas, no Panamá. Consciente da força das ideologias, o governo americano empenhara-se em expandir a influência cultural dos Estados Unidos. É a partir desse quadro internacional que se podem entender os vários convênios que resultaram em chamado projeto MEC-Usaid (COSTA, 2004, p. 37).

Abertas aparentemente a todos, as universidades, de fato, recrutavam alunos entre as categorias privilegiadas. No dizer de Lévy-Strauss, até então a cultura fora uma distração dos ricos. Com raras exceções, a universidade era expressão dessa realidade.

Sob o pretexto da flexibilização e da racionalização administrativa do ensino superior, a reforma assumiu uma lógica empresarial, atrelada à produção capitalista. Faziam-se necessárias

[...] a extinção do sistema de cátedras, a introdução da organização departamental; a divisão do currículo escolar em dois ciclos, um básico e outro profissionalizante, integração das atividades de ensino e pesquisa e ênfase na pós-graduação. (GERMANO, 2011, p. 118-119)

Na parceria MEC-USAID, o governo militar veiculava

[...] a universidade como empresa, a valorização da iniciativa privada em detrimento da participação do Estado, a substituição do ideal de gratuidade do ensino superior pelo da lucratividade, a ênfase na formação tecnológica em detrimento da formação humanística e a subordinação dos ideais de liberdade de expressão e de cátedra ao ideal de segurança nacional definido nos termos da guerra fria. (COSTA, 2004, p. 39)

O impacto da reforma nos currículos da graduação foi sentido pelas três principais universidades paulistas da época, no caso, a Pontifícia Universidade Católica – PUC, a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a Universidade de São Paulo – USP. Houve determinante separação entre o bacharelado e a licenciatura a nível estrutural, acadêmico e pedagógico. Na PUC-SP, por exemplo, o curso de História passou a constituir-se em três ciclos: o básico, o profissional e a especialização científica ou pós-graduação, sendo o primeiro mais direcionado à docência nos 1º e 2º graus e o último à pesquisa histórica (CIAMPI, 2000).

Nos anos de 1970, por força da lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), o curso de História caracterizou-se pela separação entre o “fazer historiográfico” e o “ensinar/transmitir” os conhecimentos históricos. De acordo com essa lógica, não era necessário que os professores primários e secundários refletissem

historicamente sobre a realidade vivida, já que atuariam como vulgarizadores do conhecimento. A escola e as disciplinas eram vistas como reprodutoras dos saberes acadêmicos de referência, de modo que os aspectos culturais, próprios de cada instituição, ainda não eram considerados.

Compreendidos como estruturas distintas e rigidamente compartimentalizadas dos Departamentos de História, os cursos de graduação e pós-graduação também não apresentavam proximidade entre suas discussões. Sem que houvesse diálogo entre essas duas esferas, os graduandos eram conduzidos para a docência, os pós-graduandos concentravam-se nos trabalhos investigativos com reflexão e rigor científico.

Às licenciaturas estava relegado um conhecimento despolitizado, fragmentado e especializado, de modo que as disciplinas de ensino, como Didática e Práticas Pedagógicas, eram pomenorizadas. “Daí a didática se torna estática, não indaga a realidade dos alunos com os quais vai lidar [...]” (FENELON, 1985, p. 27). Por outro lado, o pesquisador, produtor do conhecimento histórico, teria uma formação mais ampla que envolveria conhecimentos de natureza teórica e metodológica, em disciplinas de Introdução, Metodologia e Teoria ou Historiografia. Aprofundava-se a dicotomia entre a “história pensada” e a “história ensinada” (CIAMPI, 2000). Até meados dos anos de 1980, nos cursos de graduação,

As discussões sobre os aspectos metodológicos e teóricos são reservadas aos Cursos de Introdução, Metodologia e Teoria ou Historiografia, quando existem nos currículos, e os professores de outras disciplinas estão eximidos da discussão metodológica, pois isto é assunto de disciplina específica e seria até considerado ‘invasão de área’. Eles são assim os professores da ‘História propriamente dita’, ou seja, lidam com o processo histórico, só que cada um a sua maneira, sem realizar diálogo ou esclarecimento sobre o sentido e o significado de sua posição, do direcionamento de seu curso para tal abordagem e não outra. (FENELON, 1985, p. 28)

Ante essa depreciação dos saberes históricos escolares, a ANPUH, em suas primeiras décadas de atuação, liderou a luta pelo fim da dicotomia entre licenciaturas e bacharelados. Em sua pauta estava a necessidade de conferir maior cientificidade ao trabalho tanto de professores quanto de pesquisadores.

Nesse contexto, o déficit de formação dos historiadores encontrava-se também na falta de manipulação e análise de fontes históricas (CANABRAVA, 1981).

A pesquisa científica, um dos pilares da qualidade do ensino superior, não fazia parte do cotidiano de alunos de graduação. Quando desenvolvida, não abrangia a coletividade, tampouco atendia às necessidades sociais, possuindo caráter acadêmico. Do mesmo modo, revelavam-se “[...] aleatórias e avocadas por docentes como imposição para galgar os degraus da carreira universitária, sem desenvolver-se como atividade permanente” (CANABRAVA, 1981, p. 7).

O legado da reforma educacional promovida pelo governo militar em 1968 foi observado até meados dos anos de 1980 nas instituições que ofereciam cursos de História em nível superior.

Grande parte dos nossos alunos são formados em História, mas não são capazes de elaborar uma problemática de pesquisa. Tiveram contatos mínimos com qualquer tipo de documentação e não aprenderam a trabalhar com ela, raramente freqüentaram qualquer tipo de Arquivo ou foram em busca de outras fontes de investigação, aprendendo a questioná-las na forma como aprecem ou foram encobertas, no conteúdo do que dizem, na situação de testemunhos de que são origem. Isto não se faz, em verdade, porque a maioria dos professores muitas vezes jamais realizou este tipo de trabalho e tem sobre sua tarefa de ensino uma concepção que não difere da idéia do repassador de conhecimentos e de informações. (FENELON, 1985, p. 30)

Buscando reverter esse quadro de formação universitária em que se encontravam os historiadores, a ANPUH surgiu e se fortaleceu. Desde sua primeira reunião, em 1961, consagrou-se como um espaço propício para a renovação do pensamento histórico brasileiro. Como herança para os encontros que se sucederam ficou a disposição em enriquecer a experiência universitária em cursos de licenciatura e bacharelado em História e a meta de elevar, progressivamente, o padrão científico do trabalho do professor da educação básica.

2.2.2 Ampliação do debate: a participação de professores dos 1º e 2º graus e a questão dos “Estudos Sociais”

A abrangência da ANPUH foi renovada e ampliada a cada novo Simpósio. Seu corpo de associados expandiu-se para além dos professores universitários, chegando a atingir, no ano de 1973, mil associados (VI SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1973). Também reivindicavam espaço para discussão historiadores de arquivos e museus, catedráticos de outras áreas das ciências humanas, além de graduandos e pós-graduandos, no início, aceitos apenas facultativamente. A presença de estudantes como ouvintes do VI Simpósio da Associação, realizado no ano de 1973 na cidade de Goiânia, mereceu destaque em seus *Anais*:

[...] justifica-se refletir sobre os aspectos positivos da presença dos estudantes, quase igual a dos professôres (universitários e secundários). Eles: alunos hoje, professôres amanhã, facultam supor a receptividade da tese exposta pelo presidente da ANPUH na sessão de abertura do Simpósio: "a escolaridade pressupõe o binômio professor-aluno, aluno-professor, numa tentativa de compreensão e diálogo que, vêzes por outra, é conseguido". Eles que, pela sua avalanche inesperada, ocasionaram problemas de acomodação para seus colegas goianos. Eles que, pelo comportamento não se tem notícia de nada que os desabone, pela atenção com que acompanharam as sessões de estudo, provaram e comprovaram que os nossos estudantes de História sabem distinguir o que é autêntico e conseqüentemente - válido e promissor (VI SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1973, p.10)

Apesar dessa ampla participação, apenas no IX Simpósio Nacional, realizado na cidade de Florianópolis-SC em 1977, foi oficializada a efetiva participação de estudantes e de professores de 1º e 2º graus. Em nota introdutória aos *Anais* desse Simpósio, a professora Maria Regina Simões de Paula, expressou a incerteza quanto às vantagens e desvantagens dessa aceitação, o que necessariamente implicaria em adequações no *Estatuto* e nome da entidade:

Porquanto ficou estendido a todos estudantes e professores desde que regularmente inscritos nos Simpósios o direito de apresentar comunicações e participar dos debates nas sessões dos mesmos. Excluído, apenas o direito de voto na Assembléia Geral, privativo dos professores universitários de História. Perguntar-se-ia se o posicionamento assumido pela maioria dos associados presentes no Plenário de Florianópolis, foi um bem ou um mal para a entidade adolescente? Avanço ou retrocesso? E a sigla ANPUH? Ponto de partida para uma imperativa readequação? - Indagações que, provavelmente irão encontrar respostas no X Simpósio em Niterói. (IX SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1979, p. 16-17)

Desse momento em diante, a Associação passou a desempenhar “[...] o papel de escola, no seu sentido legítimo, a congregar licenciados e graduandos para o convívio com métodos, técnicas e interpretações que germinam nas fronteiras avançadas do conhecimento histórico” (CANABRAVA, 1981, p. 4). Como previsto no Simpósio de 1977, esse alargamento culminou em 1993 na reelaboração de alguns pontos do *Estatuto* de 1962 e na mudança de denominação da Associação, preservando-se, contudo, o acrônimo – ANPUH. Aprovada na Assembleia Geral Ordinária, realizada no XVII Simpósio Nacional de História,

[...] a ANPUH passa a ser chamada de Associação Nacional de História, denominação mais curta, porém mais abrangente que a anterior, pois considera o contingente de historiadores que não são professores universitários, mas que tem engrossado os quadros da Associação nos últimos anos. (ANPUH-SP, 1993b, p. 1)

Superadas as discussões sobre a Reforma Universitária, a temática dos Simpósios sofreu alterações. Por influência da ampliação da base de associados, ocorreu a expansão do debate para outros níveis de ensino. Nos anos de 1970²⁶, o foco foram as políticas curriculares para a disciplina de História nos 1º e 2º graus. O processo reformista preconizado pelos militares para esses níveis se apresentou como limitante da autonomia dos sujeitos educacionais e supressor dos saberes históricos.

²⁶ Ver Anexo 01.

Em um contexto de industrialização e autoritarismo político, a lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971) teve a função de conferir legitimidade ao governo militar e garantir sua permanência. Essa diretriz logrou vasta aceitação entre as camadas populares, sobretudo, pela ampliação da oferta educacional. Assim como sua antecessora, essa reforma procurou atender aos interesses do capital estrangeiro, já que buscou absorver a força produtiva e regular do mercado de trabalho por meio de duas medidas essenciais: no ensino de 1º grau, a ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos e, no 2º grau, a disseminação do ensino profissionalizante (GERMANO, 2011).

Nessa diretriz, houve a fusão da História e da Geografia em outro componente curricular a ser ministrado nos dois níveis de ensino: os Estudos Sociais²⁷. As disciplinas de Filosofia, Psicologia e Sociologia foram excluídas dos currículos do 2º grau. Ao lado de disciplinas como Educação Moral e Cívica – EMC e Organização Social e Política do Brasil – OSPB, os Estudos Sociais serviram como instrumentos de normalização e controle das massas trabalhadoras (BITTENCOURT, 2009). O Estado militar pretendia

[...] debilitar o ensino de História, pela rejeição de sua individualidade. O propósito está latente no texto legal com a encampação do ensino da História e da Geografia no núcleo composto de disciplinas designado por Estudos Sociais. Sob o pretexto de promover “a integração de estudos”, cujo mérito é aceito, ignoram-se os métodos e objetivos próprios, a personalidade do campo científico, próprios a cada disciplina e, no caso específico da História, sua importância singular para a consciência coletiva. (CANABRAVA, 1981, p. 8)

As discussões sobre os impactos dessa reforma estiveram presentes no VII Simpósio da ANPUH, realizado na cidade de Belo Horizonte em 1973. Na notícia publicada no *Diário de Minas*, Eurípedes Simões de Paula, então presidente da Associação, afirmou: “É ponto pacífico a manifestação contrária aos Estudos Sociais que, da maneira como estão sendo ministrados, não ajudam a ninguém, seja aluno ou professor” (DIÁRIO DE MINAS, 1973, s/n). Os participantes desse encontro também discutiram os seguintes problemas:

²⁷ Ver Anexo 01.

[...] baixa remuneração, diminuição da carga horária das aulas e falta de condições didáticas que estão contribuindo “para a frustração dos professores e conseqüente prejuízo para os alunos”. Paralelamente ao Simpósio, os estudantes estão realizando reuniões para discutir diversos problemas do curso de História. (DIÁRIO DE MINAS, 1973, s/n)

O debate sobre a necessidade de desarticular os Estudos Sociais estendeu-se por toda a década de 1970, adentrando os anos de 1980. Em 1981, por exemplo, durante seu XI Simpósio, a Associação discutia a responsabilidade social e política da disciplina e os desafios da tarefa de apresentar a História como um conhecimento produzido e não como descrição perfeita do real. Para tanto, era preciso que a disciplina recobrasse a propriedade de seus saberes. De maneira geral, recusava-se a visão da escola e do ensino como ferramentas de manutenção do regime e como reprodutores do conhecimento conveniente às classes dominantes (CORDEIRO, 2000).

As iniciativas de reformulação do ensino de História eram de cunho individual e coletivo e partiram de professores de História que formularam projetos didáticos alternativos, das universidades que ofereceram contribuições historiográficas e educacionais e do próprio Estado que, pressionado pelas reivindicações sociais, divulgou propostas curriculares mais pertinentes à nova organização política nacional. Também participou das discussões a mídia, representada, principalmente, pela imprensa escrita (CORDEIRO, 2000; FONSECA, 2006).

Nessa conjuntura, desempenhou importante papel a *Revista Brasileira de História*, órgão criado pela ANPUH em 1981, para comemoração do seu vigésimo aniversário. Seu principal escopo seria dar visibilidade às pesquisas científicas na área, tendo sido cessada a publicação dos *Anais dos Simpósios da ANPUH* em 1977²⁸. Em ata que registra a Fundação da *Revista*, Raquel Glazer, então secretária, observou que os *Anais* representavam um ônus para as possibilidades orçamentárias da entidade, de tal forma, optou-se por uma

²⁸ Os *Anais* “[...] compreendem dezenove volumes, designados pelo tema central da seção de pesquisa e englobam os trabalhos de nove Simpósios, de 1961 a 1977. A partir do volume de 1965, consagrado ao III.º Simpósio realizado em Franca SP., o Prof. Eurípedes Simões de Paula empenhou-se em publicá-los regularmente. Do muito que sua dedicação e entusiasmo deram à associação no período de doze anos (1965/77) em que ocupou a presidência, possivelmente a obra mais importante seja esta, o registro dos trabalhos da entidade, na coletânea impressa”. (CANABRAVA, 1981, p. 9)

periodicidade de dois números anuais, os quais seriam subvencionados pelos sócios e, posteriormente, comercializados (GLEZER, 1981, p. 129).

A crescente importância que o ensino de História alcançou nas páginas desse periódico, sobretudo em meados da década de 1980, é expressa no quadro 11.

Quadro 11: O ensino de História na *Revista Brasileira de História* (1981-1990)

ANO	NÚMERO	QUANTIDADE DE TEXTOS	SEÇÃO
1982	03	1 artigo	-
1983	06	1 nota	Noticiário
1984	07	1 artigo 2 notas	Questões Didáticas Noticiário
1984/85	8/9	1 nota	Noticiário
1985	10	3 artigos	Questões Didáticas
1985/86	11	2 artigos	-
1986	12	1 artigo	Questões Didáticas
1986/87	13	2 artigos 1 nota	Ensino Noticiário
1987	14	4 textos	Polêmica
1987/88	15	1 artigo 1 comunicação	Ensino Noticiário
1988/89	17	1 nota	Noticiário
1989/90	19	9 artigos 2 textos	Artigos Crítica Bibliográfica

Fonte: CORDEIRO, 2000.

Destaque especial deve ser conferido ao número 19 da *Revista Brasileira de História*. Coordenada por Marcos Antonio da Silva, entre 1989 e 1990, essa publicação foi dedicada, exclusivamente, à História como disciplina escolar. Em uma série de edições temáticas, teve como título “História em Quadro negro: escola, ensino e aprendizagem”. Ao apresentá-la, seu coordenador fez menção a um compósito de “vozes” que ressoavam para a história ensinada. Vozes dissonantes, mas que dividiam uma perspectiva comum: “[...] a possibilidade de manter o ensino entre as preocupações teóricas e políticas do profissional de História” (SILVA, 1990, p. 7).

No contexto da redemocratização política nacional, também os currículos escolares necessitavam de mudanças que os adequassem aos novos moldes democráticos. A disciplina de História passou a ser concebida

como um campo de investigações científicas e como precursora de criticidade e reflexão entre os educandos. Além disso, a compreensão do ensino escolar como vulgarizador do conhecimento acadêmico foi substituída pela ideia de que a escola e as disciplinas edificam, pela ação de seus sujeitos em condições contextuais próprias, saberes específicos. Existia uma cultura escolar a ser considerada (CHERVEL, 1991; FORQUIN, 1993; JULIA, 2001).

No Estado de São Paulo essa tarefa coube à CENP, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação. Desde meados dos anos de 1980²⁹, os currículos formulados por ela foram alvo de críticas advindas das Universidades, Secretarias de Educação municipais e estaduais, dos professores do 1º e 2º graus, bem como dos membros da sociedade civil, representados pela mídia e grupos de interesse, com destaque para a atuação da ANPUH-SP.

As discussões relacionadas ao ensino de História sobressaíram-se às de outras disciplinas, pois inovações trazidas para esse campo impactavam também os setores político e social, incluindo o próprio conceito de cidadania no contexto da redemocratização. Com foco no protagonismo do professor na elaboração dos currículos e do aluno no processo de ensino-aprendizagem, as discussões sobre a disciplina buscavam “[...] romper com o papel reprodutivista” e propunham “[...] experiências utilizando diferentes linguagens e recursos no ensino, tais como música, literatura, filmes, TV, histórias em quadrinhos e outros documentos” (FONSECA, 2006, p. 86).

A compreensão da escola e da disciplina como espaço de reflexão e crítica não interessou hegemonicamente aos grupos. Não houve consenso nem mesmo entre os intelectuais responsáveis pela elaboração das novas matrizes (FONSECA, 2006). Entre os anos de 1986 a 1992, em função das constantes substituições de coordenadores e, conseqüentemente, das equipes técnicas responsáveis pelos currículos, foram lançadas cinco versões curriculares para a História. Cada uma delas era representante dos interesses do grupo que detinha o poder (MARTINS, 1996).

²⁹ Ver Anexo 01.

As 1ª, 2ª e 3ª versões, elaboradas entre 1986 e 1988, representaram a inovação e a democratização a que se propunha o ensino de História paulista. A escola foi compreendida como uma instituição política, e os currículos foram formulados conjuntamente com os professores de 1º e 2º graus (MARTINS, 1996). Mais tarde, entretanto, as 4ª e 5ª versões do currículo, divulgadas entre 1991 e 1992³⁰, foram assinadas por docentes de universidades paulistas sem que houvesse a participação da rede, tampouco da equipe técnica da CENP, que passou por processo de esvaziamento de funções, burocratização e perda do poder decisório.

Conduzidos pelos princípios de uma “contra-reforma conservadora” que “[...] visava obstaculizar a consumação dos novos direitos constitucionais no campo social formalmente assegurados pela Carta de 1988” (FAGNANI, 1996, p. 90), os currículos de História dos anos 1990 abandonaram as inovações trazidas pelas três versões anteriores. De tal forma, as discussões sobre a disciplina pareciam abandonadas, houve “uma espécie de amortecimento do debate: o ensino de História saiu de cena” (CORDEIRO, 2000, p. 201).

Apesar desse abandono, o grande legado das discussões dos anos de 1970 e 1980 foi o desbravamento de caminhos para que o ensino de História continuasse a ser objeto de reflexões. Nos Simpósios bianuais da ANPUH e na *Revista Brasileira História*, o tema ensino permaneceu como centro de análises e proposições. Tal percepção consubstancia-se nas palavras de Marcos Antonio da Silva, que, na introdução do exemplar da *Revista Brasileira de História* dedicado ao ensino, atestou a emergência de um “vozerio da história ensinada”. “É preciso ouvi-lo. Ele contribui para se entender porque os quadros-negros, hoje, são verdes”. (SILVA, 1990, p. 8)

Tendo em vista o histórico de combate e proposição da ANPUH em nível nacional, a pesquisa foi direcionada à atuação do Núcleo Regional paulista no que respeita à História como disciplina escolar. Partindo da emergência dos Encontros Estaduais na década de 1970, até a criação do Grupo “Pesquisa em Ensino”, nos anos 1990, buscou-se apresentar como a História escolar foi-se

³⁰ Segundo Martins (1996) entre os anos de 1988 a 1992, devido aos impasses sofridos em sua elaboração, a circulação de algumas propostas curriculares foi suspensa, entre elas, a de História.

tornando uma das prioridades das discussões e ações encaminhadas pela ANPUH-SP.

2.3 O Núcleo Regional Paulista: dos Encontros Estaduais ao Grupo “Pesquisa em Ensino”

Outro ponto que merece destaque no primeiro *Estatuto* divulgado pela APUH em 1962 se refere à regulamentação de seus Núcleos Regionais³¹, órgãos da Associação nos Estados que teriam autonomia regimentada em legislação própria e diretoria individual. À semelhança da Associação Nacional, os Núcleos discutiriam questões próprias da História no ensino superior, sendo considerados os diferentes problemas e peculiaridades locais. O objetivo central seria criar as bases do debate a ser ampliado nos Simpósios, garantindo sua expansão e regular periodicidade.

Importa destacar que o Núcleo paulista, fundado em 04 de Julho de 1962, tendo como sede a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, teve sua diretoria composta essencialmente por professores da casa³², vanguarda do pensamento intelectual daquele contexto. Diferentemente da entidade nacional, o Núcleo Regional apresentaria um Conselho Consultivo³³, cuja função seria “[...] opinar sôbre as propostas de admissão de professores

³¹ Criados automaticamente pela aprovação do primeiro *Estatuto* da APUH, em setembro de 1962, já se encontravam fundados onze Núcleos Regionais, dos quais nove estavam instalados e com sua diretoria designada. Tratavam-se dos Núcleos Regionais da Bahia, Goiás, Guanabara, Minas Gérias, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Se outras unidades da federação desejassem criar Núcleos, seria necessário mobilização de seus professores universitários (*Boletim da ANPUH*. ano 01. n. 01. p. 6). Em 1963, outros dois núcleos foram criados: “[...] Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Os da Paraíba e Santa Catarina estabeleceram-se em 1967, o do Sergipe em 1969, o de Brasília em 1970 e o do Amazonas em 1971, perfazendo uma rede de 16 núcleos filiados ao fim da primeira década de existência. Os núcleos do Ceará, Pará e Mato Grosso pertencem à segunda década, que se arremata agora com a fundação do núcleo regional do Estado do Acre, em novembro do ano findo, completando um total de 20 entidades” (CANABRAVA, 1981, p. 5).

³² Composição da primeira diretoria – diretor: Eurípedes Simões de Paula, secretário: Raul de Andrada e Silva e tesoureiro: Padre Carl Valeer Frans Laga. *Boletim da ANPUH*. ano 01. n. 01. p. 8.

³³ Composição do primeiro Conselho Consultivo: Eduardo d’Oliveira França, Madre Leda Maria Rodrigues e Jeanne Berrance de Castro. *Ibid.*; p. 8.

associados, bem como, quando solicitada, coadjuvar o Diretor na programação dos trabalhos do NRSP” (APUH, 1962, p. 11).

Na primeira edição do *Boletim Informativo*, foi publicado o *Regulamento do NRSP*. Destacavam-se os objetivos que corroboravam e ampliavam os escopos da Associação Nacional:

a) debate de problemas atinentes ao aperfeiçoamento do ensino das disciplinas históricas, bem como ao exercício do magistério em nível superior; b) o incentivo ao estudo, pesquisa e divulgação de assuntos de História; c) a preservação das fontes e manifestações culturais que se relacionem com os estudos históricos; d) a colaboração nos Simpósios promovidos pela APUH e e) a defesa dos direitos e legítimos interesses do Magistério superior de História. (APUH, 1962, p. 10)

Ainda não estava prevista nesse *Regulamento* a realização de Encontros Estaduais pelo Núcleo. Encontravam-se normalizadas apenas as reuniões de natureza administrativa, cuja função seria apresentar o relatório anual e eleger a nova diretoria e as reuniões culturais “[...] reservadas à apresentação de comunicações concernentes aos objetivos e às atividades sociais, efetuando-se em datas marcadas pela Diretoria”. (APUH, 1962, p. 11)

De acordo com a publicação no Diário Oficial do Estado de 09 de setembro de 1976, em homenagem ao 15º aniversário da ANPUH, os Encontros Regionais foram idealizados pelo Prof. Odilon Nogueira de Mattos e visavam ao estudo da história de São Paulo (SÃO PAULO, 1976). Por meio deles haveria um contato mais direto entre os associados, sobretudo, pela concepção de projetos, grupos, seminários e publicações científicas, com intuito de aproximar os pesquisadores e ampliar os debates sobre as mais diferentes temáticas.

Nos anos 1990, contexto em que a universidade já compreendia a disciplina escolar como um campo de conhecimento autônomo, a questão do ensino se institucionalizou na Associação paulista. Por influência dos debates das décadas anteriores, a ANPUH-SP pensou em diferentes meios de amparo e enriquecimento das experiências no ensino, entre os quais se destacaram alguns projetos de formação continuada para professores.

Apresentado como proposta e aprovado pelo conselho do NRSP em 1990, o “Projeto de Formação Permanente do Professor” foi uma das primeiras iniciativas na área de ensino. Mediante o estabelecimento de parcerias com a SEE-SP e com as universidades paulistas, os professores de História de 1º e 2º graus receberiam formação continuada, com intuito de garantir a atualização de seus conhecimentos e o constante repensar de suas práticas pedagógicas. A professora Helenice Ciampi, idealizadora do projeto, detalhou seus desígnios:

Durante dois anos, os professores selecionados terão sua carga horária semanal reduzida, para poderem participar das atividades programadas, cursos e encontros para acompanhamento e orientação do trabalho escolar e elaboração do material didático. Nos primeiros três semestres letivos o Projeto possibilitará ao professor da rede pública a opção por disciplinas oferecidas na graduação pelos departamentos de História das universidades envolvidas no projeto, na qualidade de aluno especial. Paralelamente às aulas formais, haverá encontros, a cargo dos professores da Prática de Ensino, auxiliados por monitores. (ANPUH-SP, 1991a, p. 3)

Esse plano de trabalho possuiu um caráter intermitente, experimentando episódios de maior e menor abrangência e atuação. Isso se deveu, entre outros aspectos, aos rumos seguidos pelas diretorias que ascendiam à gestão do Núcleo em diferentes conjunturas. A proposta de oferecer uma formação continuada aos professores da rede pública nasceu em um contexto em que a ANPUH-SP esteve representada por professores diretamente engajados com as questões do ensino.

Entre os anos de 1990 a 1992, a então diretora Zilda Márcia Grícoli Iokoi, juntamente com Helenice Ciampi e John Monteiro, agiu em muitas frentes relacionadas à História como disciplina escolar, de modo que a formação docente foi uma prioridade. No contexto em que as licenciaturas e as escolas buscavam se reestabelecer das reformas de 1968 e 1971, a ANPUH-SP desempenhou importante papel formativo entre os professores da rede estadual paulista e municipal paulistana. Ainda nos informes referentes ao “Projeto de Formação Permanente do Professor”, foi verificado:

A ANPUH nasceu e se fortaleceu na luta pela escola pública e na defesa do professor de História, substituído pelos polivalentes e por aqueles que cursavam licenciaturas curtas de Estudos Sociais. Como entidade profissional é seu dever lutar pela salvaguarda da profissão, por seu aprimoramento e pela valorização da área. Nessa luta, a qualificação do professor e o acesso aos cidadãos do conhecimento histórico de forma crítica é o que move a Associação nessa tarefa de propor um caminho para a formação permanente do professor. (ANPUH-SP, 1991a, p. 2)

Além da importância atribuída à formação docente, uma das mais relevantes ações dessa diretoria foi o incentivo à realização de Seminários de Pesquisa mensais, os quais seriam organizados pelos diversos Grupos de Pesquisa – GP que congregavam a ANPUH-SP. Ao lado de outros, como “Questão Agrária e Movimentos Sociais”, “História Política”, “História Social da Arte” e “História Eclesiástica”, o Grupo “Pesquisa em Ensino” concentrou esforços para socialização de trabalhos realizados e em andamento.

Autônomos em suas ações e reuniões, os GPs representaram a possibilidade do avanço das discussões anpuhanas para além dos Encontros Estaduais e Simpósios Nacionais. Criados nos anos de 1990 e ainda atuantes, eles promoveram ininterruptas reflexões entre os historiadores e professores de História sobre temas preestabelecidos. No segundo exemplar do *Boletim do Historiador*, publicado em julho de 1991, a importância dos Seminários mensais coordenados pelos GPs foi reafirmada:

No segundo semestre de 1991, prosseguirão os Seminários de Pesquisa do Núcleo de São Paulo, sempre às sextas-feiras do mês. Os Seminários reúnem os Grupos de Pesquisa já constituídos, fornecendo um fórum público para a discussão de assuntos temáticos, metodológicos e teóricos. Em diversos casos, estes grupos também promovem encontros regulares com cronograma próprio. (ANPUH-SP, 1991b, p. 1)

Nas páginas do *Boletim* encontra-se a atuação abrangente e duradoura do Grupo “Pesquisa em Ensino”. Na seção “Notícias do Núcleo”, publicada em maio de 1992, foi expressa a efetivação de um Seminário de Pesquisa, realizado na cidade de São Vicente-SP no ano anterior. A partir da presença massiva de professores dos 1º e 2º graus, foram debatidas as questões teórico-metodológicas que envolviam a disciplina.

O GP Pesquisa em Ensino informa que realizou um seminário em 27/09/91, contando com a presença de professores dos três graus de ensino, especialmente do 1º e 2º graus da rede pública da capital e de São Vicente. Relatou-se a formação prática do próprio grupo, objetivando conceituar pesquisa em ensino, explicitando seu objeto de estudo e questões prioritárias. Após o debate, distribuiu-se questionários para possibilitar, ao GP, mediar a formação de grupos de estudo, mapeando suas preferências temáticas e principais preocupações. Posteriormente ao seminário a coordenadora do GP recebeu da Delegacia de Ensino de Santos e São Vicente solicitação para realizar encontro com os professores de história das respectivas cidades, para debater questões teórico-metodológicas do ensino de história e a formação de grupos de estudo. Do encontro realizado em São Vicente em 8/11/91, foi organizado um núcleo de coordenação, com doze professores encarregados de elaborar um projeto de atividades e estudo e mediar a comunicação entre professores da rede, Delegacia e ANPUH. Este núcleo acompanha as atividades do mesmo grupo, assessorando-o quando solicitado. (ANPUH-SP, 1992a, p. 2)

Entretanto, durante o XII Encontro Estadual de História “Cultura, memória e poder”, realizado na cidade de Campinas-SP em 1994, os professores escolares solicitaram à ANPUH-SP o oferecimento de outros cursos de atualização, como os do ano de 1991 (ANPUH-SP, 1994, p. 3). Essa referência pressupõe a interrupção das ações do “Projeto de Formação Permanente do Professor”, concebido e fortalecido pela gestão 1990-1992.

Possivelmente, as adversidades encontradas nessa iniciativa estiveram relacionadas à sua operacionalização. Uma das intenções dos idealizadores do “Projeto de Formação Permanente do Professor” era transformá-lo em um projeto de extensão, o que traria recursos financeiros para que as três universidades envolvidas – PUC-SP, USP e UNESP – pudessem executá-lo, sem onerar o público-alvo (ANPUH-SP, 1991b, p. 3). Contudo, não é possível saber se esse ideal se materializou efetivamente.

As dificuldades também estiveram relacionadas à falta de iniciativa das Secretarias de Educação em abonarem a falta dos professores participantes das reuniões da ANPUH-SP. Foi verificada, nas páginas do *Boletim do Historiador* de 1996, referência a este problema. “Os professores da rede pública foram prejudicados pela falta de apoio das Secretarias de Educação do

Município e Estado de São Paulo que não possibilitaram a dispensa de ponto”. (ANPUH-SP, 1996, p. 1)

As diretorias que sucederam a gestão 1990-1992 não publicaram nas páginas do *Boletim* a intenção em levar adiante o projeto de formação do professor existente, tampouco houve proposição de outras iniciativas de cunho semelhante. A partir de mudanças conjunturais e da composição de novas mesas diretoras, com engajamento político e acadêmico diverso, outras questões tornaram-se mais urgentes e necessárias de reflexões e ações.

John Monteiro, Circe Bittencourt e Marisa Saenz Leme, no biênio 1992-1994, por exemplo, atuaram na integração licenciatura-bacharelado e no fortalecimento da relação pesquisa-ensino. O texto publicado no *Boletim do Historiador* pelos diretores revelou a continuidade do ideal de oferecer cursos de formação contínua e a distância para professores. A intenção era articular um centro de referência para a pesquisa sobre o ensino de História no Estado, com a criação de um banco de dados e linhas de publicação. (ANPUH-SP, 1992b, p. 1)

A materialização desse ideal foi verificada, em fevereiro de 1993, quando o diretor John Monteiro se pronunciou em uma seção intitulada “Um novo projeto para o núcleo”. Ante a falta de ações consistentes, contínuas e sistemáticas sobre ensino, houve a proposta de criação do “Projeto Pesquisa e Ensino de História no Estado de São Paulo (Diagnóstico e Perspectivas para o Futuro)”, cujo objetivo seria

[...] estabelecer uma base material, administrativa e de informações para um trabalho permanente dentro do Núcleo, com o fito de atender efetivas necessidades da comunidade de historiadores e criar condições mínimas para uma atuação de real impacto sobre futuras políticas de ensino e pesquisa na área. (ANPUH-SP, 1993a, p. 1)

Da mesma maneira como ocorrido com o “Projeto de Formação Permanente do Professor”, as edições posteriores do *Boletim* não apresentaram a continuidade do plano de trabalho assumido pela diretoria 1992-1994, fato que pressupõe seu abandono.

Apesar da descontinuidade desses projetos, a herança deixada pela diretoria 1990-1992³⁴ foi o incentivo à formação dos Grupos de Pesquisa e de seus respectivos Seminários. Entre outros, continua ativo o Grupo “Pesquisa em Ensino”, hoje denominado Grupo de Trabalho – GT “Ensino de História e Educação”. Na página eletrônica da Associação, podem ser verificados os atuais escopos dos pesquisadores que o compõem:

O Grupo de trabalho (GT) Ensino de História e Educação da ANPUH-SP foi criado no início da década de 90 do século XX e congrega pesquisadores de diferentes universidades paulistas, assim como docentes da educação básica, que se propõem a trabalhar certos eixos temáticos de forma contínua desenvolvendo discussões sobre a produção acadêmica e pesquisas referentes ao ensino da disciplina história. Alinhado à tradição da ANPUH de defesa da educação pública, o GT tem acompanhado e participado de importantes momentos do debate em torno da definição de políticas públicas explicitadas em diversas perspectivas, seja no campo da formação de professores, da atuação profissional docente, na definição de propostas curriculares em diferentes níveis, etc. O exercício da profissão professor de história em sua dimensão complexa é uma das principais preocupações, o que implica numa permanente busca de aproximação com as diferentes redes educacionais, fato que se materializa na realização de eventos como oficinas, jornadas, simpósios e encontros diversos, procurando dialogar criticamente sobre a produção sociocultural da escola contemporânea³⁵.

Mediante um vínculo permanente com os professores da educação básica, a ideia de oferecer formação continuada renasce no atual GT. Isso se consubstancia ao analisar suas frentes de atuação, com destaque para as “Oficinas de Ensino de História” que, em 2017, completaram a 26ª edição e para as “Jornadas de Ensino”, reuniões periódicas e autônomas que se apresentam como uma extensão das próprias Oficinas. Como verificado nos informes eletrônicos,

³⁴ Vale observar que a diretoria 1990-1992, além de bastante propositiva em relação ao ensino de História, também foi a idealizadora do *Boletim do Historiador*, importante fonte documental desta investigação.

³⁵ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/gt-de-ensino-de-historia-e-educacao>. Acesso em 01 mar. 2018.

O GT de Ensino de História e Educação da ANPUH – Seção São Paulo, realizará sua 5ª Jornada de Ensino de História com o tema Golpes na História e na Escola [...]. Essa Jornada dá continuidade às discussões pautadas na 26ª Oficina do GT de Ensino de História e Educação da ANPUH-SP, realizada em 23/setembro/2017 em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, e que teve como tema Estado, Violência e Ensino de História: Guerras de Narrativas³⁶.

Diferentemente dos projetos supracitados, há nas “Oficinas” e “Jornadas” uma continuidade de ações, as quais mereceriam uma análise pormenorizada³⁷. Ambas apresentam-se como espaço de reflexões sobre a História como disciplina escolar ao aproximar a pesquisa científica e o cotidiano escolar. Em resumo à comunicação apresentada no XVIII Encontro Estadual “O Historiador e seu Tempo”, realizado na cidade de Assis-SP, Patrícia Cerqueira dos Santos, então professora da educação básica, atestou a importância da ponte universidade-escola construída pelo GT:

Esta comunicação tem como objetivo compartilhar uma experiência proposta por Professores de História da Rede de Ensino do Estado de São Paulo e Professores Universitários de História da ANPUH-SP desenvolvida em 2005. Forjada nas reuniões do núcleo regional de São Paulo, as oficinas constituíram-se enquanto espaço de troca de saberes e práticas, que emergiram das vivências dos docentes em espaços distintos, mas com objetivos similares. As relações estabelecidas entre estes profissionais, pautada na visão de que ambos ensinam e aprendem, ancoram e fortalecem o campo de atuação de ambos. Esta iniciativa pode ser considerada mais uma ação no sentido de diminuirmos o hiato entre a universidade e a escola pública, no que se refere à formação do docente e em especial do professor de História. (SANTOS, 2008)

Em linhas conclusivas, observa-se que, desde sua criação até os dias atuais, a ANPUH nacional e a ANPUH-SP constituíram-se como importantes locais de críticas e proposições para a História ensinada em seus três níveis. Vale acrescentar que outros Núcleos Estaduais da Associação Nacional de

³⁶ Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/noticias-sp/noticias-destaque-sp/item/4373-5-jornada-do-gt-ensino-de-historia-e-educacao-da-anpuh-sp>. Acesso em 19 mai. 2018.

³⁷ Não há sede da ANPUH-SP, tampouco em seu endereço eletrônico, uma organização sistematizada dos documentos pertinentes às Oficinas, o que impossibilitou a análise de seus aspectos.

História também se constituem como referência no debate sobre o ensino, como é o caso da ANPUH-RS e da ANPUH-RJ, que possuem os GTs “Ensino de História e Educação”, homônimos ao paulista.

Capítulo 03

O local e o global: as políticas educacionais no contexto da crise do Estado contemporâneo

Na conjuntura da crise de proporções globais, designadamente visível desde as três últimas décadas do século XX, este capítulo apresenta uma reflexão acerca da identidade do Estado contemporâneo. Importa observar a forma como as questões públicas e sociais são atualmente conduzidas, com destaque para as tomadas de decisão no âmbito educacional. De maneira mais específica, a intenção foi se apropriar do contexto de implementação da reforma curricular *São Paulo faz escola*.

Sustenta teoricamente esta discussão as proposições de Afonso (2000), Ball (2013), Bauman e Bordoni (2016) sobre a crise do Estado contemporâneo. Já as ideias de Mainardes (2006, p.58) sobre a “abordagem do ciclo de políticas” são importantes para a análise do *São Paulo faz escola* enquanto política curricular. De acordo com a perspectiva pós-estruturalista de compreensão do fenómeno educacional, esse método propõe “[...] engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade, pluralismo e articulação entre macro e microcontextos”.

Tomando de empréstimo a abordagem de Moraes (2004), é possível compreender o Estado nacional³⁸ a partir de três eixos de reflexão: “vida, paixão e morte”. Seu nascimento remonta à Europa ocidental, a partir do século XIII, como alternativa à descentralização política feudal; já na contemporaneidade, entre os anos de 1945 a 1975, experimentou os chamados “25 anos gloriosos” ou a “idade do ouro” do capital (Moraes, 2004), contexto de esplendor do Estado providência e, finalmente, nas últimas décadas do século XX, passou por aquilo que Bauman e Bordoni (2016) denominaram “opulentos trinta”, os quais presumiram o fim do Estado nacional.

O ciclo “nasce, gera paixões e tem sua morte decretada” (MORAES, 2004, p. 10) estaria concluído, não fosse a constatação de que, em meio a crise atual, o Estado ressuscitou com uma nova roupagem: o neoliberalismo, vertente da doutrina liberal clássica³⁹ que trouxe consigo “reformas orientadas para e pelo mercado”. Para Bauman e Bordoni (2016), as políticas neoliberais foram a tábua de salvação do Estado após o aprofundamento da globalização, o que pressupôs a reconfiguração de sua supremacia. Assim como na estória dos três mosqueteiros, com D’Artagnan, e na de Jesus Cristo,

[...] o Estado nacional também parece ressurgir entre os vivos e mortos, para se sentar à mão direita de Deus-Pai todopoderoso. Senta-se ao lado do Mercado e, como o intermediário bíblico, filho de Maria piedosa, coloca-se a reformar os eventos, a consertar pecados originais e a conciliar os homens com seu destino neo-edênico. (MORAES, 2004, p. 310)

³⁸ O Estado nacional “[...] não é um conceito universal, mas serve apenas para indicar e descrever uma forma de ordenamento político surgida na Europa a partir do século XIII até os fins do século XVIII ou inícios do XIX”. Suas principais características são a progressiva centralização do poder e o princípio da territorialidade (BOBBIO, 2000, p. 425-426). Já “[...] o Estado contemporâneo pode ser compreendido como fruto do desenvolvimento natural do Estado moderno, preponderante após os impactos sociais causados pelas Revoluções Industrial e Francesa” (BOBBIO, 2000, p. 401).

³⁹ “O termo liberalismo é utilizado em três sentidos, como concepção do mundo ou filosofia centrada no indivíduo; como teoria política que se preocupa com as origens e a natureza do poder: como teoria econômica organizada sobre as leis do mercado e que fundamenta as relações de produção capitalista [...]. O liberalismo ante o feudalismo representa a sociedade moderna, que rejeita o determinismo social e institucionaliza o conflito derivado das novas formas de produção na figura mediadora do poder político” (BIANCHETTI, 2001, p. 44-5).

Trata-se de um Estado ressuscitado, porém enfraquecido ante a emergência das políticas supranacionais que decretaram a desarticulação entre política e poder. Nesse processo, a democracia e a soberania nacional perderam terreno. Dito de outra forma, um “estatismo sem Estado” que busca atenuar, por meio de “políticas locais e nacionais” com pouca efetividade, as mazelas sociais produzidas globalmente. (BAUMAN, BORDONI, 2016)

3.1 O Estado contemporâneo: do *welfare state* ao neoliberalismo

No âmbito das pesquisas sobre políticas educacionais é comum que a ideia de Estado esteja espontaneamente associada à de uma instituição capaz de garantir aos cidadãos bens sociais comuns, como educação, saúde e segurança, neutralizando as desigualdades causadas pelo sistema econômico. São estudos que não possuem uma teoria para a compreensão do Estado, e, por essa razão, tornam frágeis as conclusões a que chegam. Como pontua Afonso (2000, p. 95), prevalecem

[...] análises que compreendem o Estado como não possuidor de uma ideologia, de forma que a ele caberia o papel de prover a educação porque simplesmente isso faz parte da oferta natural de um conjunto de bens sociais comuns. Trata-se, por isso e no essencial, de uma perspectiva que acentua a ideia de um Estado como provedor de bens coletivos e que considera que a principal função do Estado é servir como mecanismo neutro para agregar preferências ou integrar a sociedade através da corporização de valores consensuais.

Essa imprecisa neutralidade e esse espírito provedor aproximam-se do legado de organização político-econômica adotada por alguns países após a 2ª Guerra Mundial, o *welfare state*, ou “Estado assistencial”, “[...] que garante tipos mínimos de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurados a todo o cidadão, não como caridade, mas como direito político” (BOBBIO, 2000,

p. 416). As políticas sociais⁴⁰ alavancaram a produção e o consumo, possibilitando a reconstrução em amplos setores econômicos. Esse modelo

[...] aumentou a cota do produto nacional bruto destinado à despesa pública; as estruturas administrativas voltadas para os serviços sociais tornaram-se mais vastas e complexas; cresceu em número e importância política a classe ocupacional dos “profissionais do *Welfare*”; foram aperfeiçoadas as técnicas da descoberta e avaliação das necessidades sociais; tornou-se mais claro o conhecimento do impacto das várias formas de assistência na redistribuição da renda e na estratificação social. (BOBBIO, 2000, p. 417)

Antes que essa herança seja naturalizada como universal, é necessário considerar as questões próprias da emergência e da manutenção do Estado nacional em diferentes conjunturas. Nem todos os países que instituíram esse modelo econômico experimentaram as políticas assistenciais da mesma maneira, alguns inclusive não adotaram essa forma de organização, como é o caso do Brasil, pois o momento de sua emergência coincide com a chegada dos preceitos neoliberais. Nesse sentido, contempla-se a acepção plural do conceito *welfare state* (ESPING-ANDERSEN, 1991).

As políticas assistenciais e protecionistas adotadas no pós-guerra tiveram expressividade nos países que adotaram o *welfare* até os anos de 1970, contexto em que a desestabilização financeira mundial impulsionada pela crise do petróleo, exigiu outros direcionamentos econômicos, com foco na contenção dos gastos públicos. Bobbio (2000, p. 417) apresenta a natureza da crise contemporânea:

O aumento do déficit público provoca instabilidade econômica, inflação, instabilidade social, reduzindo consideravelmente as possibilidades da utilização do *Welfare* em função do assentimento ao sistema político. Alguns Estados são obrigados a limitar a intervenção assistencial, quando o aumento da carga fiscal gera em amplos estratos da opinião

⁴⁰ As políticas sociais determinam o padrão de proteção social exercido pelo Estado. Ao equilibrar forças antagônicas, tais políticas configuram-se como “[...] formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social”. (HÖFLING, 2001, p. 31). Possuem raízes nos movimentos populares do século XIX que buscaram superar os conflitos entre capital e trabalho a partir da Revolução Industrial. Caracterizam-se pela “[...] responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 98).

pública uma atitude favorável à volta à contribuição baseada no princípio contratualista. Estes elementos têm feito com que se fale de uma nova fase da história do Estado assistencial, marcada por uma profunda crise e por uma possível tendência a desaparecer.

Diferentemente da crise que acometeu a economia global em 1929, solucionada pelas medidas keynesianas⁴¹, o colapso atual requer outras saídas. “Os países afetados pela crise estão endividados demais e não têm vigor, talvez nem sequer os instrumentos, para investir. Tudo o que podem fazer são cortes aleatórios, os quais têm o efeito de exacerbar a recessão”. As medidas intervencionistas e protecionistas corroboraram com a falência do Estado contemporâneo (BAUMAN, BORDONI, 2016).

Com vistas à edificação de um posicionamento em relação à natureza desse Estado, apresenta-se como ponto de partida a definição trazida por Höfling (2001, p. 31) que compreende o

[...] Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Nessa perspectiva, a ação governamental é materializada pela ação de órgãos estatais que elaboram e implementam as políticas públicas, entre elas, as educacionais⁴². Edificando uma intervenção unidirecional, o Estado apresenta-se como o principal provedor de políticas.

⁴¹ “As política econômica keynesianas adotadas pelo Estado em alguns países capitalistas centrais no pós-guerra tiveram como consequência um crescimento econômico sem precedentes e permitiram, ao longo de aproximadamente três décadas, assegurar (quase) o pleno emprego; manter uma inflação baixa e alargar o acesso a determinados bens e serviços considerados como direitos sociais (entre outros, o direito ao trabalho e à proteção social; a igualdade de oportunidade o acesso à educação e aos serviços de saúde, etc.) – razão pela qual “os anos de 1945 a 1973 definem, por assim dizer, as fronteiras mágicas de um período para o qual não faltam designações vistosas” (AFONSO, 2000, p. 31).

⁴² Tratadas mais especificamente, as políticas públicas, ações governamentais voltadas para amplos setores sociais, são de responsabilidade do Estado quanto a sua implementação,

Ao contrário dessa compreensão, coexistem no aparelho estatal múltiplas ações governamentais, estatais e não estatais, com diferentes discursos e demandas. Essa compreensão remonta às décadas finais do século XX e se deve ao aprofundamento da globalização que significou intervenção do mercado internacional em questões nacionais e aos novos contextos democráticos emergidos em países periféricos, anteriormente dominados por regimes de exceção. Assim, o Estado contemporâneo é percebido como

[...] um feixe de agências, departamentos e níveis, cada qual com as suas próprias regras e recursos, e frequentemente com diversos propósitos e objetivos, podendo mesmo incluir as organizações não-governamentais que são financeiramente suportadas através de impostos. O Estado está, assim, longe de poder ser conceptualizado como um todo monolítico já que é difícil esconder, ou não valorizar, as importantes diferenças existentes, entre e no interior dos vários aparelhos estatais, a respeito da maneira como se devem estabelecer as prioridades, não apenas face às solicitações ou exigências que sobre esses aparelhos recaem, mas também tendo em consideração a capacidade de satisfazê-las. (AFONSO, 2000, p. 99)

Segundo Bauman e Bordoni (2016, p. 21), houve uma paulatina separação entre poder e política de forma que, por força do mercado e de grupos financeiros, “[...] o Estado foi expropriado de uma parcela grande e crescente de seu antigo poder imputado ou genuíno (de levar coisas a cabo), o qual foi capturado por forças supraestatais (globais)”. Os governos local e nacional passaram a não possuir poder necessário para manipular as formas de conter a crise. Nessa conjuntura, a política assumiu diferentes identidades:

manutenção e avaliação. No entanto, esse processo também envolve além de órgãos públicos, agentes da sociedade. Assim, “[...] as políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais” (HÖFLING, 2001, p. 31). “A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; a política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação” (SOUZA, 2006, p. 36-37).

1 – a política da comunidade europeia condicionada pelos Estados e mercados mais fortes, os quais implementam suas diretrizes por meio de lobbies; 2 – a política dos Estados-nação que não tem nenhum poder e 3 – uma política local com poder limitado e reduzido, apenas para gerir a situação existente, sem nenhuma chance de intervir na impenetrabilidade da governança. (BAUMAN; BORDONI, 2016, p. 26)

Tal “governança” se refere à cisão entre o local e o global nos processos decisórios em que se inserem as políticas. Para Bauman e Bordoni (2016), eclode um “estatismo sem Estado”, situação política denominada por Ball (2013, p. 178) como uma “desestatização” em que o Estado abre mão de algumas tarefas que anteriormente o caracterizavam. Há uma transição de governo para “governança”, e de hierarquia para “heterarquia”, como forma de organização política que transita “[...] entre hierarquia e rede, que aproveita diferentes ligações horizontais as quais permitem que diferentes elementos do processo político cooperem (e/ou se completem)”.

As “heterarquias”, designadas por Ball (2013) como “redes de governança”, pressupõem que outros atores e discursos (estatais e não estatais), incluindo forças supranacionais, influenciem os processos de elaboração e execução das políticas públicas. No âmbito educacional, as governanças preconizam a instalação de parcerias entre público-privado, cujas consequências são, entre outros aspectos, políticas setoriais, avaliação, meritocracia, responsabilização e performatividade, temas discutidos por Ball (2002, 2005) em estudos anteriores.

A emergência das governanças não significa, entretanto, o total esvaziamento das antigas funções do Estado, mas antes uma nova forma de organização (FORJAZ, 2000), mesmo porque, “[...] a regulação e a intervenção continuam necessárias, na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infra-estrutura”. De maneira a atender interesses conflitantes, é viabilizada

[...] uma intervenção que não apenas compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente que capacite os agentes econômicos a competir a nível mundial. (PEREIRA, 1996, p. 1)

O “Estado policêntrico” (BALL, 2013) é caracterizado pela ampliação dos espaços políticos e pela implementação das políticas neoliberais, vistas como a única forma possível de manutenção da estrutura burocrática do Estado após o desgaste das políticas assistenciais. Para Bauman e Bordoni (2016, p. 46),

[...] o Estado agarra a única oportunidade proporcionada pelo poder econômico para manter um alto nível de função que justifique sua existência e aquela dos *grand commis*, os ‘grandes funcionários’ que o anima e dele tiram seu sustento: adotar políticas neoliberais. Esta operação faculta a recuperação de um certo controle sobre a população, apesar de resultar de decisões tomadas alhures, e das quais o Estado se torna arauto e intérprete no âmbito local. Por conseguinte, os Estados são agora executores de um poder superior contra o qual não há oposição, ao qual, na verdade, convém, submeter-se em nome da manutenção do status quo.

Inseridas nessa multiplicidade de discursos políticos, as decisões passam a ser mais influenciadas por questões globais, ligadas ao mercado e às finanças, do que por grupos sociais. Torna-se frágil o pacto democrático do Estado assistencial e os cidadãos não mais vislumbram a ação política dos representantes eleitos em favor de suas reivindicações. Perdem terreno as questões de natureza social, prevalecendo o individualismo e o *laissez-faire*. “Os laços entre o Estado e o cidadão são enfraquecidos, a sociedade perde coesão e se torna ‘líquida’” (BAUMAN, BORDONI, 2016, p. 27), fragilizando-se, inclusive, os laços identitários e nacionalistas.

Esse fato também é perceptível quando a análise recai sobre as recentes políticas educacionais nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Ao assumir como prioridade o atendimento ao paradigma global, as reivindicações de grupos sociais relacionados à educação tornam-se minoritárias. Em muitas situações, há uma fenda entre as políticas supranacionais e as verdadeiras necessidades das redes e estabelecimentos de ensino, de modo que o Estado sofre a incidência de duas pressões:

[...] de eleitores que sejam capazes tanto de pôr governos em exercício quanto de tirá-los, de forças que sejam globalizadas, livres para flutuar com pouca ou nenhuma restrição no ‘espaço de fluxos’ extraterritorial sem política e capazes de tirar proveito dessa liberdade para frustrar e em última análise tornar nula e

vazia qualquer decisão tomada por qualquer governo de um Estado territorial, se a considerarem contrária, ou mesmo insuficientemente conforme, aos seus interesses. (BAUMAN, BORDONI, p. 30)

A partir do divórcio entre o poder e a política (BAUMAN, BORDONI, 2016), o Estado e a nação⁴³, instituições que historicamente caminharam juntas, tendem à separação. Para Bauman e Bordoni (2016, p. 40), esse afastamento agrava-se ante o movimento de comunidades diaspóricas em território nacional que também ameaça a identidade cultural de determinado povo. Em suas palavras,

[...] o conceito de nação está em crise, pois a identidade cultural em si foi a primeira ser prejudicada pela mudança em curso. O que estava sendo colocado em dúvida era a ideia de comunidade nacional, baseada na língua, nos mesmos costumes, na mesma religião, na mesma cultura. A abertura de fronteiras é precedida por uma abertura cultural que perturba antigas certezas. A ideia de nação aguenta enquanto minorias linguísticas, religiosas ou políticas são 'confinadas' temporária ou geograficamente em 'enclaves', em guetos, campos de refugiados ou abrigos. (BAUMAN, BORDONI, 2016, p. 40)

Corroborando essa perspectiva de compreensão a ideia de “superação das nações” contida no pensamento de Bobbio (2000, p. 799). Para ele, “[...] a história dos Estados nacionais [está] chegando ao fim e [está] para começar uma nova fase em que o mundo se organizará em grandes espaços políticos federativos”. A ideia de federalismo⁴⁴ preconiza a negação do Estado nacional,

⁴³ Compreende-se que “[...] a nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente é o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a ideia de nação suscita e mantém [...]. A função da ideia de nação, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado. A ideia de laços naturais profundos, elemento integrante do núcleo semântico fundamental do termo, desempenha esta finalidade, inserindo-se na esfera mais íntima da personalidade dos indivíduos, unidos justamente por estes laços [...]. Historicamente este sentimento foi criado pela extensão forçada a todos cidadãos do Estado de alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea (por exemplo, a língua) ou, no caso de se revelar inviável esta extensão, pela imposição da falsa ideia de que alguns conteúdos típicos da nacionalidade espontânea eram comuns a todos os cidadãos (por exemplo, os costumes) (BOBBIO, 2000, p. 797).

⁴⁴ Para Bobbio (2000, p. 475), “[...] o federalismo é usado para designar dois objetos diferentes. Numa primeira acepção clara, mas delimitada, designa a teoria do Estado federal. Numa segunda acepção, um tanto obscura, se refere a uma visão global da sociedade [...], isto é entendido como uma doutrina social de caráter global como o liberalismo ou socialismo, que não se reduz, portanto, ao aspecto institucional, mas comporta uma atitude autônoma para

historicamente erigido sob uma base soberana, belicosa e nacionalista e propõe o renascimento de um Estado mais flexível em termos de influência política global.

Assim, o Estado nacional é percebido como “[...] um ator fundamental na economia mundial [que] apenas começa a sofrer limitações em sua soberania e em sua autonomia decisória” (FORJAZ, 2000, p. 39). Moraes (2004, p. 310) também observou a emergência de um Estado remodelado nos últimos anos do século XX:

De fato, quando Margaret Thatcher e Ronald Reagan chegaram ao poder, em 1979 e 1980, respectivamente, a história do mundo parecia ter virado uma página. Ampliava-se significativamente o espaço político necessário para deslançar, de vez, a transnacionalização dos negócios, especialmente das finanças, e para a aplicação das reformas orientadas para e pelo mercado. Tais plataformas políticas tomaram os governos dos principais países do centro capitalista. E os programas de ajuste passaram a ser receitados e impostos, na esteira da crise da dívida, aos países da periferia.

Inseridos na conjuntura da crise e da nova organização político-econômica estatal, coube aos países capitalistas, em especial aos periféricos, admitirem os preceitos neoliberais como uma nova forma de existência, desonerando o Estado de antigas responsabilidades sociais e transferindo-as, sempre que possível, para a iniciativa privada. Em linhas conclusivas, Bauman e Bordoni (2016, p. 47) observam:

O neoliberalismo é quase uma decisão natural, o instrumento de autoproteção de um Estado que pretende agarrar firmemente as rédeas da democracia, que faz referência à democracia representativa, pelo menos formalmente, mesmo que tenha perdido o poder. Isso acontece porque o neoliberalismo, como o nome indica, nada tem de assertivo, repressivo ou intrusivo. Ele permite liberdade de movimento, mas delega a setores privados a maior parte das responsabilidades originais do Estado. Foi assim que chegamos a essa forma completamente nova e não usual de governo, sem reponsabilidade final – quer dizer um ‘Estado

com os valores, a sociedade, o curso da história e assim por diante”. De tal modo a expressão “grandes espaços políticos federativos” apropria-se da segunda definição.

sem Estado', que é realmente pós-moderno, ou, antes, pós-pós-moderno.

A partir dessas reflexões, o Estado contemporâneo assume nessa investigação a identidade de uma instituição policêntrica, cuja ação governamental é compartilhada por diferentes organismos, grupos e sujeitos de interesse, o que o afasta do papel de único ou principal provedor de políticas públicas.

Trata-se de um Estado mais suscetível às interferências supranacionais, ligadas ao mercado financeiro, o que leva a uma reconfiguração da supremacia nacional, bem como do pacto democrático e assistencial firmado com os cidadãos. Uma das implicações dessa forma de organização estatal são os entraves colocados à execução das políticas locais e nacionais que procuram formas de gerir os impactos das políticas hegemônicas.

Também a concepção das políticas educativas, incluindo as curriculares para a disciplina de História, deve ser considerada de maneira plural e dialética. A formulação do *São Paulo faz escola* como política educacional é compreendida como processo que envolveu diferentes organismos, grupos e indivíduos, cujos interesses são distintos e, em alguns pontos, conflitantes. Da mesma maneira, o poder de atuação desses agentes apresenta maior ou menor legitimidade nos processos decisórios.

3.2 A contribuição da “abordagem do ciclo de políticas”

Para sustentar metodologicamente a investigação atenta à repercussão da reforma curricular para a disciplina de História do *São Paulo faz escola* no debate da ANPUH-SP, a “abordagem do ciclo de políticas” proposta por Stephen Ball, apresenta-se como adequada. Esse caminho investigativo foi mais detalhadamente apresentado nos trabalhos de Mainardes (2006) e de Mainardes e Gandin (2013).

Mundialmente, o campo de análise das políticas educacionais é relativamente novo, tendo gerado seus primeiros frutos nos anos de 1970. Por essa razão ainda não se encontra consolidado em termos de referenciais

analíticos. No Brasil, sua emergência remonta aos anos de 1980, como uma área de investigação vinculada à Ciência Política e à Sociologia (MAINARDES, 2006; MAINARDES et al., 2011, p. 164). Desse momento em diante, emergiram estudos preocupados com a conjuntura em que as políticas educacionais são formuladas e implementadas, “[...] tanto o contexto amplo (determinações mais amplas) quanto os aspectos microcontextuais (escolas, sala de aula etc.)”.

As raízes dessas análises se encontram em paradigmas pluralistas e pós-estruturalistas que priorizam o entendimento do “[...] processo político como algo dialético” (MAINARDES et al., 2011, p. 154), dada sua sujeição a uma multiplicidade de atores e forças contextuais. Avançaram em relação às teorias críticas, mais lineares e tecnicistas, que pressupunham que o Estado apenas equilibra as relações de classe para o aprofundamento do capitalismo, formulando e executando, entre outras, as políticas educacionais.

Ao considerar o papel desempenhado pela SEE-SP e pela ANPUH-SP no processo de formulação e implementação da reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História, os preceitos pluralistas e pós-estruturalistas são pertinentes. Há nesses paradigmas explicativos ênfase “[...] nas articulações e negociações” que sofre o Estado (MAINARDES et al., 2011, p. 155) e nas disputas travadas entre os sujeitos políticos nas chamadas “governanças” (BALL, 2013; BAUMAN, BORDONI, 2016), as quais convergem em uma atuação estatal cuja principal característica é a “fluidez” (MAINARDES et al., 2011) ou “liquidez” (BAUMAN, BORDONI, 2016).

Uma das contribuições mais arraigadas da perspectiva pós-estruturalista é a de Stephen Ball⁴⁵, com a proposição da “abordagem do ciclo de políticas”. Suas asserções foram influenciadas pelo campo da história das disciplinas escolares que, a partir dos anos de 1990, procurou investigar os conteúdos e as práticas das instituições de ensino.

A partir da inserção de novos referenciais teóricos e da utilização de fontes diversificadas para a interpretação do universo escolar, fruto da Escola

⁴⁵ Em outros estudos, o autor aproxima-se de uma compreensão pluralista das políticas educacionais, pois “[...] alguns aspectos da perspectiva pluralista [...] podem ser, de alguma forma, aplicados aos referenciais analíticos pós-estruturalistas”. (MAINARDES, et al., 2011, p.164)

dos *Annales*⁴⁶, autores como Chervel (1991), Forquin (1993), Julia (2001) e Viñao (2006) mostraram-se desfavoráveis à compreensão da disciplina escolar como “transposição didática”, de Chevallard (1991), ou seja, mera “vulgarização dos saberes de referência” ou “facilitação” dos processos cognitivos. Tendo como objeto investigativo a “cultura escolar”, afirmaram que as disciplinas são criações próprias das instituições e, por essa razão, detentoras de especificidades.

As ideias trazidas pela história das disciplinas contrariaram as formulações de autores como Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron que, nos anos de 1970, conceberam a escola como um mecanismo reprodutor das desigualdades sociais, de modo que suas análises tenderam a ser unilaterais e externalistas por desprezarem as resistências e as tensões institucionais, bem como a prática dos sujeitos no processo de formulação e implementação das políticas.

Tendo em vista a superação dessas limitações, a “abordagem do ciclo de políticas” apresenta-se como uma maneira mais flexível e abrangente de compreender as políticas a partir da articulação entre os níveis micro e macro, entre as determinações locais, nacionais e supranacionais. Inicialmente, essa abordagem apresentava o local de formulação e execução das políticas como dividido em três facetas ou arenas: a “política proposta”, a “política de fato” e a “política em uso”.

A primeira faceta, a “política proposta”, referia-se à política oficial, relacionada com as intenções não somente do governo e de seus assessores, departamentos educacionais e burocratas encarregados de “implementar” políticas, mas também intenções das escolas, autoridades locais e outras arenas onde as políticas emergem. A “política de fato” constituía-se pelos textos políticos e textos legislativos que dão forma à política proposta e são as bases iniciais para que as políticas sejam colocadas em prática. Por último, a “política em uso” referia-se aos discursos e às práticas institucionais que emergem do processo de implementação das políticas pelos profissionais que atuam no nível da prática. (MAINARDES, 2006, p. 49)

⁴⁶ Ver Nota 21. (p. 56)

Em um segundo momento, a ideia das arenas foi complementada pela consideração de contextos referentes ao processo de formulação e implementação de políticas. Assim, o “contexto da produção de texto”, o “contexto da prática” e o “contexto de influência” foram apresentados como inter-relacionados, sem que houvesse hierarquia, tampouco sequência linear ou temporal entre eles. Nas palavras de Mainardes (2006, p. 49), “[...] cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates”.

Para esta investigação, cujo objetivo é compreender o posicionamento da Associação Nacional de História – ANPUH, representada pela ação de seus membros nos Encontros Estaduais do Núcleo Regional paulista, ante a reforma curricular para a disciplina de História preconizada pelo *São Paulo faz escola*, foi importante um aprofundamento teórico acerca do “contexto de influência”, espaço de disputas e negociações em que as políticas são formuladas e os discursos construídos.

Nesse ambiente, coexistem interferências múltiplas, originárias de diferentes instâncias, como partidos políticos, redes sociais, organismos financeiros internacionais, bem como comissões e grupos representativos que reivindicam participação nos processos decisórios das políticas educacionais. Nem sempre há consenso entre esses interesses, sendo que “o discurso em formação algumas vezes recebe apoio e outras vezes é desafiado por princípios e argumentos mais amplos” (MAINARDES, 2006, p. 51).

Há no “contexto de influência” a presença de paradigmas globais, verificados pela circulação mundial de ideias, pelo “empréstimo de políticas” e pelo imperativo dos “organismos financeiros internacionais⁴⁷” (MAINARDES, 2006). Com a cisão entre os locais de discussão política e o poder de execução do Estado, as forças supranacionais ganharam vantagem em favor da dinamização econômica, de forma a minimizar, até quase não se ouvir, as

⁴⁷ Banco Interamericano de reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Fundo Monetário Internacional – FMI; Convênio Geral de Tarifas e Comércio – GATT; Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Associação Latino-americana para Desenvolvimento Industrial e Social – ALADIS e a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL (MARTINS, 2000, p. 70).

vozes de outras esferas e grupos nos processos decisórios. Trata-se da emergência de uma “cultura política” dominante (BERSTEIN, 1998).

Nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas, e apenas algumas vozes são ouvidas. Assim, a análise de documentos de políticas não é algo simples, mas demanda pesquisadores capazes de identificar ideologias, interesses, conceitos empregados, embates envolvidos no processo, e vozes presentes e ausentes, entre outros aspectos. A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir “vozes” uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade. Desse modo, com base em Foucault, Ball explica que as políticas podem tornar-se “regimes de verdade”. Na prática, os atores estão imersos numa variedade de discursos, mas alguns discursos serão mais dominantes que outros. (MAINARDES et al., 2011, p. 157)

Essas ideias corroboram a compreensão de que na reforma curricular de História *São Paulo faz escola*, protagonizada pela SEE-SP, as demandas supranacionais foram preferidas em detrimento das de outros grupos de interesse, como é o caso dos professores e intelectuais que se reuniram nos Encontros da ANPUH-SP. Considera-se que a Associação paulista exerce uma “não política” ante o discurso dominante, pois suas proposições não caminharam rumo à efetivação normativa porque não possuíram a legitimidade necessária para tanto.

De acordo com as formulações de Bauman e Bordoni (2016, p. 26), trata-se de uma implicação natural, proveniente das decisões econômico-políticas tomadas pelo Estado neoliberal contemporâneo. Nessa perspectiva, o discurso anpuhano representa “[...] uma política local com poder limitado e reduzido, apenas para gerir a situação existente, sem nenhuma chance de intervir na impenetrabilidade da governança”.

Contudo, essa consideração não significou o engessamento analítico da investigação, o que levaria à compreensão da ANPUH-SP como uma instituição inativa ante os imperativos supranacionais. Em direção contrária a esse empobrecimento, a admissão da “abordagem do ciclo de políticas” possibilitou correlacionar os contextos local, nacional e global, de maneira plural (MAINARDES, 2006; MAINARDES, GANDIN, 2013). Lopes (2004, p.

113) aprimora essa perspectiva de análise ao apresentar a ideia de “recontextualização”.

Ao circularem no corpo social da educação, os textos oficiais e não oficiais são fragmentados, alguns fragmentos são mais valorizados em detrimento de outros e são associados a outros fragmentos de textos capazes de ressignificá-los e refocalizá-los. A recontextualização desenvolve-se tanto na transferência de políticas entre os diferentes países, na apropriação de políticas de agências multilaterais por governos nacionais, quanto na transferência de políticas do poder central de um país para os governos estaduais e municipais, e destes para as escolas e para os múltiplos textos de apoio ao trabalho de ensino.

Atribui-se importância à maneira como as políticas são recebidas e executadas no “contexto da prática”, local onde “[...] está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53). Desse modo, as diretrizes para a disciplina de História são ressignificadas e recriadas pelas instituições detentoras de uma identidade própria, atributo que compõe a “cultura escolar” (CHERVEL, 1991; FORQUIN, 1993; JULIA, 2001; VIÑAO, 2006). De acordo com essa perspectiva, a escola é produtora de um saber específico, pertinente a interesses particulares.

Tomam parte desse processo de “recontextualização” (LOPES, 2004) pesquisadores e professores que compõem a ANPUH-SP. Reunidos em Encontros, debatem os rumos das políticas e apresentam propostas para a renovação didática, teórica e metodológica da disciplina. Destacam-se na reinterpretação das políticas, as ações do GT “Ensino de História e Educação” que conduziu diferentes iniciativas de formação continuada de professores, como o “Projeto de Formação Permanente do Professor” em 1990 (ANPUH-SP, 1991a, p. 2-3) e, mais recentemente, as “Oficinas de Ensino de História” e as “Jornadas de Ensino⁴⁸”. É identificado nesses espaços de reflexão o intercâmbio entre a História acadêmica e a História como disciplina escolar.

⁴⁸ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/gt-de-ensino-de-historia-e-educacao/item/3996-atividades-gt-de-ensino-de-historia-da-anpuh-sp>. Acesso em: 01/03/2018.

A produção dos inventários evidenciou 53 trabalhos cujas discussões foram categorizadas como “políticas educacionais”, 16 comunicações cujos objetivos envolveram a temática “reforma educacional” e 10 estudos pertinentes a legislações que impactaram a disciplina, como as Leis nº 10.639 (BRASIL, 2003) e nº 11.645 (BRASIL, 2008)⁴⁹.

Esta análise elucida a amplitude que as políticas educacionais lograram no debate anpuhano ao longo de sua trajetória. Ainda que a voz da ANPUH-SP não seja dominante nos processos decisórios que concebem políticas para o ensino de História, ou seja, pouco legitimadas no “contexto de influência” (MAINARDES, 2006), ela representa o avanço das discussões no “contexto da prática”. Ao conclamar a participação dos professores escolares em seus espaços de discussão, a “recontextualização” da política instituída (LOPES, 2004), direciona-se ao cotidiano escolar, redefinindo a forma como as diretrizes governamentais são recebidas e postas em prática pelos sujeitos.

⁴⁹ Ver Anexo 02.

Capítulo 04

São Paulo faz escola: antecedentes e impactos no debate anpuhano

A reforma curricular *São Paulo faz escola* pode ser compreendida como a continuidade das políticas educacionais de interface neoliberal desenvolvidas no Estado de São Paulo desde finais dos anos 1990. A descentralização da rede de ensino, a instalação de sistemas de avaliação e a concessão de autonomia aos sujeitos educacionais foram ações centrais da reforma conduzida pela então secretária Rose Neubauer (1999).

Nesse contexto, teve significativa importância o posicionamento adotado pelos intelectuais da ANPUH-SP. Preocupados não apenas com as questões pertinentes ao ensino de História, o debate estabelecido em Encontros da Associação e nas páginas do *Boletim do Historiador*, trouxe proposições para a reforma em curso, sobretudo, no que se referia ao processo de municipalização do ensino e, em nível nacional, à implementação dos PCNs pelo MEC, em 1999.

Este capítulo aborda os antecedentes da reforma curricular *São Paulo faz escola*, partindo dos empreendimentos dos anos 1990 até o plano de metas e ações *São Paulo: uma nova agenda para a educação pública* que, em 2007, precedeu a atual reforma. Essa análise apresenta-se como uma base para o entendimento da repercussão dos novos currículos de História, incluindo seus

materiais didáticos, nas discussões conduzidas pelo grupo de professores e pesquisadores participantes dos Encontros da ANPUH-SP nos anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.

4.1 As políticas educacionais dos anos 1990: primórdios da atual reforma

A influência neoliberal no âmbito das políticas da SEE-SP foi pioneiramente verificada na gestão de Rose Neubauer, entre os anos de 1995 a 2002. Tendo em vista a melhoria dos indicadores educacionais, com progressiva desoneração estatal em gastos públicos, destacaram-se os seguintes encaminhamentos: medidas para correção do fluxo escolar (aprovação automática, recuperação de férias e classes de aceleração); criação da matrícula por dependência; fomento de uma “cultura de avaliação” na rede de ensino; instituição do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP; valorização do profissional por desempenho e municipalização do sistema educacional (Neubauer, 1999). Nessa conjuntura, dois desafios apresentavam-se à Secretaria paulista:

[...] transformar o Estado em agente formulador, por excelência da política educacional paulista, voltada à realidade socioeconômica estadual e às aspirações de uma sociedade que se pretende moderna e desenvolvida; e promover uma verdadeira revolução na produtividade dos recursos públicos, de modo a possibilitar a melhoria da qualidade do ensino. No papel de planejador estratégico – e não no de simples prestador de serviço –, o governo reafirma e fortalece a atuação do Estado, em busca de maior equidade no serviço prestado. Nesse contexto e com base em uma série de estudos promovidos pela Secretaria de Educação, o governo definiu sua política educacional em três eixos básicos [...]. São eles: a racionalização organizacional, a mudança nos padrões de gestão, com ênfase na descentralização e na desconcentração do poder de decisão para órgãos locais e unidades escolares; e a melhoria da qualidade de ensino. (NEUBAUER, 1999, p. 168)

A reforma administrada pela SEE-SP buscou trazer flexibilidade e eficiência para a estrutura educacional. Tais medidas responderam à crise econômica internacional e fizeram parte do processo de globalização que

redundou em perda de hegemonia dos Estados nacionais (BAUMAN, BORDONI, 2016). No “contexto de influência” (MAINARDES, 2006) em que transitaram discursos mais e menos legítimos, as políticas paulistas da última década do século XX atenderam mais à “influência internacional” do que às reivindicações de outras instâncias de discussão como a ANPUH-SP, vistas como “política local com poder limitado” (BAUMAN, BORDONI, 2016, p. 26).

Bueno (2000, p. 32-34) denominou a influência supranacional como um “pan-paradigma”, “[...] construído sob a égide da globalização econômica e da informação”. Esse modelo apresentou-se como um “novo credo, prenhe de liturgias, dogmas e mistérios”, cuja principal característica foi a “consensualidade inerente”, já que a desarticulação das resistências e contraposições foi estimulada mediante a construção de alicerces pretensamente democratizantes. Em estudo sobre o contexto sociológico contemporâneo, Santos (1997) ofereceu as cinco “perplexidades” tomadas como base de compreensão da reforma conduzida pela SEE-SP desde a década de 1990.

A primeira perplexidade revelou que os problemas mais comumente enfrentados pelos movimentos reformistas são de ordem econômica. A segunda residiu no fato que o Estado nacional perdeu progressivamente sua autonomia e capacidade de regulação social. A valorização do individualismo e contraditoriamente a emergência da manipulação comportamental apresentaram-se com a terceira perplexidade. Na quarta posição esteve o avanço dos processos democratizantes como a participação e a representação. Finalmente, houve a interdependência transnacional e a intensificação das relações globalizadas (SANTOS, 1997, p.19-22).

Com destaque para a ideia do avanço de iniciativas democratizantes, a disseminação do “pan-paradigma” neoliberal (BUENO, 2000) incluiu um discurso enaltecido da autonomia do sistema escolar, da descentralização e da valorização da qualidade educativa. No entanto, no contexto do esmaecimento do pacto democrático assistencial (BAUMAN, BORDONI, 2016), essas ideias aproximaram-se mais de uma liberdade econômica e administrativa do que política e pedagógica (MARTINS, 2002). Para Bueno

(2000, p. 42), o Estado contemporâneo enfrenta uma crise de legitimidade em suas ações governamentais,

[...] grande parte das reformas educativas em andamento é consequência dessa crise de legitimidade e há uma tendência geral em optar por formas descentralizadas e flexibilizadas de gerência e funcionamento dos sistemas escolares. No entanto, um paradoxo se instala: embora as propostas insistam em mecanismos de descentralização e privatização, evidencia-se o esforço de alguns Estados para recuperar o papel de protagonistas na definição das políticas e no controle das ações.

Nos debates sobre as reformas educacionais dos anos 1990, também esteve presente o posicionamento dos membros da ANPUH-SP, ainda que seu discurso tenha sido pouco relevante nos espaços decisórios. As gestões de Alberto Aggio, entre os anos de 1996 a 1998, e de Sylvia Basseto, de 1998 a 2000, são as principais representantes dessa posição, a qual foi localizada no *Boletim do Historiador*, publicação periódica da ANPUH-SP, editada entre 1991 e 2002, que ao longo de sua trajetória adquiriu o papel de difusão das ideias políticas da mesa diretora.

As críticas contidas nesse informativo foram direcionadas ao alinhamento das políticas educacionais brasileiras e paulistas ao paradigma neoliberal. As reflexões sobre o ensino de História e sobre a educação de maneira mais ampla foram encaminhadas em editoriais, na coluna “Debates” e em notas informativas que recuperavam a ação dos membros em Simpósios, Encontros e demais reuniões para discussão sobre os rumos das políticas educacionais.

Nas fontes analisadas, destacou-se o posicionamento de Maria Aparecida, secretária da Associação entre 1996 e 2000. Em abril de 1997, por exemplo, ela conduziu uma reflexão acerca do processo de formulação dos PCNs (BRASIL, 1999) pelo MEC. Seus escritos foram representantes da discussão realizada no anfiteatro do Departamento de História da USP, em abril de 1997, com a presença das professoras Ismênia de Lima Martins (presidente da ANPUH nacional), Circe Maria Fernandes Bittencourt, Antonia Terra Calazans Fernandes, Ilana Blaj e Zilda Márcia Gricoli Iokoi.

Nesses debates, os Parâmetros foram identificados como limitantes do conhecimento histórico e como uma padronização cujo objetivo era somente a melhoria dos indicadores educativos. Para as professoras, a iniciativa do MEC representou um retrocesso para a disciplina de História, já que diluiu em uma área de conhecimento mais abrangente seus métodos, conteúdos e objetivos (ANPUH-SP, 1997a, p. 2), do mesmo modo como ocorreu, na década de 1970, a junção das disciplinas das Ciências Humanas em Estudos Sociais⁵⁰. Na visão do grupo anpuhano, os principais problemas dos parâmetros residam em:

1. crítica ao processo de elaboração dos documentos que exclui da participação os diretamente interessados, ou seja, os professores do Ensino Fundamental; 2. estranhamento em relação à denominação escolhida para os documentos: Parâmetros. Esta se encontra em franca contradição com as intenções manifestas no mesmo de não representarem uma obrigatoriedade para professores e alunos e que, no entanto, enquanto termo se define como “instrumento de medida”, de aferição, vinculado, portanto, às medidas unificadoras desencadeadas pelo MEC, através dos diferentes instrumentos de “avaliação” utilizados; 3. indignação frente a depoimentos dos envolvidos no processo de elaboração apontando para injunções do Banco Mundial no Projeto [...] e 4. críticas a conceitos desenvolvidos no documento de História envolvendo concepções de Tempo Histórico, Fato Histórico e Sujeito Histórico. (ANPUH-SP, 1997a, p. 2-3)

Ao longo das gestões 1996-1998 e 1998-2000, as críticas encaminhadas por Maria Aparecida no *Boletim do Historiador* não se direcionaram apenas à implementação dos Parâmetros pelos MEC, mas também às questões educacionais paulistas, com ênfase no processo de municipalização do sistema de ensino conduzido pela SEE-SP (NEUBAUER, 1999).

Na coluna “Debates”, em abril de 1999, Aquino apresentou como ponto para reflexão a “reorganização” pela qual passava a rede estadual de ensino, com implicações para a equipe de professores e para os alunos. A mudança na grade curricular, a redução da carga horária, a diminuição das salas de aulas e o conseqüente aumento no número de alunos por turma também foram pontos questionados. Com teor bastante combativo, as palavras a seguir concluíram o artigo da então secretária anpuhana:

⁵⁰ Ver Anexo 01.

Sentimo-nos frente a essa política educacional tal e qual nos anos 70 quando nos explicavam o avanço que representava a recém criada bomba de Neutrons: matava pessoas, preservando, entretanto, todas as instalações, prédios, construções em geral. O escritor Érico Veríssimo já dizia através de seus inspirados personagens do romance Olhai os lírios do campo: “De que adianta construir prédios, se não há pessoas para morar neles? Parece, porém que não é essa a lógica do poder. Tanto na (hoje desacreditada corrida armamentista) como no governo do Estado de São Paulo quando pensa a educação, valorizando, exclusivamente, os “cortes” para fazer os “ajustes”. Na “lógica” perversa dessa política educacional que inverte o dito popular: “Vão-se os anéis, fiquem os dedos!”, as pessoas (pais, alunos, professores) são apenas detalhe de pouca ou nenhuma importância (ANPUH-SP, 1999, p. 3)

Não apenas no *Boletim do Historiador* foram localizadas críticas e proposições quanto às reformas educacionais dos anos 1990, mas também nos Encontros Estaduais da ANPUH-SP, realizados entre os anos de 1998 a 2004. As comunicações localizadas revelaram inquietações quanto aos PCNs e a diversos aspectos das medidas reformistas da Secretaria paulista. O quadro a seguir apresenta esses trabalhos:

Quadro 12: Repercussão das reformas educacionais dos anos 1990 nos Encontros da ANPUH-SP (1998-2004)

ANO	TÍTULO	AUTOR	RESUMO
1998	O aluno como sujeito da história de sua escola	Júlia Falivene Alves (Não consta Instituição)	Apresentar a pesquisa realizada em escolas do CEETPS sobre a influência da ideologia dominante nas representações mentais de alunos sobre o trabalho e o trabalhador, antes e depois de ter sido desenvolvida uma proposta curricular de História, cujos eixos-temáticos foram “trabalho” e “cultura popular”.
1998	O trabalhador como sujeito na História: a ideologia presente nas representações mentais	Júlia Favilene Alves (Não consta Instituição)	Apresentar a pesquisa realizada em escolas do CEETPS sobre a influência da ideologia dominante nas representações mentais de alunos sobre o trabalho e o trabalhador, antes e depois de ter sido desenvolvida uma proposta curricular de História, cujos eixos-temáticos foram “trabalho” e “cultura popular”.
1998	O ofício do professor de História no Ensino Fundamental	Maria Luísa Albiero Vaz	Analisar a proposta de ensino de História contida nos PCNs para o Ensino Fundamental, com destaque para seus Eixos Temáticos.

		(Não consta Instituição)	
1998	Programa de Educação continuada: a proposta e a prática	Raquel Glezer (Não consta Instituição)	Abordar o Programa de Educação Continuada – PEC da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em convênio com a Universidade de São Paulo – USP, no projeto de Assessoria às Escolas, apresentando suas intenções, práticas e problemas em seu desenvolvimento.
1998	Conhecimento histórico escolar e as novas propostas curriculares de História	Fausto Henrique G. Nogueira (Não consta Instituição)	Discutir a noção de conhecimento histórico escolar nas propostas curriculares de História dos anos 1980 e 1990. Recuperar o debate sobre história tradicional X história crítica e produção do conhecimento pelos alunos X memorização.
1998	Conhecimento histórico e reformas curriculares: mudanças, continuidade e articulações entre currículo oficial e currículo vivido	Rita de Cássia Santos Pires (Não consta Instituição)	Analisar as reformas curriculares de São Paulo nos anos de 1980 e 1990, buscando seu alcance na concepção de história e no conhecimento histórico, de acordo com as novas orientações da disciplina, com foco na prática docente.
1998	Sujeitos na educação: o discurso de professores e diretores de escolas públicas estaduais	Nádia Gaiofatto (Delegacia de Ensino de Assis – SP)	Apresentar as perspectivas de utilização da História oral em uma pesquisa voltada para a compreensão do discurso de professores e diretores de 1ª a 4ª séries sobre as políticas educacionais do período 1984-1997, posto que são eles os sujeitos responsáveis pela implantação de medidas que visavam combater os altos índices de evasão e repetência e a baixa qualidade do ensino paulista.
2000	O saber acadêmico e a produção do livro didático	Circe Maria Fernandes Bittencourt --- Faculdade de Educação – USP	Investigar a relação entre o conhecimento acadêmico e o saber histórico escolar, com foco no livro didático. Analisar as propostas curriculares em voga: História cronológica ou temática?
2000	História cronológica e história temática: amigas ou inimigas?	Conceição Ap. Cabrini Escola N. S. das Graças	Refletir sobre o ensino-aprendizagem a partir de uma proposta de História temática.
2000	Os currículos de História e o ensino da disciplina: uma avaliação	Joelza Éster Rodrigues Editora FTD	Apresentar o terreno de mudanças paradigmáticas pelas quais passa o ensino de História: História cronológica ou temática?
2002	O saber histórico na	Circe Maria Fernandes	Apreender o significado da História trabalhada por eixos temáticos nas propostas curriculares

	sala de aula	Bittencourt (Faculdade de Educação – USP)	em voga, como foco na formação inicial e continuada dos professores e no trabalho escolar.
2002	Programa de Educação Continuada e seus efeitos nas práticas de professores de História	Carlos Alexandre Pompeu (FE – UNICAMP)	Investigar os efeitos do Programa de Educação Continuada – PEC, implementado pela SEE-SP em 1997.
2004	História, Política e Projetos: Formação continuada de Professores de História – Estado de São Paulo (1997/1998)	Carlos Alexandre Pompeu (FE – UNICAMP)	Investigar em documentos da SEE-SP e do Centro de Estudos Escola da Vila, as práticas pedagógicas dos professores de História da Rede Pública do ABC paulista que participaram do Programa de Educação Continuada – PEC, entre 1997-1998, o qual possuía ligação com o Banco Mundial.
2004	O Ensino de História em Classes de Correção de Fluxo	Luciene dos Santos Melo (FE – UNICAMP)	Analisar a proposta de reforma para a disciplina de História contida no projeto “Ensinar e Aprender: corrigindo o fluxo”, implementado pela SEE- SP entre 1999 e 2001, correlacionando-o à chegada dos preceitos neoliberais. Contrapor o discurso e a prática, mediante acompanhamento da implementação nas escolas de Taboão da Serra
2004	Escola e projeto político pedagógico, uma análise do período pós-LDB	Luciana Gobbi Celante (FE – UNICAMP)	Identificar a possibilidade da gestão “autônoma” do plano-político-pedagógico da escola, efetiva pela LDB de 1996, a qual deliberou responsabilidade na elaboração das propostas pedagógicas à escola.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A triagem desses trabalhos foi efetuada nos inventários⁵¹ mediante a busca das categorias “reforma educacional”, “propostas curriculares” e “políticas educacionais” pertinentes aos anos 1990. Também os trabalhos categorizados como “PCNs” e “História temática” foram selecionados, de forma que a escolha da última categoria, relacionada à História trabalhada por Eixos Temáticos, foi uma das principais proposições para o ensino de História trazida pelos Parâmetros (BRASIL, 1999; MAGALHÃES, 2006).

⁵¹ Ver Anexo 02.

Essas comunicações evidenciaram a amplitude dos debates da ANPUH-SP sobre as diferentes implicações da reforma educacional em curso nos anos de 1990. Foram objetos de pesquisa as questões de ensino-aprendizagem – como o projeto “Ensinar e Aprender: corrigindo o fluxo”, de 1999, a conjuntura econômica, a dicotomia história temática/história cronológica no contexto da implementação dos PCNs, a relação entre os saberes acadêmicos e escolares, o livro didático, a prática docente e a formação de professores, como o Programa de Educação Continuada – PEC, implementado pela SEE-SP em 1997.

Envolvidos no debate estavam acadêmicos das principais Universidades paulistas, como a USP e a UNICAMP, professores da educação básica, representantes de editoras e educadores vinculados às chamadas “Delegacias” de ensino da Secretaria paulista. Foram plenamente preenchidos nos Encontros Estaduais da ANPUH-SP os espaços abertos nos anos 1970 para ampla participação do público nos Simpósios nacionais, incluindo não apenas professores universitários de História. O fato desses novos sujeitos apresentarem formações distintas sugere que o debate anpuhano apresenta uma natureza que estimula o diálogo.

Entre outras ações do Núcleo na segunda metade da década de 1990, merece ser evidenciada também a trajetória de Alberto Aggio, diretor responsável pela publicação de todos os editoriais (do *corpus* documental disponível) do *Boletim do Historiador* durante sua gestão, entre 1996 e 1998. Seus escritos caracterizaram-se pelo combate e contestação da influência das políticas supranacionais no país, sobretudo, no que se relacionava ao ensino. Entre os principais assuntos tratados estavam cidadania, direitos humanos, políticas sociais, formação docente e a necessidade de reformulações para a educação básica e superior brasileira⁵².

Para Aggio, cuja trajetória acadêmica foi dedicada à história política da América Latina, era necessário que os membros da ANPUH-SP ampliassem o engajamento político e a efetividade nas intervenções sociais. Em um dos editoriais publicados em 1997, o diretor retomou as ações do Núcleo paulista

⁵² Ver Quadro 08.

no XIX Simpósio da ANPUH “História e Cidadania”, realizado em Belo Horizonte, e idealizou um movimento de resistência ante as políticas supranacionais:

Assim como aconteceu no Simpósio Nacional de Belo Horizonte, em julho de 1997, o pano de fundo e o problema central continuam os mesmos: seremos capazes de estimular e compartilhar com parte significativa da sociedade a resistência frente a esse inédito protagonismo dos “fatos” que mundialmente nos assola e tiraniza, dando mostras cada vez mais expressivas de que quer eliminar a possibilidade do sujeito na trama da História? Ou uma mudança que se encontra em curso é, de tal maneira vertiginosa e de extraordinárias proporções, que implicaria pensar as possibilidades de emergência de uma nova modalidade de construção e ação de sujeitos históricos? (ANPUH-SP, 1997b, p. 1)

Um ano mais tarde, em abril de 1998, Aggio registrou no texto editorial do *Boletim* ênfase aos prejuízos acadêmicos e institucionais causadas pelas reformas educacionais em curso para o ensino superior brasileiro e para a carreira docente universitária.

O ano de 1998 começou demonstrando a todos, mesmo aos mais desavisados, que o processo de desestruturação e desmonte da matriz que sustentou até agora o modelo de ensino e pesquisa no Estado de São Paulo e no Brasil prossegue firme e avassaladoramente sua senda. Com o pretexto de “atualizar” o Estado brasileiro aos ditames de uma política servil de integração do país ao processo de globalização, a política que se põe em marcha via governo federal é de degradação de tudo o que se vê pela frente, destruindo-se aos poucos, mas sem remissão – estruturas institucionais, e espaços acadêmicos e culturais que custaram a biografia de mais de uma geração de pesquisadores e intelectuais [...]. Os resultados já são visíveis na área de História: proibidas ou restringidas as contratações, os departamentos minguam, ameaçando perigosamente sua sobrevivência e qualidade futuras pela sobrecarga de trabalho que já se configura como uma realidade. (ANPUH-SP, 1998, p. 1)

O movimento de combate e contestação das políticas supranacionais foi inerente aos escritos de Aggio. Por se tratarem de uma publicação editorial podem ser identificados, de maneira mais ampla, como o posicionamento da

ANPUH-SP em relação às reformas educacionais em curso na década de 1990. Essa compreensão deriva da percepção de que as fontes periódicas

[...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (DE LUCA, 2014, p. 140)

Mediante a análise dos exemplares do *Boletim do Historiador* editados nas gestões 1996-1998 e 1998-2000, foi possível perceber que as críticas e proposições anpuhanas direcionaram-se também ao plano de carreira do magistério paulista, à formação do professor de História no Brasil, a qual ainda carregava a histórica dicotomia ensino-pesquisa e, finalmente, às políticas de avaliação, seleção e distribuição de livros didáticos, desempenhadas pelo MEC na década em questão.

Apesar de apresentar amplas frentes de reflexão sobre a História como disciplina escolar, foi evidente o limite das forças da ANPUH-SP, como “política local” ante a “impenetrabilidade da governança” supranacional. Tais evidências decorrem da consideração do aprofundamento das políticas descentralizadoras no país, bem como da crescente instituição de parcerias com o setor privado, movimentos próprios da contenção da crise de proporções globais que propiciou a separação entre poder e política, o que culminou no enfraquecimento do Estado nacional e na emergência das políticas supranacionais como um discurso dominante (BAUMAN, BORDONI, 2016).

Ao encaminhar a discussão para a repercussão da reforma curricular para a disciplina de História *São Paulo faz escola* nos Encontros da ANPUH-SP entre 2008 e 2016, foi verificado um aspecto de continuidade nas políticas conduzidas pela SEE-SP desde os anos 1990. Outros pesquisadores, como Ramos (2013), Carvalho e Russo (2016), dedicados à análise das especificidades da atual reforma, também identificaram essa relação. Para eles,

[...] apesar das variações de políticas e programas implantados e das diferentes gestões da Secretaria de Estado da Educação (SEE) no período, a tríade orientadora, “racionalização

organizacional, mudança nos padrões de gestão, qualidade do ensino”, fixada em 1995, manteve-se como eixo básico de atuação no setor. (RAMOS, 2013, p. 558)

Além da continuidade na proposição de políticas desempenhada pela SEE-SP, também há um prosseguimento no limite das forças anpuhanas, percebidas como uma “política local” com poder limitado, ou como o exercício de uma “não política” desempenhada pela ANPUH-SP nos processos decisórios que concebem e implementam as políticas educacionais (BAUMAN, BORDONI, 2016).

Apesar dessa limitação, é reafirmada a importância da Associação paulista no “contexto da prática” (MAINARDES, 2006), local onde o diálogo estabelecido entre a História acadêmica e a História como disciplina escolar promove a “recontextualização” (LOPES, 2004) da política instituída. A partir dessa percepção, são apresentados os antecedentes da reforma curricular *São Paulo faz escola* para disciplina de História em direção à sua repercussão do debate da ANPUH-SP.

4.2 São Paulo faz escola: antecedentes

Divulgado pela então secretária da Educação Maria Helena Guimarães de Castro⁵³, em 2007, o plano de metas e ações *São Paulo: uma nova agenda para a educação pública* anunciou mudanças estruturais abrangentes para a rede de ensino, as quais eram direcionadas à elevação dos indicadores de alfabetização, promoção e desempenho. Para o triênio 2008-2010, foi almejado o alcance das seguintes metas:

1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados;
2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série;
3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio;
4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e

⁵³ Socióloga e Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, é professora aposentada [dessa](#) Universidade/IFCH onde atuou também como pesquisadora do Núcleo do Estudos de Políticas Públicas/NEPP. No Governo do Estado de São Paulo atuou entre 2007 a 2009. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em 21/03/2018.

8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio); 5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais; 6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado; 7. Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries); 8. Programas de formação continuada e capacitação da equipe; 9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados; 10. Programa de obras e melhorias de infra-estrutura das escolas. (SÃO PAULO, 2007)

Com foco na uniformização curricular, no desenvolvimento das competências leitora e escritora e no prosseguimento de uma cultura avaliativa (NEUBAUER, 1999) foram previstas as seguintes ações:

1. Implantação do Projeto Ler e Escrever; 2. Reorganização da progressão continuada; 3. Currículo e expectativas de aprendizagem; 4. Recuperação da aprendizagem; 5. Diversificação curricular do Ensino Médio; 6. Educação de Jovens e Adultos; 7. Ensino Fundamental de 9 anos; 8. Sistemas de Avaliação; 9. Gestão dos resultados e política de incentivos; 10. Plano de obras e investimentos. (SÃO PAULO, 2007)

Tratada mais especificamente, a 3ª ação, referente às mudanças previstas para “Currículo e expectativas de aprendizagem”, fazia necessária a

Divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para todas as séries e disciplinas do Ensino Fundamental e Médio em setembro de 2007; 2. Consulta à rede e capacitação dos professores de outubro a dezembro de 2007, com a utilização da estrutura da Rede do Saber; 3. Implantação das orientações curriculares no planejamento pedagógico de fevereiro de 2008. (SÃO PAULO, 2007)

Ainda de acordo com o plano de 2007, antes da efetiva implementação das novas matrizes curriculares, a SEE-SP pôs em prática no primeiro bimestre de 2008 “[...] programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio)” (SÃO PAULO, 2007).

Fizeram parte dessas ações o *Jornal do Aluno* e a *Revista do Professor São Paulo faz escola*, cujos exemplares foram distribuídos nos ensinos fundamental – ciclo II e médio públicos. Tais materiais foram elaborados a partir dos resultados do SARESP de 2005 e continham, respectivamente, conteúdos disciplinares e orientações pedagógicas. A recuperação das aprendizagens compreendia a execução de atividades pelos alunos, apresentando-se como um elemento de promoção da melhoria do desempenho dos mesmos em avaliações externas.

JORNAL DO ALUNO

São Paulo faz escola

EDIÇÃO ESPECIAL DA PROPOSTA CURRICULAR

fev/2008 – ensino médio

2ª série | **3ª série**

Nome do aluno: _____

Série: _____

Escola: _____

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

Governador: José Serra

Secretária da Educação: Maria Helena Guimarães de Castro

Pontapé inicial

Caros alunos,

Iniciamos agora mais uma jornada: 2008 será, com certeza, um ano que fará a diferença. Preparamos diversos projetos para que você possa aprender sempre mais.

Nestes primeiros 42 dias de aula, até o fim de março, daremos o pontapé inicial para um importante projeto. Será um período essencial para sua formação escolar e que certamente fará diferença ao longo do ano.

Espero que você aproveite este material, elaborado especialmente para este período, desfrutando-o e aproveitando-o o máximo possível.

Um grande abraço!

Maria Helena Guimarães de Castro

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

E aí, galera?

Vamos nos preparar para a grande largada de 2008? A ordem é esquentar os motores da inteligência para conquistar uma colocação especial.

Este jornal foi preparado para acompanhar a maratona de todos os alunos e professores do Estado de São Paulo, rumo à vitória, neste ano letivo. Ele traz notícias, curiosidades e sugestões de atividades bem interessantes a serem desenvolvidas com o apoio e a firmeza de nossos professores.

E o melhor desta grande corrida é que todos podem chegar em 1º lugar, pois cada um só vai disputar consigo mesmo, percorrendo o caminho que leva do conhecimento que já tem àquele necessário para alcançar ótimos resultados escolares.

Então, vamos nessa?

Maria Inês Fini

COORDENADORA – SÃO PAULO FAZ ESCOLA

**Língua Portuguesa e Literatura** p. 3**Sou vivo, quero falar!**

No momento em que tomamos a palavra, somos seres livres e completos.

Educação Física p. 16**Parece que ninguém está feliz com o corpo que tem**

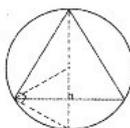
Você já quis ser diferente do que é? Compreenda esse sentimento.

Biologia p. 37**A Biologia contra-ataca**

Os maus hábitos alimentares podem causar distúrbios como a obesidade e a anorexia. Saiba mais sobre o aumento desses distúrbios nos últimos dez anos.

Matemática p. 42**Pensar, produzir, ler e escrever em Matemática não é só para matemáticos!**

Diariamente, todas as pessoas usam a Matemática quase sem perceber, fazendo com que todos nós tenhamos um quê de matemático.

**Geografia** p. 22**Outras formas de ler o mundo**

Aprenda como a Geografia colabora para que você conheça mais o espaço geográfico e a sociedade em que vivemos.

**Física** p. 30**Lombada eletrônica, radares e Física**

Como será que os radares calculam a velocidade? Descubra isso e muito mais nas aulas de Física!

**Filosofia** p. 27**Cultura e cidadania**

Se você fechar um pouco o livro e olhar a sua volta, surgirá uma porção de problemas filosóficos. Não é flutuando nas nuvens que se aprende a filosofar, e sim de olho pregado no mundo.

Química p. 33**Experimente fazer esta mistura. Ela é explosiva!**

Misture Química, conhecimentos tecnológicos, Biologia e Matemática e obtenha uma mistura que provocará uma explosão no prazer de aprender.

ÍNDICE

Língua Portuguesa e Literatura	p. 3
LEM	p. 8
Arte	p. 11
Educação Física	p. 16
História	p. 19
Geografia	p. 22
Filosofia	p. 27
Física	p. 30
Química	p. 33
Biologia	p. 37
Matemática	p. 42

Esta edição tem 48 páginas – tiragem de 1.160.000 exemplares

Figura 05: Capa do *Jornal do Aluno São Paulo faz escola*. Edição Especial da Proposta Curricular. 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. 2008.



Figura 06: Capa da Revista *São Paulo Faz Escola*. Edição Especial da Proposta Curricular. Disciplinas de Geografia, História e Filosofia. 2008.

Transcorrido o primeiro bimestre e embasando-se na Resolução nº 92 que estabeleceu as diretrizes para a organização dos currículos do ensino fundamental e médio nas escolas estaduais, a Secretaria paulista deu início ao processo de implementação das novas propostas. O texto introdutório do documento curricular apresentou as intencionalidades da SEE-SP:

Articulando conhecimento e herança pedagógicos, a Secretaria pretende que esta iniciativa seja, mais do que uma nova declaração de intenções, o início de uma contínua produção e divulgação de subsídios que incidam diretamente na organização da escola como um todo e nas aulas. Ao iniciar esse processo, a Secretaria procura também cumprir seu dever de garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências, para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede. (SÃO PAULO, 2008, p. 8)

A fim de garantir a base comum de conhecimentos e de ações pedagógicas, a SEE-SP distribuiu nas escolas da rede materiais didáticos para todas as disciplinas. Tratavam-se dos *Cadernos do Professor*⁵⁴ e, a partir de 2009, dos *Cadernos do Aluno*⁵⁵. Ligados a esses materiais estiveram os apostilados *Gestão do Currículo na Escola – Caderno do Gestor*. Na visão da Secretaria,

O Currículo se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e aos alunos: os Cadernos do Professor e do Aluno, organizados por disciplina/série(ano)/bimestre. Neles, são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhados de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação. Oferecem também sugestões de métodos e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares. (SÃO PAULO, 2010, p. 8)

Ao longo do processo de implementação da reforma curricular, a SEE-SP lançou dois documentos orientadores para a disciplina de História, os quais apresentaram basicamente a mesma formatação: o primeiro foi a *Proposta Curricular* (SÃO PAULO, 2008) divulgada pela Secretaria paulista em 2008 e o segundo, em vigor até os dias atuais, foi apresentado como uma reformulação do primeiro documento, denominando-se *Currículo do Estado de São Paulo* (SÃO PAULO, 2010).

⁵⁴ Elaborados por intelectuais escolhidos pela SEE-SP e apoiados pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP e pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, os *Cadernos do Professor* organizam-se em Situações de Aprendizagem que contemplam o conteúdo disciplinar de todo o ano letivo. O material indica aos docentes como e em quanto tempo as Situações devem ser executadas, propondo formas de sondagem e sensibilização dos alunos. Aponta quais competências e habilidades devem ser desenvolvidas com as atividades propostas, indicando metodologias e estratégias para desenvolvê-las, bem como formas de avaliação e recuperação (GIAVARA, 2012).

⁵⁵ Os *Cadernos do Aluno*, à semelhança do material didático do professor, também se organizam em Situações de Aprendizagem e apresentam atividades de natureza diversa, bem como direcionamentos para que os alunos possam aprofundar seus conhecimentos sobre os temas trabalhados. Em geral, os *Cadernos do Aluno* dividem-se em seções, a saber: “Leitura e Análise de Texto”, “Pesquisa Individual”, “Pesquisa em Grupos”, “Lição de Casa”, “Você sabia?”, “Para saber mais” e “Você aprendeu?” e, no final de cada Situação, “O que eu aprendi...” (GIAVARA, 2012).

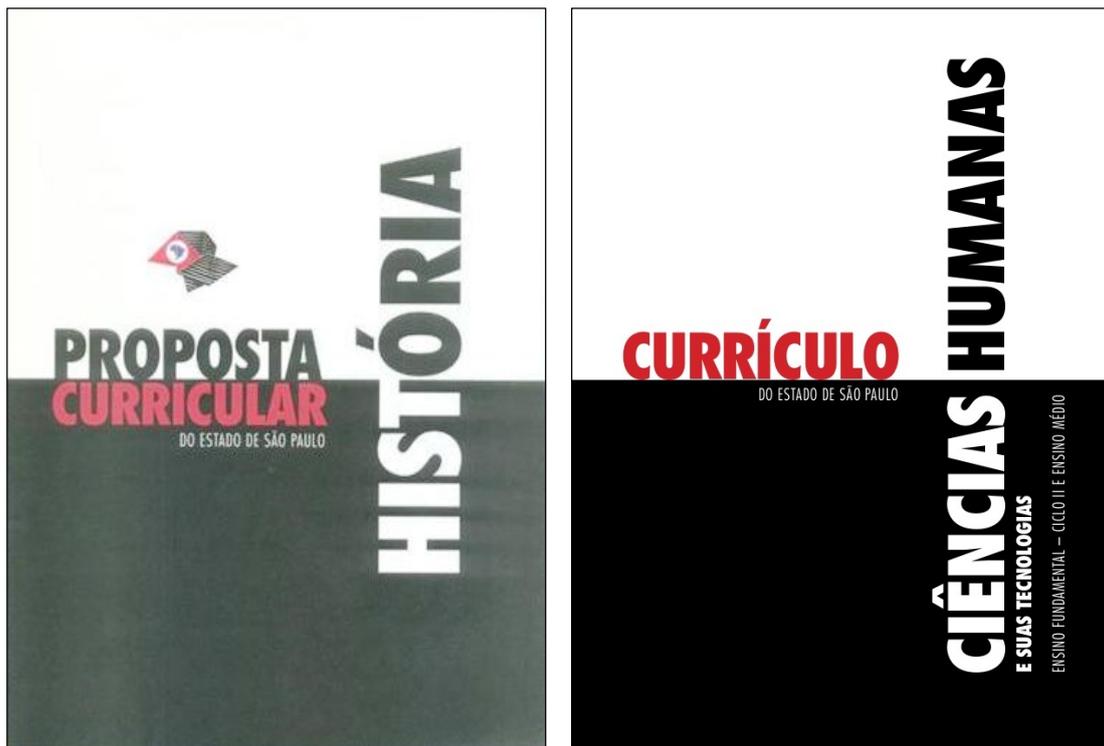


Figura 07: Capa da Proposta Curricular e do Currículo de Ciências Humanas do Estado de São Paulo. 2008 e 2010.

Na visão da SEE-SP, a segunda versão foi elaborada a partir de diálogos estabelecidos com os profissionais da rede, o que contraria as conclusões a que chegaram alguns pesquisadores, como Ciampi et al. (2009), Ramos (2013) e Blóis (2017). Dez anos após o início da reforma curricular *São Paulo faz escola*, o *Currículo* e os *Cadernos* continuam vigentes sem que alterações significativas tenham sido implementadas pela Secretaria.

Em uma análise mais particular, sustentada pela consideração dos diferentes níveis de currículo, os documentos que compõe a reforma curricular *São Paulo faz escola* são compreendidos como o currículo prescrito, pré-ativo ou formal. Esse nível, diretamente relacionado à publicação de propostas pelo poder público, distancia-se do “currículo real, concretizado na prática de sala de aula” (MOREIRA, 1999, p. 133). Como uma leitura dos programas estatais, ele edifica-se a partir das características e demandas próprias de cada instituição escolar (FORQUIN, 1993). Compreendendo o currículo como uma construção histórica e social, Goodson (1995, p. 76) observa:

As perspectivas construcionistas sociais buscam um enfoque reintegrado para os estudos sobre o currículo, distanciando-se de um enfoque único, seja na prática idealizada, seja na prática concreta, para o desenvolvimento de dados sobre a construção social, tanto em nível pré-ativo como em nível interativo.

Existem, de tal forma, prioridades políticas e sociais que predeterminam as proposições curriculares da Secretaria paulista. No processo de elaboração do currículo pré-ativo, perpetuam-se as tradições, elementos da cultura considerados necessários e ideais. Contudo, “o que está prescrito não é necessariamente o que é apreendido, e o que se planeja não é necessariamente o que acontece” no cotidiano escolar. Apesar da aparente autonomia entre a teoria e a prática curricular, importa que os diferentes níveis sejam considerados pelos estudiosos, uma vez que a construção social do currículo envolve concomitantemente a prescrição e a interação (GOODSON, 1995, p. 78).

Em diferentes momentos, a Secretaria reforçou o teor democrático de suas ações, como na introdução da proposta de 2008, onde se afirmou que a reforma curricular continuaria em andamento e partiria dos

[...] conhecimentos e das experiências práticas já acumuladas, ou seja, da sistematização, revisão e recuperação de documentos, publicações e diagnósticos já existentes e do levantamento e análise dos resultados de projetos ou iniciativas realizadas. (SÃO PAULO, 2008, p. 8)

Apesar de amplamente divulgada como uma proposta curricular democrática, a ausência de diálogo entre a SEE-SP e os sujeitos educacionais foi evidenciada no processo reformista (CIAMPI et al., 2009). Para Ramos (2013), os professores foram considerados pela SEE-SP apenas como os operacionalizadores dos novos currículos. Em estudo recente, Blóis (2017) evidenciou que a reforma curricular *São Paulo faz escola* apresentou-se como um retrocesso enquanto política democratizante, se comparada às políticas educacionais dos anos 1980.

Diante de uma mudança proposta, quando não há participação efetiva dos sujeitos educacionais no processo de elaboração das reformas, é gerado um sentimento de imposição e uma conseqüente atitude de resistência

(MOREIRA, 1999), causando o que Gusmão (2004) denomina como “alheamento” dos profissionais da Educação. Distante do contexto das escolas da rede, a reforma curricular promovida pela SEE-SP foi observada como uma medida autoritária e impositiva, feita de cima para baixo.

A forma de proposição da política curricular pela SEE-SP contribuiu para o aprofundamento da histórica inferioridade dos saberes escolares ante os acadêmicos.

Ocorre que a concepção de ‘cultura’ e ‘disciplina escolar’ subjacente à Proposta Curricular as entende como algo hierarquicamente inferior ao saber acadêmico e não exatamente a ele articulado. Basta observar o processo de elaboração e difusão da proposta e de todo o material distribuído para professores e alunos, desconsiderando quaisquer trabalhos que já vinham sendo realizados pelos professores e as diferentes realidades e particularidades das diversas escolas da rede estadual. Fez-se tábula rasa da cultura escolar. (CIAMPI et. al., 2009)

O descontentamento do corpo docente paulista em relação à reforma foi reiterado por recorrentes greves em 2008. Boim (2010, p. 36) relembra o ato público de professores na Praça da República, ocasião em que os *Cadernos do Professor* foram queimados, tal como aconteceu com o “Verdão”⁵⁶ nas manifestações do professorado paulista durante os anos de 1980. Diz o autor, “[...] em um ato público, na frente da SEE-SP, em 04 de abril de 2008, um grupo de professores queimou as apostilas em protesto ao novo modelo de ensino adotado em São Paulo⁵⁷”.

De fato, quem pensa o ensino em São Paulo não é exatamente quem o executa, o que é ratificado na escolha da equipe elaboradora dos documentos

⁵⁶ De acordo com a Lei nº 5.692, construídos sob o jugo do governo militar, os guias curriculares, conhecidos como “Verdão”, “[...] eram vistos, naquele momento de transição política, como um instrumento de intervenção do Estado na ação do professor e de cerceamento da sua liberdade criadora”. No contexto da redemocratização política e educacional da década de 1980, estes guias foram veementemente recusados pelos professores da rede pública paulista (MARTINS, 1996, p. 32).

⁵⁷ A informação pode ser confirmada pela notícia divulgada pelo *Jornal da Tarde*, em 05 de abril de 2012. Em endereço eletrônico, o periódico anunciava “Durante assembleia do sindicato dos professores da rede estadual (Apeoesp) realizada ontem à tarde na Praça da República, um grupo de professores queimou o novo material didático enviado pelo governo às escolas estaduais. Disponível em: <<http://www.jt.com.br/editorias/2008/04/05/ger1.94.4.20080405.37.1.xml>> Acesso em: 21 jun. 2012.

curriculares pela SEE-SP. O currículo para a disciplina de História e seus materiais didáticos são assinados por intelectuais do campo historiográfico, como Paulo Miceli, Diego López da Silva, Glaydson José da Silva, Mônica Lungov Bugelli e Raquel dos Santos Funari. Nenhum deles, entretanto, esteve diretamente envolvido com pesquisas que trataram as especificidades da História enquanto disciplina escolar, tampouco possuem experiência na rede pública estadual como professores. Esses profissionais

[...] possuem trajetórias intelectuais consolidadas, e a equipe de professores dos diferentes componentes curriculares apresenta formação nas melhores universidades do país, embora não se tenha verificado preocupação em selecionar profissionais que agreguem em sua formação as interfaces entre conhecimentos acadêmicos e escolares: dedicação à história das disciplinas e dos currículos escolares, ou das didáticas e das práticas e metodologias específicas de ensino-aprendizagem, por exemplo. Ademais, permanece ainda a lógica de elaboração dos currículos sem a participação efetiva dos professores do ensino fundamental e médio, a não ser como executores. (CIAMPI et. al., 2009, p. 362),

Percebe-se um silenciamento dos sujeitos educacionais ante a reforma curricular da SEE-SP. No “contexto de influência” (MAINARDES, 2006), representado pelos espaços decisórios em que foram discutidas as políticas curriculares paulistas para a disciplina de História, a voz dos sujeitos educacionais, principais responsáveis pela implementação dos currículos nas escolas, não foi legitimada. Aproximam-se da esfera da “política local” com pouca efetividade ante a “governança” (BAUMAN, BORDONI, 2016).

Enfim, esse silenciamento estendeu-se também à ANPUH-SP como entidade que buscou ao longo de seu percurso discutir as questões pertinentes à História como disciplina escolar. A análise dos inventários dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP⁵⁸, entre 1990 e 2016, revelou que os intelectuais do grupo elaborador das matrizes *São Paulo faz escola* não se apresentaram como participantes dos espaços de discussão abertos pela Associação no que se referia ao ensino, estando alheios à amplitude do debate anpuhano.

⁵⁸ Ver anexo 02

4.3 A repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* nos Encontros da ANPUH-SP

Seguindo o caminho indicado pela adoção do “estado da arte” (FERREIRA, 2002) como recurso metodológico, a análise da repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História nos Encontros da ANPUH-SP foi encaminhada para os inventários produzidos por esta investigação, mais precisamente nos documentos referentes aos anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.

Foram selecionadas as comunicações científicas e as atividades, como mesas redondas e fóruns de graduação, cujos títulos fizeram referência ao *São Paulo faz escola*. A análise do texto completo dessas comunicações, localizado nos *Anais dos Encontros Estaduais*, foi desempenhada tendo em vista a percepção das principais críticas e propostas contidas no pensamento dos autores, estabelecendo entre elas aproximações e distanciamentos. Buscou-se apresentar uma compreensão plural da repercussão do *São Paulo faz escola* no debate anpuhano.

As vozes dos membros da ANPUH-SP contribuem para que as discussões sobre o ensino de História sofra constantes reflexões. Coaduna com essa percepção a ideia que a entidade paulista, ao promover seus debates em diferentes espaços, com a participação dos professores de História da educação básica, possui expressividade no “contexto da prática” (MAINARDES, 2006), em favor da “cultura escolar” existente.

Se hoje a História da disciplina escolar avançou em relação às concepções teóricas e metodológicas seguidas pelas escolas do século XIX, essas mudanças foram provenientes das relações estabelecidas entre a História acadêmica e a História como disciplina escolar. Ainda que as mudanças sejam procrastinadas em espaços políticos dominados por “redes de governança”, também chamadas “heterarquias” (BALL, 2013), elas acontecem. A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa essa ideia, pois é fruto das reivindicações trazidas por amplos debates conduzidos por grupos que, no início dos anos 1980, reivindicavam a redemocratização

política nacional, bem como a reforma do sistema educacional e das disciplinas escolares.

Entre esses grupos do passado esteve a ANPUH-SP (CORDEIRO, 2000). Sua pauta de discussão incluiu, principalmente, a demanda pelo rompimento da dicotomia ensino-pesquisa e a necessidade de atribuir protagonismo a professores e alunos. Por essa razão, há necessidade de identificar e valorizar as críticas e proposições trazidas pela Associação paulista também no presente.

A primeira repercussão da reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História nas discussões da ANPUH-SP foi localizada no artigo *O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de História no Estado de São Paulo* (CIAMPI et al., 2009)⁵⁹. As asserções dessa publicação foram fruto do debate estabelecido durante o GT Ensino de História e Educação da ANPUH-SP, em 2008. Ao longo de sua trajetória, esse GT dirigiu diferentes projetos de formação continuada de professores e mais recentemente, conduz as “Oficinas de Ensino de História” e as “Jornadas de Ensino”.

A intenção do GT Ensino de História, Secção São Paulo, evitando qualquer atitude demagógica e/ou populista, move-se na intenção de, ao analisar o documento, discutir uma questão crucial aos profissionais de História do estado: o que significa ensinar História hoje, com base na proposta curricular para a rede pública de São Paulo? (CIAMPI et al., 2009, p. 362)

A partir da análise de vídeos disponibilizados no endereço eletrônico da SEE-SP e de materiais didáticos distribuídos às escolas, o objetivo da publicação do GT foi “[...] discutir os impasses criados para a profissionalização do docente de história e para o aprendizado de crianças, jovens e adultos” no processo de retomada da hegemonia educacional paulista (CIAMPI et.al., 2009, p. 362).

Para o grupo de pesquisadores anpuhanos, a reforma curricular implementada pela Secretaria vinculava-se a um projeto identitário mais amplo. Em uma ação que pode ser comparada às incursões bandeirantes do século XVIII,

⁵⁹ Em 2009, a *Revista Brasileira de História* deu publicidade ao trabalho.

O título do projeto, “São Paulo faz escola”, é adequado aos objetivos a serem alcançados pelo governo. Uma imagem, aliás, que visa retomar a centralidade perdida pela educação paulista no conjunto da nação, expressa nos últimos resultados do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), bem como nas avaliações nacionais, nas quais o desempenho desse estado ficou abaixo do esperado. A retomada do projeto ‘empreendedor’ do estado de São Paulo na educação é a de um bandeirantismo em descompasso com o seu papel de protagonista do desenvolvimento industrial, tecnológico e cultural do país. Esta imagem não visa caricaturar a atuação do governo paulista na área de educação, mas mostrar a forma como o imaginário político sobre a região é retomado historicamente para fortalecer sua identidade coletiva, principalmente em momentos de crise institucional. (CIAMPI et al., 2009, p. 366)

Mediante a melhoria do desempenho dos alunos em avaliações externas, a SEE-SP almejou devolver a ideia de pioneirismo e prestígio que historicamente esteve atrelada ao passado paulista. Como uma continuidade das reformas dos anos 1990 (NEUBAUER, 1999), o núcleo da ação reformista *São Paulo faz escola* foi a padronização curricular empreendida mediante a distribuição de materiais didáticos na rede de ensino. Também como um prosseguimento das políticas do passado, esteve o fomento de uma “cultura de avaliação” na rede pública de ensino e a concessão de uma pretensa autonomia aos professores e gestores paulistas.

A principal crítica encaminhada à *Proposta Curricular São Paulo faz escola* pelo GT da ANPUH-SP foi a depreciação dos saberes históricos em favor das competências aferidas nos sistemas avaliativos em larga escala. Nessa perspectiva, o currículo de História acabou prejudicado pela existência de um “grafocentrismo” que conferiu “[...] à disciplina de Língua Portuguesa o papel de estruturador do currículo, em torno do qual orbitam as demais disciplinas escolares, como penduricalhos secundários a assessorar a disciplina mãe” (CIAMPI et al., 2009, p. 374).

Em função dessa prioridade, o processo ensino-aprendizagem de determinados saberes históricos foram postos em segundo plano na reforma em questão, como a aquisição das noções de tempo, espaço e identidade. Para desenvolvimento dessas habilidades, é necessário que haja domínio das

competências leitora e escritora, entretanto, elas não são o ponto de partida desse percurso. Como pontua Ciampi et al. (2009, p. 373),

Justifica-se a escrita e a leitura pela centralidade da linguagem, mas não seria correto justificar a linguagem como aquela que constitui as diversas formas de saberes, entre eles a leitura e a escrita? A linguagem não é meio para acessar o mundo, nem um fim onde o mundo só poderia ser pensado nela mesma, mas uma passagem ou ainda um jogo entre diversos vocabulários que tentam lidar com o mundo”. Na área de História, identificar a autoria de um texto é mais do que localizar o sujeito do ato da fala, é compreender como alguém no seu tempo e em seu espaço elabora determinada visão de mundo, a qual, por isso, deve ser questionada como “realidade linguística”.

Outra fragilidade apontada pelo GT à reforma curricular *São Paulo faz escola* foi a inexpressividade da “cultura escolar”, verificada no cotidiano de professores e alunos. Ao desconsiderar os aspectos culturais, houve na proposição de políticas implementada pela SEE-SP uma inferiorização dos saberes históricos escolares, o que os aproxima da ideia de transposição didática de Chevallard (1991) e concebe os professores como executores do currículo.

O debate encaminhado pelo grupo anpuhano não apresentou apenas um teor crítico, mas propositivo em relação ao ensino de História paulista, por que encaminhou uma série de questionamentos como subsídio para outras análises. “O GT evitou fazer uma crítica pela crítica, mas buscou contribuir para uma leitura do processo em curso e para seus possíveis desdobramentos” (CIAMPI et al., 2009, p. 378). Os pontos levantados por seus intelectuais foram sucedidos por estudos de natureza diversa dedicados à reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História, os quais foram localizados nos Encontros Estaduais já a partir de 2008.

Na ocasião do XIX Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “Poder, violência e exclusão”, realizado no ano de 2008, em São Paulo, o Seminário Temático – ST 01 “Ensino de História: memórias, histórias e saberes”, coordenado pelas professoras Helenice Ciampi da PUC-SP e Maria Carolina Bovério Galzerani da Faculdade de Educação da UNICAMP, contou com 19

comunicações divididas em quatro eixos de discussão, de acordo com o quadro 13.

Quadro 13: Seminário Temático – ST 01 “Ensino de História: memórias, histórias e saberes” (2008)

EIXOS TEMÁTICOS	Nº DE COMUNICAÇÕES
01. História das Disciplinas Escolares e Profissionalização Docente	04
02. Memórias e Saberes Educacionais	06
03. Culturas e Práticas Escolares	08
04. Ensino de História e Linguagens	01

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Desse total, duas comunicações se propuseram a tratar especificamente o ensino de História no programa *São Paulo faz escola*. No Eixo 02, o texto *São Paulo faz escola: um trabalho em aulas de História*, de Mara Cristina Gonçalves. No Eixo 03, a comunicação *Aula Qualitativa ou Aula Quantitativa? Novos Desafios na Aplicação de mais uma Proposta Curricular para o Ensino de História no Estado de São Paulo*, de Patrícia Cerqueira dos Santos.

Diferentemente da perspectiva de investigação adotada pelo GT que elaborou o artigo *O Currículo Bandeirante*, cujo foco esteve nas questões conjunturais da reforma, a comunicação de Mara Cristina Gonçalves (2008), direcionou-se para o cotidiano escolar, com ênfase na prática docente de implementação da proposta com alunos de 5ª série (GONÇALVEZ, 2008).

A autora enfatizou a experiência profissional antes e depois da chegada dos materiais didáticos nas escolas paulistas – *Jornais do Aluno* e *Revistas do Professor*. Em consulta realizada pela SEE-SP sobre a criação de um novo currículo para a rede de ensino, observou que os professores se opuseram à proposta governamental, sobretudo, pela linearidade apresentada e pelo excesso de conteúdos, o que diminuía a utilização de recursos e anulava as possibilidades de pensar a disciplina a partir de questões do tempo presente.

Por outro lado, quando os referidos materiais didáticos chegaram à escola, os docentes em questão sentiram-se mais satisfeitos. Como pontuou a autora, na visão dos sujeitos, o *Jornal do Aluno* e a *Revista do Professor* romperam com a linearidade temporal da História e estimularam a utilização de diferentes materiais didáticos em sala de aula e isso era percebido como algo positivo. Como aponta Gonçalves (2008, p. 4),

Quando o *Jornal do Aluno* São Paulo faz escola chegou na semana do planejamento, pudemos observar – alegremente – que a proposta curricular apresentada no final de 2007 para História não havia se concretizado naqueles blocos lineares, e o jornal trouxe diferentes linguagens: textos, poemas, e desenho. Os textos permitem um diálogo com a atualidade pelo aspecto das tecnologias. [...]. Isso foi um alívio perante as preocupações surgidas em novembro de 2007.

Apesar de enfatizar o processo de aceitação que a reforma curricular paulista logrou no cotidiano escolar, a autora também procurou enumerar os obstáculos que se colocaram a sua implementação, entre os quais estiveram a superlotação das salas, o excesso de conteúdos para uma carga horária reduzida de aulas de História, o grau de dificuldade das atividades propostas – muitas vezes, em desacordo com o desenvolvimento cognitivo dos educandos –, além da escassez de materiais didáticos como mapas, por exemplo.

De maneira semelhante, a comunicação de Patrícia Cerqueira dos Santos (2008), proveniente das discussões levantadas nas “Oficinas de Ensino de História” promovidas pelo GT “Ensino de História e Educação” e de sua experiência como professora da rede estadual de ensino, apontou os desafios enfrentados pelos docentes no trabalho com o novo currículo.

Referindo-se a questões de ordem conjuntural, a autora denunciou a deterioração da autonomia docente atrelada à responsabilização desses profissionais pelo fracasso educacional paulista. Assim como apontado pelo GT no artigo *O Currículo Bandeirante*, a falta de participação dos professores da rede na elaboração dos textos curriculares foi percebida como um ponto de insatisfação, bem como a carência de capacitação da equipe gestora, responsável pela implementação do novo currículo. Nas palavras de Santos (2008, s/n)

O que o órgão denominou de capacitação dos professores foi o repasse de informações através da imprensa, do site na internet e comunicados via diretoria de ensino, sobre a aplicação da nova *Proposta Curricular* (São Paulo, 2008) que começaria com 45 dias de Recuperação, aplicada em todas as escolas da rede pública estadual paulista de fevereiro a março deste ano. Tal capacitação foi dada por professores das áreas de língua portuguesa e matemática, que receberam algumas horas de orientações técnicas, para transmitirem as mesmas ao conjunto dos demais professores da escola e das diferentes áreas do currículo sobre a nova proposta. [...] a participação possível do professor no processo de elaboração da mesma, limitou-se à abertura de um link, por alguns dias, no site da SEE onde professor enviaria exemplos de atividades desenvolvidas por ele, em aulas, de acordo com os conteúdos propostos no novo currículo.

Adentrando o universo das aulas de História no Ensino Fundamental e Médio, a autora destacou o excesso de conteúdos atrelado ao caráter quantitativo da nova *Proposta Curricular* (SÃO PAULO, 2008). Outros obstáculos encontrados foram as péssimas condições de infraestrutura das escolas e a incompatibilidade teórico-metodológica entre o currículo proposto pela SEE-SP e os livros didáticos disponíveis. Ademais, a pressão pelo alcance das metas educacionais em avaliações externas, acrescida pelo sistema de meritocracia e bonificação também foram criticados.

As comunicações de 2008 apresentaram algumas aproximações, entre as quais estiveram críticas quanto à falta de participação dos professores na elaboração dos currículos, ao caráter conteudista e imperativo dos materiais didáticos e às dificuldades práticas de trabalho com a nova *Proposta Curricular*, sobretudo pelo número limitado de aulas, escassez de recursos materiais e superlotação das salas de aula. A progressiva aceitação dos materiais adjacentes à reforma curricular pelos sujeitos educacionais é um ponto que também merece destaque.

Outra congruência entre os trabalhos refere-se à autoria, pois ambos foram construídos a partir das experiências profissionais das autoras como professoras da rede estadual de ensino. Vale destacar que Mara Cristina Gonçalves e Patrícia Cerqueira dos Santos compuseram o Conselho Consultivo da ANPUH-SP em algumas ocasiões do período estudado. A presença dessas professoras nesse espaço deliberativo representa o

protagonismo atribuído pela ANPUH-SP às questões próprias da História como disciplina escolar.

Já em 2010, durante o XX Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “História e Liberdade”, realizado em Franca-SP, o ST 12 “História, Memória e Ensino de História: diálogo entre diferentes saberes”, novamente sob coordenação de Helenice e Maria Carolina, acumulou um total de 15 comunicações sem subdivisões internas. Dessas, três se propuseram a analisar o currículo implementado pela Secretaria em 2008. São os textos: *Uma Experiência de Aprender e Ensinar História na Escola Pública Estadual de São Paulo (2008-2010)*, de Patrícia Cerqueira dos Santos; *Ensino de História e culturas africanas na Proposta Curricular do Estado de São Paulo: inclusão ou exclusão?*, de Antônio Aparecido Primo e *Currículo de História para Educação de Jovens e Adultos: propostas e materiais didáticos*, de Paulo Eduardo Dias de Mello.

Encontrou-se disponível para a apreciação no endereço eletrônico da Associação apenas o texto completo referente à primeira comunicação. Nele, Patrícia Cerqueira dos Santos (2010, s/n), novamente, apresentou uma abordagem da conjuntura de implementação do currículo, associando-o a uma ordem neoliberal pan-paradigmática, o que “[...] desvaloriza a realidade local e desconsidera as necessidades particulares de cada escola”.

Assim como em 2008, Santos (2010) reprovou novamente a responsabilidade atribuída aos docentes pelos insucessos educacionais. Também permaneceram críticas relacionadas à falta de formação continuada para professores e gestores e às péssimas condições infraestruturais das escolas, principalmente, das unidades periféricas, como a ausência ou precariedade de bibliotecas, salas de leitura e de informática, o que, na visão da congressista, comprometeu a implementação dos currículos para a disciplina de História do *São Paulo faz escola*.

O avanço reflexivo da autora residiu no fato de que, dois anos após o início da reforma curricular, foi percebida uma maior aceitação entre o corpo docente analisado. Para ela, os professores passaram a conceber como positiva a utilização dos apostilados e a padronização dos conteúdos pelo oferecimento de atividades “prontas”, vistas como um “conforto” ante as

condições extenuantes da jornada de trabalho do magistério paulista. Em suas palavras,

[...] os Cadernos do Professor, bimestralmente, trazem as aulas prontas, com prazo, conteúdos/temas, competências e habilidades, estratégias, recursos, exercícios (subjetivos e objetivos) com respostas para o professor, produção de textos, pesquisas, avaliação e recuperação, determinados. Frente à atual condição de trabalho em que maioria dos docentes se encontra, lecionando em duas ou mais redes, com uma carga horária semanal de mais de 40hs aulas, em salas de aulas com no mínimo 45 alunos, este material didático veio suprir a necessidade de ter que preparar aulas para diferentes turmas e séries. (SANTOS, 2010, s/n)

A comunicação apresentada por Santos evidenciou o movimento de “recontextualização” (LOPES, 2004) que envolveu a implementação do *São Paulo faz escola* no “contexto da prática” (MAINARDES, 2006), local onde passou por ressignificações, reinterpretações. De tal forma, não apenas as críticas foram encaminhadas, mas também os aspectos positivos relacionados ao desenvolvimento natural da reforma curricular em questão. De maneira semelhante às comunicações de 2008, o trabalho de 2010 produzido por Santos também foi fruto de suas vivências no cotidiano escolar e, por esta razão, representa o elo comunicativo entre o Núcleo paulista da ANPUH e os professores do ensino básico.

Merece destaque no Encontro de 2010 a comunicação de Antônio Aparecido Primo. Apesar de não disponível em forma de texto completo no endereço eletrônico da Associação, o que possibilitaria uma ampliação de sua análise, esse trabalho apresenta-se como uma discussão pioneira sobre a temática afro-brasileira no *São Paulo faz escola*, no contexto posterior à Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) que tornou obrigatória nos currículos da educação básica e no ensino superior o estudo da história e cultura afro-brasileira.

O impacto da reforma curricular no Encontro de 2010 ultrapassou o âmbito das comunicações nos ST, chegando a se configurar como tema de Mesa Redonda “Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?”, em que Maria Carolina Bovério Galzerani foi a debatedora. Nessa ocasião, Helenice Ciampi (2010) proferiu a fala Os

currículos por competências e a reforma curricular de 2008 do Estado de São Paulo, cujo objetivo foi historicizar os movimentos reformistas entre os anos de 1970 a 2008, com foco na ação pedagógica e política dos professores de História.

Em um pronunciamento com o mesmo título da Mesa Redonda, Antonia Terra Calazans Fernandes (2010) considerou a importância de análises da disciplina a partir das dimensões reais da escola, subsidiada teoricamente por Maurice Tardif e André Chervel. Para ela, havia necessidade de valorização dos aspectos relacionados à “cultura escolar” em estudos sobre o *São Paulo faz escola*. Sua apresentação teve como finalidade discorrer sobre a complexidade das relações entre políticas públicas, currículos, materiais didáticos, além do desenvolvimento do ensino-aprendizagem.

Já em 2012, durante XXI Encontro Estadual de História da ANPUH-SP “Trabalho, cultura e memória”, cuja sede foi a cidade de Campinas-SP, o ST 21 “Memória, História e Ensino de História: diálogo entre diferentes saberes”, tradicionalmente coordenado por Helenice e Maria Carolina, contou com 16 comunicações. Nenhuma delas trouxe em seu título qualquer indício de preocupação em analisar o currículo de História em curso.

Durante essa reunião, o único espaço para reflexões sobre políticas curriculares contemporâneas foi durante o Fórum de Graduação, em que Celso Carvalho, da UNINOVE, e Paulo Eduardo Dias de Mello, representante do GT “Ensino de História e Educação” da ANPUH-Brasil, expuseram o texto *Reformas e culturas escolares: o currículo do ensino médio em São Paulo*⁶⁰. Os subsídios teóricos desses autores, assim como o da maioria dos textos anpuhanos dedicados ao estudo do referido programa, seguiram uma perspectiva cultural de compreensão da escola, reforçando a necessidade de valorização das práticas de alunos e professores.

Seis anos após a implementação dos novos currículos e de seus materiais didáticos, em 2014, durante o XXII Encontro “História: da produção ao espaço público”, realizado na cidade de Santos-SP, o texto *Um Estado educador de seus educadores: o Estado de São Paulo*, de Patrícia Aparecida

⁶⁰ Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1015. Acesso em: 28 jul. 2018.

Bioto-Cavalcanti (2014), foi a única comunicação dedicada ao exame das ações do *São Paulo faz escola*. Inserida no ST 23 “História, memória e práticas educativas no ensino de história, na história da educação e na educação patrimonial”, coordenado por Alexandre Pianelli Godoy e Helenice Ciampi, essa pesquisa apresentou especificidades em relação aos demais trabalhos até então analisados.

A crítica da autora endereçou-se ao controle exercido pelo Estado em seus projetos de formação docente. Para ela, o *São Paulo faz escola* deu prosseguimento à edificação de uma identidade comum a todo o corpo docente estadual, mediante a padronização dos saberes pedagógicos. Desde a década de 1990, a SEE-SP faz uso de plataformas de formação como o Programa de Educação Continuada – PEC, a Teia do Saber⁶¹ e, mais recentemente, a Rede do Saber que, vinculada à Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa Souza, a qual oferece cursos para os professores ingressantes nos concursos de efetivação, como também aos agentes educacionais da rede.

Bioto-Cavalcanti (2014) compreendeu que a atual reforma curricular também possui uma finalidade formativa do profissional docente, cuja ênfase incidiu no aumento do desempenho discente em avaliações externas, mais especificamente o SARESP. Essa forma de compreensão apresenta-se como um consenso nos trabalhos dos membros da ANPUH-SP dedicados ao *São Paulo faz escola*, incluindo as asserções dos intelectuais do GT “Ensino de História e Educação” no artigo *O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de História no Estado de São Paulo* (CIAMPI et al., 2009).

Também o Fórum de Graduação intitulado *Propostas curriculares e suas implicações na formação e atuação do profissional de história* pode ter abordado aspectos pertinentes ao *São Paulo faz escola*. O debate de Paulo Mello e Lana Mara de Castro Siman, mediado por Antonio Simplicio de Almeida Neto, teve como foco os atuais encaminhamentos e propostas curriculares para a disciplina de História efetuados em âmbitos nacional e estadual. Ainda que

⁶¹ Lançado em 2003, o Programa de Formação Continuada *Teia do Saber* destinou-se à formação continuada dos professores da rede pública estadual dos níveis Fundamental e Médio, em todas as áreas de conhecimento. Foram oferecidos cursos coordenados pelas Diretorias Regionais de Educação em parceria com as instituições de ensino superior.

não haja referência explícita no título e no resumo do Fórum, a reforma curricular em questão inclui-se nesta temática.

Além desses, não houve trabalhos no Encontro de 2014 que fizessem referência ao *São Paulo faz escola*. Uma das hipóteses para o arrefecimento das discussões sobre o tema é a distância temporal em relação ao início do programa. Passados seis anos da implementação, naturalmente ganharam relevância outros assuntos nos Seminários Temáticos e nas Mesas Redondas das reuniões estaduais. No ano de 2014, por exemplo, dos quatro Seminários inscritos no evento, três dedicaram-se ao estudo da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”, como retratado no quadro a seguir:

Quadro 14: Seminários Temáticos sobre ensino de História no XXII Encontro da ANPUH-SP (2014)

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	Nº DE COMUNICAÇÕES
ST 01 – A História da África em perspectiva: os desafios da pesquisa e do intercâmbio entre produção acadêmica e sala de aula	13
ST 07 – Ensino de História, Identidade e Diferença: indígenas e afrodescendentes na História e no Ensino de História	16
ST 08 – Escravidão, Emancipação e Abolição: das fontes ao ensino	09
ST 23 – História, memória e práticas educativas no ensino de história, na história da educação e na educação patrimonial	17

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Nesse ano, distanciando-se da temática *São Paulo faz escola*, a Mesa Redonda “Conhecimento histórico escolar e suas implicações com a história pública”, composta por Adriana Koyama, Diana Vidal e Marcos Antonio da Silva (KOYAMA et al., 2014), centralizou suas discussões na relação entre o conhecimento histórico escolar e as múltiplas formas de produção de narrativas e representações históricas em diferentes espaços sociais e artefatos culturais, como museus, imprensa, cinema, fotografia, jogos, mídias digitais, arquivos, centros de memória, movimentos populares, comissões da verdade e associações.

No XXIII Encontro de 2016, dedicado à História como disciplina escolar (XXIII, ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2016), foi verificada uma ampliação do número de comunicações dedicadas ao ensino, as quais alcançaram, ineditamente, 21,2% do total de trabalhos inscritos. Apesar dessa expressividade, também não houve nessa reunião trabalhos e atividades preocupadas com a análise das especificidades da implementação do currículo de História *São Paulo faz escola* na rede de ensino.

Outra justificativa para o abrandamento do debate sobre o tema em questão nos Encontros da ANPUH-SP é a falta de diálogo entre os congressistas – representados pelos profissionais do meio acadêmico e pelos professores da educação básica – e a SEE-SP que, ao elaborar as políticas educacionais, pouco ou nada contempla as opiniões anpuhanas. Independentemente das insatisfações da academia e das escolas, a implementação do *São Paulo faz escola* seguiu seu curso normalmente, sem que alterações fossem verificadas nos currículos ou nos apostilados de alunos e professores.

Compartilham dessa perspectiva de compreensão, Carvalho e Russo (2016, p. 208). Para esses autores, não houve mudanças substantivas. Em suas palavras:

Cerca de oito anos após sua implementação e com a modificação de gestão na secretaria de educação os objetivos iniciais ficaram perdidos no tempo. De permanência é possível identificar a transformação da nomenclatura ocorrida. Assim, a proposta curricular passou a ser denominada currículo oficial.

Historicamente, a voz da ANPUH-SP, representada por professores da educação básica e por pesquisadores do ensino de História não se configurou como um discurso dominante nos espaços de formulação das políticas educacionais. Apesar de inserida em uma conjuntura democrática em que prevalece uma pretensa autonomia das instituições e dos sujeitos, ocorreu seu silenciamento. Desse modo, a ANPUH-SP exerceu uma “não-política”, forçada pelo movimento para contenção da crise global que compreende a ação do grupos como um “política local” com poder reduzido (BAUMAN, BORDONI,

2016), ou seja, uma escolha que evidencia as intencionalidades da SEE-SP em relação aos currículos de História.

Ao considerar a “cultura histórica” como base de sustentação da “cultura política”, em função de uma “[...] leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto” (BERSTEIN, 2009, p. 351), a forma como a SEE-SP conduz o ensino de História revela, em um sentido mais amplo, suas intencionalidades políticas, com reflexo para os âmbitos econômico e social. Parece que as ações da Secretaria paulista estão mais atreladas ao pragmatismo curricular necessário à elevação dos indicadores em avaliações externas – o que resulta em melhores condições mercadológicas e financeiras, do que, necessariamente, à ideia de emancipação do educando pelo conhecimento histórico.

A diminuição do número de comunicações preocupadas em abordar o *São Paulo faz escola* nos últimos encontros da ANPUH-SP, mesmo ante os inúmeros problemas que persistem anos após sua implementação, faz lembrar as observações de Cordeiro (2000) acerca da atenuação das discussões sobre o ensino de História nos anos de 1990. Para ele, os amplos e entusiasmados debates da década anterior, pertinentes à construção dos currículos da disciplina pela CENP, foram esvaziados.

O mesmo parece ter ocorrido com as discussões sobre a reforma curricular *São Paulo faz escola*. Com o passar dos anos e a partir do silenciamento da voz dos sujeitos de interesse nos processos que decidem os rumos das políticas educativas, houve o esfriamento do debate nos Encontros da Associação. Ademais, outras questões, igualmente importantes, passaram a ser discutidas pelos congressistas, como, por exemplo, a proposta de diminuição da carga horária da disciplina escolar, outros projetos de padronização dos currículos, bem como a temática “afro-brasileira e indígena”.

Contudo, apesar do esmaecimento das discussões sobre a reforma curricular *São Paulo faz escola*, há de ser considerada a histórica preocupação com as questões relacionadas ao ensino pela ANPUH-SP, o que se revela, nos últimos Encontros da Associação, pelo crescente número de comunicações

inscritas e de Seminários Temáticos dedicados à História como disciplina escolar⁶².

Essa preocupação também é evidenciada na formação do grupo diretor da entidade, sempre composto por pelo menos um professor cuja trajetória intelectual está vinculada ao ensino de História. A leitura que se faz desse posicionamento leva a compreensão de que existe na ANPUH-SP um ideal de valorização da disciplina e da escola e de aproximação com os professores da educação básica. Por fim, há na identidade dessa Associação, representada pela ação de seus membros, o desejo de combater a histórica dicotomia ensino-pesquisa e licenciatura-bacharelado e a inferioridade do ensino nos cursos de graduação em História.

⁶² Ver Quadro 01.

Considerações Finais

A partir dos anseios de reflexão sobre a necessidade de remodelação do ensino superior e outros assuntos historiográficos, próprios dos professores universitários de História, foi idealizada e edificada a Associação dos Professores Universitários de História – APUH, em 1961, na cidade de Marília. Na década seguinte, por força de questões conjunturais, a Associação incluiu em sua pauta de discussão os assuntos referentes aos 1º e 2º graus de ensino, entre os quais esteve a junção das disciplinas História e Geografia em Estudos Sociais. Essa preocupação estendeu-se por toda a década de 1980 e culminou nos debates sobre a reconstrução política nacional, cuja implicação para a escola e para as disciplinas foi a necessidade de contornos mais democráticos, com ênfase no protagonismo dos sujeitos.

Nesse contexto, os professores de História dos 1º e 2º graus apresentavam uma formação deficitária, herança da reforma do ensino superior de 1968. Havia uma nítida distinção entre o “fazer historiográfico” e o “ensinar/transmitir” os conhecimentos históricos, de forma que entre os docentes não era necessária a promoção de um posicionamento crítico em relação às questões contextuais. Do mesmo modo, a fundamentação teórico-metodológica era excluída da prática escolar, considerada como vulgarizadora ou facilitadora dos saberes acadêmicos de referência.

Tendo em vista a situação em que se encontravam as licenciaturas e buscando reverter a fratura professor/pesquisador, emergiu na ANPUH-SP o

desejo de oferecer cursos de formação continuada aos professores de História das redes públicas de ensino. Não despretensiosamente, o Grupo “Pesquisa em Ensino”, criado em 1991, estreitou os laços com os docentes escolares, mediante o oferecimento de cursos e Seminários de pesquisa.

Atualmente, esse grupo teve sua denominação alterada para Grupo de Trabalho – GT “Ensino de História e Educação”, mas permaneceu nele o anseio de contribuir com a prática escolar, de forma que tem conduzido as “Oficinas de Ensino de História” que, em 2017, completaram a 26ª edição e as “Jornadas de Ensino”, reuniões periódicas e autônomas que se apresentam como uma extensão das próprias Oficinas.

Também nos Encontros Estaduais da ANPUH-SP realizados entre 1990 a 2016, foi preconizado um elo entre a academia e a escola, de forma que houve uma relação direta entre as políticas propostas pelo poder público federal e estadual e as discussões sobre as mesmas no debate anpuhano. O engajamento dos membros da entidade não se limitou à inscrição de trabalhos em seções de comunicação, mas esteve presente também em painéis/pôsteres de iniciação científica, fóruns de graduação e nas mesas redondas.

Entre as políticas analisadas esteve também a Reforma Curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de História, conduzida pela SEE-SP desde 2008. Com objetivo de compreender o posicionamento da Associação Nacional de História – ANPUH, representada pela ação de seus membros nos Encontros Estaduais do Núcleo Regional paulista, ante essa política, entre os anos de 2008 a 2016, este trabalho foi concebido e desenvolvido.

Esse anseio inicial foi ampliado pela necessidade de compreender o processo de emergência e fortalecimento da Associação nacional e do Núcleo Regional paulista. Uma constante preocupação foi apresentar a forma como a disciplina escolar se tornou o centro das discussões anpuhanas, constituindo-se como uma base de suas ações atuais. O intuito de compreender o caráter identitário da ANPUH-SP fez com que não apenas as questões pertinentes à recepção do *São Paulo faz escola* fossem abordadas, mas também o debate sobre o ensino em outros contextos.

Uma vasta documentação foi analisada para que o objetivo central fosse desdobrado nos capítulos que compõem esta tese. Entre eles, *Cadernos de*

Resumo e Anais dos Encontros Estaduais, realizados bianualmente pela Associação paulista entre 1990 e 2016 e o *Boletim do Historiador*, publicação periódica da ANPUH-SP entre 1991 e 2002. Além desses, outros documentos foram necessários para recuperar a criação da ANPUH nos anos 1960, entre os quais estiveram recortes de jornal e a publicação periódica *Boletim Informativo* de 1962, localizados no arquivo pessoal do professor Eurípedes Simões de Paula.

Apesar das adversidades enfrentadas na fase de coleta e organização das fontes de pesquisa, a análise da documentação dos Encontros culminou na construção dos “inventários”, com descrições detalhadas da produção acadêmica de cada reunião. Esses documentos revelaram não apenas a ampliação do evento ao longo de suas edições, mas também a expressividade que as temáticas “ensino” e “educação” lograram em número de seções temáticas e comunicações.

Como justificativa para o aprofundamento desses debates esteve a efervescência de políticas educacionais e curriculares para disciplina de História no período em questão, as quais buscaram atender ao mesmo tempo às demandas provenientes do processo redemocratização política no início dos anos 1990 e os imperativos das reformas encaminhadas pelas medidas de contenção da crise de proporções globais já em fins dessa década e durante os anos 2000. Mediante o intercâmbio de ideias, os congressistas responderam prontamente a todas essas questões.

A análise dos inventários revelou, inclusive, a amplitude do debate da ANPUH-SP, cujas preocupações abrangeram não apenas as políticas educacionais, mas também o posicionamento da disciplina no cotidiano escolar e nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Entre outros assuntos, a formação do professor de História foi um dos temas mais recorrentes nas comunicações. Não foi esquecido o papel desempenhado pelas fontes históricas, diferentes recursos materiais, livros didáticos e TICs no processo ensino-aprendizagem nas aulas de História. Essa documentação possui valor enquanto fonte de informação para estudos posteriores interessados em reconstruir a trajetória da ANPUH-SP no que se relaciona ao ensino.

Além dos Encontros, a análise do *Boletim do Historiador*, publicação periódica editada entre 1991 e 2002, mostrou-se como um espaço para que a mesa diretora, em comunicação com associados da ANPUH-SP, pudesse expor seus pontos de vista. Paulatinamente, foi superado o caráter informativo em direção ao engajamento político sobre temas diversos. A utilização desses periódicos serviu ao mesmo tempo como “fonte e objeto” (DE LUCA, 2014) na investigação, já que sua análise possibilitou a compreensão de um caráter identitário que acompanha a ANPUH-SP e influencia suas ações no presente.

A partir da consideração da “abordagem do ciclo de políticas” (MAINARDES, 2006; MAINARDES, GANDIN, 2013), houve a possibilidade de compreender que no “contexto de influência” a reforma curricular *São Paulo faz escola* foi entusiasmada por tensões de diferentes esferas, entre as quais estavam os imperativos supranacionais como resposta à crise de proporções globais, bem como as demandas de grupos de interesse como a ANPUH-SP, de forma que a atuação deste último foi identificada como uma “política local” (BAUMAN, BORDONI, 2016) com força reduzida nos espaços de decisão educacional.

Por outro lado, ainda que a voz de professores e intelectuais anpuhanos tenha se apresentado como um discurso com pouca expressividade ante a emergência de uma “cultura política” (BERSTEIN, 2009) global hegemônica, ela foi expressiva no cotidiano escolar, por promover a reinterpretação pelos sujeitos educacionais das políticas instituídas. Essa compreensão é consubstanciada pela análise da documentação dos Encontros Estaduais que evidenciaram a histórica participação dos professores da educação básica e reflexão sobre suas demandas. As ações do GT “Ensino de História e Educação”, sobretudo, nos projetos de formação continuada docente, também contribuíram para essa resignificação.

Foi também responsabilidade desse GT a primeira reflexão acerca do *São Paulo faz escola*, ainda em 2008. Os pontos levantados no artigo *O Currículo Bandeirante: a proposta curricular de História no Estado de São Paulo* (CIAMPI et al., 2009) foram sucedidos por estudos de natureza diversa dedicados à reforma curricular *São Paulo faz escola* para a disciplina de

História, os quais foram localizados nos Encontros Estaduais já a partir de 2008.

Os pontos levantados por seus intelectuais foram sucedidos por estudos de natureza diversa dedicados à reforma, os quais foram localizados nos Encontros Estaduais já a partir de 2008, tanto em comunicações científicas, como em mesas-redondas e fórum de graduação. Uma congruência entre as comunicações e o artigo foi a falta de participação dos sujeitos nos processos de elaboração dos novos currículos de História e de seus materiais didáticos, elaborados pela SEE-SP.

A análise dos inventários revelou que essa “não-participação” também se estendeu à ANPUH-SP, pois os intelectuais que compuseram o grupo elaborador das matrizes *São Paulo faz escola* escolhido pela Secretaria paulista não se apresentaram como participantes dos espaços de discussão abertos pela Associação no que se referiu ao ensino, estando alheios à amplitude do debate anpuhano. Ratifica-se a “não política” exercida pela entidade paulista nos processos de decisão dos currículos como política educacional.

Houve, na análise das comunicações dedicadas à reforma curricular *São Paulo faz escola*, referência a um movimento de “recontextualização” (LOPES, 2004) que envolveu sua implementação no “contexto da prática” (MAINARDES, 2006), de maneira que as matrizes e os materiais didáticos, como os *Cadernos do Aluno* e *do Professor*, experimentaram ressignificações e reinterpretações no ambiente escolar. Assim, os professores passaram a conceber como positiva a padronização dos conteúdos, como um auxílio didático ante as condições extenuantes da jornada de trabalho do magistério paulista.

A partir do Encontro de 2012, foi observada uma diminuição das discussões relacionadas ao *São Paulo faz escola*, o que foi justificado a partir de duas premissas: pelo movimento natural que promoveu o distanciamento em relação ao início da reforma e tornou prioritárias outras questões e pela “pouca expressividade” da voz da ANPUH-SP, como amálgama das demandas dos professores da educação básica e do meio acadêmico, repercutindo em um vazio de grandes dimensões.

Mais recentemente, o prenúncio da implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2016) para educação básica se tornou o centro das discussões anpuhanas. Entre novembro de 2015 e junho de 2018, foram localizadas 11 cartas abertas sobre esse tema, incluindo também a publicação da Medida Provisória – MP nº 746 (BRASIL, 2016) que antecedeu a reforma do ensino médio.

Quadro 15: Cartas Abertas da ANPUH-SP (2015-2017)

TÍTULO	DATA DA PUBLICAÇÃO
1. Carta Crítica da ANPUH-Rio à composição do componente curricular História na Base Nacional Comum Curricular	Novembro, 2015.
2. Carta da Professora Martha Abreu sobre a “Carta Crítica” da ANPUH-Rio à Proposta da BNCC	Dezembro, 2015.
3. Carta da ANPUH-Brasil para o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação	Dezembro, 2015.
4. Carta dos professores do norte e nordeste sobre a BNCC	Dezembro, 2015.
5. Uma carta sobre as cartas à carta	Dezembro, 2015.
6. Carta de pesquisadores sobre a BNCC enviada à ANPUH-Brasil	Março, 2016.
7. Carta da ANPUH aos membros da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados	Mai, 2016.
8. Carta sobre o Seminário Estadual da BNCC sediado no Rio de Janeiro	Mai, 2016.
9. Carta de Repúdio à BNCC produzida pelo Fórum dos Profissionais de História Antiga e Medieval	Novembro, 2016.
10. Carta pela obrigatoriedade da História no Ensino Médio	Fevereiro, 2017.
11. Carta da diretoria da Associação Nacional de História ao Conselho Nacional de Educação – CNE: reflexões e subsídios da ANPUH a respeito da BNCC	Novembro, 2017.

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Apesar de apoiar a divulgação da Base, prevista inicialmente pela LDB de 1996, e por diretrizes e planos posteriores, as principais críticas elaboradas pelos membros da Associação direcionaram-se ao descompasso existente entre a proposta curricular elaborada pela comissão do MEC e o atual debate sobre historiografia e formação de professores. Entre outros problemas, houve para a disciplina escolar o distanciamento entre o ensino e a pesquisa, a valorização da história ocidental em detrimento de outros povos e culturas e a organização cronológica dos fatos históricos⁶³.

A autoria desses documentos não esteve limitada à atuação da ANPUH-SP, mas incluiu outros núcleos, como a ANPUH-Rio, bem como membros e diretores da Associação em sua formação nacional. Em uma dessas comunicações públicas, Maria Helena Rolim Capelato, então presidente da Associação Nacional, revelou o quadro de insatisfação em que se encontravam os historiadores frente à implantação da BNCC, solicitando ao MEC revisões de alguns encaminhamentos no processo de elaboração:

Nossa entidade, que congrega pesquisadores e docentes de História, vem acompanhando, com grande interesse, as discussões que cercam o documento Base Comum Nacional Curricular proposto pelo Ministério da Educação, MEC. A Diretoria da ANPUH tem estimulado e promovido discussões sobre o processo de reformulação curricular em curso, especialmente, no que se refere à disciplina de História. Com o intuito de contribuir, de forma mais intensa, para o debate em âmbito nacional, solicito audiência com V.Sa. para tratar dos seguintes tópicos: 1. Alteração do calendário com a ampliação do prazo para discussão do documento e da agenda de debates com o credenciamento formal das entidades para participação neste processo; 2. Reformulação da equipe de História com a ampliação do grupo de especialistas visando incluir as diferentes subáreas da História. (ANPUH, 2015)

Apesar dessa disposição para o debate, à semelhança do ocorrido durante a instalação dos currículos do programa *São Paulo faz escola*, independentemente da atuação de professores e intelectuais que compuseram o coro contrário a essa política de padronização curricular nacional, as BNCCs

⁶³ Disponível em: <https://anpuh.org.br/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4484-carta-da-diretoria-da-associao-nacional-de-historia-ao-conselho-nacional-de-educacao-cne-reflexoes-e-subsidios-da-anpuh-a-respeito-da-bncc>. Acesso em: 26 abr. 2018.

para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental foram homologadas, em dezembro de 2017, pelo ministro da Educação⁶⁴. Mais recentemente, em abril de 2018, também passou a vigorar a Base Nacional do ensino médio⁶⁵.

Proeminência também deve ser conferida ao XXIII Encontro Estadual “História: por quê e para quem?”, realizado na cidade de Assis-SP, em 2016. Nessa ocasião, o foco das discussões foram as políticas educacionais para a educação básica, no contexto imediatamente posterior à publicação da MP nº 746 (BRASIL, 2016) que pretendia reformar o ensino médio e à notícia de que o MEC concentrava esforços para elaborar um currículo padronizado de abrangência nacional, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2016).

Conclamando a participação dos professores da Educação Básica, historicamente acolhidos em Simpósios e Encontros, o Núcleo paulista se posicionou:

O Encontro constitui espaço privilegiado de discussão sobre os rumos que a política educacional do Estado brasileiro vem assumindo para o ensino médio e fundamental, e de suas repercussões educacionais e sociais. Daí a importância da participação dos professores da escola básica, para qualificar o debate com outros níveis de ensino no que se refere à produção e à transmissão do conhecimento histórico, principalmente numa fase de mudanças de parâmetros de grande abrangência, como a que atualmente existe no país. (XXIII, ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, 2016)

A reunião de Assis contou com três Mesas Redondas – das cinco inscritas no evento, dedicadas à análise das especificidades do campo disciplinar. A saber, *História indisciplinada*, coordenada por Wilton Carlos Lima da Silva (UNESP/Assis); *Conhecimento histórico escolar em tempos de (des)politização*, coordenada por Antônio Simplicio de Almeida Neto (UNIFESP) e *Percursos curriculares de História nas universidades no século*

⁶⁴ Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/bncc-homologada/>. Acesso em 25 abr. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/base-do-ensino-medio-e-entregue-ao-cne/>. Acesso em: 25 abr. 2018.

XXI, coordenada por Circe Maria Fernandes Bittencourt (PUC-SP), então presidente da Associação paulista.

Na mesma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília onde o grupo pioneiro de professores universitários deu início aos debates da ANPUH, esta tese foi idealizada e desenvolvida. As quase seis décadas que a separam daquela reunião inicial aprofundam e consubstanciam o desejo desta investigação em contribuir para que as discussões sobre a História como disciplina escolar não se esgotem, mas avancem de maneira legítima nos espaços de decisão política e possam, com isso, promover o aprimoramento de seus métodos, teorias e práticas em favor da emancipação do educando.

Referências Bibliográficas

Fontes

ANPUH [carta]. 4 dez, 2015 [para] MELO, Manuel Palácios Cunha. *BNCC: carta da ANPUH Brasil para secretário de Educação Básica do Ministério da Educação*. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3157-bncc-carta-da-anpuh-brasil-para-secretario-de-educacao-basica-do-ministerio-da-educacao>. Acesso em: 2. set. 2017.

ANPUH. *Boletim da ANPUH*. n. 01, ano 01, São Paulo: ANPUH-Nacional, 1993.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 01, ano 01, São Paulo: ANPUH, 1991a.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 02, ano 01, São Paulo: ANPUH, 1991b.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 04, ano 02, São Paulo: ANPUH, 1992a.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 06, ano 02, São Paulo: ANPUH, 1992b.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 07, ano 03, São Paulo: ANPUH, 1993a.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 08, ano 03, São Paulo: ANPUH, 1993b.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 11, ano 04, São Paulo: ANPUH, 1994.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 14, ano 05, São Paulo: ANPUH, 1995.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 16, ano 06, São Paulo: ANPUH, 1996.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 21, ano 06, São Paulo: ANPUH, 1997a.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 23, ano 06, São Paulo: ANPUH, 1997b.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 24, ano 06, São Paulo: ANPUH, 1998.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. n. 25, ano 08, São Paulo: ANPUH, 1999.

ANPUH. *Boletim do Historiador*. s/n, ano 11, São Paulo: ANPUH, 2002.

APUH. *Boletim Informativo*. n. 01, ano 01, Marília: APUH, jan.-out., 1962.

BIOTO-CAVALCANTI, Patrícia Aparecida. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XXII, 2014, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em 15/07/2018.

CIAMPI, Helenice. *Os currículos por competências e a reforma curricular de 2008 do Estado de São Paulo*. [Mesa redonda]. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XX, 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Confer%EAncias/Helenice%20Ciampi.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.

DIÁRIO DE MINAS. 05/09/1973 [recortes]. Disponível em: CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. CPH/DH – Projeto Memória da FFLCH-USP. Arquivo do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/index.html>. Acesso em 15 jul. 2018.

ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, XX, 2010 [apresentação]. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/index.html>. Acesso em 20 set. 2017.

ENCONTRO ESTADUAL DA ANPUH-SP, XXIII, 2016 [apresentação]. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/>. Acesso em 05 ago. 2017.

FERNANDES, Antonia Terra Calazans. *Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?* [Mesa redonda]. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XX, 2010, São Paulo. Disponível em:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Confer%EAncias/Antonia%20Terra.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.

GONÇALVES, Mara Cristina. São Paulo faz escola: um trabalho em aulas de História. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XIX, 2008, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

KOYAMA, Adriana Koyama. et al. *Conhecimento histórico escolar e suas implicações com a história pública*. [Mesa redonda]. : ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2014, São Paulo. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=721. Acesso em 19 jul. 2018.

SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. Aula Qualitativa ou Aula Quantitativa? Novos Desafios na Aplicação de mais uma Proposta Curricular para o Ensino de História no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XIX, 2008, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SANTOS, Patrícia Cerqueira dos. Uma Experiência de Aprender e Ensinar História na Escola Pública Estadual de São Paulo (2008-2010). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. XX, 2010, Franca. *Anais*. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/index.html>. Acesso em: 28 jul. 2018.

SÃO PAULO. *Diário Oficial do Estado*. 09/09/1976 [recortes]. Disponível em: CAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. CPH/DH – Projeto Memória da FFCL/ FFLCH-USP. Arquivo do Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula.

SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM 1961, 1, 1962, Marília. *Anais*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S01.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, 1973, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S06.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 9, 1979, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S09.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

SIMPÓSIO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 6, 1973, São Paulo. *Anais*. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/ANPUH.S06.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018.

Bibliografia

ABUD, Kátia. Currículos de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCORUT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney. La cultura política. In: BATLLE, Albert. *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*. Barcelona: Ariel, 2001.

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas e globais e relações políticas locais e Educação. *Currículo sem fronteiras*, Londres, v. 01, n. 02, jul./dez., 2001.

_____. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Universidade do Minho, v. 15, n. 02, 2002.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, v. 35, n. 126, set./dez., 2005.

_____. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. *Sociologia da Educação: análise internacional*. Tradução Cristina Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2013.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. *Estado de Crise*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Por uma história cultural*. Tradução Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia et. al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BIANCHETTI, Roberto G., *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, v. 56)

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo de cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BLÓIS, Caio. O compromisso democrático nos currículos oficiais paulistas: a abordagem do conflito na proposta da CENP e no currículo “São Paulo Faz Escola”. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. vol. 01. Tradução Carmen C. Varriale et al. 5. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BOIM, Thiago Figueira. O que e como ensinar: proposta curricular, materiais didáticos e prática de ensino nas escolas públicas estaduais em São Paulo (2008-2009). 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Tradução Ana Rabaça. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1983.

BUENO, Maria Sylvia Simões. *Políticas atuais para o ensino médio*. Campinas: Papyrus, 2000.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 2010.

CANABRAVA, Alice Piffer. A associação nacional dos professores universitários de História. *Revista Brasileira de História*. n. 01, mar. 1981.

CARVALHO, C.; RUSSO, M. H. Políticas educacionais e itinerários de pesquisa: o Programa São Paulo Faz Escola. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 1, n. 2, jul/dez. 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHERVEL, André. Historia de las disciplinas escolares: reflexiones sobre un campo de investigación. *Revista de Educación*, n. 295, 1991.

CHEVALLARD, Yves. *La Transposicion Didactica: Del saber sabio al saber enseñado*. Argentina: La Pensée Sauvage, 1991.

CIAMPI, Helenice. *A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas*. São Paulo: EDUC, 2000.

_____. et al. O currículo bandeirante: a Proposta Curricular de História no Estado de São Paulo, 2008. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 52, 2009.

CORDEIRO, Jaime Francisco. *A História no centro do debate: as propostas de renovação do ensino de História nas décadas de setenta e oitenta*. Coleção Pedagogia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*. v.38, n.134. maio/ago, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. Globalização e reforma universitária: a sobrevivência do MEC-Usaid. In: LAZZARI, Raquel Leite Barbosa (Org.). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo: UNESP, 2004.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi. *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo Contexto, 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, Cedec, n. 24, set., 1991.

FAGNANI, Eduardo. *Política Social e pactos conservadores no Brasil: 1964-1992*. Cadernos Fundap, p. 59-102, set./dez., 1996.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de História e a realidade do ensino. *Cadernos Cedes*, n. 08, 1985.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, ago., 2002

FERRO, Marc. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Globalização e crise do Estado nacional. *RAE - Revista de Administração de Empresas*. v.40, n. 02. São Paulo: abr./jun., 2000

FORQUIN, Jean Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*. v. 23, n. 80. Campinas: set. 2002.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. Coleção Magistério. Série formação de professor. São Paulo: Cortez, 1990.

GIAVARA, Ana Paula. *Entre o discurso e a prática: a implementação do currículo de História para o ensino médio no programa educacional “São Paulo faz escola”*. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

GLEZER, Raquel. A fundação da revista. *Revista Brasileira de História*. mar.1981, n. 01.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura históricdo Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Culturas políticas e leituras do passado: Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente*. São Paulo: Unesp, 2004.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n. 55, nov., 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 01, jan./jun., 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, mai. ago., 2004.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor. *Tempo*, Rio de Janeiro: Departamento de Historia – UFF, v. 11, n. 21, jun., 2006.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, v. 27, n. 94, jan.-abr., 2006.

_____. et al. Análise de Políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológico. In: BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; GANDIN, Luís Armando. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, César; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.) *Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs.) *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MARTINS, Ângela Maria. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio: avaliação de documento. *Cadernos de Pesquisa*, n. 109. Campinas: mar., 2000.

_____. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. *Educ. & Soc.* ano XXII, n. 77, dez. 2001.

_____. *Autonomia da escola: A (ex)ensão do tema nas políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Maria do Carmo. *A construção da proposta curricular da CENP no período de 1986 a 1992: confrontos e conflitos*. Dissertação. (Mestrado em Educação: Metodologia de Ensino). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MENESES, Ulpiano T. de Bezerra. Cultura política e lugares de memória. In: AZEVEDO, Cecilia et. al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MORAES, Reginaldo Carmello. Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do estado Nacional?. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, mai./ago., 2004.

MOREIRA, Adelson Fernandes. Basta implementar inovações no sistemas educativos?. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 01, jan./jun., 1999.

NEUBAUER, Teresa Roserley. Descentralização da educação no Estado de São Paulo. In: COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.). *Descentralização da Educação*. São Paulo: Cortez, 1999.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PAGÉS BLANCH, Joan. Que se debería enseñar de historia hoy en la escuela obligatoria? Que se debería aprender, y como, los niños e las niñas y los y las jóvenes del pasado?. *Revista Escuela de Historia*, ano 01, número 06. Argentina, Universidade Nacional de Salta, 2007.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 47(1), jan./abr., 1996.

RAMOS, Géssica Priscila Ramos. A política educacional paulista (1995-2010) e seus impactos na identidade da escola e do professor. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE*, Goiânia, v. 29, n. 3, set./dez. 2013.

RAMOS, José Nabantino. *Jornalismo: dicionário enciclopédico*. São Paulo: IBRASA, 1970.

ROIZ, Diogo da Silva. Resenha. ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, n. 39, set./dez. 2008. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Marcos Antonio da. Apresentação. *Revista Brasileira de História*. set. 1989/fev.1990, v.09, n. 19.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 08, n. 16, jul.-dez., 2006.

TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 2000.

VIÑAO, Antonio. *Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y cambios*. Madrid: Morata, 2006.

Publicações Oficiais

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2013.

_____. Portaria MEC nº 790, de 27 de julho de 2016. Institui o Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e reforma do Ensino Médio.

_____. Secretaria da Educação. São Paulo, uma nova agenda para a Educação Pública. São Paulo: SEE, 2007.

_____. Secretaria da Educação. Resolução SE nº 92 de 19 de dezembro de 2007. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e médio nas escolas estaduais. São Paulo: SEE, 2007.

_____. Secretaria da Educação. *Proposta Curricular do Estado de São Paulo: História*, São Paulo: SEE, 2008.

_____. Secretaria da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias*. São Paulo: SEE, 2010.

_____. Secretaria da Educação. Resolução SE nº 81, de 16 de dezembro de 2011. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais. São Paulo: SEE, 2011.

_____. Secretaria da Educação. Resolução SE nº 02, de 18 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a reorganização curricular do ensino fundamental, na Escola de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas. São Paulo: SEE, 2013.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho

2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

_____. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2016.

Anexo 01

A Trajetória do ensino de História no Brasil

DÉCADAS	CONJUNTURA	OBJETIVOS	TEORIAS E MÉTODOS	SUJEITOS	CONTEÚDOS
1820-1880	Brasil como um Estado independente e monárquico.	Formação moral, cívica e religiosa. Lições de leitura que incitassem e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes	Métodos Mnemônicos para “exercício da memória”. Avaliação associada a castigos físicos. Utilização de questionários.	Grandes personagens da vida pública, especialmente, da monarquia portuguesa. Santos e heróis pelo martírio.	Prelações com história sobre a vida dos santos. Exemplos de caráter, moral e fé.
1880-1930	Brasil republicano. Abolição da escravidão, imigração europeia. Insurgência do conceito de cidadania, para situar cada indivíduo em seu lugar social.	Ensino das tradições nacionais e estímulo ao patriotismo. Criação e fortalecimento de uma identidade nacional que visasse à preservação da ordem e obediência à hierarquia.	Métodos Mnemônicos. Início da introdução dos Métodos Ativos.	Grandes homens, provenientes de uma elite militar predestinada que havia criado a Nação e deveria, portanto, conduzi-la.	A riqueza e a beleza da terra, das matas e rios, o clima, a gente mestiça risonha e pacífica, a história dos portugueses e a cristianização. Tiradentes como “o herói nacional”. Festejos nacionais como o 7 de Setembro.
1960-1970	Ditadura Militar (1964-1985). Milagre econômico. Empréstimos contraídos com organismos financeiros internacionais. Acordos MEC-USAID (1964-1968) que previam reformas educacionais segundo padrões pragmáticos, tecnicistas e racionalistas. Profissionalização do ensino secundário. Ampliação da educação escolar. Reforma universitária, com a disseminação de cursos de licenciatura curta.	Minorar a reflexão e a criticidade entre os educandos, mediante a instituição de Estudos Sociais, Organização Social e Política do Brasil – OSPB. Construção de uma identidade nacional relacionada ao desenvolvimento da indústria e dos grandes centros urbanos. Normalização e controle das massas trabalhadoras. O racionalismo e pragmatismo influenciam os planos curriculares.	Métodos Ativos. Métodos influenciados pelo Taylorismo.	Heróis da Pátria, sobretudo, os heróis militares. No contexto da Guerra Fria, grandes homens relacionados ao mundo capitalista.	Conteúdo histórico aligeirado. Substituição do conteúdo erudito e enciclopédico por outro mais adequado à formação de uma geração proveniente de culturas e condições sociais múltiplas. Incentivo aos deveres cívicos, como o voto e o serviço militar. Exaltação de símbolos pátrios (hinos e bandeiras).
1970-1980	Contexto de redemocratização política nacional. Arrefecimento do poder ditatorial por força de grupos sociais que clamavam por maior participação política. Retorno do	Compreender o presente por meio dos fatos passados. Incentivo ao posicionamento crítico e reflexivo entre os educandos, de modo que	Métodos pertinentes às ideias trazidas pela Nova História Cultural e pela Historiografia Social	Sujeitos históricos comuns, de classes subalternas. Grupos minoritários.	Conteúdos trabalhados por meio de eixos temáticos e interdisciplinares que abandonavam a sequência cronológica dos grandes períodos

	<p>debate sobre a autonomia das disciplinas de História e Geografia.</p> <p>Movimentos estaduais e municipais de reforma curricular.</p> <p>Ampliação do conceito de cidadania para além do direito ao voto e de organização política.</p> <p>Reivindicações pelos direitos sociais. Emergência dos preceitos do construtivismo no ensino e da ideia de ensino-aprendizagem.</p>	<p>professores e alunos foram identificados como protagonistas do processo ensino-aprendizagem.</p> <p>Abandonar a visão tradicional e reprodutivista da História, considerando sua responsabilidade social e política.</p>	<p>Inglesa que propuseram a utilização de diferentes fontes, linguagens e recursos no ensino de História.</p>		<p>históricos. Assuntos pertinentes e significativos na realidade social vivida pelo grupo de educandos.</p> <p>Valorização das lutas e dos movimentos sociais. História social em substituição à história política.</p>
1990-atual	<p>Aprofundamento de processo de globalização e comunicação massiva. Crise econômica internacional. Influência de agências internacionais de financiamento em questões educativas. Incentivo ao processo de descentralização das redes de ensino. Movimentos de reforma educacional voltados à inserção de mecanismo de avaliação e divulgação de currículos escolares padronizados.</p>	<p>Promover entre os educandos o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades para a vida em sociedade, prosseguimento dos estudos em nível superior e para o mundo do trabalho.</p> <p>Contribuição na constituição de identidades, entre elas a nacional. Incentivo ao posicionamento crítico e reflexivo.</p>	<p>Métodos pertinentes às ideias trazidas pela Nova História Cultural e pela Historiografia Social Inglesa.</p> <p>Utilização de recursos tecnológicos.</p>	<p>Sujeitos históricos comuns, de classes subalternas. Grupos minoritários.</p>	<p>Aligeiramento dos estudos históricos em função do desenvolvimento de competências leitora e escritora, aferidas em sistemas de avaliação em larga escala. Diluição dos conteúdos históricos em grandes áreas de conhecimento e em estudos interdisciplinares. Apreensão de novas linguagens orais e escritas.</p> <p>Comparação entre presente e passado.</p>

Fonte: GHIRALDELLI (1990); BITTENCOURT (2009)

Anexo 02

Inventários dos Encontros Estaduais da ANPUH-SP (1990-2016)

ANPUH-SP X Encontro – Movimentos Sociais
(UNESP-Franca, 1990)

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
Seção 9 (03/09/90)	Licenciatura em História: uma proposta em curso	Ernesta Zamboni (coord.); Maria Carolina Bovério Galzarani	UNICAMP	Relato das atividades da disciplina "Didática e Prática de Ensino", com foco na imbricação entre a teoria e a prática, com alunos da rede de ensino de 1º e 2º graus. Proposta de trabalho com novas linguagens, como a museológica e literária.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Museus - História e Literatura	- Relato de experiência	n/c
	É o livro didático o espelho da realidade?	Ernesta Zamboni (coord.); Maria Carolina Bovério Galzarani	UNICAMP	Apresentar os resultados do projeto "Material Didático", financiado pelo INEP, em que foi analisada a produção acadêmica voltada para o livro didático em diferentes áreas do conhecimento, incluindo História e Geografia.	- Livro Didático	- Livros - Teses - Artigos	n/c
	Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos	Carlota J. Malta Cardozo Reis Boto	UNESP – Araraquara	Utilizar a educação como fonte para a história das mentalidades. Articular o discurso político sobre educação e a pretensão do poder instituído de transformar sua força como autoridade, em legitimidade institucional.	- História da educação - Escola Nova	- Pareceres sobre o ensino primário de Rui Barbosa / 1882 - Atas e documentos da Liga Nacionalista de SP / anos 1910 - Inquérito sobre a instrução pública do Estado de SP - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova / 1932 - Constituição de 1834	Não há referência ao ensino de História.
	História da educação e trabalho	Cecília Hanna Mate; Ilíada Pires da Silva	UNESP – Presidente Prudente	Apresentar uma proposta de curso em História da Educação Brasileira que busca discutir a articulação entre a organização do trabalho e a educação nas primeiras décadas do período republicano. Discutir o processo de construção da educação formal brasileira no ideário escolanovista como parte de um conjunto de estratégias nacionais.	- História da educação - Escola Nova	n/c	n/c
Seção 5 (04/09/90) Grupo de Pesquisa "História e Educação"	História da América ou História da Europa na América?	Kátia Maria Abud (coord.) (Não consta resumo)	---	---	---	---	n/c

	Inspeção e escola primária em São Paulo. Trabalho e memória	Ricardo Ribeiro	UNESP – Araraquara	Conhecer o trabalho e os limites dos inspetores escolares da Escola Pública Primária.	- História da escola - Memória	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos os seus centros de pesquisa nos anos 50	Niuvénus J. Paoli	UNICAMP	Análise dos centros de pesquisa do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Estes são compreendidos como capítulos de história institucional, pessoal, intelectual, científica, educacional e acadêmica.	- História da educação - Memória	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Sociologia no currículo das Escolas Normais	Clóvis Pacheco (Não consta resumo)	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
Encontro 01 – Comissão de ensino	Zilda Gricoli Iokoi (coord.); Helenice Ciampi; Célia Morato Gagliardi; Marise Carvalho Vilela	USP PUC – SP Rede Estadual de Ensino Rede Estadual de Ensino	---	---	---	---	n/c
Seção 5 (05/09/90)	Pertinências e ambiguidades no ensino de História	Ernesta Zamboni (coord.); Maria Carolina Bovério Galzarani; Dulce Pompeo de Camargo	UNICAMP	A partir da Nova História francesa, discutir alguns exemplos de propostas literárias para o ensino de História nos 1º e 2º graus.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - História e Literatura	- Relato de experiência - Coletânea <i>O cotidiano da História</i> / Editora Ática	n/c

ANPUH-SP XI Encontro – América 92: raízes e trajetórias
(USP-São Paulo, 1992)

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
SC – Pensando a História da América	O percurso acidentado do Ensino de História da América nas escolas brasileiras	Circe Maria Fernandes Bittencourt (coord.)	USP	Apresentar a história descontínua do ensino de História da América nas escolas, partindo dos primeiros programas curriculares do final do século XIX. Identificar os momentos em que o tema “América” foi incorporado ou excluído do ensino oficial.	- História da América - História da disciplina escolar - Currículo	- Programas curriculares do final do século XIX	n/c
	Diagnóstico sobre o ensino de História da América na Rede Pública Estadual da Paraíba	Regina Célia Gonçalves	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	Apresentar a pesquisa realizada entre os profissionais dos 1º e 2º da rede pública do Estado da Paraíba. Foi analisada a proposta de introdução da disciplina de História da América nos currículos.	- História da América - Reforma educacional - Currículo	- Relato de experiência - Entrevistas com professores de História de 1º e 2º graus	n/c
	Ensino de História da América no 1º e 2º graus	Lina Maria Brandão; Celeste Maria Pacheco de Andrade	UNEB – Universidade do Estado da Bahia	n/c	n/c	n/c	n/c
SC – Reflexões sobre o Ensino de História da América	A América Colonial nos programas de História	Kátia Maria Abud (coord.)	UNESP – Franca	Refletir sobre abordagem e a concepção de história que orienta a introdução da disciplina História da América nos currículos do curso ginásial, sobretudo, a partir da Reforma da Educação de 1931.	- História da América - História da disciplina escolar - Reforma educacional	- Programas curriculares	n/c
	Historiografia e livro didático: convergências e divergências	João Pinto Furtado	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Abordar o tema “Inconfidência Mineira” no que diz respeito à historiografia de cunho acadêmico e ao livro didático. Evidenciar a existência de um processo de reconstrução da memória que atribui a determinados personagens históricos a positividade que nem sempre possuíam.	- História como disciplina escolar / história acadêmica - Memória - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Livros didáticos	n/c
	O cotidiano das populações coloniais da América nos livros didáticos	Luiz Carlos Villalta	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	Confrontar a historiografia com a produção didática e paradidática voltada para o 1º grau, com foco na análise do cotidiano das populações da América colonial.	- História da América - História como disciplina escolar / história acadêmica - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Livros didáticos	n/c
	A visão dos descobrimentos na literatura didática: um estudo da vulgarização das tendências	Ernesta Zamboni	UNICAMP	Apresentar um estudo sobre livros paradidáticos de História (coleções) editados em São Paulo e destinado ao público escolar de 1º grau. Analisar as diferentes utilizações do conceito de “Descobrimientos”. Perceber a história	- História da América - Livros paradidáticos - Pesquisa na sala de aula	- Coleções <i>O Cotidiano da História, História em documentos, Redescobindo o Brasil</i>	n/c

	historiográficas			apresenta na ótica das camadas populares e o uso de documentos como suporte da narrativa histórica.			
MR – Educação popular na América Latina	---	Fernando Morais; Paulo Freire (Brasil); Michael Apple (EUA); Germán Rama (Uruguai); Elvira Martín Sabina (Cuba)	Secretário da SEE-SP	---	---	---	n/c
SC – Ideologia e Práticas educacionais	História da América no 3º grau: reavaliação e proposta para o estudo universitário	Laura Helena Baracuh Amorim; Irene Rodrigues da Silva Fernandes	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	Expor a investigação realizada pelas docentes do Curso de História da UFPB, cujo objetivo foi a construção de propostas de programas para a matéria História da América. Levantar as condições em que se processa o ensino universitário, em termos de metodologia, bibliografia e suas abordagens.	- História da América - História do Ensino Superior	- Questionários entre os alunos de graduação - Entrevistas com os professores da disciplina - Conteúdos programáticos e bibliografia da disciplina História da América.	
	Educação e política nos anos trinta: a presença de Francisco Campos	Maria Célia Marcondes de Moraes	UFF – Universidade Federal Fluminense	Identificar o lugar e a finalidade da educação no quadro mais amplo de um projeto de construção de um determinado tipo de Estado Nacional, para formar o “novo cidadão” para modernização que este Estado exigia.	- Identidade nacional - Educação cívica e moral - História da escola - Política educacional	n/c	
	<i>Los problemas de conducta em la escuela como diagnóstico precoz de los futuros problemas de conducta social em una comunidad</i>	Rafaela Macías Reyes; Tamara Caballero Rodríguez (Não consta resumo)	Universidad de Oriente (Cuba)	n/c	n/c	n/c	n/c
	Saúde física e mental num processo de educação e reeducação nas instituições educacionais	Rachel Flint	Associação Brasileira “A Hebraica”	Relatar as experiências obtidas, primeiramente, em um processo de educação e reeducação desempenhado no Colégio Renascença, entre os anos de 1962 a 1971 e, depois, em uma experiência de renovação pedagógica do Ministério da Educação de Israel. Comparar as experiências do Brasil e de Israel, com foco no binômio aluno-professor.	- História da Educação - Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Relato de experiência	n/c
GT – Projeto sobre	---	Circe Maria	USP	---	---	---	n/c

ensino à distância		Fernandes Bittencourt (coord.)					
MR – Sistema Educacional <i>Janusz Korczak</i> : um método pioneiro	---	Dalmo de Abreu Dallari (coord.); Henrique Ratner; Raquel Gevertz Silvio Hotimsky (Brasil)	USP USP Associação <i>Janusz Korczak</i> do Brasil	---	---	---	n/c

**ANPUH-SP XII Encontro – Cultura, Memória e Poder
(UNICAMP-Campinas, 1994)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
CC 06 – Ensino de História em diferentes níveis troca de experiências – Duas identidades Ensino/Pesquisa	O Ensino de História no 2º grau: uma experiência criadora na sala de aula	Fernando de Schueler Pereira da Costa (coord.)	Rede Estadual de Ensino	Abordar um trabalho com História Temática realizado com alunos do 2º grau noturno de uma escola pública estadual, negando a História ensinada nas escolas como reprodução de um saber maior. Apresentar os obstáculos que travam o desenvolvimento pelo na proposta curricular.	- Ensino noturno - História temática - Cultura escolar - Currículo - Programas / propostas curriculares - Transposição didática x Mediação didática	- Relato de experiência	n/c
	A formação do historiador: a pesquisa e a análise documental	Maria Aparecida de Aquino	USP	Abordar o ensino de 3ª grau, rompendo as dicotomias “graduação/pós-graduação” e “docência/pesquisa”. O 3º grau deve preparar o historiador completo que trabalhe integradamente ensino e pesquisa. Trabalhar os conteúdos históricos escolares articulados à metodologia de pesquisa e à análise documental, como no ensino superior.	- História do Ensino Superior - História como disciplina escolar / história acadêmica - Ensino e pesquisa - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	- Discussão bibliográfica	n/c
GP 02 – Grupo de Pesquisa em Ensino de História	O ensino de História no processo de integração dos três graus	Helenice Ciampi (coord.); Maria Carolina Bovério Galzerani; Conceição Cabrini; Wagner Cafagni Borja; Andrea Montellato	PUC – SP UNICAMP Escola Nossa Senhora das Graças	---	---	---	---
CL 06 – Ensino da História	História para os outros	Jonival Ferreira Cortês	USP	Estudar a realidade do ensino de História nas escolas de origem alemã no Estado de São Paulo, quanto aos currículos, mais especificamente métodos e práticas, desde o final do XIX até o término da 2ª GM.	- História da disciplina escolar - História da escola - História da Imigração - Cultura escolar	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Um estudo acerca o imaginário e da prática dos professores de História da rede pública estadual e municipal do município de Maringá	Isabel Cristina Rodrigues (mestranda)	PUC – SP	Investigar as múltiplas práticas pedagógicas cotidianas dos profissionais do ensino de História, com ênfase em suas visões socioculturais, político-educacionais e seu imaginário em relação ao ofício.	- Saberes e práticas docentes - Cultura escolar	- Relato de experiência	n/c
	Interdisciplinaridade	Lina Maria	UEBA –	Estudar a implementação da	-	- Relato de	Não há

	no ensino de História	Brandão de Aras	Salvador	interdisciplinaridade na prática de pesquisa e ensino da Faculdade de Formação de Professores de Santo Antonio de Jesus da Universidade do Estado da Bahia, tendo em vista a relação comunidade-escola-museu.	Interdisciplinaridade - Pesquisa e ensino - Museus - Saberes e práticas docentes - Formação de professores	experiência	referência ao ensino de História.
	A prática do ensino de História: reflexões críticas	Teresinha Santarosa Zanlochi	Universidade do Sagrado Coração - Bauru	Registrar a trajetória da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de História em direção a uma mudança de sua práxis operacional na Universidade do Sagrado Coração de Bauru. Constatou-se que a Prática de Ensino proporcionou aos alunos a vivência do ato docente em sua tríplice dimensão de planejar, executar e avaliar.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Relato de experiência	n/c
	A História no centro do debate: o ensino de História nos anos setenta e oitenta	Jaime Francisco Parreira Cordeiro	Secretaria de Educação	Analisar os debates que envolveram as propostas de renovação do ensino de História de 1º e 2º graus no estado de São Paulo ao longo das décadas de 70 e 80.	- Políticas educacionais - Programas / propostas curriculares - História da disciplina escolar - CENP	- Propostas curriculares de Histórias das décadas de 70 e 80	n/c
CL 11 – História da Educação no Brasil	Pais e filhos no início do século no Brasil: práticas educativas usadas pela família com as crianças	Regina Helena Lima Caldana	USP	Abordar as práticas e valores que norteavam o padrão de contato pais-filhos no início do século. Verificou-se um padrão de contato adulto-criança mais rico e complexo do que usualmente se admite.	- História da educação - História oral - Memória	- Relatos orais de sujeitos históricos	Não há referência ao ensino de História.
	Cinema e contracinema: o cinema educativo 1920-30	Angela Aparecida Teles	Rede Estadual de Ensino	Resgatar a experiências de educadores ligados ao movimento escolanovista nas décadas de 20 e 30 com o cinema educativo, que deveria estar a serviço da educação moderna com objetivo de destruição de antigos modos de vida em favor da nacionalização da cultura e da racionalização do trabalho fabril e escolar.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Educação cívica e moral - História da escola - Escola Nova	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Educação e serviço social: docilidade e produção	Célio José Losnak	Unesp- Bauru	Discutir as experiências do Serviço Social com a educação de crianças em Bauru nas décadas de 60 e 70. No contexto ditatorial, a formação das crianças tinha como meta o bem estar social”, eu seria obtido por meio da formação do caráter. Objetivava-se levar as crianças carentes a assumir responsabilidades cívicas e sociais, tornando-as trabalhadoras dóceis e produtivas.	- História da educação - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Rumo ao campo:	Geni Rosa Duarte	PUC – SP	Discutir a constituição de um sistema de ensino	- Ensino Rural	n/c	Não há

	propostas e projetos para o ensino rural brasileiro 1920/45		(mestranda)	rural enquanto proposta de ensino popular no Brasil, especialmente em São Paulo, a partir dos anos 20. Apresentar e discutir as propostas dos <i>ruralistas</i> , dos <i>escolanovistas</i> . Discutir a inadequação de formulações que utilizavam a dicotomia modernização / tradicionalismo.	- Escola Nova - História da escola		referência ao ensino de História.
--	---	--	-------------	--	---------------------------------------	--	-----------------------------------

**ANPUH-SP XIII Encontro – São Paulo: percursos históricos e historiográficos
(UNESP-Assis, 1996)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
CC 03 – Caminhos para o ensino de História	Cantando o Brasil pós-64 – uma possibilidade de história através da música	Maria de Fátima da Cunha (coord.)	n/c	Analisar a possibilidade de trabalhar em sala de aula determinados contextos sociais por meio da música, em particular o Brasil pós-64.	- Materiais / Recursos didáticos (música) - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	n/c	n/c
	Noção de tempo e de espaço numa perspectiva interdisciplinar	Regina Célia Allegro	n/c	Abordar uma experiência interdisciplinar realizada em comunidades indígenas do Paraná sobre a localização temporal e espacial. O objetivo foi promover o auto reconhecimento dos habitantes dessas comunidades enquanto sujeitos sociais.	- História e cultura indígena - Relato de experiência	- Relato de experiência	Não há referência ao ensino de História.
	A História e teatro: o ensino em busca de novas formas de expressão	Sandra C. Pelegrini	n/c	Discutir a arte dramática como alternativa didática para o ensino de História. Coloca em análise uma experiência de ensino pautada pela interação entre teatro, política e história.	- Materiais / Recursos didáticos (teatro) - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
Workshops 04	Projeto: núcleo de apoio ao professor de História de 1º e 2º graus	Marlene Rosa Cainelli (coord.)	UEL	---	---	---	---
Cursos 05	Ensinar História através de projetos: experiências com História oral	Selva Guimarães Fonseca	UFUB	---	---	---	---
CL 10 – Metodologia do Ensino de História	“Forrest Gump” nas telas da memória: uma proposta de análise e uso de filmes no ensino de História	Jaime Francisco Parreira Cordeiro	n/c	Por meio do filme “ <i>Forrest Gump</i> ” examinar as maneiras pelas quais o cinema participa da construção e da reiteração da memória dominante na sc procurando oferecer sugestões de aproveitamento desse tipo de material enquanto fonte de reflexão no ensino de História no 1º, 2º e 3º graus.	- Memória - Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica - Filme <i>Forrest Gump</i>	n/c
	O processo de avaliação no ensino de História de 1ª a 4ª séries do 1º grau	Marcos Antonio Cordioli	n/c	Apresentar uma experiência avaliativa desenvolvida em sala de aula, em cursos para professores municipais do Paraná e Santa Catarina e em colégios privados paranaenses. Objetiva-se construir instrumentos de avaliação permanente do desenvolvimento dos mecanismos psicológicos superiores e a combinação destes com a compreensão de categorias, conteúdos e processos históricos.	- Avaliação da Aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência - Discussão bibliográfica	n/c

	O ensino de História na perspectiva do desenvolvimento de mecanismos psicológicos superiores na 1ª a 4ª série do 1º grau	Daniel Hortêncio de Medeiros	n/c	Apresentar uma experiência avaliativa desenvolvida em sala de aula, em cursos para professores municipais do Paraná e Santa Catarina e em colégios privados paranaenses. Recuperar o papel do ensino de História no desenvolvimento dos alunos na aquisição de mecanismos psicológicos superiores.	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da Aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Ensino e aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Relato de experiência - Discussão bibliográfica 	n/c
	Da Nova História ao "Fim da História": a proposta curricular de História no 1º grau	Gilberto Pereira de Souza	n/c	Discutir a proposta curricular de História no 1º grau do Estado de São Paulo, relacionando-a aos debates atuais da historiografia e das Ciências Humanas em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - Programas / propostas curriculares - Currículo 	<ul style="list-style-type: none"> - Discussão bibliográfica - Proposta curricular de História no 1º grau do Estado de São Paulo 	n/c
CC 31 – Proposta educacionais no interior de São Paulo (Campinas, Jundiá e Itu, 1850-1960)	---	Terezinha Quaiotti R. do Nascimento (coord.)	---	---	---	---	---
	Colégio "Internacional": prática educacional presbiteriana em Campinas (1873-1892)	Marcus Levy Albino Bencostta	n/c	Apresentar e analisar as práticas pedagógicas do Colégio presbiteriano na Província de São Paulo na segunda metade do XIX. Identificar qual o posicionamento da elite político-cultural campineira e da Igreja Católica diante da fundação e funcionamento desse Colégio.	<ul style="list-style-type: none"> - História da escola - Educação cívica e moral - Educação religiosa 	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Educação escolar dos imigrantes italianos na região de Campinas (1880-1930)	Rosa Lydia Teixeira Corrêa e Heloísa Helena Pimenta da Rocha	n/c	Por meio de uma investigação em duas escolas dos municípios de Jundiá e Campinas, identificar os propósitos da população imigrante italiana em relação à educação, levando em conta as condições sociais, econômicas e culturais a que se viu submetida no Brasil, bem como as representações e valores que este grupo atribuiu às instituições escolares por eles criadas.	<ul style="list-style-type: none"> - História da escola - História da Imigração - Memória 	<ul style="list-style-type: none"> - Fotos - Jornais - Atas das Câmaras Municipais - Documentos escolares - Relatos orais dos antigos sujeitos educacionais 	Não há referência ao ensino de História.
	Colégio "Nossa Senhora do Patrocínio" de Itu: a educação feminina numa Instituição total (1859-1976)	Maria Iza Gerth da Cunha	n/c	Por meio da análise da fundação e funcionamento do Colégio "Nossa Senhora do Patrocínio" de Itu, resgatar o percurso histórico da mulher, sua educação, sua articulação com os grupos hegemônicos e sua influência na formação dos herdeiros da classe dirigente.	<ul style="list-style-type: none"> - História da escola - Educação religiosa - Educação cívica e moral - História da mulher 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquivos da Congregação - Arquivo do Estado - Relatos orais dos antigos sujeitos educacionais 	Não há referência ao ensino de História.
	O ideal liberal de Educação Básica	Terezinha Quaiotti R. do Nascimento	n/c	Por meio da recuperação e análise de fatos históricos entre 1903 a 1961,	<ul style="list-style-type: none"> - Memória - História da escola 	<ul style="list-style-type: none"> - Acervos documentais da 	Não há referência

	para todos e a formação do professor primário – um estudo sobre a Escola Estadual “Carlos Gomes” de Campinas			compreender como se fundamentou o ideal democrático republicano de levar a educação elementar a toda a população. Localizar, identificar e preservar documentos da Escola “Carlos Gomes”, os quais fornecerão subsídios para uma avaliação interna dos procedimentos educacionais nela desenvolvidos.	- Educação cívica e moral	Escola Estadual “Carlos Gomes” - Acervos documentais de instituições campineiras e paulistas - Relatos orais dos antigos sujeitos educacionais - Periódicos - Textos legislativos	ao ensino de História.
	Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas: um século de proposta educativa de Dom Bosco a se projetar no terceiro milênio (um estudo da educação em um colégio confessional salesiano)	Ana Maria Melo Negrão	n/c	Reconstruir a história do Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas, fundado em 1897 com caráter beneficente. Serão identificadas à proposta educativa de Dom Bosco, à sua práxis, à fidelidade, ao carisma da congregação, às transformações da estrutura organizacional, de quadro docente, demanda e clientela.	- Memória - História da escola - Educação religiosa	- Acervos documentais - Relatos orais dos antigos sujeitos educacionais	Não há referência ao ensino de História.
	A história do Colégio “São Benedito”: 1903-1936	José Galdino Pereira	n/c	Identificar a política educacional que norteava o Colégio “São Benedito” entre 1903 a 1936, sua evolução junto aos membros da Irmandade, bem como sua relação com as lideranças e organizações negras no período.	- Memória - História da escola - Educação religiosa - História e cultura afro-brasileira	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Grupos escolares repercussões e impacto sócio-cultural da difusão da escola elementar de Campinas	Rosa Fátima de Souza		Reconstruir a história dos primeiros dez Grupos Escolares de Campinas entre 1894 a 1950. Articular os aspectos internos da educação escolar com o universo social e cultural mais amplo. Identificar as condições de oferta e demanda de educação elementar em Campinas, a estrutura administrativo-institucional, o currículo e as práticas escolares, além do imaginário social em relação à escola primária identificando valores, significados e representações.	- Memória - História da escola - Currículo - Saberes e práticas docente - Cultura escolar	- Acervos documentais escolares - Relatos orais dos antigos sujeitos educacionais	Não há referência ao ensino de História.
CL 10 – Leituras e Política da Educação	As relações entre autoritarismo e educação no pensamento de Maria Lacerda de	Maria Aparecida Lino Dias	n/c	Análise da trajetória intelectual de Maria Lacerda de Moura, jornalista e intelectual no decorrer dos anos 20. Tentativa de compreensão do pensamento desta autora a partir do exame das táticas de	- História da Educação - História da mulher	- Obras de Maria Lacerda de Moura	Não há referência ao ensino de História.

	Moura (1918-1934)			apropriação e da constituição do espaço do leitor dentro de suas obras, tendo por base o delineamento de sua concepção de educação.			
	Análise de políticas educacionais do Estado de São Paulo (1985-1995)	Nádia Gaiofatto	n/c	Analisar alguns projetos de políticas educacionais do Estado de São Paulo, entre 1985 a 1995, quando supostamente chega a uma “abertura”.	- Políticas educacionais	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Algumas reflexões sobre a educação paulista nos anos 30 a partir da leitura de periódicos especializados da época	Cecília Hanna Mate	n/c	Apresentar alguns aspectos do processo de institucionalização / nacionalização da educação paulista nos de 1930	- História da educação - Políticas educacionais	- Revistas sobre educação publicadas pelos órgãos oficiais responsáveis pelo ensino paulista, a saber <i>Nova Escola</i> , <i>Educação e Revista de Educação</i> .	Não há referência ao ensino de História.
	Trabalhadores negros e suas lutas por educação: São Paulo, 1900-1930	Marco Antônio de Oliveira	n/c	Frente à escassez historiográfica que lida com a população negra no final do XIX E início do XX no Brasil. Resgatar suas lutas na cidade de São Paulo. O eixo central é investigar o papel desempenhado pela educação para as lideranças negras.	- História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Educadores paulistas regeneração social, república e nação	Ílida Pires da Silva	n/c	Discutir a atuação de um grupo de educadores paulistas articulados em torno do projeto de constituição de um sistema de ensino modelar para o Estado de São Paulo. O foco era a formação do professor primário aliada a manutenção da ordem republicana e redefinição do papel da escola elementar paulista.	- Políticas educacionais - Formação de professores - História da escola - Educação cívica e moral	- Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - RE	Não há referência ao ensino de História.
CC 43 – Ensino de História – história de ensino	O trabalho com as fontes: metodologias de história para o 1º e 2º graus	Solange Ramos de Andrade David	n/c	Analisar a utilização de fontes históricas como alternativa para aulas de História no 1º e 2º graus por meio de um projeto que buscava desenvolver uma metodologia de ensino adequada para esta utilização.	- Fontes no ensino de História - Ensino e Aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
	Ponderações preliminares para uma análise (efetivamente) histórica (e não-absoluta) do ensino de História	José Henrique Rollo Gonçalves	n/c	De maneira crítica, analisar historicamente o ensino de História, buscando superar os impasses “pedagogistas” e “idealistas” que atrapalham uma compreensão menos ensimesmada e menos ingênua do tema.	- História da disciplina escolar	- Discussão bibliográfica	n/c
	Currículo, ensino de História e prática	Lucilene Aparecida da Silva		Analisar a prática docente do professor de História do 1º grau, especificamente da 5ª,	- Saberes e práticas docentes	- Debates e entrevistas com os	n/c

	profissional			por meio de seu trabalho com o Currículo de História do Estado do Paraná e sua relação com a Universidade ao término da graduação.	- Currículo - Cultura escolar	professores pesquisados	
Painel de Encerramento	Rompendo o círculo vicioso na questão do Ensino: da crítica à ação	Zilda Márcia Gricoli Iokoi (coord.); Circe M. Fernandes Bittencourt; Maria de Lourdes Mônico Janotti e Sylvania Basseto	---	---	---	---	---

**ANPUH-SP XIV Encontro – Sujeito na história: práticas e representações
(PUC-São Paulo, 1998)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
CC 19 – Ensino/Pesquisa em História: reflexões sobre suas práticas	O ensino de História na graduação uma relação crítica com o saber	Wanda Maleronka (coord.) (Não consta resumo)	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	Uma nova maneira de trabalhar	Elizabeth Fillipini	n/c	Apresentar os resultados de um projeto de pesquisa, em uma escola de primeiro grau, referente à história do bairro da Ponte na cidade Jundiá, em 1991. Enfatiza-se a atuação dos alunos de 6ª, 7ª e 8ª série na pesquisa de documentos e fontes orais.	- Ensino e aprendizagem - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - História local / regional - História oral	- Relato de experiência	n/c
	Sujeição de sujeitos: o ensino/pesquisa em História, imagens e representações	Maria Cândida Delgado Reis	n/c	Apontar a problemática ensino/pesquisa a partir de uma perspectiva que privilegia as relações de gênero durante a prática docente	- História e gênero - Ensino e Pesquisa - Saberes e práticas docentes	n/c	n/c
	O ofício do professor de História no Ensino Fundamental	Maria Luísa Albiero Vaz	n/c	Levantar questões sobre o ensino de História no Nível Fundamental diante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Discutir principalmente os Eixos Temáticos.	- Programas Curriculares - PCN - História temática - Ensino e aprendizagem	- PCN	n/c
CC 24 – Práticas Políticas na Educação Brasileira diferentes momento / circunstâncias	---	Rita de Cássia Santos Pires (coord.)	---	---	---	---	---
	Cursos de capacitação docente para professores da rede pública do Estado do Paraná	Hudson Siqueira Amaro	n/c	Discutir a questão da capacitação docente, pensada pelo Estado do Paraná nas décadas de 80-90, analisando o programa proposto, as estratégias para sua implantação, o desenvolvimento e os resultados obtidos.	- Formação de professores - Políticas educacionais	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Programa de Educação continuada: a proposta e a prática	Raquel Glezer	n/c	Abordar o Programa de Educação Continuada – PEC da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em convênio com a Universidade de São Paulo – USP, no projeto de	- Formação de professores - Políticas educacionais	- Relato de experiência	Não há referência ao ensino de História.

				Assessoria às Escolas, apresentando suas intenções, práticas e problemas em seu desenvolvimento.			
	Burocratização, nacionalização e assistencialismo: política de expansão do ensino e cooptação social no Estado Novo	Maria A. Sores de Alcântara Paulista	n/c	Apresentar dados sobre o perfil do sistema de ensino paulista no Estado Novo, com foco no controle e centralização impostos pelo governo federal, por meio das interventorias estaduais e órgãos subordinados à diretoria da Educação.	- Políticas educacionais - História da escola - Educação cívica e moral	- Textos legislativos	Não há referência ao ensino de História.
CL 12 – Educação	Projeto de “moralização da pátria” – educação para a redenção nacional	Paulete Maria Cunha dos Santos (coord.)	n/c	Investigar os livros da Série Fontes publicados pelo governo de Santa Catarina, na década de 1920, para a instrução elementar, concebida como responsabilidade da República, na tentativa de eliminar o analfabetismo, consolidar a nova ordem social para moralização da pátria.	- História da escola - Educação cívica e moral - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Identidade nacional	- Livros da Série <i>Fontes</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Traçando o perfil dos “Antinúos”, o estudo de “cultura atlética” de Fernando de Azevedo	Sônia de Deus Rodrigues Bercito	n/c	Analisar os escritos de Fernando Azevedo sobre a Educação Física nas primeiras décadas do século XX. Seus textos foram reproduzidos à exaustão durante o período descrito. Dentre as ideias defendidas estavam a necessidade de formação de uma nacionalidade brasileira, ideais eugênicos e princípios higienistas.	- História da escola - Educação cívica e moral - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Identidade nacional	- Escritos de Fernando Azevedo	Não há referência ao ensino de História.
	Ideário republicano e instrução primária pela análise dos “Anais dos Deputados Estaduais de Minas Gerais” (1892-1898)	Vera Lúcia Abrão Borges	n/c	Apresentar a reconstrução histórica do ensino público e elementar expresso nas falas dos deputados de Minas Gerais, entre 1892 a 1898. Verificou-se a crença na instrução pública como a principal via para a modernização do Estado e do país. A fala da elite mineira, de base liberal, estava voltada para a modernização e o progresso, tendo em vista legitimar e homogeneizar o ideário republicano.	- História da escola - Educação cívica e moral	- Anais da Câmara de Deputados de MG (1892-1898) - Mensagens presidenciais - Textos legislativos	Não há referência ao ensino de História.

	Reforma Universitária de Córdoba	Patrícia Renata de Toledo	n/c	Analisar a mobilização dos estudantes na Universidade de Córdoba em 1918. Provenientes de classes médias eles desejavam que o sistema universitário acompanhasse a modernização cultural, científica e política que caracterizou o mundo na década de 1920.	- História da educação - Reforma educacional - História do Ensino Superior	n/c	Não há referência ao ensino de História.
CL 15 – Educação	Ensino de História e Cidadania Cultural	Marcos Antonio da Silva (coord.)	n/c	Situar a discussão na esfera de acesso a saberes históricos, concebidos como fruto de produção múltipla e descentralizada, realçando os traços intelectuais, políticos e técnicos de tema.	- Saberes e práticas docentes.	n/c	n/c
	O aluno como sujeito da história de sua escola	Júlia Falivene Alves	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa realizada em escolas técnicas do CEETPS sobre a influência da ideologia dominante nas representações mentais de alunos sobre o trabalho e o trabalhador, antes e depois de ter sido desenvolvida uma proposta curricular de História, cujo eixo-temático foi o trabalho e a cultura popular.	- Reforma educacional - Proposta Curricular - História temática	- Relato experiência	n/c
	A beleza épica de um povo em formação. Leituras de formas provisórias de existência: (...) de Laura de Mello e Souza	Marcelo Pedro de Arruda	n/c	Narrar a experiência dos trabalhos desenvolvidos com os professores de diversas Delegacias de Ensino da capital paulista e da Grande São Paulo, dentro do Projeto de Educação Continuada – PEC.	- Saberes e práticas docentes. - Formação de professores - Ensino e aprendizagem	- Relato experiência	
	Ensino de História em Escola alemã	Jonival Ferreira Côrtes	n/c	Destacar o ensino de História na escola alemã de São Paulo durante a passagem do século XIX para o XX.	- História da educação - História da disciplina escolar	n/c	n/c
	Livros Didáticos de História e escola de massas (1960-1990)	Décio Gatti Jr.	n/c	Apresentar os resultados de pesquisa sobre livros didáticos, mediante leitura de obras e análise de depoimentos de autores e editores de livros didáticos de História, com foco na massificação do ensino.	- Livros Didáticos - História da disciplina escolar	- Entrevistas - Livros didáticos	
MR – 03	A experiência da PUC-SP no ensino de	Júlio César Pimentel (coord.);	n/c	---	---	---	n/c

	História na graduação e pós-graduação: debates e questões	Holien Gonçalves Bezerra; Helenice Ciampi					
Cursos	A linguagem musical no ensino de História	Newton D'Angelo Silma do Carmo Nunes	UFU UFU	---	---	---	n/c
CC 30 – História e Educação: enlaces e perspectivas	A História da Educação: objeto do historiador	Jaime Francisco P. Cordeiro (coord.)	n/c	Examinar as produções mais recentes sobre a História da Educação, concebida como objeto do historiador.	- História da Educação	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Do velho álbum de retratos vestígios da história de uma escola	Vânia Maria B. Temperly Cordeiro	n/c	Apresentar uma pesquisa que levantou a história de uma instituição escolar da capital paulista, a partir de um álbum de retratos do corpo docente no ano de 1951 e outros documentos. Tecer considerações a respeito das possibilidades de trabalhos com este acervo por parte do professor de História.	- História da escola - Saberes e práticas docentes - Memória - Fontes no ensino de História	- Álbum fotográfico - Documentos escritos	n/c
	Leituras de sala de aula: formando leitores da História	Cosme Lima de Oliveira	n/c	Apresentar uma experiência de sala de aula no ensino de História de 1º grau, em uma escola periférica de São Paulo. A questão central foi: o professor como simplificar do conhecimento histórico (quando obtém sucesso) ou como mero produtor do fracasso escolar? Discutir a possibilidade de trabalhar em sala de aula com o conhecimento histórico produzido pelos historiadores sem simplificá-lo.	- Transposição didática x Mediação didática - Cultura escolar - Saberes e práticas docentes	- Relato de experiência	n/c
CC 49 – O saber histórico: conhecimento escolar, propostas curriculares e abordagens de conceitos	---	Marilda A. Soares Alcântara Paulista (coord.)	---	----	---	---	---
	Conceitos e livros didáticos: Revolução, Nação e Estado em livros didáticos de História para o Ensino Médio (1931-1990)	Marcos Alexandre Capellari	n/c	Analisar conceitos disseminados em livros didáticos de História para o Ensino Médio, tendo em vista o contexto de produção cultural no momento sócio-político-ideológico vigente.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da Educação - História como disciplina escolar / história acadêmica	- Livros didáticos de História para o Ensino Médio	n/c

				Identificar diferenças de discursos sobre conceitos selecionados na produção acadêmica.			
	Conhecimento histórico escolar e as novas propostas curriculares de História	Fausto Henrique Gomes Nogueira	n/c	Discutir a noção de conhecimento histórico escolar presente nas propostas curriculares sobre o ensino de História nas décadas de 80 e 90. Recuperar o debate sobre história tradicional X história crítica e produção do conhecimento pelos alunos X memorização, com foco no professor de ensino básico.	- Programas / Propostas curriculares - Reforma educacional - Transposição didática x Mediação didática - História da disciplina escolar - Saberes e práticas docentes - CENP	n/c	n/c
	Conhecimento histórico e reformas curriculares: mudanças, continuidade e articulações entre currículo oficial e currículo vivido	Rita de Cássia Santos Pires	n/c	Analisar o conteúdo e a essência das reformas curriculares de São Paulo nos anos de 1980 e 1990, buscando seu alcance na concepção de história e no conhecimento histórico, de acordo com as novas orientações da disciplina, com foco na prática docente.	- Reforma educacional - Programas/ Propostas curriculares - Currículo - História da disciplina escolar - Saberes e práticas docentes - Cultura escolar - CENP	n/c	n/c
CC 69 – Uma proposta de educação continuada – PEC/PUC – Repensando o ensino de História	----	Maria do Rosário C. Peixoto (coord.); Maria das Graças de Oliveira Galvão; Mirna Busse Pereira; Olga Brites da Silva	---	---	---	---	---
CL 28 – Educação	Política educacional e militarização da sociedade	Suzeley Kalil Mathias (coord.)	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa <i>Política Educacional e Militarização da Sociedade</i> , cujo objetivo é analisar o impacto do regime autoritário sobre as políticas de educação.	- Políticas educacionais - Educação cívica e moral - História da escola	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	História da Educação e reforma cultural nos anos 20-30: alguns sujeitos em evidência	Cecília Hanna Mate	n/c	Analisar três reformas de ensino ocorridas em São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro nos de 1920, com intuito de problematizar as mudanças pedagógicas paulistas entre 1930 e 1933. No âmbito na História Cultural, abordar o processo de escolarização como fenômeno histórico, já que trouxe	- Reforma educacional - História da escola	- Revistas de Educação publicadas pela Diretoria Geral da Instrução Pública	Não há referência ao ensino de História.

				consigo novas formas de vida para os alunos e suas famílias.			
	A escola estadual de Uberlândia: uma interpretação histórica	Viviane Santana Mendes; Giseli C. do Vale Gatti	n/c	Apresentar resultados da pesquisa <i>História e Memória Educacional</i> realizada na Escola Estadual de Uberlândia no ano de 1997. Por meio da História oral e memória, o foco foi o processo de instalação e consolidação da educação escola no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba entre as décadas de 1880 a 1960.	- Memória - História oral - História local / regional - História da escola	- Normas educacionais - Documentos escolares (In: Acervo da Escola, Arquivo Público Municipal e Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS) - Literatura local - História oral	Não há referência ao ensino de História.
	A escola do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (1974-1979) e os papéis da educação escolar	Antonio Aparecido Primo	n/c	Apresentar reflexões sobre a História do Centro Educacional Tiradentes, que oferecia cursos de madureza e profissionalizantes em São Bernardo do Campo e Diadema na década de 70, relacionando-a a ascensão do novo sindicalismo na conjuntura nacional.	- História da escola - História e EJA - História oral	- Depoimento de alunos, professores e dirigentes educacionais	Não há referência ao ensino de História.
CL 32 – Ensino de História	O trabalhador como sujeito na História: a ideologia presente nas representações mentais	Júlia Favilene Alves	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETPS sobre a influência da ideologia dominante nas representações mentais de alunos sobre o trabalho e o trabalhador, antes e depois de ter sido desenvolvida uma Proposta Curricular de História, cujo eixo foi <i>O Trabalho e a Cultura Popular</i> .	- Programas curriculares - Currículo - História temática - Ensino e Aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
	As mídias e a sala de aula	Ivete Batista da Silva Almeida	n/c	Reflexão sobre o uso de mídias audiovisuais pelo professor de História, questionando qual sua função e seu significado no contexto sociocultural vigente. Questionamento e reorganização das práticas e objetos de trabalho com vídeo, documentários, longas e curtas metragens e TV.	- Materiais / Recursos didáticos (mídias audiovisuais) - Saberes e práticas docentes	n/c	n/c

	Ymã, ano mil e quinhentos... escolarização e historicidade junto a educadores indígenas Guarani da aldeia de Sapukai – RJ	Paulo Humberto Porto Borges	n/c	Abordar a escolarização indígena e a formação de professores indígenas na área de ensino de História, procurando desenvolver técnicas metodológicas para a construção do conhecimento histórico em um contexto de educação escolar intercultural.	- História e cultura indígena - Formação docente - História da escola	n/c	n/c
	Sujeitos na educação: o discurso de professores e diretores de escolas públicas estaduais	Nádia Gaiofatto	Delegacia de Ensino de Assis - SP	Apresentar as perspectivas de utilização a História oral em uma pesquisa voltada para a compreensão do discurso de professores e diretores de 1ª a 4ª séries sobre as políticas educacionais do período 1984-1997, posto que são eles os sujeitos responsáveis pela implantação de medidas que visavam combater os altos índices de evasão e repetência e a baixa qualidade do ensino paulista.	- História oral - Políticas educacionais - Cultura escolar - Saberes e práticas docentes	n/c	Não há referência ao ensino de História.
CL/IC 06 – Educação	Colégio Júlio Bueno Brandão: as instituições escolares enquanto canal de propagação do ideal republicano	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	n/c	Analisar o papel do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no processo de disseminação das ideias republicanas em Uberlândia.	- História da escola - Educação cívica e moral	- Livros ponto - Termos de visita - Livros de registro de frequência - Relatórios de caixa escolar - Termos de posse e designação - Jornais: <i>O progresso e A Tribuna</i>	Não há referência ao ensino de História.
	A educação através da imprensa uberlandense	Vanessa Oliveira de Moura; Cirian Gouveia Máximo; Márcia Ferreira Costa	n/c	Analisar o pensamento educacional que fundamentou a organização do sistema escolar nos anos de 30 em Uberlândia. Acreditava-se que o Brasil atingiria seu desenvolvimento sócio-político-econômico por meio da instrução popular. Nesse contexto, a escola seu papel disciplinador cívico e moral.	- História da escola - Educação cívica e moral	- Jornal <i>O Estado de Goyas, Jornal de Uberlândia e Diário de Uberlândia</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Livros e saberes históricos da escola	Rosana Cristina de Oliveira; Lígia	n/c	Analisar o livro didático com foco nos conteúdos das diversas	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	n/c	n/c

	uberlandense	Aparecida de M. Alves		disciplinas escolares. Concomitante verificar a aplicabilidade dos programas curriculares aprovados. Apresentar a história do ensino de História no Brasil nos anos 60 e 70, quando as massas populares adentraram o espaço escolar.	- Programas curriculares - Educação cívica e moral - História da escola - História da disciplina escolar		
	A história do ensino confessional no contexto uberlandense: Colégio Nossa Senhora das Lágrimas	Lucélia Carlos Ramos	n/c	Analisar a trajetória de ensino do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, entre 1932 a 1960. Foi identificado uma preocupação especial com a conduta disciplinar e com a formação oral das alunas.	- História da escola - Educação religiosa - Educação cívica e moral - História da mulher	- Regulamentos - Estatutos - Históricos do Colégio - Periódicos	Não há referência ao ensino de História.
	Política educacional e militarização da sociedade	Raquel Pereira da Silva	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa <i>Política Educacional e Militarização da Sociedade</i> , cujo objetivo é analisar o impacto do regime autoritário sobre as políticas de educação.	- Políticas educacionais - Educação cívica e moral - História da escola	n/c	Não há referência ao ensino de História.
Workshops Oficina de Trabalho	A responsabilidade social do historiador com o ensino	Maria Lígia Coelho Prado (coord.); Circe Fernandes Bittencourt; Marly Rodrigues; Maria Helena Paes Simões	---	---	---	---	---
MR 09	Síntese representação dos sujeitos no ensino de História	Maria Carolina Bovério Galzerani (coord.); Kátia Maria Abud; Ernesta Zamboni	---	---	---	---	---
CC 94 – Imagens e Discursos da Ditadura Militar: representações na educação	O Estado autoritário brasileiro, o Conselho Federal de Educação e a História ensinada nas escolas: uma história de descompassos	Maria do Carmo Martins (coord.)	n/c	Análise da atuação do Conselho Federal de Educação CFE, durante a reforma educacional de 1971, com destaque para a disciplina de História no 1º grau. Esta investigação permite recuperar parte importante da história das disciplinas escolares, bem como repensar o papel do Estado.	- Reforma educacional - História da disciplina escolar - Currículo - Programas curriculares - Educação cívica e moral - Políticas educacionais	n/c	n/c
	O ensino da identidade nacional no regime militar	Luís Fernando Cerri	n/c	Apresentar as pesquisa que versam sobre o processo de construção da identidade	- Identidade nacional - Educação cívica e moral	n/c	n/c

				territorial na historiografia e no saber escolar, as quais resultam no processo de formação da identidade política do educando. Abordar alguns mecanismos de formação da identidade nacional durante o regime militar, com destaque para o papel dos rituais cívicos no ensino de História.	- História da escola - História da disciplina escolar		
	"O diálogo é a violência": movimento estudantil e ditadura militar em 1968	Maria Ribeiro do Valle	n/c	Analisar a atuação do movimento estudantil durante a ditadura militar, 1968. No diálogo com o poder central, os estudantes atuaram em direção à violência revolucionária e para a transformação radical da sociedade.	- História da educação	n/c	Não há referência ao ensino de História.

**ANPUH-SP XV – História no Ano 2000: Perspectivas
(USP-São Paulo, 2000)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
MR	Por que foi esquecido o Colégio de Aplicação da USP?	Suely Robles Reis de Queiroz (coord.); Holien Gonçalves Bezerra; Maria de Lourdes Mônaco Janotti; Maria Lígia Coelho Prado	USP UFG	---	---	---	n/c
CL 01 – História da Educação / Ensino de História	Lições de coisas para o ensino cívico	Judite Elide Romero Bianco (coord.)	UNESP / Franca (mestre)	Apresentar e analisar a utilização do método educacional “lições de coisas” no projeto republicano paulista.	- História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto – SP e a formação educacional de mulheres (1918-1970)	Alessandra Cristina Furtado	n/c	Analisar a preparação educacional oferecida pelas religiosas salesianas do Colégio “Auxiliadora” na cidade de Ribeirão Preto.	- História da escola - História da mulher - Educação cívica e moral - Educação religiosa	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A educação profissional feminina através das exposições de trabalhos manuais	Rosane Nunes Rodrigues	FE / USP	Apresentar e analisar o ensino profissional feminino e a exposição de trabalhos manuais nas décadas de 1920 e 1930, com o objetivo de compreender o ensino oferecido a moças de diferentes classes sociais.	- História da escola - História da mulher - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	História oral: possibilidades de interpretações acerca da educação feminina	Geovana Ferreira Melo Moura	UFU (mestranda)	Apreender os processos da educação feminina no Colégio Nossa Senhora das dores, entre as décadas de 1940 a 1960.	- História oral - Memória - História da escola - História da mulher - Educação cívica e moral - Educação religiosa	- Depoimentos dos sujeitos históricos - Entrevista com questões abertas - Atas de reuniões pedagógicas - Atas de reuniões administrativas - Livros de matrículas, de resultados finais e de inspeção - Diários de classe - Regimento escolar	Não há referência ao ensino de História.
CL 02 – História da Educação / Ensino de	O Estado brasileiro e as representações do	Claudia Moraes de Souza	n/c	Analisar as políticas públicas brasileiras para a	- História da escola - História e EJA	n/c	Não há referência ao

História	atraso: projetos de alfabetização de adultos do desenvolvimentismo (1947-1960)	(coord.)		alfabetização de adultos entre os anos de 1947 a 1960. Além disso, propõe análise do conceito de analfabetismo e analfabeto no período em questão.	- Educação cívica e moral - Políticas educacionais		ensino de História.
	Projeto de construção de memória	Júlia Falivene Alves	CEETESP	Apresentar o projeto, desenvolvido em 1997, por professores e alunos de oito escolas técnicas do CEETESP "Paula Souza", em parceria com o Centro de Memória da Educação da USP. O projeto aborda a história do ensino profissionalizante e o desenvolvimento de atitudes e ações de valorização e preservação do patrimônio histórico. Assim, foram construídos Centros de Memórias nas escolas.	- Patrimônio - Educação patrimonial - História da escola - Memória	- Relato de experiência	n/c
	O contexto educacional de Uberlândia – MG: buscando a gênese do grupo escolar Júlio Bueno Brandão (1911-1930)	Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho	UFU (mestranda)	Investigar as especificidades históricas do grupo escolar Júlio Bueno Brandão entre os 1911 e 1930 e suas relações com a propagação do ideário republicano em Uberlândia, contexto em que a escola era concebida como instrumento de ordem e moralização.	- História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Uma história oral e a aprendizagem escolar no presídio semi-aberto de Ataliba Nogueira	Júlio Costa da Silva	UNICAMP	Apresentar um estudo de caso realizado no pavilhão escolar do presídio semi-aberto Ataliba Nogueira, localizado em Campinas-SP, no ano de 1999.	- História oral - Memória - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - História e EJA	- Relato de experiência	n/c
GT Ensino de História A produção do Livro Didático e os Currículos de História	---	Letícia V. se Sousa Reis (coord.)	Editora FTD	---	---	---	---
	O saber acadêmico e a produção do livro didático	Circe Maria Fernandes Bittencourt	FE / USP	Investigar a relação entre o conhecimento acadêmico e o saber histórico escolar, de um lado e a produção do livro didático, de outro. Analisar o conhecimento a ser veiculado	- História como disciplina escolar / história acadêmica - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História temática - Programas / propostas	- Discussão bibliográfica	n/c

				pelas propostas curriculares: História cronológica ou temática?	curriculares - Currículo		
	História cronológica e história temática: amigas ou inimigas?	Conceição Aparecida Cabrini	Escola Nossa Senhora das Graças	Refletir sobre a relação ensino-aprendizagem a partir de uma proposta de História temática, a qual encaminharia o aluno para a identificação e análise das mudanças, permanências, diferenças, semelhanças e simultaneidade.	- História temática - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c
	Os currículos de História e o ensino da disciplina: uma avaliação	Joelza Éster Rodrigues	Editora FTD	Apresentar o terreno de mudanças paradigmáticas pelas quais passa o ensino de História, sobretudo em relação à dualidade: História cronológica ou temática? Tais mudanças impactam os autores dos livros didáticos que tentam contemplar simultaneamente as normas governamentais e acadêmicas e as experiências práticas do professor.	- História temática - Ensino e aprendizagem - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Discussão bibliográfica	n/c
CC 81 – Fonte primária, patrimônio e ensino de História	---	Joana Neves (coord.)	UFPB	---	---	---	---
	O relatório Herchmans como fonte para o ensino de História	Alexsandro Donato Carvalho	UFPE	Analisar o currículo de História da segunda fase do ensino fundamental (antigas 5ª e 8ª séries) da rede municipal de João Pessoa – PB, a partir da publicação da lei nº 5.692/71, por meio da análise das propostas curriculares oficiais da Secretaria de Educação Municipal.	- História da disciplina escolar - Programas curriculares - Currículo - Educação cívica e moral - Programas / Propostas Curriculares	- Propostas curriculares oficiais da Secretaria de Educação Municipal	n/c
	Patrimônio Histórico e Ensino de História	Almir Félix Batista de Oliveira	UFPB	Discutir a construção da memória através das políticas públicas implementadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado da Paraíba – IPHAEP, para compreensão	- Educação patrimonial - Memória - História local / regional	n/c	Não há referência ao ensino de História.

				do papel patrimônio histórico na construção da memória da cidade.			
	O resgate da leitura em sala de aula	Margarida Maria Dias de Oliveira	UFPE	Analisar como o Instituto Histórico Geográfico Paraibano entre os anos de 1905 a 1930 construiu as bases da historiografia paraibana oficial.	- Historiografia - História local / regional	- Revista IHGP	Não há referência ao ensino de História.
CL 13 – História da Educação / Ensino de História	Educação no Brasil: o sentido e a dinâmica do conflito político	Maria de Fátima Ramos Almeida (coord.)	Prof. de Prática de Ensino de História	Analisar o conflito entre dois atores políticos – os trabalhadores e os empresários da educação – entre 1979 a 1995.	- História da educação	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Canção popular e ensino de História: em busca de uma harmonia	Mauricio Liberal Augusto	FE / USP (mestrando)	Apresentar um balanço dos envolvidos na utilização da canção popular nas aulas de História do Ensino Fundamental e Médio, com foco no trabalho docente e na aprendizagem dos alunos.	- Materiais / Recursos didáticos (música) - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Relato de observações do cotidiano escolar	n/c
	Nova concepção de Educação no ensino paulista (1890-1920)	Judite Elide Romero Bianco	UNESP / Franca (mestre)	Analisar no período indicado a educação como agente de consolidação da República.	- História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A República Velha e a educação: os limites da cidadania republicana	Wagner da Silva Teixeira	UNESP / Franca (mestrando)	Analisar o conceito de “cidadanias” durante a Primeira República no Brasil, já que nem todos possuíam os mesmos direitos políticos. Também no campo educacional havia um tipos de ensino pras as classes dominantes e um para as classes populares.	- História da escola	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
CL 14 – História da Educação / Ensino de História	Em busca do tempo perdido: matizes da vida universitária e dos sujeitos-educadores	Vanessa Ribeiro Cavalcanti (coord.)	Universidade de Leon / Espanha (doutoranda)	Enveredar pelo processo histórico do ensino superior brasileiro, além de analisar o perfil docente diante desse novo contexto sócio-político-econômico iniciado na década de 1990, momento em que se abriu espaço para discussões sobre autonomia e desempenho das Universidades.	- História do Ensino Superior - Formação de professores	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Imprensa	Luciana Beatriz de	UFU	À luz do Manifesto dos	- História da escola	- Jornais	Não há

	uberlandense: discussão a respeito do ensino profissional	Oliveira Bar de Carvalho	(mestranda)	Pioneiros da Educação Nova, analisar na imprensa uberlandense as discussões acerca da criação de uma escola profissional na cidade. De tal maneira, o indivíduo seria preparado para o trabalho e para os padrões de moralidade da época.	- Educação cívica e moral	uberlandenses ente 1936 a 1947	referência ao ensino de História.
	Educação e Ditadura Militar pós 64: o binômio segurança-desenvolvimento e seus desdobramentos (1965-1975)	Patrícia Spósito Mechi	PUC /SP	Explicitar a ideologia educacional da ditadura autocrático-burguesa, pó 64, bem como as relações desta ideologia com a política global expressa na Doutrina de Segurança Nacional. Serão analisadas as produções oficiais sobre educação que tragam o binômio segurança e desenvolvimento.	- História da escola - Educação cívica e moral	- Publicações educacionais oficiais	Não há referência ao ensino de História.
	Educação para trabalhadores em São Bernardo nos anos 70/90	Kátia Rodrigues Paranhos	n/c	Fazer um levantamento do repertório das práticas das lideranças sindicais entre os anos de 1971 a 1993, no chamado "novo sindicalismo", com ênfase na educação sindical.	- História da Educação	- Documentos do Sindicato de São Bernardo	Não há referência ao ensino de História.
GT Ensino de História História e Memória da Praia Grande	Os projetos do CEPEM	Cristine Marote (coord.)	CEPEM	Apresentar o CEPEM e os projetos nele desenvolvidos. Será abordado com mais profundidade a necessidade da pesquisa e o papel do Centro como fornecedor, organizados e multiplicador dos resultados.	- Arquivo - Memória - Educação Patrimonial - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	- Relato de experiência	n/c
	Pesquisa, história e memória: aplicações pedagógicas	Mônica S. Rodrigues e Silva (Não consta resumo)	CEPEM	Abordagem das aplicações pedagógicas do professor ao utilizar o material didático de forma reflexiva, aliando pesquisa, história e memória.	- Arquivo - Memória - Educação Patrimonial - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	- Relato de experiência	Resumo confuso.
	Trajeto e critérios da pesquisa histórica em arquivos públicos e particulares	Fátima Valéria Siqueira Mastantuono	Secretaria de Educação da Praia Grande	Abordar os trajeto e critérios da pesquisa histórica em arquivos públicos e particulares, com ênfase na utilização das fontes com finalidade didática.	- Arquivo - Memória - Educação Patrimonial - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	- Relato de experiência	n/c

CC 77 – Registrando histórias construídas e vividas – projeto de pesquisa voltado para a formação de professores leigos, na região do Médio Araguaia	---	Dulce Maria Pompêo de Camargo	PUC-Campinas Coordenadora do Projeto Inajá	---	---	---	---
	---	Vera Lúcia Sabongi de Rossi; Ernesta Zamboni	FE – Unicamp	---	---	---	---
CL 29 – História da Educação / Ensino de História	Missões: uma história de política cultural	João Batista Neto (cord.)	PROLAM / USP	Apresentar o processo de preservação e conservação do patrimônio cultural das reduções jesuítico-guarani, existentes no Brasil, Paraguai e Argentina, para compreender como cada Estado trata um patrimônio histórico comum.	- Patrimônio	- Relato de experiência etnográfica	Não há referência ao ensino de História.
	A organização do ensino profissional metodista no nordeste e noroeste paulista (1899-1930)	Vasni de Almeida	UNESP / Assis	Analisar a instalação de três escolas metodistas nas cidades de Ribeirão Preto, Birigui e Lins, com foco no conteúdo ideológico e doutrinário que direcionava a prática educacional. Investigar as políticas educacionais para instalação do ensino metodista e os grupos sociais que formavam o corpo discente.	- História da escola - Educação religiosa - Educação cívica e moral - Políticas educacionais	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A edificação da norma: escola e cidade no Rio de Janeiro dos anos 1920	André Luiz Paulilo	UNESP / Franca	Pensar as reformas do ensino, com ênfase na reorganização do espaço escolar, o qual encontrava-se pertinente ao replanejamento urbano que vivia a cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1920.	- História local / regional - História da escola - Educação patrimonial - Memória - Reforma educacional	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Considerações acerca do ensino de massa em Uberlândia – MG buscando novos subsídios através da imprensa	Vicente Batista de Moura Sobrinho	UFU (mestrando)	Compreender o pensamento educacional uberlandense sobre a massificação do ensino por meio de textos jornalísticos, visando a formação de um banco de dados de interesse público.	- História local / regional - História da escola - Educação cívica e moral	- Textos jornalísticos	Não há referência ao ensino de História.

CL 30 – História da Educação / Ensino de História	Escola Normal Secundária de São Carlos: precursora do método das lições de coisas.	Judite Elide Romero Bianco (cord.)	UNESP / Franca (mestre)	Apresentar e analisar a utilização do método educacional “lições de coisas” na Escola Normal Secundária de São Carlos.	- História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	O papel da História oral no estudo das instituições educacionais: breve relato. As investigações acerca do processo educacional escolar da região do Triângulo Mineiro	Vera Lúcia Abrão Borges	n/c	Apresentar os projetos pedagógicos do colégio Estadual de Uberlândia – CEU, entre 1930 e 1960. Procura resgatar na palavra dos sujeitos envolvidos no trabalho escolar as representações coletivas.	- História da escola - Memória - História oral	- Fontes impressas - Depoimentos dos sujeitos históricos	Não há referência ao ensino de História.
	Currículo e ensino de História	Alexsandro Donato Carvalho	UFPE	Analisar o currículo de História da segunda fase do ensino fundamental (antigas 5ª e 8ª séries) da rede municipal de João Pessoa – PB, a partir da publicação da lei nº 5.692/71, por meio da análise das propostas curriculares oficiais da Secretaria de Educação Municipal.	- História da disciplina escolar - Programas curriculares - Currículo - Educação cívica e moral	- Propostas curriculares oficiais da Secretaria de Educação Municipal	n/c
	Educação feminina no Colégio Nossa Senhora das Dores: representações sociais na escola confessional (Uberaba – MG 1960)	Geovana Ferreira Melo Moura	UFU (mestranda)	Aprender os processos da educação feminina no Colégio Nossa Senhora das Dores, entre as décadas de 1940 a 1960.	- História oral - Memória - História da escola - História da mulher - Educação cívica e moral - Educação religiosa	- Depoimentos dos sujeitos históricos - Entrevista com questões abertas - Atas de reuniões pedagógicas - Atas de reuniões administrativas - Livros de matrículas, de resultados finais e de inspeção - Diários de classe - Regimento escolar	Não há referência ao ensino de História.

**ANPUH-SP XVI Encontro – Poderes e Representações
(UNESP-Franca, 2002)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
CC 12 – Memória, história e educação	Formação de Professores de História: memória e experiência	Elison Antônio Paim (coord.)	UNOChapeco / UNICAMP	n/c	Perceber como os professores de história graduados entre 1998 e 1999 vivenciaram o início da carreira. Responder as seguintes questões: o que e como ensinam? Como o curso contribui para suas práticas e experiências no cotidiano escolar?	- Memória - Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Currículo - Cultura escolar	- Entrevistas com os professores de História	n/c
	História local e produção do conhecimento histórico-educacional: Sorocaba em tempos de modernidade	Arnaldo Pinto Jr.	IFCH – UNICAMP	n/c	Analisar as visões de modernidade em alguns periódicos de Sorocaba entre 1903 e 1914.	- História local / regional	- Revistas, jornais e almanaques de Sorocaba, publicados entre 1903-1914	Não há referência ao ensino de História.
	Ensino de História e formação de professores: entrecruzando memória, experiência vivida e conhecimento	Claudia Regina Prado Fortuna	IFCH – UNICAMP	n/c	Trazer pela “rememoração” fios da prática enquanto docente de uma escola particular de ensino fundamental na cidade de Campinas-SP para pensar a formação de professores de História	- Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Memória	- Relato de experiência	n/c
	Trilhos, memória e educação	Maria Sílvia Duarte Hadler	IFCH – UNICAMP	n/c	Discutir o trajeto histórico-cultural dos bondes da cidade de Campinas-SP, no contexto do avanço da modernidade capitalista desde o final do século XIX até meados do século XX.	- História da Educação - Memória - História local / regional	n/c	Não há referência ao ensino de História.
CC17 – Explorando novas fontes para a história da educação	A educação das mulheres: as revistas feministas como fonte alternativa para a história da educação	Jaime Francisco Parreira Cordeiro	UNESP – Araraquara	n/c	Estabelecer uma reflexão a respeito da maneira como as revistas feministas dos anos 1990 compuseram representações a respeito da “boa educação” e como conseguiram estabelecer um conjunto de referências de identidades para as leitoras.	- História da Educação - Identidade	- Revistas Feministas dos anos 1990	Não há referência ao ensino de História.
	A escolinha do professor Raimundo: a televisão como fonte alternativa para a história da educação	Luciana Cristina Porfírio	UNESP – Araraquara	n/c	Examinar as maneiras como um programa humorístico de televisão, <i>a escolinha do professor Raimundo</i> , construiu e divulgou representações sobre a escola. Tais	- História da Educação - História da escola	- Episódios do programa humorístico <i>a escolinha do professor Raimundo</i>	Não há referência ao ensino de História.

					representações são entendidas como resultado de um processo de construção coletiva de conceitos e imagens que são formadas, adotadas e reconhecidas e / ou consentidas cotidianamente.			
	A Revista Veja: a imprensa como fonte alternativa para a história da educação	Geraldo Sabino Ricardo	UNESP – Araraquara	n/c	Compreender como são elaboradas e difundidas as representações sobre a escola e sobre a educação na <i>Revista Veja</i> .	- História da Educação - História da escola	- <i>Revista Veja</i>	Não há referência ao ensino de História.
CL 01 – Educação / Escola	Memória, história e educação: trilhas sugeridas por um almanaque	Fátima Faleiros Lopes (coord.)	UNICAMP	n/c	Compreender a percepção de passado no <i>Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista</i> , entre 1884-1886. A memória histórica nele registrada cria, afirma e reafirma visões sobre o passado.	- Memória - História da educação	- <i>Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Juventude negra, educação e mercado de trabalho	Benjamin Xavier de Paula	UNESP – Franca	n/c	Debater a falta de perspectiva da juventude negra na cidade de São Paulo. O ingresso precoce no mercado de trabalho significa prejuízos para a formação escolar, incluindo, seu abandono.	- História e cultura afro-brasileira - História da Educação - História da escola - História local / regional	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Educação escolar em Ribeirão Preto na Primeira República: expansão e investimento público	Wlaumir Doniseti de Souza	UNESP	n/c	Compreender as relações entre o Estado e o município de Ribeirão Preto na expansão das escolas públicas.	- História da educação - História da escola - História local / regional	- Relatórios da Câmara e da Prefeitura municipais de Ribeirão Preto	Não há referência ao ensino de História.
CL 04 – História da Educação	Oscar Thompson – questões político-administrativas de um educador em São Paulo (1889-1920)	Gisele Nogueira Gonçalves (coord.)	PUC – SP	n/c	Identificar, mediante as ações político-administrativas de Oscar Thompson, a introdução de livros escolares baseados no método intuitivo, até a reorganização do órgão máximo de direção da instrução pública paulista.	- História da educação - História da escola - Biografia	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	“Pão, educação e trabalho”; o orfanato Cristóvão Colombo e a educação profissionalizante de crianças na cidade de São Paulo (1885-1930)	Maria de Lourdes di Siervi	PUC – SP	n/c	Estudar a educação profissionalizante de crianças órfãs ocorrida no Orfanato Cristóvão Colombo, na cidade de São Paulo, entre 1895-1930.	- História da educação - História da escola	n/c	Não há referência ao ensino de História.

	A reconstrução dos quadros do corpo docente da escola Normal de Praça, responsável pelas disciplinas pedagógicas, de 1889-1930	Eliana Martinelli	PUC – SP	n/c	Estudar o perfil dos estudantes normalistas, entre 1890 a 1930 e as práticas pedagógicas utilizadas em seu processo de formação / profissionalização.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - História da educação - História da escola	- Registros de licença e de ofício - Atas de reuniões da congregação - Anuários de ensino - Textos legislativos - Periódicos de grande circulação	Não há referência ao ensino de História.
	A Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas: os caminhos de sua implantação e consolidação (1909-1942)	Ana Cláudia Ribeiro de Souza	PUC – SP	n/c	Verificar o funcionamento geral da Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas, entre 1909 a 1942.	- História da educação - História da escola	n/c	Não há referência ao ensino de História.
MR 01 (Salão Nobre) – Formação de Professores de História	---	Ernesta Zamboni (coord.); Maria Carolina Bovério Galzerani; Kátia Maria ABUD	FE – UNICAMP FE – UNICAMP FE – USP	---	---	---	---	n/c
CC 38 – A construção dos saberes históricos	Construção dos saberes escolares e formação da identidade nacional	Ernesta Zamboni (coord.)	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a construção do conhecimento escolar, tendo como referencial parâmetros políticos e culturais apontados pela Cultura Política e pela História. Procurar nos currículos o conceito de identidade nacional como um meio de investigar a formação de uma consciência histórica homogênea que mascara as diferenças.	- Identidade nacional - Consciência histórica	n/c	n/c
	Ensino de História: entre saberes e poderes no Brasil contemporâneo	Maria Carolina Bovério Galzerani	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a rede de poderes / saberes relativos ao ensino de história, tecida no Brasil desde o final do período militar aos nossos dias, com foco na prática de ensino de uma dada escola estadual, do município de Campinas-SP.	- Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem - Cultura escolar	- Propostas e Parâmetros curriculares do Estado de São Paulo e da União	n/c
	O saber histórico na sala de aula	Circe Maria Fernandes Bittencourt	FE – USP	n/c	Apreender o significado da História trabalhada por eixos temáticos nas propostas curriculares em voga, como	- Formação de professores - História temática - Currículo	- Textos legislativos	n/c

					foco na formação inicial e continuada dos professores e no trabalho escolar.	- Reforma educacional - Cultura escolar - Programas / Propostas curriculares		
MR 06 – Do autodidatismo à Universidade: desafios na formação do professor	Compromissos da universidade pública com projetos de formação de professor: desafios	Sylvia Basseto (coord.)	DH – USP		Relato da experiência como membro do Grupo de Trabalho que discutiu a formulação do <i>Projeto de Formação de Professores na USP</i> , preparado pela Comissão Permanente de Licenciatura. Entre seus objetivos estão a prioridade da formação de professores nos cursos de graduação, o que deve garantir a valorização de um ensino público de qualidade, além da eliminação e de hierarquias e dicotomias entre ensino e pesquisa.	- Formação de professores - História no ensino superior - Ensino e pesquisa	- Relato de experiência	n/c
	Do autodidatismo à Universidade: desafios na formação do professor	Circe Maria Fernandes Bittencourt	FE – USP	n/c	Analisar a história da formação de professores considerando as diferentes interferências e transformações internas e externas à universidade e as decorrentes consequências na relação ensino / pesquisa e com a escola / público escolar (dos filhos da elite aos filhos das classes populares)	- Formação de professores - Ensino e pesquisa - História no ensino superior	---	n/c
	Formação do professor: perspectivas a partir de experiências da PUC/SP	Helenice Ciampi	PUC – SP	n/c	Apresentar as experiências da área de História da PUC/SP na formulação de projetos de licenciatura.	- Formação de professores - História no ensino superior	- Relato de experiência	n/c
CC 49 – Imagens iconográficas no ensino de História	Imagens fotográficas: leitura e possibilidades educacionais	Maria de Fátima Guimarães Bueno (coord.)	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a proposta de leitura de imagens iconográficas no ensino de história em livros didáticos. Compreender as práticas de leitura de alunos do ensino fundamental.	- Iconografia - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Ensino e aprendizagem	- Livros didáticos	n/c
	As imagens e a sensibilidade infantil	Maria Regina Poli Bichara	FE – UNICAMP	n/c	Relato da experiência de leitura de iconografias relativas aos negros na sociedade colonial brasileira por alunos do Ensino Fundamental de	- Iconografia - História e cultura afro-brasileira	- Relato de experiência	n/c

					uma escola particular do município de Campinas-SP.			
	Leitura de reproduções de pinturas brasileiras nos livros didáticos de História	João Batista Gonçalves Bueno	FE – UNICAMP	n/c	Focalizar as reproduções de imagens de pinturas, que são utilizadas nos livros didáticos da década de 1970 até os nossos dias.	- Iconografia - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Livros didáticos - Documentos relativos aos padrões de produção de livros didáticos - Documentos de épocas relativos aos autores e pintores	n/c
CC 56 – A formação do professor de História para o ensino básico nas instituições privadas de ensino superior	Formação de professores de História: a experiência da Universidade de Santo Amaro	Paulo Eduardo Dias de Mello (coord.)	FFCL de Guarulhos – UNISA	n/c	Questionar a relação entre a portaria nº 3.020 do MEC, que instituiu e formulou as diretrizes para a realização do Exame Nacional de Cursos da área de História e o currículo de cursos de Licenciatura em História.	- Formação de professores - História no ensino superior - Currículo	- Textos legislativos	n/c
	A formação de professores de História no Centro Universitário Nove de Julho - UNINOVE	Elaine Lourenço	UNINOVE	n/c	Analisar a história da formação de professores no Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, desde 1972 até o presente. Discutir o perfil dos alunos e as estratégias possíveis de atuação do corpo discente da instituição.	- Formação de professores - História no ensino superior	n/c	n/c
	A formação de professores de História na Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	Célia Maíra da Silva Estrella	UNICSUL	n/c	Analisar a atual formação de professores na Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL que, a partir de 2002, tornou gratuita a licenciatura dos alunos que obtiveram rendimentos superiores no vestibular. Compreender a repercussão dessas ações na atuação dos futuros professores.	- Formação de professores - História no ensino superior	- Relato de experiência	n/c
CC do GT de Ensino de História – Representações docentes: projetos pedagógicos alternativos e formação	Representações políticas de professores no projeto alternativo	Leny Cristina Soares Azevedo (coord.)	FE – UNICAMP	n/c	Analisar as representações políticas de professores a partir de depoimentos dos egressos da primeira e segunda turmas do CEFAM (1988 e 1989).	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Cultura escolar	n/c	Não há ar ao ensino de História.

continuada de professores								
	Projeto alternativo das escolas judaicas de Buenos Aires	Laura Noemi Chalu	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a história de um projeto pedagógico implementado em escolas particulares judias de nível primário em Buenos Aires, a partir de 1997, contexto neoliberal. Compreender seu desenvolvimento, seus fundamentos teóricos, bem como os valores que apreçam no projeto.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Discussão bibliográfica - Fontes primárias	Não há referência ao ensino de História.
	Programa de Educação Continuada e seus efeitos nas práticas de professores de História	Carlos Alexandre Pompeu	FE – UNICAMP	n/c	Investigar os efeitos do Programa de Educação Continuada – PEC, implementado pela SEE-SP, em 1997.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Políticas educacionais	- Documentos utilizados na capacitação dos professores	n/c
CC 65 – Educação à distância e formação de professores	Linguagem e poder	Djanira Soares de Oliveira e Almeida	UNESP – Franca	n/c	Analisar o poder da palavra em produzir sentidos entre os locutores.	- História e linguagem	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	PEC – Formação Universitária	Célia Maria David	UNESP – Franca	n/c	Investigar os efeitos do Programa de Educação Continuada – PEC / Formação Universitária, desenvolvido na USP, UNESP e PUC-SP.	- Formação de professores - História no ensino superior	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Educação à distância	Aurimar de Figueiredo	Instituto de Ensino Superior do Oeste Paulista	n/c	Analisar a Educação à Distância no âmbito do Ensino Superior.	- História e EAD - Formação de professores	n/c	Não há referência ao ensino de História.

**ANPUH-SP XVII Encontro – O Lugar da História
(UNICAMP-Campinas, 2004)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 17 – História, Ensino de História e Saberes Escolares	Saber escolar: referencial teórico para pesquisa do ensino de História	Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro (Não consta texto completo)	FE / UFRJ	n/c	Discutir as possibilidades de uso dos conceitos “saber escolar”, “saber docente”, “transposição didática”, “mediação didática” e “narrativa histórica”, utilizando subsídios obtidos em pesquisa realizada na qual construções do saber histórico escolar foram objeto de análise.	- Saberes e práticas docentes - Cultura escolar - História da disciplina escolar - Transposição didática x Mediação didática	- Discussão bibliográfica	n/c
	O Colégio de Calçado como marco das gerações compreendidas entre 1939, ano de sua fundação, até sua encampação pelo Governo do Estado em 1959	Alacir de Araújo Silva (Não consta texto completo)	FFLCH / USP (doutoranda)	n/c	Resgatar a memória do Colégio de Calçado por meio das lembranças de seus alunos, professores e funcionários, entre 1939 e 1959.	- História da escola - História Regional - História Oral - Memória	- Fotografias - História oral - Artigos	Não há referência ao ensino de História.
	Identidade nacional, ensino de História e Cinema na Era Vargas (1930-1945)	André Chaves de Melo Silva (Não consta texto completo)	UNICAMP (mestrando)	n/c	Analisar as relações entre o ensino de História e o cinema enquanto instrumentos de manutenção e propaganda do regime varguista sobre a sociedade brasileira e sua meta de criação de uma nova identidade nacional que atendessem aos seus interesses.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - História da disciplina escolar - História e Propaganda - Programas curriculares - Currículo - Identidade nacional	- Programas e currículos de História criados durante as Reformas Campos (1931) e Capanema (1940) - Discursos veiculados em cinejornais e produzidos pelo departamento de Imprensa e Propaganda	n/c
	A Escola como objeto de pesquisa	Antonia Terra de Calazans Fernandes (Não consta texto completo)	Centro Universitário de Osasco - UNIFIEO	n/c	Apresentar reflexões decorrentes da atuação de alunos do curso de História no estágio supervisionado nos Ensinos Fundamental e Médio. Nesta ocasião foi desenvolvida uma pesquisa histórica a partir de uma problemática identificada no cotidiano escolar.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Pesquisa na sala de aula	- Fichas de estágio de observação - Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c
	A relação Memória e História no ensino de História	Diógenes Nicolau Lawand	FE / USP	n/c	Buscar relações entre Educação-História-Memória. Partindo das questões	- Memória	- Discussão bibliográfica	n/c

		(Não consta texto completo)			presentes, a reflexão sobre o passado ganha novas significações. Estabelece-se, assim, a relação entre educação, ensino de História e memória.			
	Narrativa literária e narrativa histórica: um estudo sobre questões de ensino de história	Dislane Zerbini Moraes	FE / USP	n/c	Apresentar os resultados de uma pesquisa com alunos do curso de licenciatura em História sobre o processo de aprendizagem da disciplina por meio de textos literários.	- História e Literatura - Ensino e aprendizagem	- Observação dos alunos (participantes da pesquisa) - Documentos produzidos pelos alunos (participantes da pesquisa)	n/c
	As novas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores e os novos ingressantes nos cursos de História: Perfis e expectativas no ensino superior privado	Elaine Lourenço (Não consta texto completo)	FFLCH / USP (mestre em geografia humana)	n/c	Discutir a formação de professores de História no ensino superior privado, tendo como referência o Centro Universitário Nove de Julho – Uninove. Para tanto, buscou-se traçar o perfil dos ingressantes e verificar suas expectativas em relação à docência. Depois, essas informações foram analisadas sob a luz do currículo do curso de História.	- Formação de professores - Currículo da Licenciatura em História	- Programas curriculares da Licenciatura em história - Questionário a serem respondidos pelos alunos ingressantes no curso de Licenciatura em História	n/c
	As aulas de Estudos Sociais na prática dos professores das escolas estaduais paulistas (1972-1983)	Eliane Mimesse	PU / SP (doutoranda)	n/c	Analisar os conteúdos históricos abordados nas aulas de Estudos Sociais ministradas na 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental de escolas estaduais na região metropolitana de São Paulo, entre 1972 a 1983.	- História da disciplina escolar - Programas curriculares - Currículo - Estudos Sociais - Saberes e práticas docentes - Educação cívica e moral	- Relatórios de estágios da Licenciatura em História da USP	O resumo apresenta anacronismo na denominação das séries escolares em questão.
	Interdisciplinaridade, patrimônio e a construção de saberes	Elizabeth Salgado de Souza (Não consta texto completo)	FE / USP UESC – Ilhéus (docente)	n/c	Investigar o objeto museológico como fonte para análise em diversas áreas do conhecimento, encontrando problematizações e saberes diversificados.	- Museus - Educação patrimonial - Interdisciplinaridade	n/c	n/c
	O lugar da História na prática cotidiana de professores de História na sala de aula	Helenice Ciampi	PUC / SP	n/c	Analisar a disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado como espaço que articula teoria e prática de forma privilegiada e constituída historicamente com	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Museus	- Fichas temáticas de observação/participação de Estágio Supervisionado em História	n/c

					fundamentos próprios que subsidiam e concretizam práticas escolares. A exposição apresentará os resultados de uma pesquisa com 35 alunos do curso de Licenciatura em História da PUC/SP, objetivando explicitar o <i>lugar da História</i> , sua conceituação, significado, representações e metodologia desenvolvida por profissionais de História na cidade de São Paulo.	- Ensino e aprendizagem	- Questionário elaborado coletivamente com os quatro estagiários que participaram da coleta de dados e sua tabulação	
	Representação dos professores, políticas públicas e ditadura militar	Hélio Braga da Silveira Filho (Não consta texto completo)	Centro Universitário de Osasco - UNIFIEO	n/c	Discutir os caminhos pelos quais as políticas públicas educacionais se efetivaram durante a ditadura militar brasileira e de que forma foi estabelecida socialmente a representação da figura do professor.	- História da escola - Políticas educacionais	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A construção de manuais de História, da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME)	Kazumi Munakata (Não consta texto completo)	PUC /SP	n/c	Analisar as discussões travadas em torno da produção de um Livro de História do Brasil e um Livro de História Geral, encomendados a Américo Jacobina Lacombe e Carlos Delgado de Carvalho pelo MEC em 1953. Assim, buscou-se compreender as concepções que então estavam em circulação a respeito da História e, em particular, do seu ensino.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da disciplina escolar	n/c	n/c
	Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio	Milton Joeri Fernandes Duarte (Não consta texto completo)	FE / USP	n/c	Identificar e comparar as representações históricas dos movimentos político-culturais da década de 60 com as representações utilizadas pelos alunos do Ensino Médio (secundário?) ao buscarem compreender tais movimentos. Optou-se por analisar os sujeitos participantes da União municipal dos Estudantes Secundaristas - UMES	- História da educação	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Saber histórico escolar e representações de	Oldimar Pontes	FE / USP	n/c	Apresentar resultados de uma pesquisa de campo educacional	- Saberes e práticas docentes	- Observação de alunos e professores	n/c

	professores: a observação participante como método de pesquisa em Didática da História	Cardoso			fundamentada na teoria das representações de Henri Lefebvre e realizada a partir da metodologia da observação participante. Assim, buscou-se compreender como os professores do Ensino Médio de uma escola da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo representam o saber histórico escolar criado por eles na relação com seus alunos ao longo do ano letivo de 2002.	- Cultura escolar	durantes as aulas	
	Urbanidade, Imprensa e Educação na Rio Preto dos anos de 1920	Raquel Discini de Campos	UNESP – IMES FAFICA Araraquara	n/c	Identificar aspirações e receios dos jornalistas na então nascente Rio Preto dos anos de 1920, bem como os ícones da intelectualidade nacional que tinham seus artigos transcritos na imprensa paulista, com destaque para a temática educacional que atingia também o âmbito dos costumes e valores morais.	- História local / regional	- Jornais <i>A Notícia</i> e <i>O Município</i>	Não há referência ao ensino de História.
	O conflito de representações sociais como possibilidade de construção da consciência histórica	Ronaldo Cardoso Alves (Não consta texto completo)	FE / USP	n/c	Verificar a construção da aprendizagem em História a partir do confronto de diferentes representações expressas no cotidiano escolar, identificando qual a dinâmica das representações dos sujeitos no espaço escolar e como a ideia de consciência histórica pode ser percebida a partir dessas representações.	- Ensino e aprendizagem - Cultura escolar - Consciência histórica	- Observação dos alunos	n/c
	Elites Oligárquicas e Igreja Católica e a Expansão do Ensino Religioso Feminino no Espírito Santo: O Caso do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	Sebastião Pimentel Franco (Não consta texto completo)	DH – UFES	n/c	Analisar o processo de escolarização das mulheres a partir da ascensão dos republicanos ao poder no século XIX, com predominância de escolas religiosas como as aqui analisadas: Escola Nossa Senhora Auxiliadora e Colégio do Carmo.	- História da Mulher - História da escola - Educação cívica e moral	n/c	n/c
	Educação.com: a disciplina História nas ondas da rede mundial	Silene Ferreira Claro	DH – FFLCH / USP (doutoranda)	n/c	Analisar a utilização de novas ferramentas, como a internet na construção do conhecimento	- Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC	- Observação como professora de alunos dos Ensinos	n/c

	de computadores				histórico escolar, pois possibilita a comunicação sincrônica e assincrônica entre alunos e professores, além de não apresentar necessidades burocráticas de cumprimento de horário e preenchimento de papéis.	- Ensino e aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Pesquisa na sala de aula	Fundamental e Médio - Site desenvolvido para troca de informações entre professores e alunos	
ST 23 – O lugar da História na cultura escolar: memórias, práticas e políticas educativas	O lugar da História na cultura escolar: memórias, práticas e políticas educativas	Ernesta Zamboni (Coord.) (Não consta resumo e texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	O lugar da história e da memória nas pesquisas relativas aos livros didáticos no Brasil	Maria Carolina Bovério Galzerani (Coord.) (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Identificar e analisar as produções acadêmicas consideradas emblemáticas no cenário nacional sobre o livro didático, desde o final dos anos de 1980 até o presente. Compreender até que ponto os leitores são incluídos como portadores de memórias e de experiências e como produtores de conhecimento.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Memória - Ensino e aprendizagem	n/c	n/c
	História das disciplinas e cultura escolar: o lugar da legitimação dos sujeitos	Maria do Carmo Martins (Coord.) (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Compreender as diferentes concepções de “conhecimento escolar” que aparecem na memória de formação de professores que fazem o curso de Pedagogia, em uma pesquisa sobre a história do currículo.	- História da disciplina escolar - Programas curriculares - Currículo - Memória - Formação de professores - Cultura escolar	- Memórias de formação e de escolarização de professores - Programas curriculares - Fontes provenientes da cultura escolar.	n/c
	História e políticas de formação de lideranças de educadores do ensino básico	Vera Lúcia Sabongi De Rossi (Coord.) (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Analisar os limites e possibilidades de liderança de educadores no processo históricos de construção e de gestão de Projetos Políticos Pedagógicos para as escolas públicas das três últimas décadas.	- Saberes e práticas docentes - História e PPP	- PPP's escritos por educadores de diferentes Estados brasileiros - Textos legislativos	Não há referência ao ensino de História.
	Planos de Ensino Curriculares de Estudos	Aida Rotava Paim	UNICAMP (doutora)	n/c	Analisar os planos de ensino curriculares e sua representação	- História da disciplina	- Planos de ensino de Estudos Sociais nas	n/c

	Sociais nas séries iniciais				para professores de Estudos Sociais (História e Geografia) nas séries iniciais do Colégio Coronel Ernesto Bertaso de Chapecó - SC entre os anos de 1980 a 2000. Observar a diversidade cultural e a valorização as experiências dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> - Programas curriculares - Planos de ensino - Saberes e práticas docentes - Cultural escolar - Estudos Sociais - Educação cívica e moral 	<ul style="list-style-type: none"> séries iniciais - Depoimentos de professores - Textos legislativos 	
	A Cultura Escolar Católica e a Formação Docente na Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, 1944-1970. (Artigo)	Alessandra Cristina Furtado	FE – USP (doutoranda)	n/c	Examinar a formação docente da Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto – SP, entre 1944 a 1970, com objetivo de analisar aspectos de seu projeto educativo, visando assim, caracterizar a sua cultura escolar.	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura escolar - História da escola - Programas de ensino - Educação cívica e moral - Formação de professores - Educação religiosa 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de ensino 	Não há referência ao ensino de História.
	A formação do professor-pesquisador através de investigações sobre o ensino de História nas séries iniciais do ensino fundamental: limites e possibilidades	Aléxia Pádua Franco (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Relatar e discutir uma experiência de formação continuada de professores/pesquisadores das séries iniciais do ensino Fundamental, através do desenvolvimento de pesquisas monográficas sobre o ensino de História. Esta pesquisa insere-se no Projeto Veredas, realizado na cidade de Prata – MG, com objetivo de formação de professore em serviço.	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de professores - Ensino e pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> - Relato de experiência 	n/c
	A cultura escolar feminina através dos jornais “O Monitor Sulmineiro” e “A Campanha” (1904-1905)	Ana Cristina Pereira Lage	FE – UNICAMP (mestranda)	n/c	Analisar a cultura escolar feminina no decorrer da instalação do Colégio Nossa Senhora de Sion, entre 1904 a 1905, contexto em que os discursos de “ordem e progresso” influenciavam a escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura - História da Mulher - Educação cívica e moral - Memória - História da escola 	<ul style="list-style-type: none"> Jornais: - <i>O Monitor Sulmineiro</i> - <i>A Campanha</i> 	Não há referência ao ensino de História.
	O Jornal Escolar <i>Nosso Esforço</i> e as práticas escolares do curso primário do Instituto de Educação (1936-1938)	Ana Regina Pinheiro (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa que evidenciaram práticas de censura no processo de elaboração do jornal escolar <i>Nosso Esforço</i> , documento produzido por alunos que publicava artigos previamente selecionados, cujos enunciados	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura escolar - História da escola - Educação cívica e moral 	<ul style="list-style-type: none"> - Artigos rejeitados do jornal escolar <i>Nosso Esforço</i> 	Não há referência ao ensino de História.

					emanavam regras de conduta, a hierarquia de saberes estabelecidos pela escola e notícias do cotidiano escolar.			
	Educação em Piracicaba – A superação do campo	André Dela Vale (Não consta texto completo)	UNIMEP	n/c	Analisar qual a noção de educação e civilização no campo e na cidade, propagadas em Piracicaba no período da Primeira República, tendo em vista uma suposta “superação do campo”, meio de adquirir status de uma sociedade mais civilizada e mais moderna.	- Ensino Rural - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A invenção da Manchester Paulista: embates culturais em Sorocaba (1903-1914)	Arnaldo Pinto Júnior (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Focalizar produções tipográficas sorocabanas do início do século XX (almanaques e revistas culturais), analisando a pluralidade de vozes inscritas em seus textos escritos e imagens iconográficas e observando as transformações da cidade de Sorocaba.	---	- Almanques - Revistas culturais	Não há referência ao ensino de História.
	História, Política e Projetos: Formação continuada de Professores de História – Estado de São Paulo (1997/1998)	Carlos Alexandre Pompeu (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (mestrando)	n/c	Investigar em documentos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – SEE-SP e do Centro de Estudos Escola da Vila, as práticas pedagógicas dos professores de História da Rede Pública do ABC paulista que participaram do Programa de Educação Continuada – PEC, entre 1997-1998, o qual possuía ligação com o Banco Mundial.	- Políticas educacionais - Agências financiadoras internacionais - Neoliberalismo - Saberes e práticas docentes	- Documentos da SEE-SP e do Centro de Estudos Escola da Vila	n/c
	Memórias ainda não escritas	Cláudia Regina Prado Fortuna (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Analisar as relações entre memória e História em Campinas no final do XIX e primeiras décadas do XX. Meio da História oral, verificar como a comunidade afro-brasileira constrói seu passado, tendo a escola e a cultura escolar como espaço de lembranças e de narrativas.	- Memória - História oral - Cultura escolar - História e cultura afro-brasileira	- Depoimentos dos sujeitos históricos	n/c
	Rememorações de professores relativas à graduação em História	Elison Antonio Paim	UNICAMP	n/c	Analisar, por meio da História oral, como os alunos egressos do curso de História da	- Formação de professores - Saberes e práticas	- Depoimentos dos sujeitos envolvidos na pesquisa	n/c

					UNOESC – Chapecó, nos anos de 1998 e 1999 avaliaram a experiência de passar de acadêmicos para professores de diferentes escolas.	docentes - Memória - História oral		
	Laudas do Liceu Sergipense (1848-1851)	Eva Maria Siqueira Alves	PUC – SP (doutoranda)	n/c	Examinar elementos da cultura escolar, tais como a organização e o espaço disponível para as aulas, a frequência, o aproveitamento dos alunos, os materiais pedagógicos, entre outros, por meio do <i>Livro das Correspondências do Liceu Sergipense</i> , entre os anos de 1848 a 1851.	- História da escola - Cultura escolar	- <i>Livro das Correspondências do Liceu Sergipense</i> - Jornais da época	n/c
	Mendes e Campinas: História, memória, educação	Fátima Faleiros Lopes e José de Castro (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (pós-graduação)	n/c	Compreender os ângulos pelos quais José de Castro Mendes (1901-1970) observa a História de Campinas, com foco nas concepções históricas, na cidade e nas relações sociais. Compreender em que medida a memória individual colabora para a constituição e uma memória coletiva. Investigar as possíveis relações entre tais registros e a História Local e o ensino de História, tendo como foco a produção do conhecimento.	- História local / regional - Memória - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - Ensino e aprendizagem	- Registros literários e iconográficos de José de Castro Mendes	n/c
	Manuais Didáticos	Fernando Drezza	UNICAMP	n/c	Analisar as coleções de livros didáticos de História das séries iniciais do Ensino Fundamental utilizados em escolas estaduais da cidade de Cabreúva - SP. Focalizar as memórias relativas às práticas de leitura encetadas pelos sujeitos da pesquisa.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Memória - Saberes e práticas docentes	- Livros didáticos	n/c
	Políticas Educacionais no Império: A sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e um novo currículo para as escolas agrícolas	Francisco Alencar de Souza	PUC – SP (doutorando)	n/c	Analisar o projeto de uma escola agrícola criado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, em 1868, com foco na dinâmica de funcionamento, procurando destacar, em seu cotidiano, as práticas culturais que estabeleciam uma dinâmica escolar racionalizada. Este projeto compunha o conjunto de	- Escola agrícola - História da escola - Cultura escolar	- Documentos diversos da SAIN, como o próprio projeto apresentado aos sócios e uma tabela de lições. Periódicos: - <i>O Auxiliador da Indústria Nacional</i> (1849-1898)	Não há referência ao ensino de História.

					medidas que estavam constituindo as novas práticas escolares.		- A Província de São Paulo (1860-1885)	
	Cultura escolar: um itinerário de pesquisa	Geysa Spitz Alcoforado de Abreu	PUC – SP (doutoranda)	n/c	Expor problemas e soluções no desenvolvimento de uma pesquisa sobre a cultura escolar da Escola Americana de Curitiba, entre 1892 a 1934.	- História da escola - Cultura escolar	- Fontes que expressavam a prática escolar cotidiana - Acervo particular, conservado pela família do ex-proprietário da Escola	Não há referência ao ensino de História.
	Vida e conhecimento histórico em vantagens e desvantagens da história pra a vida	Hélio Sochodolak (Não consta texto completo)	UNICENTRO - Irati	n/c	Refletir sobre a prática do historiador no tocante a seus métodos e finalidades. Por meio do texto <i>Segunda Considerações Intempestivas</i> de Nietzsche. Nele, o filósofo preocupava-se com a prática do ensino de História em vários níveis. Utilizar tais reflexões para sugerir um norte para prática historiográfica, seja no ensino ou na pesquisa.	- História da disciplina escolar - Ensino e pesquisa	- <i>Segunda Considerações Intempestivas</i> de Nietzsche	n/c
	Pela formação de professores de História: contribuições de imagens benjaminianas	Ilka Miglio de Mesquita	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Reestabelecer o diálogo em buscar contribuições nas imagens benjaminianas (Walter Benjamin) de experiência vivida, narração, modernidade capitalista, memória para a formação de professor de História no Brasil.	- Memória - Formação de professores	- Encontros Nacionais de Ensino de História como: - ANPUH - Perspectivas do Ensino de História - Encontro de Pesquisadores de Ensino de História	n/c
	“Em busca do tempo funcional”: a Reforma de Azevedo e o meio social carioca de finais da década de 1920	José Cláudio Sooma Silva (Não consta texto completo)	FE – USP	n/c	Discutir as alterações que o ambiente urbano carioca ajudou a promover no debate educacional de fins da década de 1920 e também, as maneiras como a Reforma da Instrução Pública (1937-1930), de Fernando de Azevedo, ajudou a sistematizar outras formas escolares e alterou a cultura escolar do primário na antiga capital.	- Cultura escolar - Políticas educacionais - Reforma educacional - História da escola	- Imagens urbanas - Documentos relativos ao Ensino Primário do Rio de Janeiro de finais do século XIX e três primeiras décadas do XX	Não há referência ao ensino de História.
	Imigrantes na Argentina:	Laura Noemi	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a história de um	- História da escola	- Entrevista	Não há

	uma leitura da História da Educação dos judeus	Chaluh	(doutoranda)		projeto pedagógico alternativo, <i>Ensino para a Diversidade</i> , implementado em escolas particulares judias de nível primário, em Buenos Aires, Argentina, a partir do no de 1997.	- Diversidade	- Documentos escolares	referência ao ensino de História.
	Souza Azevedo A formação de professores: memória de um projeto político pedagógico CEFAM/Campinas – 1988/1992	Leny Cristina Soares Souza Azevedo (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Apresentar, a partir dos depoimentos de egressos da 1ª e 2ª turmas do CEFAM / Campinas (entre 1988 a 1992), as significações das práticas educativas que impulsionaram o trabalho pedagógico no curso de formação de professores. Focalizar as transformações sociais e pedagógicas e suas articulações com a aprendizagem e com a sala de aula.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Depoimentos de alunos egressos do CEFAM	Não há referência ao ensino de História.
	Escola e projeto político pedagógico, uma análise do período pós-LDB	Luciana Gobbi Celante (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Identificar a possibilidade da gestão “autônoma” do plano político-pedagógico da escola, efetiva pela LDB de 1996, a qual deliberou responsabilidade na elaboração das propostas pedagógicas à escola.	- PPP - Políticas educacionais - LDB	- Textos legislativos	Não há referência ao ensino de História.
	O Ensino de História em Classes de Correção de Fluxo	Luciene dos Santos Melo	FE – UNICAMP	n/c	Analisar a proposta para o ensino de História contida no projeto <i>Ensinar e Aprender – Corrigindo o Fluxo</i> , implementado pela SEE- SP entre 1999 a 2001, correlacionando-o à chegada dos preceitos neoliberais ao Brasil. Contrapor o discurso e a prática, mediante acompanhamento da implantação, execução e avaliação nas escolas da DE de Taboão da Serra.	- Políticas educacionais - Programas / propostas curriculares - Neoliberalismo - Reforma educacional	- Textos legislativos - Depoimento dos sujeitos envolvidos - Materiais que compõe o projeto	n/c
	Ensino de História/ Questão Racial	Marcia Regina Poli Bichara (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Investigar as possibilidades educacionais de memória e História, tendo com foco a questão racial no Brasil. No diálogo com intelectuais americanos e europeus,	- História e cultura afro-brasileira - Memória - Identidade	n/c	n/c

					identificar em que medida a busca por uma identidade racial brasileira imprimiu as marcas da Modernidade simplista e dicotômica.			
	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional do Estado de São Paulo: ideias, práticas e representações sobre educação e trabalho	Maria Angela Borges Salvadori	Universidade São Francisco	n/c	Discutir as ações das educacionais (popular e profissional) das Companhias Ferroviárias em fins do XIX e início XX no Brasil, com destaque para o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, que visava à utilização racional e eficiente do elemento humano, com máxima produtividade e menor dispêndio de energia.	- História da educação	- Discussão bibliográfica - Textos legislativos (Código Penal) - Boletins produzidos pelos Centros Ferroviários - Periódicos publicados pelo IDORT – Instituto de Organização Racional do Trabalho (1930-40)	Não há referência ao ensino de História.
	Práticas de leitura: a construção de imagens relativas aos almanaques e periódicos nas duas primeiras décadas do século XX	Maria de Fátima Guimarães Bueno (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Identificar imagens de periódicos das duas primeiras décadas do século XX em Bragança paulista. Compreender se elas instituíam novas práticas de leitura e, por sua vez, se estas voltavam-se à construção e à legitimação de uma dada concepção de homem urbano – civilizado, saudável e escolarizado, mediante e veiculação de ideias republicanas, positivistas, liberais e românticas.	- História da educação - Educação cívica e moral	- Almanques e anuários publicados em Bragança Paulista nas duas primeiras décadas do século XX.	Não há referência ao ensino de História.
	Modernidade nos trilhos	Maria Sílvia Duarte Hadler (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Apresentar as diversas facetas do cenário urbano campineiro, na década de 1870, contexto da chegada dos bondes movidos à tração animal. Buscar indícios de sensibilidades, visões de mundo e comportamentos considerados modernos. Fornecer subsídios à discussão sobre memória e modernidade no âmbito da cultura escolar, no tocante ao ensino de História.	- História local / regional - Cultura escolar - Memória - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	n/c	n/c
	Alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos do MST	Ramofly Bicalho dos Santos	UNICAMP (doutorando)	n/c	Analisar o MST no tocante à formação social e política de seus militantes, com foco na construção do conhecimento	- História e EJA - Ensino rural - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica - Congressos do MST	n/c

	na baixada fluminense-RJ				histórico que dê sentido a um passado comum vivido pelos oprimidos e apresente formas de ultrapassagem dessa opressão.		- Princípios educacionais do MST	
	De cidadão a professor: um caso de ingerência partidária na administração da instrução pública paulista	Rosiley Aparecida Teixeira Souto	PUC – SP (doutoranda)	n/c	Examinar um caso de ingerência partidária na administração da educação pública paulista no início do período republicano, mais precisamente fraudes no processo de recrutamento de cidadãos candidatos à cadeira da escola provisória	- História da escola	- Documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1894) - Ordem 6.693: Ofícios diversos da Instrução Pública. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. (1891 a 1896)	Não há referência ao ensino de História.
	A Literatura Infantil como Documento Histórico	Thais Otani Cipolini (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Perceber as relações existentes entre o período ditatorial brasileiro e a produção literária infantil, com foco nas obras de Ruth Rocha, realizando diálogos entre as fontes e o contexto histórico. Identificar as visões de mundo da autora, segundo a teoria thompsoniana e, juntamente com a teoria psicopedagógica de Vygotsky, utilizá-la dentro do universo escolar.	- História e linguagem - Literatura Infantil	- Livros infantis	Não há referência ao ensino de História.
	História e Memória: o desenvolvimento profissional de alfabetizadoras uberlandenses	Vania Aparecida Martins Bernardes (Não consta texto completo)	FE – UNICAMP (doutoranda)	n/c	Investigar e refletir sobre o processo de desenvolvimento profissional de seis alfabetizadoras, atuantes em Uberlândia - MG desde os anos de 1980, que foram reconhecidas pela comunidade acadêmica e discentes do ensino fundamental, como sendo "boas alfabetizadoras". Compreender por meio da História oral quais foram suas escolhas e seus saberes.	- Saberes e práticas docentes - História oral	- Entrevistas com os sujeitos históricos	n/c
Painéis de Iniciação Científica	TV: sua história e o ensino de História. (Artigo)	Heber Ricardo da Silva e Paulo Gustavo da Encarnação.	UNESP – Assis	n/c	Apresentar história da TV em países da Europa Ocidental, EUA e Brasil, com objetivo de enfatizar a necessidade de avanço nas pesquisas sobre o assunto, as	- Materiais / Recursos didáticos (televisão) - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c

					quais poderão contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa insere-se no projeto <i>Da TV na escola e do ensino sobre a TV</i> : um experimento didático-pedagógico, realizado no Ensino Médio de escolas públicas de Assis.			
MR 06 – Por uma cultura da formação do professor de História	---	Maria Carolina Bovério Galzerani; Helenice Ciampi; Jacy Alves de Seixas; Kátia Maria Abud	UNICAMP PUC – SP USP USP	---	---	---	---	n/c

**ANPUH-SP XVIII Encontro – O Historiador e seu Tempo
(UNESP-Assis, 2006)**

	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 01 – História, Educação Histórica: memórias, saberes e práticas	---	Maria Carolina Bovério Galzerani e Helenice Ciampi (Coords.)	UNICAMP PUC – SP	---	O presente ST, ao articular o tema do Encontro “O historiador e seu tempo” com preocupações próprias, dialoga com questões relativas à produção de saberes histórico-educacionais, no ensino formal e fora dele. Propõem-se a construir como espaço para a discussão destas reflexões, reconhecendo as potencialidades das investigações que imbricam memórias, conhecimentos historiográficos e educacionais na produção dos saberes.	---	---	---
	Metodologias do Ensino de História espaço de formação profissional e investigação científica	Kátia Maria Abud e Dislane Zerbini Moraes (Não consta texto completo)	FE – USP (docentes)	n/c	Relatar uma experiência de estágio supervisionado, associado à disciplina de Metodologia do Ensino de História na FE – USP, mediante a apresentação das fichas de estágio de observação, abrangendo os temas “formação do professor de História”, “ensino de História” e “processo de aprendizagem dos alunos”.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Fichas de estágio de observação - Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c.
	As práticas do historiador experiências do Laboratório de Documentação do Curso de História da Universidade Cruzeiro do Sul	Ana Bárbara Aparecida Pederiva	Universidade Cruzeiro do Sul/Unicsul – SP (docente) PUC – SP (doutora)	n/c	Apresentar as experiências do Laboratório de Documentação do Curso de História – LABDOC da Unicsul no resgate da História regional e no processo de formação de professores de História.	- Formação de professores - História local / regional - História oral - Arquivo - Memória	- Relato de experiência (descrição das atividades desenvolvidas pelo LABDOC as Unicsul)	n/c
	Projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná uma experiência de pesquisa com os professores da rede de ensino público	Ana Heloísa Molina	UEL (docente)	n/c	Relato de experiência do Projeto Contação de Histórias do Norte do Paraná, cujo objetivo é integrar os professores de História com os de outras áreas e com seus alunos, sob orientação dos docentes da Rede de Estudo.	- História Regional - História Oral - Memória - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - Formação de professores - Saberes e práticas	- Discussão bibliográfica - Relato de experiência	n/c

	A formação docente e a implementação dos Estudos de História e Cultura da África e Afro-brasileira	Benjamin Xavier de Paula e Cristina Mary Ribeiro Perón (PDF com texto incompleto)	Universidade Federal de Uberlândia – UFU (docentes)	n/c	Relato da experiência vivenciada no projeto “Racismo e educação: desafios para a formação docente”, cujo foco é a superação do racismo no universo educacional e particularmente no universo escolar.	docentes - Formação de professores (continuada) - Saberes e práticas docentes - História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica - Relato de experiência - Textos legislativos	
	As licenciaturas e a expansão do ensino superior privado no Brasil dos anos 1970	Elaine Lourenço	Uninove – SP (docente) USP (mestre)	n/c	Verificar o crescimento do Ensino Superior privado em São Paulo nos anos 1970, buscando relações com o aumento dos cursos de licenciatura que formavam professores de 1º e 2º graus.	- Formação de professores - História do Ensino Superior	- Dados estatísticos do Instituto de Pesquisas Econômicas e outros.	Não há referência ao ensino de História.
	Estágio Supervisionado em Museus: uma experiência	Elizabeth Salgado de Souza	Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus (docente)	n/c	Relatar o processo de elaboração, proposição e realização de atividades de Estágio Supervisionado dos estudantes do Curso de História da UESC nos anos de 2003 e 2004. Entre os espaços de formação dos professores estavam a escola e o museu.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Museus	- Relato de experiência - Observação dos alunos - Relatórios de estágio	n/c
	A docência nos relatos autobiográficos de alunos de licenciaturas	Emery Marques Gusmão (Não consta texto completo)	UNESP – Assis (docente)	n/c	Apresentar os dados extraídos de relatos autobiográficos de alunos em fase de conclusão do curso de História na UNESP de Assis, com ênfase na vida escolar do ensino fundamental e médio, bem como na descrição dos melhores e piores momentos com os quais tiveram aula.	- Formação de professores - Memória - Saberes e práticas docentes	- Autobiografias dos alunos	n/c
	Temas Transversais dos PCN: o que ensinar sobre gênero e sexualidade	Maria de Fátima da Cunha	UEL (docente)	n/c	Analisar as orientações sobre “como ensinar” gênero e sexualidade aos alunos do ensino fundamental indicadas pelo volume 10 dos Temas Transversais dos PCN, intitulado “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”, bem como as imagens que ilustram esse volume.	- Saberes e práticas docentes - Gênero - Programas curriculares - PCN - Ensino e aprendizagem	- Volume 10 dos PCN	Não há referência ao ensino de História.
	Memória histórica e livro didático: leitura da obra de Joaquim Silva	Arnaldo Pinto Jr. (Não consta texto)	FE – Unicamp (doutorando)	n/c	Análise dos livros didáticos de Joaquim Silva, editados pela Companhia Editora Nacional, entre as décadas de 1940 e 1960	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da	- Livros didáticos de Joaquim Silva, editados pela Companhia Editora	n/c

		completo)			e do posicionamento histórico-educacional desse autor.	disciplina escolar	Nacional, entre as décadas de 1940 e 1960	
	Memória e história: a construção de uma periodização para a instrução pública paulista	Ilíada Pires da Silva	UNESP – Presidente Prudente (docente)	n/c	Análise do livro <i>Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino em São Paulo</i> , de João Lourenço Rodrigues.	- Memória - História da escola	- Livro de João Lourenço Rodrigues - dados biográficos do mesmo autor	Não há referência ao ensino de História.
	Pesquisando a prática docente dos professores de História: um estudo a partir da proposta de ensino por eixos temáticos	José Martins Ribeiro	Unisantos (mestrando)	n/c	Refletir sobre a utilização dos eixos temáticos pelos professores da rede estadual de ensino de São Paulo, desde a Proposta das CENP nos anos de 1980 até os PCN.	- Currículo - História da disciplina escolar - Saberes e práticas docentes - História e eixo temáticos - Reforma educacional - CENP - PCN	- Questionário diagnóstico para sondar a penetração dos eixos temáticos entre professores de municípios da Baixada Santista	n/c
	Possibilidades educacionais do conceito de memória na relação com o conceito de história	Márcia Regina Poli Bichara (Não consta texto completo)	UNICAMP (mestranda)	n/c	Investigar as possibilidades educacionais dos conceitos “memória e história” buscando alternativas para a ação docente no trabalho com discriminação e preconceito.	- Memória - Saberes e práticas docentes - História e cultura afro-brasileira - Ensino e aprendizagem	- Textos produzidos pelos alunos do Ensino Fundamental sobre a escravidão no Brasil Colônia, entre os anos de 2002 e 2003.	n/c
	Memórias, experiências urbanas e educação dos sentidos	Maria Silvia Duarte Hadler (Não consta texto completo)	FE – Unicamp (doutoranda)	n/c	Acompanhar o trajeto histórico-cultural dos bondes nas cidades de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.	- Memória - História local / regional - Educação histórico-política	n/c	n/c
	Representações sociais e a construção da Consciência Histórica	Ronaldo Cardoso Alves (Não consta texto completo)	FE – USP (mestre)	n/c	Estudar a construção da consciência histórica em alunos do ensino básico a partir do encontro/confronto dos diferentes saberes oriundos do senso comum e da História, por meio das representações sociais construídas pelos sujeitos: alunos e professores.	- Consciência histórica - Representações sociais - Histórica local e global	- Instrumentos qualitativos de natureza etnográfica utilizados com professores e alunos (entrevistas e observação)	n/c
	Memória e docência: narrativas sobre a	Stela Pojuci Ferreira de	UNAMA (doente)	n/c	Dar voz a um grupo de professores de História da cidade	- Saberes e práticas docentes	- Entrevistas semiestruturadas	n/c

	construção de saberes históricos educacionais	Moraes	mestre)		de Belém sobre seus saberes históricos e metodologias de ensino, no contexto de transição do século XX para o XXI.	- Memória	com os sujeitos	
	Ruth Rocha: memórias, história e literaturas	Thaís Otani Cipolini (Não consta texto completo)	UNICAMP (pós-graduanda)	n/c	Análise do pensamento de Ruth Rocha diante do contexto social e político experimentado, buscando compreender como ela apresenta, em suas narrativas, suas experiências de vida aos leitores.	- História e linguagem - Literatura Infantil	- Obras literárias de Ruth Rocha	Não há referência ao ensino de História.
	A escolarização da mulher: uma história silenciada	Josane Robrigues Boechat (Não consta texto completo)	UVA – Cabo Frio (pós-graduanda)	n/c	Retratar o universo da mulher, desde a colônia até o início do período imperial brasileiro, por meio da análise de seu processo de escolarização.	- História da escola - História da mulher - Feminismo	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	O ensino de segundo grau nos editoriais do Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (1972-1977)	Leisa A. Ribeiro	PUC – SP (mestranda)	n/c	Apresentar o discurso educacional do jornal <i>O estado de S. Paulo</i> , por meio dos editoriais escritos por João Eduardo Rodrigues Villalobos, que tratavam o tema “o ensino de segundo grau”, entre os anos de 1972 a 1977.	- História da escola	- Editoriais do jornal <i>O estado de S. Paulo</i> entre os anos de 1972 a 1977	Não há referência ao ensino de História.
	Quem seleciona, distribui e legitima os conteúdos escolares? O ensino de história no Primeiro Gymnasio da capital em São Paulo (1894-1925)	Maria Aparecida da Silva Cabral	PUC – SP (doutoranda)	n/c	Investigar a constituição dos saberes históricos por meio da análise das provas escolares do Primeiro Gymnasio da Capital, tentando verificar como e quando a disciplina de História foi inserida no currículo dessa escola e com quais objetivos.	- História da disciplina escolar - Cultura escolar	- Exames de Admissão de Terminais do Primeiro Gymnasio da Capital - Relatórios, leis e decretos da Instrução Pública	n/c
	Vivenciando um projeto na escola técnica: o aluno como protagonista de sua própria escola	Maria Teresa Garbim Machado	Centro Universitário – Moura Lacerda	n/c	Refletir sobre uma prática metodológica de caráter antropológico desenvolvida nos anos de 1999 e 2000 em uma turma de Supletivo de Ensino Fundamental noturno, de uma escola técnica no interior de São Paulo.	- História e EJA - Ensino e aprendizagem - Ensino noturno	- Relato de experiência - Observação dos alunos - Registro de observação do cotidiano escolar feito pelos alunos - Plano Escolar (PPP)	Não há referência ao ensino de História.
	A lupa do professor	Mozart	UNESP –	n/c	Relato de experiência sobre o uso	- Micro-história	- Discussão	n/c

	de História: a Micro-história na sala de aula	Lacerda Filho	Franca (pós-graduando)		da Micro-história em sala de aula, por meio da íntima relação entre as experiências dos educandos e os eventos históricos.	- História cultural - História das Mentalidades - Ensino e aprendizagem - Fonte no ensino de História	bibliográfica	
	As políticas públicas para a censura dos livros didáticos	Rita de Cássia Cunha Ferreira	UNESP – Assis (mestranda)	n/c	Apresentar o conflito entre as prescrições impostas pelo regime estadonovista, os livros didáticos e a indústria editorial em ampla expansão no período.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da disciplina escolar	- Dados estatísticos sobre a sociedade do período - Textos legislativos - Carta (ministro/presidente) do Estado Novo	Não há referência ao ensino de História.
	Lacan, Walon e o ensino de História	Thelma Cademartori Figueiredo de Oliveira (Não consta texto completo)	FE – USP (pós-graduanda)	n/c	Associar a experiência da sala de aula no ensino de História antiga e medieval com a teoria de Jacques Lacan e Henri Walon, os quais trabalham com teorias do desenvolvimento do sujeito.	- Ensino e aprendizagem - História e teorias do desenvolvimento	- Discussão bibliográfica Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c
	Elementos para uma história do poder na instituição escolar no esforço civilizador brasileiro	Tony Honorato	PUC – SP (pós-graduando)	- História - Poder - Instituição Escolar - Civilização	Análise do papel desempenhado pela instituição escolar no “esforço civilizador” da sociedade brasileira entre o fim do século XIX e início do XX.	- História da escola	- Jornais impressos - Almanques da época	Não há referência ao ensino de História.
	Estratégias para o ensino de História convergências e controvérsias entre teoria e prática	Renata Pedroso de Araújo et. al.	FFLCH – USP (graduanda)		Apresentar os resultados de debates feitos por ex-alunos do curso Met. do Ensino de História da FE – USP, em 2005, com foco na aplicabilidade de planos de ensino, nas experiências do estágio e observação e no uso de novas linguagens no ensino de História.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência - Relatórios do debate - Relatórios de estágio	n/c
	Ressonâncias: Anpuh – São Paulo e professores do ensino médio. Compartilhando experiências na mobilização e formação o professor de história	Patrícia Cerqueira dos Santos (Não consta texto completo)	PUC – SP (mestre e professora do ensino médio)	n/c	Compartilhar uma experiência entre professores de História da rede de ensino do Estado de São Paulo e professores universitários da ANPUH, desenvolvida em 2005. Tais oficinas se constituíram como espaço de trocas de saberes, que emergiam das experiências dos docente em espaços distintos, mas com objetivos similares.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - ANPUH-SP - História como disciplina escolar / história acadêmica	- Relato de experiência	n/c

	Ajustando contas com o passado	Pedro Geraldo Tosi (Não consta texto completo)	UNESP – Franca (docente)	n/c	Refletir sobre as políticas de ação afirmativas à luz dos crescentes indicadores de exclusão da juventude negra na cidade de São Paulo.	- História e cultura afro-brasileira - História local / regional	- Indicadores (quais? dados estatísticos?)	Não há referência ao ensino de História.
	Espaços da História: uma experiência de estágio em metodologia de ensino no Museu Paulista	Regina Márcia de Oliveira Ribeiro (Não consta texto completo)	FE – USP (pós-graduanda)	n/c	Relato da experiência de estágio em Metodologia do Ensino de História, realizado no Museu Paulista, entre 2000 e 2003, por meio do projeto <i>Descobrimentos: uma ventura no museu.</i>	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Museus	- Relato de experiência - Relatórios de estágio	n/c
	A trajetória histórica da disciplina de História: sucessos e percalços de um plano de ensino	Renata Pedroso de Araújo	FFLCH – USP (graduanda)	n/c	Apresentar os resultados da elaboração e aplicação de um plano de ensino, abordando as relações entre teoria e prática	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - História como disciplina escolar / história acadêmica	- Relato de experiência - Relatórios de estágio	n/c
	O lixo na história	Rosane Maria Pimentel	Colégio Félix (docente)	n/c	Relato de experiência de um projeto sobre as condições de saúde higiene da sociedade feudal na Europa Central durante a Idade Média. Trabalho desenvolvido com a 6ª série do Ensino Fundamental.	- Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência - Observação dos alunos - Questionário com questões fechadas respondidas por pais e familiares dos alunos	n/c
	A obra literária como recurso no ensino de História	Sidney Oliveira Pires Jr.	IEB – USP (pós-doutorando)	n/c	Reflexão sobre a utilização literária nas aulas de História, por meio de atividades desenvolvidas a disciplina Metodologia do Ensino de História, em 2005.	- História e Literatura - Saberes e práticas docentes - Formação de professores	- Discussão bibliográfica - Poema de Carlos Drummond de Andrade	n/c
MR – O professor de história e a produção dos saberes escolares: o lugar das memórias (Não consta texto completo)	---	Helenice Ciampi (coord.); Maria Carolina Bovério Galzerani e Ana Maria de Almeida Camargo	PUC – SP FE – UNICAMP FFLCH – USP	---	---	---	---	n/c
Painéis de Iniciação	O Professor de História: fazer o	Elvis L. Sena Severo; André	UEMS / Amambai -	n/c	Analisar a ação do professor de História após a redemocratização	- Saberes e práticas docentes	- Discussão bibliográfica	n/c

Científica	cidadão em sala de aula	D.Fonseca; Cleonice M. Soares; Gisleide M. Salazar; Wilson Serejo e Marcilene N.de Farias	Graduandos		política nacional em fins da década de 1980, a partir de algumas legislações como a CF de 1988 a LDB de 1996 e dos PCN de 1998.	- Políticas educacionais - LDB - PCN	- Relato de experiência - Textos legislativos	
	Práticas teóricas e metodológicas do trabalho de campo para a elaboração de um Diagnóstico Participativo: Economia Solidária, Educação Popular e História Oral na Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa	Andrea Paula dos Santos	UEPG – PR	UEPG – PR	Apresentar a proposta e os resultados parciais de um projeto que desenvolve a formação teórica e prática de um grupo de pesquisadores (estudantes dos cursos de História, Serviço Social, Administração; técnicos e profissionais – economistas, assistentes sociais, pedagogos, geógrafos, historiadores – da Universidade e de outras instituições), garantindo o desenvolvimento do trabalho de campo relacionado à História Oral, ligando-o também às áreas de Economia Solidária e Educação Popular.	- História oral	- Relatos orais dos sujeitos envolvidos na pesquisa	Não há referência ao ensino de História.
	A história, a educação e o currículo no projeto político pedagógico de um Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no interior do Estado de São Paulo	Carolina Miranda da Cruz Pereira	Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto - SP		Apresentação da educação, escola e currículo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no Assentamento Bela Vista do Chibarro na cidade de Araraquara, ocupação da área da Usina Tamoio.	- História da escola - Currículo - Ensino Rural	- Documento <i>Princípios da educação no MST</i> - Fontes provenientes do trabalho de campo	Não há referência ao ensino de História.
	História da Ciência em séries iniciais: subsídios para uma metodologia do ensino de Ciências fundamentado na História	João Paulo Fernandes de Oliveira e Célia Margutti do Amaral Gurgel (Não consta texto completo)	UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba		Apresentar argumentos e proposições para a inserção da História da Ciência no ensino de Ciências. Tecer considerações sobre a importância da História na formação dos docentes de Ciências. Demonstrar como a História da Ciência possibilita ampliar a compreensão dos saberes sobre Ciência, Tecnologia e suas implicações sociais.	- Interdisciplinaridade - Ensino e aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Formação de professores	n/c	n/c

	A Televisão como objeto de pesquisa, ensino e aprendizagem da História	Eduardo Armando de Barros Filho; Eduardo de Campos Lima e Monise Cristina Berno	UNESP – Assis	n/c	Pontuar temas fundamentais da História da TV em países da Europa Ocidental, EUA e Brasil, tendo como objetivo principal enfatizar a necessidade da realização e avanço de pesquisas historiográficas sobre a TV, as quais poderão contribuir para o uso consistente e crítico dos produtos televisivos no processo de ensino e aprendizagem.	- Materiais / Recursos didáticos (televisão) - Ensino e aprendizagem	n/c	n/c
	A divulgação de saberes por meio de periódicos educacionais nas Escolas Normais de Piracicaba e São Carlos	Emerson Correia da Silva; Jaqueline Rampeloti Ozelin e Leila Maria Inoue	UNESP – Marília		Analisar três periódicos educacionais publicados por duas Escolas Normais do estado de São Paulo, que veiculavam produções escritas por professores e alunos desses estabelecimentos entre os anos de 1911 a 1922.	- História da escola	- Textos legislativos - Discussão bibliográfica - <i>Revista Excelsior!</i> (1911-1916) - <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> (1916-1923) - <i>Revista de Educação</i> (1921-1922)	Não há referência ao ensino de História.
	“Família”: uma atuação interdisciplinar para o professor de História	Érika Sayuri de Queiróz Nomura e Mila Zangirolame Gonçalves	UNESP – Assis	n/c	Apresentar a experiência de uma classe de Ensino Fundamental (ciclo II), desenvolvido pelo PEJA –Projeto de Educação de Jovens e Adultos, da UNESP de Assis, desenvolvido na Lavanderia Comunitária Irmã Maria Chaves, localizada no bairro Jardim Alvorada, desde 2005. Esta classe trabalha conhecimentos de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática e Ciências Naturais, numa perspectiva interdisciplinar.	- Interdisciplinaridade - EJA - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência	Não há referência ao ensino de História.
	Uma reflexão sobre a educação escolar indígena ao longo da História	Gabriela Pontin Novaes (Não consta texto completo)	UNESP – Franca	n/c	Refletir sobre a educação escolar indígena, desde o período colonial até os dias de hoje, identificando rupturas e permanências. Levantar questões sobre a política de educação indígena nacional, sob a ótica do indígena, buscando seus anseios, necessidades e formas de preservação de sua cultura.	- História da escola - História e cultura indígena - Educação indígena - Políticas educacionais	n/c	n/c
	Um estudo das	Marineize	UFMS	n/c	Apresentar e refletir sobre a	- Políticas	- Textos legislativos	Não há

	implicações da política educacional no assentamento rural Marcos Freire: numa perspectiva sócio-histórica	Neto Pleutim			negligência das políticas educacionais de âmbito nacional no Assentamento Marcos Freire, em Buriti - MS, denunciando seu insigne percentual orçamentário, que obriga à execução de projetos para suprir a própria manutenção.	educacionais - Ensino rural	- Relato de experiência - Depoimentos de professores - Projeto Político Pedagógico	referência ao ensino de História.
	Semicultura e indústria cultural: uma abordagem da <i>Revista Nova Escola</i>	Michele Corrêa de Castro	UNESP – Marília	n/c	Analisar, por meio da <i>Revista Nova Escola</i> , a sociedade contemporânea, tendo como base os referenciais conceituais da Teoria Crítica. Busca-se resgatar dimensões dialéticas e formadoras da educação que são sistematicamente desprezadas pela publicação, tendo a utopia como categoria fundamental do trabalho educativo.	- História da Educação	- <i>Revista Nova Escola</i>	Não há referência ao ensino de História.

**ANPUH-SP XIX Encontro – Poder, violência e exclusão
(USP-São Paulo, 2008)**

TIPO	EIXO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 01 –Ensino de História: memórias, histórias e saberes	---	---	Helenice Ciampi e Maria Carolina Bovério Galzerani (Coord.)	PUC – SP UNICAMP	n/c	---	---	---	---
	1 – Historia das disciplinas escolares e profissionalização do docente	Estudos sociais no contexto da história brasileira nas primeiras décadas do século XX (p.122)	Antonia Terra Calazans Fernandes	FFLCH – USP	n/c	Analisar as propostas de estudos sociais nas primeiras décadas do século XX.	<ul style="list-style-type: none"> - História da disciplina escolar - Programas / propostas curriculares - Formação de professores - Educação cívica e moral 	<ul style="list-style-type: none"> - Livros didáticos - Programas Curriculares - Programa de Ciências Sociais do Departamento de Educação do Distrito Federal em 1934 	n/c
	1	“Lar, Escola e Pátria”: os professores como políticos e intelectuais em Vitória da Conquista-BA, no primeiro período da Era Vargas (1930-1945) (p.146)	Daniela M. Rocha de Souza; Lívia Diana Rocha Magalhães; Ana Palmira B. Santos Casimiro	UESB – Universidad e Estadual do Sudoeste da Bahia	<ul style="list-style-type: none"> - História da Educação - Era Vargas - Fontes Documentais 	Abordar a educação em Vitória da Conquista na Era Vargas 1930-45.	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo - História da escola - Memória - História local / regional 	<ul style="list-style-type: none"> - Livros de Registros - Atas de arquivos públicos, tal qual câmara de vereadores e conselho municipal - Jornais de acervo particular 	Texto meramente descritivo das fontes, sem referência explícita ao ensino de História
	1	Perfil profissional dos professores de História do município de Presidente Prudente (p.187)	Ilíada Pires da Silva, Maria de Fátima Moreira e Emery M.Gusmão	UNESP	n/c	Apresentar a relação entre formação inicial e concepções de ensino vindas da prática disciplinar.	<ul style="list-style-type: none"> - Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Cultura escolar - História da disciplina escolar - História como disciplina escolar / história 	<ul style="list-style-type: none"> - Questionários respondidos pelos professores 	n/c

	1	Igualdade ou Reparação? Uma Releitura Histórica da lei nº 10 639/03 (p.180)	Gisele Carin de Moraes	UNISO – Universidad e de Sorocaba	n/c	Analisar a tramitação da lei nº 10.639/03, elaborando o percurso histórico e contextual de sua elaboração.	acadêmica - Políticas educacionais - Currículo - História e cultura afro-brasileira	- Pronunciamentos oficiais - Textos legislativos - Publicações de grupos do movimento negro - Artigos e entrevistas dos sujeitos históricos	n/c
	2 - Memórias e saberes educacionais	Projetos de educação patrimonial em arquivos inseridos na rede mundial, suas concepções de história e de seu ensino (p.100)	Adriana Carvalho Koyama	FE – UNICAMP	- Arquivo - Educação patrimonial - Memória	Apontamento de propostas de ensino a partir de arquivos, com valorização da história local, da memória e da modernidade capitalista.	- Pesquisa na sala de aula - Memória - Fontes no ensino de História - Materiais didáticos / Recursos (arquivos) - Educação patrimonial - História local / regional	- Sites de arquivos americanos que possuem propostas educativas	n/c
	2	Memória e Resistência: relatos de tragédia e superação (p.116)	André Lopes Loula e Cristiano Manoel da Silva	PUC – SP	n/c	Apresentação do Projeto de Memórias desenvolvido com dois colégios particulares e com a Associação dos sobreviventes da bomba atômica no Brasil. Trabalho com fontes históricas primárias (depoimentos, documentos escritos, vídeos, fotos).	- Fontes no ensino de História - Memória - História oral - Pesquisa na sala de aula	- Relato de experiência - Observação dos alunos - Entrevistas com os sujeitos históricos	n/c
	2	Fios de Histórias e Memórias dos africanos e afrodescendentes no Brasil Moderno (p.139)	Claudia Prado Fortuna	UNISAL Centro Universitário Salesiano de São Paulo	n/c	Análise das memórias e histórias dos africanos e afrodescendentes no Brasil moderno.	- Memória - História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais	- Telejornais - Jornais impressos - Textos legislativos - Endereços eletrônicos	O resumo possui informações desconexas e está em desacordo com o texto completo. Trabalho com

									poucas referências à escola, à formação de professores e ao ensino de História.
	2	Memória e Identidade: em busca de um lugar seguro (p.143)	Cristiano Manoel da Silva	PUC – SP	n/c	Exposição de uma pesquisa desenvolvida com alunos a partir da visita a um museu. Apresentação e análise de um roteiro de visita à exposição.	- Educação patrimonial - Memória - Identidade - Fontes no ensino de História - Pesquisa na sala de aula - Museu	- Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c
	2	São Paulo faz escola: um trabalho em aulas de História (p.227)	Mara Cristina Gonçalves	ETEC - Franco da Rocha e EMEB Donald Savazoni	n/c	Relato da experiência de implementação da nova proposta curricular de História do Estado de São Paulo em uma sala de 5ª série.	- Saberes e práticas docentes - Políticas educacionais - Programas curriculares - Materiais / Recursos didáticos (Proposta Curricular São Paulo faz escola)	- Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c
	2	Experiência, memória e educação (p.245)	Maria Silvia Duarte Hadler	Escola comunitária de Campinas FE - UNICAMP	n/c	Trabalho centrado em redimensionar a questão da memória no campo do ensino de História, discutindo os processos contemporâneos de perda de identidade e desenraizamento.	- Memória - Historiografia (diálogos com correntes de pensamento) - Identidade	- Discussão bibliográfica	Trabalho traz referências à escola e ao ensino de História apenas em análise conclusiva
	Eixo - 3 Culturas e práticas escolares	Ensino de História e Cultura Escolar: Questões Metodológicas (p.124)	Antonio Símplicio de Almeida Neto	FE - USP	n/c	Análise das práticas de ensino de História no período militar brasileiro, com ênfase na construção de saberes dentro de uma perspectiva compreensão advinda da	- Saberes e práticas docentes - História da disciplina escolar	- Livro de atas de reuniões pedagógicas - Livros de registros de comemorações	n/c

						cultura escolar. Destaque para o trabalho metodológico com as fontes selecionadas.	- Cultura escolar - Educação cívica e moral	cívicas - Livro de termos de visitas (Supervisão) - Livros de ponto Livros de ocorrências de alunos - Livro de comunicados - Diários de classe	
	3	Estudo de Propostas de Práticas de Leitura de representações iconográficas em livros didáticos de história do Brasil publicados entre as décadas de 1970 a 1980 (p.196)	João Batista Gonçalves Bueno	FE – UNICAMP	- Imagem - Iconografia - Livro Didático	Análise das práticas de leitura de iconografias sugeridas nos livros didáticos de História do Brasil do nível fundamental durante a década de 1970 e início de 1980.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da disciplina escolar - Iconografia - Iconografia - Saberes e práticas docentes	- Materiais didáticos compostos por: Manual do professor, livro texto (livro didático) e caderno de exercícios	n/c
	3	Os processos de avaliação de livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático (p.205)	Juliana Miranda Filgueiras	PUC – SP	n/c	Analisar a atuação e a avaliação de livros didáticos produzidos pela Comissão nacional do Livro Didático – CNLD, vinculada ao Ministério de Educação e Saúde na década de 1940 (Estado Novo).	- Materiais / Recursos didáticos (livros didáticos) - História da disciplina escolar	- Pronunciamentos oficiais - Textos legislativos - Livros didáticos - Avaliações dos livros didáticos contidas no arquivo do CPDOC/FGV	n/c
	3	O Projeto Centro de Estudo de Línguas em Sorocaba (p.218)	Luciana de Fátima Gasparelo	UNISO – Universidad e de Sorocaba	n/c	Analisar o projeto pedagógico de criação do Centro de estudos de Línguas – CEL na cidade de Sorocaba a partir de 1989, bem como as influências das transformações político-educacionais brasileiras em sua criação.	- Políticas educacionais - Memória - Saberes e práticas docentes - Cultura escolar	- Entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos - Textos legislativos	Trabalho descritivo da criação e funcionamento do CEL – Sorocaba, como das entrevistas, sem

									reflexão sobre as fontes. Não há referência ao ensino de História.
	3	Compreender as relações entre o desenvolvimento da consciência histórica e a aprendizagem da língua escrita como forma de combater a exclusão (p.236)	Maria Aparecida Lima dos Santos	FE – USP	n/c	Análise do processo de desenvolvimento da consciência histórica em sua relação com a aprendizagem da língua escrita e da competência narrativa.	<ul style="list-style-type: none"> - Saberes e práticas docentes - Consciência histórica - Historiografia (diálogos com correntes de pensamento) - Ensino e aprendizagem 	- Textos de estudantes de 5ª e 8ª séries (6º e 9º anos, respectivamente)	n/c
	3	O corpo, a cidade e a arquitetura escolar (p.240)	Maria de Fátima Guimarães Bueno	CEDAPH – ESF	n/c	Analisar possíveis conexões entre a cidade, o corpo e a arquitetura dos grupos escolares, entre fins do século XIX e duas primeiras décadas do século XX.	<ul style="list-style-type: none"> - Educação patrimonial - História da escola - Memória - Historiografia (diálogos com correntes de pensamento) 	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	3	Aula Qualitativa ou Aula Quantitativa? Novos Desafios na Aplicação de mais uma Proposta Curricular para o Ensino de História no Estado de São Paulo (p.262)	Patrícia Cerqueira dos Santos	PUC – SP Rede Estadual de Ensino	n/c	Apresentar observações feitas no decorrer do processo de implementação da Nova Proposta Curricular do Estado de São Paulo, por meio da comparação entre dois planos de aula (anterior e posterior à Nova Proposta).	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais / Recursos didáticos (Proposta Curricular São Paulo faz escola) - Políticas educacionais - Programas curriculares - Saberes e Práticas docentes - Ensino e aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Cadernos do Professor da Proposta Curricular São Paulo faz escola - Relato de experiência - Planos de aula - Observação dos alunos 	n/c
	3	Destramando as tramas literárias	Thais Otani Cipolini	FE – UNICAMP	n/c	Relacionar as obras literárias produzidas por Ruth Rocha	- História e linguagem	- Obras literárias de Ruth Rocha	Não há referência

		e históricas nas obras de Ruth Rocha (p.304)				com o contexto histórico, entre 1976 a 2005.	- Literatura Infantil		ao ensino de História.
	Eixo 4 - Ensino de História e linguagens	O jogo do tempo: o teatro na formação dos professores de história (p.105)	Alexandre Pianelli Godoy	PUC – SP UNICASTEL O – SP	n/c	Discutir o uso da linguagem teatral na formação dos professores de História de desenvolvida em uma oficina na PUC – SP em 2004, a partir do texto <i>O rei da vela</i> de Oswald de Andrade de 1933.	- Formação de professores - Materiais / Recursos didáticos (teatro)	- Relato de experiência - Texto <i>O rei da vela</i> de Oswald de Andrade de 1933	n/c
ST 04 – Poderes e linguagens na pesquisa e no ensino de História.	---	---	Marcos Silva	USP	n/c	---	---	---	n/c
	1 – Literaturas e História	Memória Histórica e Discurso Literário: a Questão do Holocausto	José Antonio Vasconcelos	UNIAMP (doutor) FFLCH – USP (docente)	n/c	Discutir a utilização histórica de três obras literárias: <i>Se isto é um homem</i> , <i>A noite e Maus</i> , as quais desafiam as convenções tradicionais, articulando-se num gênero que incorpora o discurso historiográfico, a autobiografia, o romance e a paródia, e oferecendo insights que nos ajudam a repensar a relação entre Memória, Trauma e Representação Histórica, assim como as questões envolvendo Poder, Violência e Exclusão.	- História e literatura - Memória	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	1	Alice, a Ciência e o papel da História.	Eduardo José Afonso	FFLCH – USP (doutorando)	n/c	Discutir o papel da História como ciência e da História como elemento problematizador do que seja ciência. Toma-se o trabalho <i>Alice no País das Maravilhas</i> para se questionar o caminho que a ciência vem tomando desde sua constituição no século XVI, até hoje e de como ele se apresenta no mundo globalizado e neoliberal.	- História e Ciência	- Discussão bibliográfica - <i>Alice no País das Maravilhas</i> de Lewis Carrol	Não há referência ao ensino de História.
	1	Futebol, linguagem e	Raul Milliet Filho	FFLCH – USP	n/c	Buscar nas máximas, expressões e gírias dos	---	- Crônicas esportivas	Não há referência

		História.		(doutorando)		narradores do futebol brasileiro fonte e síntese para a pesquisa e ensino de História.		- Entrevistas concedidas no passado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa	ao ensino de História.
1	Nas Entrelinhas do Riso: as crônicas humorísticas de Belmonte (livro Idéas de João Ninguém, 1933-1935).	Sandra Maret Scovenna	FFLCH – USP (mestranda)	n/c	Relacionar a produção do cronista Benedito Carneiro Bastos Barreto, o Belmonte, com certos aspectos de sua época, como a valorização do paulistanismo e do Liberalismo, o rebaixamento do Nazi-fascismo e o Governo de Getúlio Vargas. Apresentar uma proposta teórico-metodológica para análise de crônicas humorísticas.	---	- Crônicas de Benedito Carneiro Bastos Barreto publicadas na <i>Folha da noite</i> , entre 1933 e 34	Não há referência ao ensino de História.	
2 – Ensino de História: Formação e Prática do Profissional	A educação e o ensino de História em São Paulo nos anos 1970	Elaine Lourenço	FFLCH – USP (pós-graduada) UNINOVE (doente)	n/c	Discutir as mudanças na rede pública de ensino de São Paulo a partir da lei nº 5.692/71, durante o regime militar, com foco nas diretrizes estabelecidas para a área de história, então agrupada à Geografia na disciplina de estudos Sociais.	- Políticas educacionais - História da disciplina escolar - Programas curriculares - Currículo - Estudos Sociais - Educação cívica e moral	- Textos legislativos - Programas curriculares	n/c	
2	Livro Didático, Movimento Negro e PNLD: uma proposta de pesquisa	Mírian Cristina de Moura Garrido.	UNESP – Assis	n/c	Analisar as representações de negros dos livros didáticos publicados a partir da década de 1990, mesmo período de criação do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Analisar publicações anteriores e posteriores à ao referido Programa e à lei nº 10.639/03, para vislumbrar possíveis adequações.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - PNLD	- Textos legislativos - Livros didáticos - PNLD	n/c	
2	Grupo de Estudos “Ensino de História” e a formação inicial e continuada de professores	Nadia Gaiofatto Gonçalves.	UFPR (docente)	n/c	Discutir a iniciativa de formação inicial e continuada de professores de História para a educação básica, o Grupo de Estudos “Ensino de História” – GEEH, cujo	- Formação de professores - Fontes no ensino de História	- Relato de experiência	n/c	

						objetivo é discutir fundamentos teórico-metodológicos e possibilidades de usos de materiais didáticos e documentos para o ensino de História.			
	2	O Ensino de História na Rede Sesi-SP - Cidade de Osasco	Pedro Fernandes da Costa	FFLCH – USP (mestrando)	- Ensino de História - Rede Sesi-SP	Analisar em Osasco, a partir de 2001, a implementação dos Referenciais Curriculares na Rede Sesi – SP. Discutir a concepção de História e a implementação do quadro de expectativas de ensino e aprendizagem, definidos pela nova proposta.	- Programas curriculares - Currículo	- Fontes provenientes da observação da sala de aula - Referenciais curriculares da Rede Sesi-SP	n/c
	3 – Iconografia, Música e História	Serviços urbanos e iconografia amazônica: experiências de pesquisa em iniciação científica	James Roberto Silva	FFLCH – USP (doutor) UFAM – Universidad e Federal do Amazonas (docente)	n/c	Abordar alguns aspectos da relação professor-aluno quando envolvidos na pesquisa de iniciação científica, com nos projetos que têm na imprensa e nas imagens suas principais fontes.	- Relação professor-aluno - História no Ensino Superior - Ensino e pesquisa	- Discussão bibliográfica - Relato de experiência	n/c
	3	O ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira e o uso de imagens em sala de aula	Diogo da Silva Roiz Jonas Rafael dos Santos Paulo Eduardo Teixeira	UNESP – Franca UNESP – Franca FFLCH – USP	n/c	Discutir a utilização de imagens (filmes, fotos e pinturas) e letras de músicas (rap) para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula. Relatar a experiência obtida com tais recursos em uma sala de aula do Ensino Fundamental, na cidade de Campinas-SP.	- Materiais / Recursos didáticos (imagens) - Materiais / Recursos didáticos (música) - Saberes e práticas docentes	- Discussão bibliográfica - Relato de experiência - Filmes	n/c
	3	Cantando a História pelos caminhos da MPB	Marli Oliveira de Carvalho	FFLCH – USP (pós-graduanda)	n/c	Com base na LDB de 1996, repensar o processo de ensino-aprendizagem da História do Brasil e da construção da identidade nacional pela análise interpretativa e contextualizada das letras dos compositores da Música Popular Brasileira – MPB, tradutores sociais de suas	- Materiais / Recursos didáticos (música) - Saberes e práticas docentes - Identidade Nacional - LDB	- Textos legislativos - Músicas - Sites - Relato de experiência - LDB	n/c

	3	A música e a construção do conhecimento histórico em aula	Milton Joeri Fernandes Duarte	FE – USP	n/c	épocas. Relacionar a prática do ensino de História com a utilização da música, procurando compreender de que forma a linguagem musical contribui para a construção do conhecimento histórico, como uma ponte entre consciência histórica e o passado histórico.	- Materiais / Recursos didáticos (música) - Saberes e práticas docentes	- Discussão Bibliográfica	n/c
	4 – Cinema e História	Reflexões sobre Cinema e História: O Filme “O Profeta das Águas” na perspectiva histórica	Silmara Cristiane Fonseca.	UFRGS	n/c	Perceber as relações entre cinema e História por meio da análise do filme <i>O profeta das águas</i> , cuja temática principal é a questão política da Ditadura Militar e a repressão aos movimentos sociais e políticos.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema)	- Discussão bibliográfica - Filme <i>O profeta das águas</i>	n/c
	4	Cinema e sociedade no Brasil dos anos 50 (“Agulha no palheiro”, de Alex Vianny)	Marcos Silva	FFLCH – USP (docente)	n/c	Discutir temas e procedimento narrativos do filme <i>Agulha no palheiro</i> de Alex Vianny. Refletir sobre os diálogos entre o Cinema Novo brasileiro, outros gêneros do cinema nacional e a conjuntura estética e política internacional.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema)	- Discussão bibliográfica - Filme <i>Agulha no palheiro</i>	n/c
ST 06 – Ciências e Tecnologia e suas interfaces com a história: educação, produção de conhecimento e institucionalização de atividades científicas na sociedade brasileira	---	---	Márcia Regina Barros da Silva; Regina Cândida Ellero Gualtieri e Maria Amélia Mascarenhas Dantes	UNIFESP UNIFESP USP	n/c	---	---	---	n/c
	1 – História da Ciência em questão	Humanos e não-humanos simétricos? E o ser histórico, como fica?	Carlos Alvarez Maia	UFRJ (docente)	n/c	A questão que norteia este trabalho é especificar o significado da noção de simetria para o ser humano dentro do pensamento histórico.	- História da Ciência	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	2 – Mulheres e	Representações	Aline da			Analisar a instituição do Curso	- História da	- Revista <i>Ceará</i>	Não há

	Ciência	e práticas científicas relativas ao corpo feminino nas Lições do Curso de Parteiras Diplomadas da Maternidade Dr. João Moreira (Fortaleza, 1915-1935)	Silva Medeiros			de Parteiras Diplomadas oferecido pela Maternidade Dr. João Moreira em Fortaleza, entre os anos de 1915 a 1935. Refletir sobre as representações científicas do corpo feminino e sobre o acompanhamento médico da gestante durante o pré-natal.	Ciência	<i>Médico</i> entre os anos de 1933 a 1935	referência ao ensino de História.
	2	Educação e profissionalização em ciências. Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro, décadas de 1920 e 30	Lia Gomes Pinto de Sousa	Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz (mestranda)	n/c	Analisar a contribuição da naturalista e líder feminista Bertha Júlia Maria Lutz (1894-1976) no processo de educação e profissionalização feminina, apoiada em sua inscrição institucional no Museu Nacional do Rio de Janeiro, que desde a década de 1920 buscou modernizar seu papel educativo e ideológico, baseado em pressupostos científicos que postulam a educação feminina como necessária ao progresso da nação.	- Museus - História da educação - História das mulheres	- Discussão bibliográfica - Documentos do Arquivo Nacional - Jornais - Discursos	Não há referência ao ensino de História.
	3 – Memória Institucional	Concepções de história e trajetórias institucionais. Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: análise e crítica de uma experiência. (1974-2008)	André Mota e Maria Gabriela Marinho	FFLCH – USP (doutor) Diretor do Museu História da FM FFLCH – USP (doutora)	n/c	Analisar a constituição e atuação do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, entre 1974 a 2008 Apresentar o projeto de renovação, instituído desde 2007. Atualmente, o Museu prioriza a pesquisa histórica sistemática em torno da Medicina e suas práticas em São Paulo, além de realizar projetos de caráter educacional.	- Museus - Memória	- Acervo documental que relata a História do próprio Museu (Correspondências pessoais) - Relato de experiência	Não há referência ao ensino de História.
	4 – Ciência e Educação	A circulação das obras de C. Darwin e o ambiente educacional no	Mirian Jorge Warde e Cláudia Panizzolo.	FCLAR – UNESP UMESP	n/c	Analisar a difusão educacional das ciências no Brasil do século XIX, com foco nas condições educacionais brasileiras nas	- História da Ciência	- Discussão bibliográfica - Ofertas de aulas publicadas pelo <i>Almanak</i>	Não há referência ao ensino de História.

		Brasil da segunda metade do século XIX				quais, e pelas quais, aqui se deu a recepção da teoria de Darwin.		administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro (1850-1885)	
		O saber médico e a construção de um novo modelo educacional para o Brasil (Rio de Janeiro 1930-1940)	Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia	UFCar	n/c	Compreender o papel dos intelectuais-médicos no contexto das reformas educacionais escola novistas, com foco na psicanálise, na higiene mental e em casos de crianças com dificuldade de aprendizagem, as chamadas "crianças problemáticas".	- História da educação - História da escola - Reforma educacional	- Obras publicadas pelos profissionais da Medicina entre os anos de 1930-1940	Não há referência ao ensino de História.
	5 – Medicina e Práticas de Cura	Ciência Médica em Ação: a atuação do Centro Médico em Fortaleza (1913-1935)	Ana Karine Martins Garcia	PUC – SP (doutoranda)	n/c	Analisar a atuação do Centro Médico em Fortaleza, entre 1913-1935, que veio romper com a tradição de tratar a saúde pública de maneira mais emergencial que preventiva, situação em que prevalecia as iniciativas individuais. Nesse Centro Médico, os profissionais almejavam uma maior atuação na cidade de Fortaleza e o reconhecimento de suas profissões, chegando a criar a Revista científica <i>Norte Médico</i> , mais tarde denominada <i>Ceará Médico</i> .	- História da Ciência	- Discussão bibliográfica - Revista <i>Ceará Médico</i>	Não há referência ao ensino de História.
		As vozes dos doentes: duas décadas de Histórias (1960-1970)	Vera Regina Beltrão Marques e Líliana Mueller Larocca	UFPR (docente) UFPR (doutorada)	n/c	Recuperar a história de pessoas que contraíram lepra e foram asiladas no Hospital São Roque em Piraquara-PR e, posteriormente, na colônia construída em torno do nosocômio, como uma cidadela de exclusão compulsória, entre os anos de 1960-70.	- Memória	- Relatos orais de pessoas curadas que vivem em torno do atual Hospital de Dermatologia Sanitária. - Acervo documental do Hospital	Não há referência ao ensino de História.
		Os primeiros Congressos Panamericanos del Niño (1916, 1919, 1922,	Eduardo Silveira Netto Nunes	FFLCH – USP (doutorado)	n/c	Analisar a estruturação, dinâmica, temas centrais, representatividade por áreas de conhecimento dos primeiros <i>Congressos</i>	- História da Ciência	- Acervo documental dos Congressos	Não há referência ao ensino de História.

		1924) e a do Brasil.				<i>Panamericanos del Niño</i> , nos anos de 1916, 1919, 1922, 1924. Identificar a participação brasileira em tais eventos (temas enfocados, ênfases de assuntos, participantes, proposições, áreas do conhecimento participantes).			
		Saúde no Brasil do início do século XX: tradição, saber científico, reeducação popular	Liane Maria Bertucci	UFPR (docente)	n/c	Recuperar exemplos de práticas populares de cura e de crenças religiosas que conviveram e foram combinadas com a mais moderna ciência médica, contribuindo para a percepção e reação das pessoas frente às doenças (como a gripe epidêmica) e influenciando seu cuidado diário para manter a saúde, em fins da década de 1910.	- História da Ciência	- Discussão bibliográfica - Artigos de Jornal	Não há referência ao ensino de História.
		Perícias Médicas em Processos Criminais na Comarca de Bragança. Constituição de saberes e aplicação de procedimentos em uma perspectiva histórica. (1890-1940)	Maria Gabriela Marinho e Fernando Salla	USF – Universidad e São Francisco (docente-pesquisadora)	n/c	Analisar a constituição do campo da Medicina Legal em São Paulo e a disseminação desse saber no Sistema de Justiça Criminal na Comarca de Bragança Paulista, nas primeiras décadas do século XX.	- História da Ciência	- Documentos do Acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa da USF – CDAPH-USF - Processos criminais	Não há referência ao ensino de História.
	6 – Ciência e Público	A origem símia do homem: discussões sobre o darwinismo nas Conferências Populares da Glória (1873-1880)	Karoline Carula	FFLCH – USP (doutoranda)	- Conferências Populares da Glória - Darwinismo - Polêmica.	Apresentar e analisar as discussões geradas na imprensa carioca, entre 1873 e 1880, em torno da ideia darwinista da ancestralidade símia do homem que foi apresentada nas Conferências da Glória.	- História da Ciência	Periódicos da época: - <i>Jornal do Commercio</i> - <i>O Apostolo</i> - <i>O Globo</i>	Não há referência ao ensino de História.
		Os periódicos <i>Revista Industrial de</i>	Paulo Coelho Mesquita	UNICAMP (mestrando) UNICAMP	n/c	Estudar a participação do Brasil nas Exposições Universais de Londres em	- História da Ciência	- <i>Revista Industrial de Minas Geraes</i> - <i>Brazilian</i>	Não há referência ao ensino

		<i>Minas Geraes e Brazilian Enginerring and Mining Review</i> e a participação do Brasil nas Exposições Universais de Santiago (1894) e Saint Louis (1904)	Santos e Maria Margaret Lopes	(docente)		1862 à Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922, com foco no envio dos minerais. Analisar a cobertura de revistas brasileiras especializadas em mineração sobre esses eventos.		<i>Enginerring and Mining Review</i>	de História.
	7 – São Paulo - Ciência	Os gabinetes e laboratórios da Escola Politécnica de São Paulo: espaços para a construção de conhecimentos	Ana Cláudia Souza	- CEFET/AM Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas	n/c	Discutir a criação dos gabinetes e laboratórios da Escola Politécnica de São Paulo, desde fim do século XIX, entre eles os de química Mineral, Orgânica, Analítica, Física Industrial, Hidráulica, Mineralogia, Gabinete de Resistência dos Materiais, entre outros.	- História da Ciência	Documentos da época como - Jornais - Periódicos especializados	Não há referência ao ensino de História.
	8 – Políticas Públicas e Ciência	“Um espírito científico, que surgia e se ensaiava promisoramente”: a Inspetoria de Obras Contra as Secas e a produção de conhecimento científico sobre o semi-árido na Primeira República	Aline Silva Lima	UFC – FUNCAP	n/c	Analisar a produção do conhecimento técnico-científico sobre a região semiárida e seus habitantes feito pela da IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 1909. Estudos de fauna, meteorologia, geologias, botânica, recursos hídricos, etc. Por meio de ações educativas, objetivou-se uma “educação cívica” do home da região.	- História da Ciência - História da educação - Educação cívica e moral	- Relatórios e memórias produzidos pela IOCS	Não há referência ao ensino de História.
		Os Novos aparelhos de fabricar açúcar: os engenhos centrais e o processo de modernização da agroindústria açucareira	Roberta Barros de Meira	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Contribuir para o entendimento da modernização das unidades açucareiras, através da sua inserção nos novos padrões de produção e a sua correlação com as políticas estatais, entre 1875 e 1889. As relações entre modernização tecnológica, intervenção estatal e o crescimento do mercado	- História da Ciência	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.

						interno acabaram determinando a transformação do sistema produtivo desse setor. Esse trabalho pretende, assim, identificar e caracterizar esse caminhar, tomando como arrimo a sua crescente expansão quantitativa e qualitativa.			
		Políticas Públicas para pesquisa e desenvolvimento de energias alternativas no Estado de São Paulo: ciência, meio ambiente e política. (1992 a 2002)	Roger Domenech Colacios	FFLCH – USP (mestrando)	n/c	Compreensão do contexto histórico de estabelecimentos de grupos científicos para a pesquisa e desenvolvimento de energias alternativas no Estado de São Paulo, entre 1992 a 2002. O foco foi o Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia (PIPGE) da USP, que desenvolve estudos sobre energia solar e biomassa da cana-de-açúcar.	- História da Ciência	- Trabalhos do PIPGE - Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
Painéis	---	Educação, modernidade e poder em Ribeirão Preto, durante a Primeira República	Lúcia de Rezende Jayme	Centro Universitário Barão de Mauá (graduando)	n/c	Análise da conjuntura política, econômica e social da instituição da República no Brasil a partir de 1889. Destaca-se a questão educacional.	- História local / regional - História da escola - Educação cívica e moral - documentos da Câmara Municipal	- Discussão bibliográfica - Jornais do período	Não há referência ao ensino de História.
		África nos livros didáticos: Políticas Públicas e Novos Sujeitos	Maurício Barbosa dos Reis	UNESP – Assis (graduando)	- África, - Africanos Afrodescendentes - Lei n° 10.639/03 - Ações afirmativas - Livros didáticos	Entender o processo de rupturas e permanências nos livros didáticos no que se refere aos conteúdos relacionados à África e afrodescendentes. Analisar se a lei n° 10.639/03 trouxe mudanças para tais temáticas e rompimento de estereótipos.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História e cultura afro-brasileira - PCN	- Textos legislativos - PCN	n/c

ANPUH-SP XX Encontro – História e Liberdade
(UNESP-Franca, 2010)

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 05 – Ciência e tecnologia: história, educação e institucionalização.	---	Marcia Regina Barros da Silva; Regina Candida Ellero Gualtieri	USP UNIFESP	---	Congregar pesquisadores que trabalhem com os temas das ciências e das tecnologias em diferentes áreas, tendo como eixos principais a institucionalização de atividades científicas, a formação e a educação em ciências, assim como a própria produção científica e suas interfaces com a sociedade. Sublinhar a historicidade das atividades relacionadas às ciências e tecnologias e sua importância para a produção acadêmica no campo da História do Brasil.	---	---	n/c
	O serviço social e a assistência à infância na América Latina (1916-1948)	Eduardo Silveira Netto Nunes (Não consta texto completo)	USP	n/c	Analisar como o tema do serviço social foi debatido, no âmbito do continente americano, no interior dos <i>Congresos Panamericanos del Niño</i> , ocorridos entre de 1916 e 1948, quando então propunha-se o desenvolvimento dessa área de conhecimento como ferramenta inovador das políticas sociais, de modo genérico, dirigidas à infância, de modo específico.	- História da Ciência	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Liberdade esclarecida: a ciência na formação de professores nos anos 1930	Regina Candida Ellero Gualtieri (Não consta texto completo)	UNIFESP	n/c	Analisar a <i>Revista Escola Nova</i> , editada em São Paulo nos anos 1930, por Lourenço Filho, um dos propulsores do movimento escolanovista. Identificar a natureza do pretendido processo de esclarecimento.	- História da educação - História da escola	- Dez números da <i>Revista Escola Nova</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Revisitando Paul Marcoy em sua passagem pelo Amazonas	James Roberto Silva (Não consta texto completo)	UFAM	n/c	Expor, comparar e analisar as várias representações produzidas como resultado da expedição de Paul Marcoy. Observar aproximações e diferenças no tocante aos recursos gráficos agenciados para retratar localidades,	- História da Ciência	n/c	Não há referência ao ensino de História.

					natureza e os elementos de cultura material que concorrem para a descrição das paisagens. Discutir as repercussões de sua obra no seio da comunidade científica da segunda metade do século XIX.			
	Orville Adelbert Derby: ciência e vida intelectual em São Paulo (1886-1905)	Marcelo Lapuente Mahl	UFU	n/c	Analisar os percursos intelectuais de Orville A. Derby entre os anos de 1886 a 1905, período em que permaneceu em São Paulo e inseriu-se nas redes de sociabilidade política, cultura e científica da capital paulista, participando, entre outras atividades de relevo, da fundação do Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.	- História da Ciência	- Tratados de Ciências geológicas do século XIX	Não há referência ao ensino de História.
	A natureza dos trópicos: o olhar estrangeiro e o filme institucional. O caso Instituto Butantan (1928-1953)	Priscila de Almeida Xavier (Não consta texto completo)	ECA – USP	n/c	Nas primeiras décadas do século XX, no contexto da edificação da São Paulo urbana, analisar a atuação científica do Instituto Butantã, buscando interpretações para a construção da imagem da metrópole paulistana dentro do país e do exotismo dos trópicos reconhecido externamente.	- História da Ciência	- Filmes estrangeiros e nacionais	Não há referência ao ensino de História.
	Revistas médicas paulistas entre os séculos XIX e XX	Marcia Regina Barros da Silva (Não consta texto completo)	USP	n/c	Discutir parte da produção científica resultante das pesquisas realizadas nos serviços médicos paulistas, principalmente Serviço Sanitário de São Paulo. Avaliar particularmente a <i>Revista Médica de São Paulo</i> , principal órgão da área, que circulou de 1889 até 1914. Nestes artigos foram discutidas, principalmente, doenças de ordem pública a partir das quais se buscava apresentar diagnósticos médicos sobre temas relacionados às doenças epidêmicas.	- História da Ciência	- <i>Revista Médica de São Paulo</i> (1889-1914)	Não há referência ao ensino de História.
	Humores, choques e laboratórios: O Juquery	Gustavo Querodia Tarelou	USP	n/c	Analisar em que medida o psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988),	- História da Ciência	- Procedimentos Terapêuticos - Dados	Não há referência ao ensino de

	administrado por Pacheco e Silva (1923-1937)				sobretudo, em sua atuação como diretor do Hospital do Juquery, contribuiu para o processo de legitimação da Psiquiatria paulista, entre 1923 e 1937.		apresentados nas publicações médicas - Prontuários médicos dos pacientes internados	História.
	As controvérsias científicas sobre mudanças climáticas em publicações de divulgação científica: suas modificações e enfoques ao longo dos anos que vão de 1970 a 2005	Roger Domenech Colacios (Não consta texto completo)	USP	n/c	Mapear e analisar as controvérsias científicas em relação às mudanças climáticas, entre 1970 a 2005, procurando compreender os processos iniciais e finais dos debates nas ciências e o papel das revistas enquanto divulgadoras e mediadoras dessas discussões, sobretudo, relacionadas aos conceitos de “inverno nuclear”, “efeito estufa” e “aquecimento global”.	- História da Ciência	- <i>Revistas científicas</i>	Não há referência ao ensino de História.
	A produção historiográfica e a ciência da informação	Renata Regina Gouvêa Barbatho	UFRJ	n/c	Mapear e caracterizar a produção de história no território nacional de professores bolsistas de produtividade 1 do CNPq, observando a institucionalização dos centros de produção do saber, suas concentrações espaciais e tendências temáticas.	- História da Ciência - História da disciplina escolar - Historiografia	- Discussão bibliográfica	n/c
	Memória Científica: a importância da preservação documental.	Eliane Morelli Abrahão	UNICAMP	n/c	Apresentar os trabalhos desenvolvidos com arquivos pessoais de cientistas brasileiros, a importância da preservação documental e da divulgação científica no Brasil. Abordar os Fundos Newton Carneiro Affonso da Costa, um dos pesquisadores brasileiros mais renomados da atualidade; Michel Maurice Debrun, professor emérito da Unicamp; Joaquim da Costa Ribeiro, seu nome está entre os mais importantes físicos brasileiros; e, Coleção Hugo Régis dos Reis.	- História da Ciência - Arquivo	- Acervo de arquivos públicos e privados	n/c
	Uso de bases de dados pela historiografia:	Leandro Coelho de Aguiar	UFRJ	n/c	Analisar e discutir como as práticas e metodologias na produção científica em diferentes	- História da Ciência - Patrimônio	- Discussão bibliográfica	n/c

	práticas, metodologias e seus impactos na preservação, recuperação, disseminação e acessibilidade das informações históricas				áreas do conhecimento tornam-se importantes tendo em vista políticas de preservação do patrimônio e democratização da informação. Problematicar a utilização de sistemas de bases de dados na produção de conhecimento científico/histórico com intuito de perceber suas diferentes formas de usos.	- Historiografia - Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC		
ST 09 – História das ideias políticas no Brasil no âmbito do ensino religioso: discussões metodológicas de pesquisa e ensino	---	Patrícia Carla de Melo Martins e Ivan Aparecido Manoel	FAECA UNESP – Franca	---	---	---	---	---
	Religião e construção política do Brasil imperial	Felipe Ziotti Narita	UNESP – Franca (mestrando)	- História da educação - Brasil Imperial - Religião - Política	Analisar os sentidos do ensino da religião católica e da moral religiosa na composição política do Segundo Reinado. A religião e o ensino são utilizados pelo governo em favor da “tranquilidade pública” e da construção do lugar social do “bom cidadão”.	- Educação religiosa - Educação cívica e moral - História da escola - História da Religião - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Relatórios provinciais assinados por grupos da burocracia estatal - Compêndios escolares.	Não há referência ao ensino de História.
	O mestiço curitibano	Maria Teresa T. B. Lemos (não consta texto completo)	n/c	n/c	Discutir a trajetória dos imigrantes poloneses em Curitiba, com foco na construção da identidade e nas permanências culturais da memória coletiva dos grupos de imigrantes.	- Identidade - História da Imigração - Memória	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Casamentos católicos e luteranos: resistência, ecumenismo e liberdade religiosa no Brasil	Edison Minami	FFLCH – USP (doutorando)	n/c	Mapear a implantação dos casamentos protestantes, e o casamento entre católicos e protestantes entre os sécs. XIX e XX. Os casamentos mistos eram reconhecidos como concubinato, sendo que os noivos católicos poderiam livremente contrair novas núpcias. Essa realidade mudou com a República e a separação entre Igreja Católica e	- História das religiões	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.

					Estado. A liberdade religiosa adquirida permitiu que casamentos inter-étnicos e inter-religiosos pudessem ser celebrados, em número cada vez maior.			
	A reação da Igreja Católica à instituição obrigatória e exclusiva do matrimônio civil no Brasil (1890-1937)	Donaldo de Assis Borges (não consta texto completo)	n/c	n/c	Retoma a reação da Igreja Católica ante a consolidação do casamento civil obrigatório e exclusivo, único reconhecido pelo Estado brasileiro republicano para todos os efeitos civis, a partir da edição do Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, até a lei nº 379, de 16 de janeiro de 1937.	- História das religiões	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A Igreja Católica e o Golpe Militar de 1964	Carlos Roberto da Cunha Amorim	Rede Pública do Estado de São Paulo	n/c	Analisar o comportamento dos setores mais conservadores da igreja Católica no Brasil após o golpe de 1964, ora colocando-se a serviço da manutenção da ordem, ora mobilizando-se em lutas sociais para a transformação da mesma, evidenciando seu caráter contraditório, plural e pendular.	- História das religiões	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Non Praevalebunt: A ambiguidade do Vaticano II e a crise identitária do Catolicismo.	Juliano Alves Dias	UNESP – Franca (doutorando)	n/c	Análise do Concílio Vaticano II (1962-1965) e crise identitária que o precedeu, a qual influenciou a educação oferecida para os futuros sacerdotes e para os leigos.	- História das religiões	- Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) - Documentos eclesiais	Não há referência ao ensino de História. Fontes e bibliografia misturadas.
	Operários da undécima hora - Os Agostinianos Recoletos no Brasil: Criação da Província de Santa Rita de Cássia e o impacto do Concílio Vaticano II	Sérgio Peres de Paula	UNESP – Franca (mestrando)	n/c	Análise da atuação dos frades da Ordem dos Agostinianos Recoletos no Brasil, a partir de 1899, em um processo de reorganização institucional da Igreja Católica de origem espanhola.	- História das religiões	- Discussão bibliográfica - Documentos eclesiais	Não há referência ao ensino de História. Fontes e bibliografia misturadas.
	Ensino Religioso: uma educação conservadora programada - ensaio de	Marco Antonio Baldin	UNESP – Franca	n/c	Analisar como a Igreja Católica, no início do século XX no Brasil, se autoorganizou para buscar seu lugar como centro aglutinador do poder político. A Igreja se	- História das religiões - Ensino religioso - Educação religiosa	- Discussão bibliográfica - Anais do Congresso Legislativo do	Não há referência ao ensino de História.

	interpretação				entendia como portadora da salvação ao mundo perdido pelo pecado do materialismo, pelo individualismo, pelo liberalismo e pelo laicismo desenfreado. Era necessário recristianizar o país, por meio da educação e da "Ação Católica", não bastando ser católico, mas atuar na empresa, no clube, no partido, etc.		estado do Paraná	
	Uma educação católica como projeto de nação: o caso de Alceu Amoroso Lima (anos 1930-1940)	Guilherme Ramalho Arduini (não consta texto completo)	USP	n/c	Analisar a atuação de Alceu Amoroso Lima como membro do Conselho Federal de Educação, entre os anos de 1928 e 1945. Trata-se de perceber como suas ideias sobre educação estão ligadas a outras disputas políticas nas quais ele se envolveu.	- História das religiões - História da educação - Educação religiosa	- Cartas - Artigos publicados	Não há referência ao ensino de História.
	Escola confessional e atividades religiosas	Nainôra Maria Barbosa de Freitas (não consta texto completo)	Centro Universitário Barão de Mauá	n/c	Analisar as atividades religiosas no Colégio Confessional São José de Batatais, pertencente aos Missionários do Imaculado Coração de Maria. O lema do Colégio revela como os missionários apresentavam à sociedade o ideal pedagógico com seu regime de internato, destinado às classes mais altas "A máxima perfeição: um fim único".	- Educação religiosa - História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Religião e concorrência de bens culturais	Patrícia Carla de Melo Martins (não consta texto completo)	FAECA	n/c	Discutir o desenvolvimento das práticas religiosas, no contexto urbano brasileiro, garantida pela educação formal, a partir do século do século XIX. Inserida no contexto da concorrência dos bens culturais, a religião se manteve como elemento participativo do ordenamento social, tornando-se contraditória ao processo de secularização assumido pelo Estado instituído politicamente.	- Educação religiosa - Ensino religioso - História das religiões	n/c	n/c
ST 12 – História, Memória e Ensino de História: diálogo entre diferentes	---	Helenice Ciampi; Maria Carolina Bovério	PUC – SP UNICAMP	---	---	---	---	---

saberes		Glazerani						
	A literatura escolar como síntese das pesquisas históricas – a História do Brasil de João Ribeiro (1860-1934)	Emery Marques Gusmão	UNESP	n/c	Análise de diferentes edições da obra <i>História do Brasil</i> , de João Ribeiro, lançada em 1900 como livro didático da escola primária e secundária.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História da disciplina escolar	- Livros didáticos	n/c
	A iconografia de José Wash Rodrigues nos livros didáticos de História	Juliana Ricarte Ferraro (não consta texto completo)	USP	n/c	Estudar a obra do pintor José Wash Rodrigues (1891-1957), cujas obras possuem caráter histórico, político e ideológico. Foram produzidas para fins educacionais e publicadas em livros didáticos, no processo de construção de uma identidade nacional.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Iconografia - Iconografia - Identidade nacional	- Livros didáticos	n/c
	A Representação do Sentimento de Brasilidade entre 1946 e 1961: Sistema de Ensino, Livros Didáticos de Joaquim Silva, Práticas de Leitura	Halfred Carlos Ribeiro Junior (não consta texto completo)	FE – UNICAMP	n/c	Análise do currículo de História entre 1946 e 1961 (Reforma Capanema). Análise da construção de um sentimento de brasilidade nos manuais escolares de história do ensino secundário de Joaquim Silva, desse período.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Reforma educacional	- Livros didáticos	n/c
	Perspectivas históricas sobre as transformações e permanências das práticas de leitura de imagens visuais propostas em livros didáticos de história, a partir de 1998 até 2008	João Batista Gonçalves Bueno	FE – UNICAMP	n/c	Análise das práticas editoriais relativas às formas de leitura de imagens visuais apresentadas em alguns livros didáticos de história, editados pós PCN em 1998.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Programas curriculares - PCN - Iconografia - Iconografia - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Livros didáticos - Textos legislativos - PCN's	n/c
	Dos almanaques às biografias: no rastro de percepções e concepções de corpo	Maria de Fátima Guimarães Bueno	Universidade São Francisco	n/c	Considerações relativas às percepções e concepções de corpo e práticas de leitura observadas em sete biografias publicadas em almanaques e anuários das duas primeiras décadas do século XX, em Bragança - SP.	- Práticas de leitura - Biografia	- Almanaque e periódicos anuários das duas primeiras décadas do século XX.	Análise de biografias do início do século XX. Não há referência ao ensino de História.
	Ensino de história	Antonio	UFSCar	n/c	Análise dos aspectos da cultura	- Saberes e	Décadas de	n/c

	no período militar brasileiro: aspectos da cultura escolar	Simplicio de Almeida Neto			escolar referentes ao ensino de História durante a ditadura militar brasileira.	práticas docentes - História da disciplina escolar - Cultura escolar - Educação cívica e moral	60/70: - Atas de Reunião de Centro Cívico, Pedagógica e de Área - Livros de Termos de Visitas de Supervisão, - Livro de Ocorrências Disciplinares e de Escala de Hasteamento de Arreamento de Bandeira	
	Os programas de formação de professores de Educação Moral e Cívica (1969-1993)	Juliana Miranda Figueiras	PUC – SP	n/c	Analisar a proposta curricular para os cursos de formação de professores em Educação Moral e Cívica (EMC) e compreender a proposta para o ensino de História entre os anos de 1969 a 1993.	- História do Ensino Superior Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Cultura escolar - História da disciplina escolar - Programas / propostas curriculares - CENP	- Currículo dos Cursos Superiores para formação de professores de EMC e OSPB - Documentos do Conselho Federal de Educação - Periódicos - Textos legislativos	n/c
	Memórias e Ensino de História na Cidade de Porecatu - PR	Claudia Regina Alves Prado Fortuna (não consta texto completo)	UEL – Universidade estadual de Londrina	n/c	Análise das relações entre Memória, Patrimônio e Ensino de História na cidade de Porecatu – PR. Trabalho com os professores locais na elaboração de projetos de ensino voltados para a escrita das memórias da cidade.	- Memória - Educação Patrimonial - História local / regional	- Relato de experiência	n/c
	Reflexões sobre a avaliação escolar: memórias de docentes da rede pública paulista (1970/1980)	Elaine Lourenço	USP	n/c	Discutir como foram as avaliações aplicadas por um conjunto de professores que lecionavam na rede pública do estado de São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980.	- Avaliação da Aprendizagem - Memória - História oral - Cultura escolar - Saberes e práticas docentes	- Entrevistas com os sujeitos históricos - Textos legislativos	n/c
	Uma Experiência	Patrícia	Rede	n/c	Refletir sobre o papel docente	- Saberes e	- <i>Cadernos do</i>	n/c

	de Aprender e Ensinar História na Escola Pública Estadual de São Paulo (2008-2010)	Cerqueira dos Santos	Estadual de Ensino		nas situações e ensino-aprendizagem no contexto de implantação de mais uma proposta curricular entre 2008 e 2010.	práticas docentes - Políticas educacionais - Programas curriculares - Materiais / Recursos didáticos (Proposta Curricular São Paulo faz escola)	<i>Professor e do Aluno da Proposta Curricular São Paulo faz escola</i> - Relato de experiência - Observação dos alunos	
	Ensino de História e culturas africanas na Proposta Curricular do Estado de São Paulo: inclusão ou exclusão?	Antônio Aparecido Primo (não consta texto completo)	Unicastelo	n/c	Análise da implementação da lei nº 10.639/2003 na Proposta Curricular de História do Estado de São Paulo	- Políticas educacionais - Currículo - História e cultura afro-brasileira - Materiais / Recursos didáticos (Proposta Curricular São Paulo faz escola)	- <i>Cadernos do Professor e do Aluno da Proposta Curricular São Paulo faz escola</i> - Textos legislativos	n/c
	Tensões e Negociações na elaboração do currículo de História na Primeira República: a constituição do saber histórico	Maria Aparecida da Silva Cabral	PUC – SP Faculdade de Mauá	n/c	Analisar a elaboração do currículo de História no Estado de São Paulo, a partir da implantação, em 1984, do Primeiro Gymnasio da Capital, instituição de ensino secundário destinada à formação das elites para ingresso no Ensino Superior.	- Políticas educacionais - Programas curriculares - Currículo - Avaliação escolar - História da disciplina escolar	- Programas curriculares - Atas da Congregação de Ensino (1894 a 1917) - Ofícios (1894 a 1917) - Exames finais - Relatórios	n/c
	Currículo de História para Educação de Jovens e Adultos: propostas e materiais didáticos	Paulo Eduardo Dias de Mello (não consta texto completo)	FE – USP	n/c	Estudo sobre as relações entre currículos e materiais didáticos para o ensino de História no Segundo Segmento da Educação de Jovens e Adultos – EJA elaborados nos anos 2000.	- Políticas educacionais - Programas curriculares - Currículo - Avaliação externa (ENCCEJA) - História e EJA - História da disciplina escolar	- Materiais didáticos da EJA - programas curriculares - Avaliações externas (ENCCEJA)	n/c
	Consciência histórica, consciência racial e ensino de	Benjamin Xavier de Paula	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha	- Ensino de História - Consciência	Articular as categorias consciência histórica, consciência racial e ensino o ensino de História e Cultura Africana e Afro-	- Consciência histórica - Memória - História e cultura	- Textos legislativos - Discussão bibliográfica	n/c

	História e cultura africana e afro-brasileira		e Mucuri	Histórica - Consciência Racial - História Africana - História Afro-brasileira	brasileira, especialmente na reflexão sobre "ser negro".	afro-brasileira - Políticas educacionais		
	Tempos de bisavós – trabalhando o tempo histórico em séries iniciais	Maria Sílvia Duarte Hadler	FE – UNICAMP	n/c	Relatar uma proposta de trabalho de introdução à noção de tempo histórico (passado e presente) nas séries iniciais do Ensino Fundamental, tendo como ponto de partida histórias de vida dos alunos, estabelecendo comparações com momentos da infância dos pais e avós.	- Memória - Fontes no ensino de História - Pesquisa na sala de aula	- Relato de experiência - Observação dos alunos - Ensino e aprendizagem	n/c
MR – Currículos e reformas curriculares no Estado de São Paulo - autonomia ou controle?	---	Maria Carolina Bovério Galzerani (coord.) Alexandre Pianelli Godoy (não consta resumo/texto completo)	UNICAMP	---	---	---	---	---
	Os currículos por competências e a reforma curricular de 2008 do Estado de São Paulo	Helenice Ciampi	PUC – SP		Discutir as reformas curriculares de História, no ensino do Estado de São Paulo, da década de 1970 à reforma curricular de 2008, na perspectiva do currículo e da ação pedagógica e política do profissional de História.	- Programas curriculares - Currículos - Materiais / Recursos didáticos (Nova Proposta)	- Discussão bibliográfica - Textos legislativos - Proposta Curricular do estado de São Paulo	n/c
	Currículo e reformas curriculares no estado de São Paulo – autonomia ou controle?	Antonia Terra Calazans Fernandes	USP	- Ensino de História - Proposta curricular - Material didático	A partir dos fundamentos teóricos de Maurice Tardiff de valorização dos saberes docentes, e de André Chervel de considerar a importância de análises dos currículos a partir das dimensões reais da escola, a apresentação tem a finalidade de discorrer sobre a complexidade de relações entre políticas educacionais públicas, currículos, materiais didáticos,	- Programas curriculares - Currículos - Materiais / Recursos didáticos (Nova Proposta) - Cultura escolar - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- <i>Cadernos do Aluno</i> da Proposta Curricular São Paulo <i>faz escola</i> - Textos legislativos - Proposta Curricular do estado de São Paulo	n/c

					desenvolvimento de práticas didáticas pelos professores e aprendizagens dos alunos.			
Pôsteres	Ethos, educação e economia mercantilista no Brasil Colônia: uma releitura da obra de Antonil ("Cultura e Oportunidade do Brasil")	Alexandre Augusto Fernandes da Silva	UFU (graduando)	n/c	Analisar a obra "Cultura e opulência do Brasil" de João Antônio Andreoni ou A. Antonil (pseudônimo), abordando o caráter moral que permeia sua narrativa, que está subjacente na sua análise sócio-econômica do Brasil colonial. Destaca-se a análise econômica, social e política feita pelo autor	- História da educação	- Obra <i>Cultura e opulência do Brasil</i>	n/c
	A aplicabilidade das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no ensino de história	Aline Martins Rodrigues (não consta texto completo)	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	Memória da Terceira Idade: uma experiência interdisciplinar com alunos do Ensino Fundamental	Alisson Lucas Romualdo (não consta texto completo)	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	Escola Pública Paulista década de 1970: Uma nova perspectiva	Camila Tavares Brazão (não consta texto completo)	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	O uso do teatro no ensino de História	Daniilo Henrique Batista			Analisar como o uso do teatro pode auxiliar e melhorar no desenvolvimento dos alunos na disciplina de História	- Materiais / Recurso didáticos (teatro) - Ensino e aprendizagem	- Dados coletados em pesquisa qualitativa	n/c
	Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão docente	Débora Menengotti Ferreira	n/c	- Memória - Docência - História da educação	Confrontar a memória do exercício do magistério no passado com as concepções do presente. Faz-se necessário ir ao encontro de professores que atuaram nas décadas de 1960 e 1970 na educação pré-escolar e primária pública em Ribeirão Preto, e, também, de alunos do curso de Pedagogia, que estão mais próximos do contato com a docência no presente. Trata-se	- Memória - Saberes e práticas docentes	- Relatos orais	Não há referência ao ensino de História.

					de aproximar duas gerações.			
	Análise do Livro Didático de História nos Ensinos Fundamental e Médio em Assis/SP	Maria Cristina Floriano Bigeli	UNESP – Assis	n/c	Analisar a utilização docente do livro didático de História em escolas estaduais do município de Assis. Verificar as temáticas contidas nesses materiais. Identificar e analisar as orientações pedagógicas recebidas pelos docentes. Verificar se os conteúdos e metodologias contidos nos livros estão em acordo com os PCN e com o Currículo do Estado de São Paulo.	- Materiais / Recurso didáticos (livro didático) - Saberes e práticas docentes - PCN	- Livros didáticos de História - PCN - Currículo do Estado de São Paulo - Dados colhidos em observação	n/c
	Experiências no ensino histórico-sociológico sobre educação e escravidão através da imagem	Samara dos Santos Carvalho	UNESP – Marília	n/c	Fazer um relato da experiência com o projeto “O ensino de História política do Brasil e o uso de imagens”, desenvolvido no Ensino Médio de uma escola estadual no município de Marília. O objetivo a criação de “tramas”, ou seja, de temáticas relacionadas a diversos campos do saber, como o político, educacional, artístico e o sociológico e construir um material didático audiovisual com temas não contemplados pelos livros didáticos.	- Materiais / Recurso didáticos (imagens) - Saberes e práticas docentes	- Relato de experiência	n/c

**ANPUH-SP XXI Encontro – Trabalho, cultura e memória
(UNICAMP-Campinas, 2012)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 01 – África: caminhos e perspectivas do ensino e da pesquisa histórica	---	Lucilene Reginaldo; Maria Cristina Cotez Wissenbach	UNICAMP (doutora) USP (pós-doutora)	---	O objetivo deste seminário temático é reunir pesquisadores e professores com o fim de partilhar experiências no tocante ao ensino da história africana, nos diferentes níveis escolares, bem como dar visibilidade e promover o debate sobre a produção historiográfica recente, especialmente aquela oriunda das instituições de ensino e pesquisa nacionais.	---	---	n/c
	A representação dos africanos nos livros didáticos	Marisa de Azevedo Santos (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar os manuais produzidos antes e depois da implementação da lei nº 10.639/2003 e confrontá-la com a prática docente, contribuindo com o desenvolvimento de nossas abordagens para o ensino da História da África.	- História e cultura afro-brasileira - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Políticas educacionais - Saberes e prática docente	- Livros didáticos	n/c
	África, Áfricas: por histórias além do singular	Andrea Mendes; Raquel G. Alves Gomes	UNICAMP (doutorandas)	n/c	Analisar a implementação das leis 10.639/2003 e 11.465/2008, as quais representaram mudanças para os currículos da licenciatura e do bacharelado e para os pesquisadores especializados no tema "História da África".	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - Currículos - Formação de professores - História do Ensino Superior - Ensino e pesquisa	- Materiais didáticos e paradidáticos que contemplem temáticas relativas à História da África (impressos e digitais)	n/c
	História da África no ensino superior: reflexões sobre a prática cotidiana	Fábia Barbosa Ribeiro	FFLCH – USP	n/c	Identificar e compreender as mudanças empreendidas pela lei nº 10.639/2003 nos currículos acadêmicos, a fim de contemplar a inserção da disciplina de História da África nos cursos de licenciatura.	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - Currículos - Formação de professores - História do Ensino Superior - Ensino e pesquisa	- Programas curriculares do Ensino Superior - relato de experiência	n/c
	Repensando a Escravidão a partir da	Rosemeire dos Santos	UEL (mestranda)	n/c	Analisar as abordagens historiográficas que tratam das	- História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica	Não aborda a lei nº

	lei nº 10.639/2003: um olhar da historiografia sobre as estratégias cotidianas				estratégias dos escravos para resistirem à escravidão, novos olhares sobre personagens há muito conhecidos e estudados em sala de aula.			10.639/2003.
	Caravanas e expedições: trabalhadores do comércio de longa-distância na África centro-ocidental (século XIX)	Elaine Ribeiro (não consta texto completo)	n/c	n/c	Promover um estudo do comércio de longa distância organizado pelas sociedades da África centro-ocidental, no século XIX.	- História e cultura afro-brasileira	- Relatos de viagem - Documentação administrativa portuguesa relacionada a Angola - Documentação dos arquivos dos poderes africanos locais	Não há referência ao ensino de História.
	Revelando o coração da África: histórias e memórias de missionários e viajantes em Uganda no século XIX	Lúcia Helena Oliveira Silva (não consta texto completo)	UNESP – Assis	n/c	Apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a presença missionária e de viajantes em Uganda. Por muito tempo as impressões de viajantes foram consideradas apenas ficção e estigmatizadas, mas uma nova historiografia tem redimensionado os estudos destas representações. Para Jörn Rüsen e Paul Ricoeur, a narração de uma história é a transformação do "tempo natural" em "tempo humano", por isso são fontes análogas a outros documentos.	- História e cultura afro-brasileira	- "A Maravilhosa História de Uganda" escrita pelo reverendo Joseph Dennis Mullins - "Narrativa de uma expedição ao rio Zaire usualmente chamado Congo"	Não há referência ao ensino de História.
	A Guiné no Quadro do Império Português (1879-1973)	Paulo Fernando Campbell Franco (não consta texto completo)	n/c	n/c	Observar a totalidade das relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada na Guiné Portuguesa, durante as últimas décadas do século XIX, com destaque para os movimentos de resistência em defesa da soberania.	- História e cultura afro-brasileira	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	O Estado Independente do Congo: colonialismo europeu e olhares africanos (1885-1908)	Rosana Andrea Gonçalves (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar a formação do Estado Independente do Congo, entre 1855 até 1908, com foco nos diversos movimentos de resistência africana, seja contra o movimento colonialista em si, seja em favor de reivindicações pontuais.	- História e cultura afro-brasileira	- Jornais da época - Publicações de escritores bem conhecidos Os quais contém: - Depoimentos de africanos - Cartas e	Não há referência ao ensino de História.

							relatórios de autoria de funcionários locais	
	O Eldorado Africano: contatos, produção de fontes e a escrita da História	Ivana Pansera de Oliveira Muscalu (não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa intitulada "Donde o ouro vem": uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (séc. XVI)". Identificar as características das estruturas sociais, políticas e econômicas shona, do tronco linguístico bantu, cujos principais expoentes foram, nos séculos XV e XVI, os reinos rivais de Butua e o Monomotapa.	- História e cultura afro-brasileira	- Documentos de colonizadores portugueses no século XVI	Não há referência ao ensino de História.
	Primeiro esboço de uma interpretação do livro Voz d'Angola clamando no deserto	Helena Wakim Moreno (não consta texto completo)	n/c	n/c	Análise do livro Voz d'Angola clamando no deserto, publicação de crioulos, elite intelectual de Luanda contra as novas ideias trazidas pelos imigrantes portugueses no final do século XIX. Tais ideias afirmavam uma desigualdade nata entre as supostas raças branca e preta.	- História e cultura afro-brasileira	- Livro Voz d'Angola	Não há referência ao ensino de História.
	Apartheid e antiapartheid no OESP e na FSP na segunda metade da década de 1980: a projeção de um líder sul – africano	Fabiana Vieira da Silva	PUC – SP (mestranda)	n/c	Caracterizar a forma de divulgação do apartheid sul – africano no período que se estende de 1984 a 1990 nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. Pensar no papel da grande imprensa paulista na divulgação, ordenamento do real, produção da notícia e do esquecimento, particularmente no que se refere às formas de luta antirracista que ganhavam espaço internacional, tendo em vista a mobilização antiapartheid.	- História e cultura afro-brasileira	- Jornal Folha de São Paulo - Jornal O Estado de São Paulo	Não há referência ao ensino de História.
	A exposição de longa duração do Museu Afro-Brasil	Isla Andrade Pereira de Matos	PUC – Campinas	n/c	Analisar o posicionamento do Museu Afro-Brasil contexto da promulgação da lei nº 10.639/2003. Esta instituição, na medida em que valoriza a cultura brasileira e a compreende enquanto múltipla e plural, também realiza a prática da educação patrimonial crítica. Analisar a questão racial e o racismo na contemporaneidade.	- Museus - História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais	- Relato de experiência	Não há referência ao ensino de História.
ST 02 – Cinema e ensino de História:	---	Marcos Antonio da	FFLCH – USP	---	Análise das possibilidades e perspectivas de utilização de filmes em	---	---	n/c

experiências e perspectivas		Silva (coord.)	(pós-doutor)		sala de aula, não apenas como mera "ilustração" de temas. Enfatizar a importância da presença permanente do Professor e seu diálogo com o conhecimento que está sendo produzido nas áreas de História, Cinema e Educação.			
	O acontecido, a memória e o possível: "Ano passado em Marienbad"	Marcos Antonio da Silva (não consta texto completo)	n/c	n/c	Enfatiza a importância da discussão sobre o filme "Ano passado em Marienbad" como linguagem cinematográfica para uma adequada compreensão do debate sobre o acontecido, a memória e o possível no tempo em que o filme foi elaborado.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem	- Filme "Ano passado em Marienbad"	n/c
	Sílvio Romero e Lima Barreto: encontros e desencontros de dois combatentes "marginais" no Brasil nos fins do século XIX	Cícero João da Costa Filho	UFC – Universidade Federal do Ceará	n/c	Analisar o posicionamento e as obras de Sílvio Romero e Lima Barreto para flagramos o panorama histórico brasileiro na transição império-república.	- História e literatura	- Obras de Sílvio Romero e Lima Barreto	Não há referência ao ensino de História.
	Os negros na História Brasil contada pelo cinema nacional	Marcelo da Silva Murilo	UFAC – Universidade Federal do Acre	n/c	Apresentar os resultados de pesquisa, obtidos a partir do levantamento das produções cinematográficas brasileiras voltadas para a abordagem da história dos negros no Brasil, procurando verificar qual o lugar que a temática ocupou no conjunto das produções do cinema nacional entre 1950 a 2000. Fortalecer as iniciativas do uso do cinema no ensino da História.	- História e cultura afro-brasileira - História e cinema - Materiais / Recursos didáticos (cinema)	- Acervo da cinemateca brasileira, entre 1950 a 2000	n/c
	Filmes no ensino de História: estímulo ao debate historiográfico	Vitória Azevedo da Fonseca (não consta texto completo)			Debater o uso do cinema nas aulas de História como um estímulo para propiciar discussões historiográficas. Apresentar as construções interpretativas do filme, com temática histórica, como interpretações possíveis que dialogam, ou não, com tradições historiográficas. Apresentar uma experiência desenvolvida em uma disciplina de "História do Brasil" para alunos do curso de graduação em Comunicação.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema)	- Relato de experiência	n/c
	Novos soldados para novas guerras: o cinema e o resgate do Vietnã no governo Reagan (1983)	Flavio Vilas-Boas Trovão	n/c	n/c	Analisar o retrato do soldado em batalha no Vietnã, após a ascensão de Ronald Reagan ao poder. Surge a figura do "herói que salva o dia", como em Rambo e Bradock. Essas	- História e cinema	- Filmes americanos	Não há referência ao ensino de História.

					personagens incorporam a nova política americana para o mundo: agressiva, belicista e ufanista, no contexto de uma guerra social e econômica que emerge dentro do próprio país contra as minorias, sejam elas étnicas, sexuais ou sociais e, do ponto de vista econômico, contra o chamado estado de bem estar social.			
	A Representação da cidade de São Paulo em <i>Um Homem de Moral</i> , filme sobre a vida e a obra de Paulo Vanzolini	Sandra Maret Scovenna	n/c	n/c	Analisar as representações da cidade de São Paulo contidas no em <i>Um Homem de Moral</i> , documentário sobre a vida e a obra de Paulo Vanzolini, compositor e sambista que apresenta o lado desumano e desconfortável da modernização desordenada da cidade de São Paulo, de meados do século XX. Em suas músicas, mostrou as consequências cruéis do crescimento e desenvolvimento que privilegiaram a elite paulistana e seus negócios e penalizaram a classe trabalhadora.	- História e cinema - História local / regional	- Documentário <i>Um Homem de Moral</i>	Não há referência ao ensino de História.
	O onírico desacorrentado: o movimento cineclubista no Brasil nos anos de chumbo	Hélio Moreira da Costa Júnior (não consta texto completo)	n/c	n/c	Tratar o movimento cineclubista como espaço de resistência político-cultural ao regime ditatorial, entre 1969 a 1985.	- História e cinema	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Uma outra história oficial: narrativas do ativismo nas ruas	André Luiz Mesquita	FFLCH – USP (doutorando em História Social)	n/c	Discutir as relações entre documentário, ativismo e história a partir de três filmes: Reconciliados (2009); December Seeds (2009) e Impasse (2010). Estes três documentários mostram que os registros das lutas sociais, muitas vezes feitos pelos próprios participantes, pode trazer outras abordagens críticas sobre aquilo que é frequentemente visto como a “história oficial” de um acontecimento, ou de um momento histórico de mudança política.	- História e cinema	Documentários: - Reconciliados - December Seeds - Impasse	Não há referência ao ensino de História.
	“Sur, paredón y después”. A história da tragédia argentina no filme Sur de Pino	Antonio Rago Filho (não consta texto)	n/c	n/c	Analisar no cinema argentino o genocídio da ditadura militar. O cinema militante de Solanas evoca os exílios, os dilaceramentos, os tormentos, os	- História e cinema	- Filmes argentinos	Não há referência ao ensino de História.

	Solanas e Astor Piazzolla"	completo)			desaparecimentos, o exílio interior, as separações amorosas, mas também os reencontros afetivos que nos fazem recobrar o sentido de vida. No duelo contra o aniquilamento promovido pelo Estado, a vida transtornada acena com a renovação. A vida contra a morte.			
	<i>Machuca</i> , duas faces da mesma moeda!	Neusah Maria Romanzini Pires Cerveira (não consta texto completo)	n/c	n/c	Demonstrar na película <i>Machuca</i> os meandros percorridos pelas crianças e adolescentes chilenos a partir do Golpe de 1973, que culminou na morte do presidente eleito, Salvador Allende e a na derrubada do governo da Unidade Popular, propiciando a entrada do neoliberalismo.	- História e cinema	- Filme <i>Machuca</i>	Não há referência ao ensino de História.
	<i>Inside job</i> , a história imediata	Gilberto Maringoni de Oliveira (não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar o documentário <i>Inside job</i> , de Charles Ferguson como obra jornalística e histórica de inegável valor. Este documentário, vencedor do Oscar da modalidade em 2010, é a melhor e mais completa obra cinematográfica até agora realizada sobre a crise do neoliberalismo nos países centrais.	- História e cinema	- Documentário <i>Inside job</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Chaplin na sala de aula	Eduardo José Afonso (não consta texto completo)	n/c	n/c	Descrever a importância do uso do cinema nas aulas de História. Não apenas como ilustrações como, também, fundamentos do tema estudado. Tomamos como base filmes de Chaplin para que se permita a análise do tempo histórico que justificou a feitura de determinados filmes, e deles mesmos como fontes de pesquisa e problematização da realidade que os cerca, ainda hoje.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema)	- Filmes de Charles Chaplin	n/c
	Pedagogia das imagens: a arte e os multimeios como potencializadores do saber histórico escolar	Daive Cristiano Lopes de Freitas	UNESP – Franca (graduado)	n/c	Abordar as possibilidades de trabalho com recursos imagéticos e áudio-visuais. Tendo como referencial os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais, analisar as influências dessa utilização nas práticas pedagógicas e no aprendizado de alunos do ensino fundamental nas escolas pesquisadas.	- Materiais / Recursos didáticos (recursos imagéticos e áudio-visuais) - PCN - Saberes e práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Artefatos tecnológicos e Midiáticos - Discussão bibliográfica	n/c
	"Uma câmera na mão" e muitas histórias para	Vandré Aparecido	FFLCH – USP	n/c	Relatar as experiências nas aulas de História com a produção	- Materiais / Recursos	- Relato de experiência	n/c

	contar: um relato de experiências de produções cinematográficas no ensino de História	Teotônio da Silva	(doutor em História Social)		cinematográfica de alunos do Ensino Fundamental. Esse trabalho, desenvolvido a partir de "Oficinas de Audiovisual, História e Cinema", foi colocado prática em colégios particulares nas cidades de Carapicuíba, São Paulo, Campinas e Paulínia, entre os anos de 2006 e 2012.	didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem (produção cinematográfica)	- Documentários, animações e curtas-metragens produzidos pelos alunos	
	Cinema em Sala de aula: a sedução da imagem na construção de memórias	José Lúcio da Silva Menezes	PUC – SP (mestre em História Social)	n/c	Propor uma discussão sobre a função de outras linguagens, em particular o cinema, como instrumento pedagógico em sala de aula, no ensino fundamental e médio, na disciplina de História e seu uso adequado para alcançar objetivos propostos pelo educador em seu planejamento.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem - Memória - Saberes e práticas docentes	- Discussão bibliográfica Filmes: - <i>A Odisséia</i> - <i>Círculo de Fogo</i> - <i>O que é isso companheiro?</i>	n/c
	Ensino de História e Cinema no Colégio de Aplicação da Universidade Federal Viçosa	Marilda Ionta (não consta texto completo)	n/c	n/c	Relatar e refletir a recepção dos estudantes das primeiras séries do ensino médio do projeto "A escola vai ao cinema", realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa. Trata-se de um projeto de ensino de história transdisciplinar de educação do olhar e dos sentidos.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
	Livro didático de História e Cinema: entre sinopses e fichas técnicas	Thiago de Faria e Silva (não consta texto completo)	n/c	n/c	Discutir esse "formato padrão" de abordagem dos filmes, adotado pela ampla maioria dos livros didáticos (com a finalidade de complementar a discussão de um determinado tema).	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c
	Reverendo <i>Festim Diabólico</i> : civilização e barbárie	Ricardo Sequeira Bechelli (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar o filme <i>Festim Diabólico</i> , clássico dirigido por Alfred Hitchcock em 1948 para que possa compreender a dinâmica existente entre os conceitos de civilização e barbárie. Há nesse filme referência à 2ª Guerra Mundial e ao Holocausto.	- História e cinema	- Filme <i>Festim Diabólico</i>	Não há referência ao ensino de História.
	História e Saúde: pensando modos de vida e experiências indígenas a partir do filme <i>Corumbiara</i> (2009)	Nelson Tomelin Junior (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar por meio do documentário <i>Corumbiara</i> (2009), de Vincent Carelli, o massacre de índios isolados no sul de Rondônia. O filme alarga o campo de articulações interpretativas do conhecimento histórico pelas	- História e cinema	- Filme <i>Corumbiara</i>	n/c

					narrativas orais dos próprios indígenas, quando se apresentam valores, costumes e a experiência como disputas no campo social, ampliando noções de saúde como resistência e luta pela democracia.			
	Relações entre Cinema e História através do <i>ordinary film</i>	Michelly Cristina Silva Leite	FFLCH – USP (mestranda em História Social)	n/c	Apresentar as possibilidades de discussões nos campos de Cinema e História a partir do conceito de “ordinary film” (filmes longa-metragem produzidos pela indústria cinematográfica norte-americana). A possibilidade de utilizar o “typical work” na análise fílmica foi advogada pelos autores uma vez que havia, segundo eles, uma primazia de escolha de filmes nos textos da história do cinema marcados por sua excentricidade e desvio do considerado “comum” em termos estilísticos.	- História e cinema	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Cinema do Feitiço Contra O Feiticeiro: Hollywood nas aulas de História	Leonardo Cesar do Carmo			Analisar o ensino de História e o chamado cinema de massa ou cinema comercial, mediante o pensamento de Walter Benjamin. Este ensaio é instrumentalizado pelo autor como um manual prático de análise fílmica e propõe abolir a barreira cinema de arte e cinema comercial na sala de aula.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c
	O ensino da questão étnica/racial pelo cinema: a obra cinematográfica <i>Tenda dos Milagres</i> como fonte	Ivan Ducatti (não consta texto completo)	n/c	n/c	A partir do filme <i>Tenda dos Milagres</i> discutir a questão étnica na formação brasileira, preponderantemente no que concerne à história da população negra.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - História e cultura afro-brasileira - Fontes no ensino de História	- Filme <i>Tenda dos Milagres</i>	n/c
	O Islã: inimigo da cristandade na perspectiva do filme <i>El Cid</i>	Valmir Freitas de Araujo (não consta texto completo)	n/c	n/c	Por meio do filme <i>El Cid</i> , abordar a relação de rivalidade entre islã e cristandade em diferentes momentos históricos, de acordo com as conveniências momentâneas. Provocar uma discussão que contribua no esclarecimento e uma melhor percepção da temática por professores e alunos.	- Materiais / Recursos didáticos (cinema) - Ensino e aprendizagem - saberes e práticas docentes	n/c	n/c
ST 21 – História, Memória e Ensino de História:	---	Helenice Ciampi; Maria Carolina	PUC – SP UNICAMP	---	Analisar as práticas de ensino de História com ênfase na questão da memória em face aos desafios	---	---	n/c

diálogo entre diferentes saberes		Bovério Glazerani			culturais contemporâneos, os quais se sobrepõem, diluem, hierarquizam e/ou dicotomizam os campos da memória e da História. O objetivo desta proposição é a produção/fortalecimento de metodologias criativas, plurais, fundadas na racionalidade estética.			
	Editais do PNLD: um exercício de análise	Almir Félix Batista de Oliveira (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar os Editais de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Livros Didáticos elaborados pelo MEC entre 2004 a 2007.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - PNLD	- Editais de Convocação para Inscrição no Processo de Seleção de Livros Didáticos elaborados pelo MEC	Não há referência ao ensino de História.
	Manuais didáticos formando professores de história: questões preliminares	Antonio Simpício de Almeida Neto	UNIFESP	n/c	Investigar o livro didático na formação de professores, em relação a conteúdos e a questões didático-pedagógicas, entre as décadas de 1970 e 1990.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Políticas educacionais - Memória	- Relato dos sujeitos históricos - Manuais didáticos publicados para os docentes entre as décadas de 1970 e 1990 - Textos legislativos	n/c
	Ensino de História e memórias: a educação das sensibilidades através dos livros didáticos (1940/1960)	Arnaldo Pinto Junior	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	n/c	Analisar os livros didáticos do ensino secundário publicados pela Companhia Editora Nacional entre 1940 e 1960. Identificar, no conjunto de sua materialidade, aspectos da história do ensino de História no Brasil, buscando refletir sobre os sentidos das narrativas propostas para o estudo da disciplina escolar.	- História da disciplina escolar - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Livros didáticos publicados entre as décadas de 1940 e 1960	n/c
	Os Cadernos MEC	Juliana Miranda Filgueiras (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar os Cadernos MEC, livros didáticos publicados pela Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME) e pela Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) entre 1960 e 1980.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Políticas educacionais	- Textos legislativos - Livros Didáticos	n/c
	Tempo, história e sociedade: A produção didática de história na década de 1990 e as	Washington Tourinho Júnior	n/c	n/c	Identificar as transformações ocorridas na escrita didática da História durante as décadas de 1980 e 1990, por meio da análise de dois conceitos (tempo	- História da disciplina escolar - Materiais / Recursos	- Livros didáticos publicados entre as décadas de 1980 e 1990	n/c

	novas dimensões conceituais				histórico e sociedade) no livro didático.	didáticos (livro didático) - História temática		
	Utopias político-educacionais na literatura sobre formação de professores de História	Caroline Pacievitch	FE – UNICAMP	n/c	Identificar a presença de utopias político-educacionais em teses de doutorado sobre formação de professores de História publicadas no estado de São Paulo (1987-2008), mediante análise abordagem comparada de documentos da Província de Barcelona e do Estado de São Paulo.	- Formação de professores - Estado da Arte	- Teses de doutorado em História publicadas em São Paulo e Barcelona entre os anos de 1987 e 2008	n/c
	O cotidiano da sala de aula de História (1970-1990)	Elaine Lourenço	FFLCH – USP / Uninove	n/c	Analisar a trajetória e a prática de sala de aula de docentes que atuaram na rede pública estadual paulista entre 1970 e 1990. O que se busca é entender como estas práticas mostram diferentes representações de sociedade, diferentes motivações.	- Saberes e práticas docentes - Cultura escolar - Memória - História Oral	- Entrevistas com os sujeitos históricos	n/c
	O ensino de história no contexto da constituição de uma escola popular: experiências de professores nos arrabaldes da cidade de São Paulo nas três últimas décadas	João do Prado Ferraz de Carvalho	UNIFESP	n/c	Discutir a experiência de professores de história nas periferias da cidade de São Paulo no contexto de implementação de uma escola popular de massa nas últimas três décadas.	- Saberes e práticas docentes - Cultura escolar - Memória - História Oral	- Entrevistas com os sujeitos históricos	n/c
	Quem quer saber de índio!	Mara Cristina Gonçalves da Silva	Rede Estadual de Ensino	n/c	Mediante um projeto escolar, abordar a pré-história brasileira. Objetivando comparar diferentes momentos históricos, os alunos elaboraram jornais murais sobre história dos índios pré-históricos.	- História e cultura indígena - Pesquisa na sala de aula	- Relato de experiência - Observação dos alunos	n/c
	A construção do conhecimento histórico nos anos iniciais: possibilidades e desafios	Maria Aparecida da Silva Cabral	n/c	n/c	Em dez escolas do Estado de São Paulo, apresentar a prática de professoras dos anos iniciais, com priorização à transmissão/construção do conhecimento histórico entre os anos de 2009 a 2011.	- Saberes e práticas docentes	- Relatórios da Disciplina Didática, Metodologia e Prática de História no Ensino Fundamental I de um Curso Superior de Pedagogia	n/c
	Práticas escolares – professores e alunos	Marilu de Freitas Faricelli	n/c	n/c	Relato de experiência do Projeto História/Geschichte no Colégio	- Cultura escolar - Saberes e	- Relato de experiência	n/c

	como protagonistas de sua aprendizagem	(não consta texto completo)			Humboldt (Bílingue). Com os relatos pretendo problematizar a construção do saber escolar - forma em que alunos e professores tecem em sala de aula um saber.	práticas docentes - Ensino e aprendizagem	- Observação dos alunos	
	A lei nº 10.639/2003 Na Revista Nova Escola: um olhar crítico do papel da revista quanto ao currículo e a formação docente para o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira	Patrícia Cerqueira dos Santos	PUC – SP Rede Estadual de Ensino	n/c	Analisar a produção da Revista Nova Escola no que tange à formação docente para História e Cultura Africana e Afro-brasileira, mais especificamente a abordagem da lei nº 10.639/03.	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - Currículo - Formação de professores	- Textos legislativos - Periódicos “Nova Escola”	n/c
	Do arquivo para a escola: ação educativa e patrimônio documental	Andresa Cristina Oliver Barbosa	PUC – SP	n/c	Expor as ações realizadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico de São Paulo e Arquivo Público de Belo Horizonte, tendo como eixo a reflexão sobre as concepções de patrimônio documental do trabalho educativo realizado por Arquivos Públicos no Brasil.	- Arquivo - Fontes no ensino de História - Memória - Educação patrimonial - Pesquisa na sala de aula	- Documentos que compõem o acervo das Instituições em questão como relatórios anuais e mensais, planejamentos, ofícios, memorandos, material pedagógico, projetos e decretos.	n/c
	Escrituras da Cidade, Memória e Ensino de História	Cláudia Regina Alves Prado Fortuna (não consta texto completo)	n/c	n/c	Problematizar as relações entre modernidade, cidade, memória, história e ensino de história. Identificar a dimensão memorialística da cidade de Londrina e suas representações de presente e passado.	- Educação patrimonial - Memória	- Contos, romances, crônicas e poemas - Cartas pessoais e depoimentos - Livros didáticos e paradidáticos	n/c
	Educação patrimonial: potencialidades da leitura de imagens visuais de patrimônios culturais em livros didáticos de história	João Batista Gonçalves Bueno; Maria de Fátima Guimarães Bueno	n/c	n/c	Pontuar as potencialidades educacionais da leitura de imagens que representam patrimônios culturais impressas em livros didáticos de História do ensino fundamental.	- Imagens - Educação patrimonial - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Livros didáticos	n/c
	Cidade e sensibilidades	Maria Sílvia Duarte Hadler	Rede Privada / Centro de	n/c	Desenvolver uma reflexão sobre formas de experiência, de	- Educação patrimonial	- Fragmentos de textos produzidos	O resumo não

			Memória da UNICAMP		sociabilidades, de sensibilidades que se constituem na modernidade, com vistas ao entendimento de como o ensino de História de situa nesta atmosfera.	- Historiografia (diálogos com correntes de pensamento)	pelos alunos do 3º EM - Discussão bibliográfica.	apresenta claramente os objetivos do trabalho.
MR – O papel do historiador no ensino de História: indagações sobre uma questão sensível	---	Maria Carolina Bovério Galzerani (coord.)	UNICAMP	n/c	Focalizar o ofício do historiador no ensino, a partir de experiências de pesquisa relacionadas à diversidade cultural e à relação museu-escola. Analisar nelas o ato de produção dos saberes históricos educacionais.	- Museus - Ensino e pesquisa - Ensino e aprendizagem	---	n/c
	Entre o passado e o futuro: a contribuição da pesquisa histórica no ensino da temática indígena	Antonia Terra de Calazans Fernandes	USP	n/c	A proposta é dissertar a respeito da necessidade de associar pesquisa histórica e ensino, considerando a inserção da história indígena entre os temas escolares.	- História e cultura indígena - Ensino e pesquisa - Pesquisa na sala de aula	n/c	n/c
	Escola e museu, perspectivas no processo de partilha do sensível	Júnia Sales Pereira	UFMG	n/c	Analisar a relação museu-escola com foco nas perspectivas para atuação e formação docente.	- Museus - Formação de professores - Saberes e práticas docentes	n/c	n/c
	Diversidade cultural e ensino de história: as culturas afro-brasileiras	Helenice Ciampi	PUC – SP	n/c	Discutir a diversidade cultural que existe na escola e as novas questões colocadas ao profissional de História. Investigar as políticas de formação, compreendendo os desafios atuais da educação. Apresentar o projeto Institucional da PUCSP – FOCO Formação complementar, e seus desdobramentos na formação de profissionais de História desta instituição.	- História e cultura afro-brasileira - Formação de professores - Diversidade	n/c	n/c
ST 24 – O ensino de História por meio de diferentes linguagens: relações entre didática da História, consciência histórica, produção de novos conhecimentos e cultura histórica	---	André Chaves de Melo Silva Ronaldo Cardoso Alves	FFLCH – USP (doutor) UNESP – Assis (doutor)	---	Discutir os resultados de estudos voltados para a compreensão de como o trabalho com diferentes linguagens e documentos no Ensino de História pode favorecer a formação de Consciência Histórica para atuar na relação dos seres humanos com a Cultura Histórica de seu tempo.	---	---	n/c
	Limites e possibilidades	Mirian Cristina	UNESP –	n/c	Analisar o PNLD – Programa Nacional	- Materiais /	- Livros didáticos	n/c

	da relação entre a lei n° 10.639 e o Programa Nacional do Livro Didático	de Moura Garrido	Assis		do Livro Didático após a promulgação da lei n° 10.639/03. Preliminarmente, no que se refere à incorporação da História da África e dos afrodescendentes nos editais de convocação do referido Programa há limitações.	Recursos didáticos (livro didático) - História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - PNLD	do ensino médio - Textos legislativos - Editais de convocação para o PNLD do Ensino Médio.	
	Europeana e a democratização do patrimônio cultural europeu: novas fontes para a história	Ivan Esperança Rocha	UNESP – Assis	n/c	Apresentação da Europeana (novas fontes para a História), um projeto dirigido pela Fundação Biblioteca Digital Europeia, lançado em 2005 e aberto ao público em novembro de 2008 com o objetivo de disponibilizar o patrimônio cultural e científico dos 27 Estados-membros, em 29 línguas, com uma abrangência que vai da pré-história à atualidade.	- Fontes - Patrimônio	- Meios digitais	Não há referência ao ensino de História.
	Literatura e Ensino de História: Representações Sociais do Passado Brasileiro e a Construção do Conhecimento Histórico	Leandra Rajczuk Martins	ECA – USP	n/c	Compreender as formas pelas quais o uso da literatura nas aulas de História pode interferir na construção do conhecimento histórico dos alunos do Ensino Fundamental I por meio de possíveis alterações em seu conjunto de representações sociais. Contribuir com respostas às dúvidas dos professores de História sobre o uso da literatura	- História e Literatura - Ensino e aprendizagem - Saberes e práticas docentes	- Fontes provenientes da observação etnográfica - Obras de Monteiro Lobato	n/c
	Mangás e cultura histórica: entre o escolar e o cotidiano	Janaína de Paula Espírito Santo	UEPG – Estadual de Ponta Grossa (docente)	n/c	Propor uma ampliação da discussão em torno produção de quadrinhos japoneses, ou mangás, termo japonês para história em quadrinhos (HQ). Acabou tornando-se designação genérica para os quadrinhos nipônicos ou seu estilo. Propor uma problematização e caracterização de diferentes possibilidades de aproximação entre a produção dos mangás e o ensino de história e o trabalho em sala de aula.	- Materiais / Recursos didáticos (mangás/HQ) - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c
	Registros literários e ensino de História	Mary Aparecida de Alencar Durães (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar como os registros literários podem ajudar na construção dos saberes históricos e na aprendizagem dos conteúdos da disciplina História, nas últimas séries do Ensino Fundamental. Entender como os alunos elaboram ou expressam a sua	- História e Literatura - Ensino e aprendizagem	- Obras literárias do escritor e antropólogo Darcy Ribeiro, <i>Migo e Maira</i>	n/c

					relação com a realidade social através do estudo das obras literárias. Aprimorar a relação escrita, leitura e aprendizagem da História propriamente dita.			
	Imagens em movimento e ensino de História: representações sociais e conhecimento histórico	André Chaves de Melo Silva	ECA – USP	n/c	Compreender como o uso das imagens em movimento (fílmicas e televisivas) interferem na construção do conhecimento histórico dos alunos do Ensino Médio. Contribuir com respostas às dúvidas dos professores de História sobre a validade do uso de filmes e séries de televisão, buscando evidenciar alternativas de trabalho prático que possam contribuir para o aprimoramento da Didática da História.	- Materiais / Recursos didáticos (filmes e séries televisivas) - Ensino e aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Didática histórica	Fontes provenientes de: - Recursos etnográficos - Pesquisa participante	n/c
	A música e a construção do conhecimento histórico: a relação entre consciência histórica e consciência musical	Milton Joeri Fernandes Duarte (não consta texto completo)	n/c	n/c	Demonstrar a importância da música para a construção do conhecimento histórico de alunos e professores. A consciência histórica mediada pela música revela uma carga afetiva, uma memória pessoal e um modelo de referência para a apreensão e assimilação das novas audições, revelando a consciência musical e facilitando as interpretações históricas.	- Materiais / Recursos didáticos (música) - Ensino e aprendizagem - Saberes e práticas docentes - Consciência histórica	n/c	n/c
	Esboço para um concerto: música, educação e livro didático de História	Erica Dal Poz Ezequiel (não consta texto completo)	n/c	n/c	Explorar as relações entre o conhecimento histórico e musical, a partir do exame de livros didáticos de História do Brasil dirigidos para o Ensino Básico, editados nas décadas de 1970 a 1990. Determinar as relações construídas pelos autores dos manuais em relação ao tripé “música-história-educação”.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - Materiais / Recursos didáticos (música)	- Livros didáticos das décadas de 1970 a 1990	n/c
	História, ensino de História e pós-modernidade: as implicações da fragmentação do saber histórico para a prática docente e para a formação da consciência histórica	Raquel Pereira da Silva Augusto	FE – UNICAMP	n/c	Refletir sobre como o saber histórico é produzido e como, por meio da prática docente, pode-se interferir nas relações humanas e na interpretação da História cotidiana. Discutir como a fragmentação do saber histórico transformou a prática docente e como o ensino pode contribuir para a formação da consciência histórica dos novos sujeitos.	- Consciência histórica - Saber histórico - Saberes e práticas docentes	- Discussão bibliográfica	n/c
	O uso de documentos	José Petrócio	n/c	n/c	Analisar o uso de documentos escritos	- Fontes no ensino	- Discussão	n/c

	escritos no ensino de História na Educação Básica: limites e possibilidades	de Farias Jr. (não consta texto completo)			no ensino de História, pois o contato com fontes traz aos alunos a experiência da alteridade histórica. Refletir sobre os limites e possibilidades de análise documental na Educação Básica e sugerimos estratégias de leitura, no interior das quais o aluno se insere no centro do processo de aprendizagem.	de História - Pesquisa na sala de aula	bibliográfica	
	Projeto Ribeirão Preto - do rural ao urbano: proporcionando a utilização de diversas linguagens no ensino de história por meio da história local e regional	Almir de Paula e Silva			Mostrar a implementação do projeto Ribeirão Preto - do rural ao urbano na rede municipal de ensino do município de Ribeirão Preto (SP) e a experiência de se trabalhar a História local e regional numa visão interdisciplinar com a área de geografia. Viabilizar o processo de formação dos docentes na rede de ensino, por meio de oficinas palestras e distribuição de matérias didáticos.	- Educação patrimonial - História local / regional - História regional - Formação docente - Ensino e Aprendizagem	- Discussão bibliográfica - Textos legislativos - Relato de experiência	n/c
	Fontes escritas e a construção do conhecimento histórico na sala de aula	Ronaldo Cardoso Alves (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar narrativas elaboradas por alunos do Ensino Médio de Brasil e Portugal a partir da interpretação de fontes escritas referentes a um fato histórico comum a estes países - a transferência da família real portuguesa (1808), compreendendo a sala de aula como lugar de formação de consciência histórica e concomitantemente construção de identidade.	- Fontes no ensino de História - Consciência histórica	- Narrativas elaboradas por alunos do Ensino Médio do Brasil e de Portugal	n/c
Pôsteres (não consta textos completos)	Educação na ditadura, nacionalismo através do ensino	Aline de Lourenço Teixeira	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	O ensino de História para surdos: Análise da situação de escolas especiais e de escolas regulares	Carlos Cesar Almeida Furquim Pereira	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
	Health for the Americas: as animações dos Estúdios Walt Disney voltadas à educação das famílias latino-	Paula de Castro Broda	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c

	americanas no contexto da Política da Boa Vizinhança (1943-1946)							
	I Maratona de História da E.E Dona Quita Pereira" "A História na escola E Em Minha Vida	Danyele Nayara Santos Dias	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c	n/c
Fórum de Graduação	Cultura Digital e o ensino de História	Mauricio Cardoso; Paulo Eduardo Dias de Mello	USP GT Ensino de História e Educação da ANPUH- Brasil	---	---	---	---	---
	Diagnósticos e perspectivas dos cursos de História em instituições privadas de ensino superior de São Paulo	Everaldo Andrade	UNG	---	---	---	---	---
	Reformas e culturas escolares: o currículo do Ensino Médio em São Paulo.	Celso Carvalho; Paulo Eduardo Dias de Mello	UNINOVE GT Ensino de História e Educação da ANPUH- Brasil	---	---	---	---	---

**ANPUH-SP XXII Encontro – História: da produção ao espaço público
(UNISANTOS-Santos, 2014)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 01 – A História da África em perspectiva: os desafios da pesquisa e do intercâmbio entre produção acadêmica e sala de aula	---	Fábia Barbosa Ribeiro; Lúcia Helena Oliveira Silva	UNILAB UNESP	---	Congregar pesquisadores e profissionais da educação no sentido de: (a) mapear as atuais tendências da pesquisa histórica relativas à História da África; (b) fortalecer os laços entre pesquisa e ensino de História da África. Compreende-se que a difusão do campo de pesquisas em África ajudará a minorar estranhamentos e estereótipos ainda reinantes entre os estudantes. Acredita-se que o desafio se tornará tanto mais efetivo quando se disseminarem iniciativas para diminuir as distâncias entre a produção acadêmica e as salas de aula, em especial as do ensino básico.	---	---	n/c
	Brasileiros em Lagos: identidades no contexto da colonização britânica	Angela Fileno da Silva	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Analisar os processos de construção das identidades dos chamados brasileiros que viveram em Lagos durante o período de 1850 a 1920. Compreender quais foram e como se entrelaçaram os sentidos de pertencimento associados a essas comunidades.	- Identidade - História e cultura afro-brasileira	- Fontes periódicas	Não há referência ao ensino de História.
	Entre cadeiras, fardas e miçangas: a troca de presentes como instrumento político na expedição portuguesa à Lunda (África Centro-Occidental, 1884-1888)	Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida	FFLCH – USP (mestranda)	n/c	Apresentar apontamentos sobre as trocas de presentes estabelecidas entre os membros da expedição portuguesa liderada pelo militar Henrique Augusto Dias de Carvalho destinada à Lunda, região da África Centro-Occidental (1884-1888).	- História e cultura afro-brasileira	- Narrativas de Henrique de Carvalho <i>Descrição da Viagem à Muatiãnvua</i> (1890-1894)	Não há referência ao ensino de História.
	Nzinga Mbandi conquista Matamba: legitimidades e poder feminino na África Central. Século XVII	Mariana Bracks Fonseca	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Analisar a presença do poder feminino na África Central do século XVII e discutir a legitimidade de Nzinga Mbandi para governar os reinos do Ndongo e Matamba.	- História e cultura afro-brasileira	- Fontes periódicas como <i>Journal of AfricanHistory</i>	Não há referência ao ensino de História.
	O clero secular na África Centro-Occidental: problemas e perspectivas	Alexandre Almeida Marcussi	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Mapear alguns dos problemas historiográficos envolvendo a atuação do clero secular na África, com foco nas regiões do Congo e Angola, e sugerir sua importância	- História e cultura afro-brasileira - História da Religião	- Registros do cotidiano das instituições episcopais / Arquivo da	Não há referência ao ensino de História.

					para a cristalização das experiências religiosas da diáspora.		Arquidiocese de Luanda - Correspondência administrativa da Coroa a respeito do clero / Arquivo Histórico - Antologia <i>Monumenta Missionaria Africana</i>	
	Poder e resistência no Estado Independente do Congo (1885-1908)	Rosana Andrea Gonçalves (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar o período em que o Congo foi uma "colônia sem metrópole", quando a exploração econômica era bastante intensa, mas o Congo não se subordinava especificamente a um Estado europeu, sendo alvo de muitos interesses (1885-1908).	- História e cultura afro-brasileira	- Cartas e relatórios de autoridades e funcionários envolvidos no processo de formação do Estado Independente do Congo	Não há referência ao ensino de História.
	Sobas e Museu do Dundo: relações de poder em Angola no período colonial	Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Apresentar uma discussão sobre como a colaboração dos sobas (autoridades tradicionais) foi determinante para o desenvolvimento das atividades da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), principalmente, as de cunho cultural, como o Museu do Dundo, fundado em 1936.	- História e cultura afro-brasileira - Museus	- Relatórios Anuais do Museu de Dundo	Não há referência ao ensino de História.
	Imprensa e segregação territorial na África do Sul: o imaginário e o medo nas manchetes	Raquel Gryszenko Alves Gomes (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar a questão territorial sul-africana após a promulgação da União Sul Africana o Natives' Land Act. Esta legislação restringia o acesso da população africana à terra e formalizava a articulação das reservas territoriais - uma prática que vinha se tornando mais frequente desde meados da década de 1890.	- História e cultura afro-brasileira	Três jornais na região mineradora do Rand - <i>The Star</i> - <i>The Leader</i> - <i>The Rand Daily Mail</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Perspectivas sobre o estudo da história missionária na África no século XX	Patrícia Teixeira Santos (não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar uma reflexão teórica sobre os processos de mediação missionária, suas fontes históricas e a construção da materialidade da experiência da evangelização, nos contextos africanos dos séculos XIX e XX.	- História e cultura afro-brasileira	- Acervo das missões da congregação dos Missionários Combonianos do Coração de Jesus	Não há referência ao ensino de História.

	Religiosidade e colonialismo no protetorado no coração da África (1868-1956)	Lúcia Helena de Oliveira Silva (não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar a pesquisa em andamento sobre a vivência de africanos em meio às profundas transformações produzidas pelo processo de colonização e imperialismo em África a partir da segunda metade do século XIX na região da atual Uganda.	- História e cultura afro-brasileira - Biografia	- Biografia de Ham Mukasa	Não há referência ao ensino de História.
	Literatura, publicações e instituições de estudos entre o continente africano e Brasil (1960-1970)	José Francisco dos Santos	PUC – SP (doutorando)	n/c	Apresentar o Movimento Afro-brasileiro de Pró-Libertação de Angola – MABLA. Entre suas atuações estavam o apoio à literatura africana, a livros sobre História do continente africano e a livros de denúncias do processo de violência dos processos de independência. Além disso, o MABLA também apoiou, entre 1960 a 1970, a criação de centros de estudos sobre a África, como o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO da UFBA.	- História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Memórias vivas no tempo: (re) visita à “Aldeia Comunal 1° de Maio”, distrito de Chokwé, Província de Gaza, Moçambique	Gabriela Aparecida dos Santos	FFLCH – USP (doutoranda)	n/c	Analisar o processo de edificação das aldeias comunais pela Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, após a independência de Moçambique, em 1975. Entre os objetivos da FRELIMO, estava a criação de uma identidade de Estado-nação.	- Identidade nacional - História e cultura afro-brasileira - Memória	- Artigo “Aldeia Comunal 1° de Maio: uma experiência”, publicado na <i>Revista Tempo</i> (1977). Arquivo Histórico de Moçambique.	Não há referência ao ensino de História.
	Pensar a Kokombola: o genocídio dos kuvales do sudoeste angolano e as possibilidades de uma história dos africanos.	Rafael Coca de Campos	UNICAMP (mestrando)	n/c	Analisar as relações entre agentes coloniais portugueses e populações africanas na região Sul de Angola, com destaque para a “Guerra dos Mucubais” ou Kokombola, conflito deflagrado em 1940, envolvendo as autoridades coloniais portuguesas e a população Kuvale do Sudoeste angolano. Pela escassez de fontes documentais que retratem a sociedade angolana, refletir sobre o papel do ensino em trabalhar com a História dos vencidos.	- História e cultura afro-brasileira	- Relatório das operações militares movidas contra os Kuvales	n/c
	Hassan al Banna: o renascimento de uma identidade islâmica	Ragda Ahmad Salah Al Assar	PUC – RJ (mestranda)	n/c	Apresentar o enfraquecimento da comunidade muçulmana egípcia ante o domínio colonial inglês e o	- História e cultura afro-brasileira	- Escritos do intelectual islâmico Hassan al Banna	Não há referência ao ensino

					movimento islâmico denominado os Irmãos Muçulmanos ou a Irmandade Muçulmana, em que era proposto o resgate dos valores sociais, políticos, morais e culturais islâmicos na sociedade egípcia, com foco na leitura do <i>Corão</i> (livro sagrado) e dos <i>Hadiths</i> (conjunto dos dizeres, da prática, da concordância e descrição do profeta Muhammad).			de História.
ST 07 – Ensino de História, Identidade e Diferença: indígenas e afrodescendentes na História e no Ensino de História	---	Antonia Terra Calazans Fernandes; Antonio Simplicio de Almeida Neto; Circe Maria Fernandes Bittencourt; Giovani José da Silva	USP UNIFESP USP UFAMapá	---	Debater estudos, pesquisas e experiências relacionadas ao ensino de história envolvendo a construção de identidades em diferentes contextos e épocas, frente às propostas recentes de valorização da diversidade, da diferença e do interculturalismo, incluindo temáticas como gênero e hibridismo cultural, além do ensino de história e cultura indígena, africana e afro-brasileira.	---	---	n/c
	A Gênese da Informática Educativa na Prefeitura Municipal de São Paulo através do olhar de alunos e professores.	Renata Pellaes Corrêa	FFLCH – USP	n/c	Analisar a fala de alunos e professores que participaram do Projeto Gênese de Informática Educativa no período de 1990 a 1992, buscando perceber os significados atribuídos por esses atores à sua experiência e as tensões e embates que fizeram parte deste processo.	- História da escola	- Depoimentos colhidos no relatório do <i>Projeto Gênese: A Informática Chega ao Aluno da Escola Pública Municipal</i>	Não há referência ao ensino de História.
	“Já te dei meu corpo, minha alegria”. Uma análise do corpo feminino na publicidade dos anos 70	Selma Peleias Felerico Garrini	PUC – SP Universidade Presbiteriana Mackenzie	n/c	Análise dos processos identitários e das práticas de consumo a partir dos modos de representação nos signos da beleza e da juventude veiculados na década de 70 no Brasil. A linguagem das propagandas relevou as representações do imaginário do corpo feminino.	- Identidade	- Anúncios publicitários de produtos dietéticos veiculados em revistas femininas da época	n/c
	Diálogos entre educação e experiência: saberes tradicionais em instituições escolares	Ana Carolina Francischette da Costa	FFLCH – USP (mestranda)	n/c	Analisar as práticas educativas de uma associação cultural que, desde fins dos anos 1990, atua na região do Remanso. Seu objetivo é associar experiências culturais populares de tradição oral no seio	- História da escola - Cultura popular X Cultura erudita - Memória	- Fontes etnográficas da observação participante	n/c

					da escola. Desenvolve-se a então "Pedagogia Griô" e uma rede de cultura chamada "Ação Griô Nacional". Identificar as tensões e embates entre o modelo educacional hegemônico, pautado na cultura escrita e nos conhecimentos científicos, e os conhecimentos advindos da cultura popular, ligados à oralidade, à experiência de vida e aos saberes religiosos.			
	Ensino, Identidade e Política: um jogo de forças	Mirian Cristina de Moura Garrido	UNESP – Assis (doutoranda)	n/c	Apresentar quais são os anseios dos movimentos negros sobre o ensino e ao mesmo tempo como práticas políticas têm influenciado para atender essas visões das militâncias. O jogo de forças exercido por militâncias-governo-ensino representam modificações em posturas e conteúdos, porém, nem sempre no ritmo desejado por todas as partes.	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais	- Programa de Ação do Movimento Negro Unificado (1982) - Textos de acadêmicos e atuantes na área de políticas públicas direcionadas à cultura afro-brasileira	n/c
	O ensino de história na escola da infância e o desafio da formação do pensamento histórico nos anos iniciais do Ensino Fundamental ou, dialogando com a dúvida do Joãozinho: é geografia ou história, professora?	João do Prado Ferraz de Carvalho	UNIFESP	n/c	Apresentar os resultados de um projeto desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, cujo objetivo foi demonstrar as possibilidades de se trabalhar história na escola da infância, dialogando com as especificidades das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental na interlocução com os temas memória, identidade e diferença numa escola da "periferia" de Guarulhos, lugar e tempo entendidos como "mais distantes dos direitos" da infância do que geográfica e temporalmente.	- Formação de professores - DCN - Políticas educacionais	- Relato de experiência	n/c
	A incorporação dos conteúdos de História da África no Ensino de História: impactos na	Marcia Guerra Pereira (não consta texto)	n/c	n/c	Após a promulgação da lei nº 10.639/03, analisar a incorporação dos conteúdos de História da África no meio acadêmico, mediante os	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais	- Textos legislativos - Livros didáticos de História	n/c

	academia e na escola brasileira	completo)			avanços do campo científico e no meio escolar, notadamente nos livros didáticos.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História como disciplina escolar / história acadêmica		
	História e Cultura Afro-Brasileira em livros didáticos: rupturas e continuidades	Regina Maria da Silva	PUC – SP (mestrabda)	n/c	Analisar os conteúdos de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, debruçando-se, sobretudo, na abordagem das relações étnico-raciais nos cadernos didáticos utilizados pela rede municipal de Santo André, “Formadores do Saber” (2011 – 2012).	- História e cultura afro-brasileira - Políticas educacionais - Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - PCN - DCN	- Lei nº 10.639/03 - DCN para a Educação Básica - DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras - Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais e - PCN - Textos legislativos	n/c
	Agenor Mirando Rocha: professor sacerdote das tradições religiosas afro-brasileiras	Jorge Garcia Basso	PUC – SP	- Agenor Miranda Rocha - História da Educação - Diversidade Cultural - Currículo	Apresentar a trajetória de Agenor Miranda Rocha (1907-2004), professor de Língua e Literatura Portuguesa, entre as décadas de 1930 e 1960, no Colégio Pedro II e no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, por meio dos registros de suas memórias. Concomitantemente à sua atuação como docente exerceu as funções sacerdotais de Oluó e Olossãe das tradições religiosas do candomblé Nagô-Kêtu.	- História da escola - Memória - História e cultura afro-brasileira - Currículo - Arquivo	- Arquivo pessoal do professor Agenor Miranda Rocha	n/c
	Quem se diploma em diversidade étnica? História e Cultura Afro-Brasileiras e seus desafios para a formação dos professores de História	Rita de Cássia Lana; Sílvia César Moral Marques	FFLCH – USP (doutoranda) UFSCar (docente)	n/c	Apresentar o desenvolvimento da lei nº 10.639/03 nos currículos universitários de História.	- História e cultura afro-brasileira - História no Ensino Superior - Políticas educacionais - Currículo	- Amostras de Programas Curriculares de graduações em História - Dados estatísticos sobre o curso no Brasil	n/c
	Carolina Maria de	Veruschka de	PUC – SP	n/c	Expor um trabalho realizado na	- História e cultura	- Relato de	n/c

	Jesus na Sala de Estar.	Sales Azevedo	(doutoranda) Rede Estadual de Ensino		escola pública, em 2014. Seu objetivo foi apresentar aos alunos a escritora negra Carolina Maria de Jesus, com ênfase em sua trajetória de vida e em seu primeiro livro publicado <i>O Quarto de Despejo</i> .	afro-brasileira - Políticas educacionais - Cultura escolar	experiência	
	Ensino de história indígena: currículo, identidade e diferença A temática "ensino de história e cultura indígena", objeto da lei nº 11.645/2008	Antonio Simplicio de Almeida Neto (não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar as reflexões decorrentes de cursos de formação de professores na Licenciatura em História da Universidade Federal de São Paulo (2011-2013) e de Oficinas do GT de Ensino de História e Educação da ANPUH-SP sobre a temática "ensino de história e cultura indígena", objeto da lei nº 11.645/2008. Analisar o currículo e seus desdobramentos, com ênfase nas noções de sujeito, tempo e acontecimento históricos.	- História e cultura indígena - Políticas educacionais - Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Currículo - ANPUH-SP	n/c	n/c
	As políticas públicas na educação dos Pataxós: o bilinguismo e bidialectismo na preservação identitária indígena	Gisele Finatti Baraglio (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar a luta do povo Pataxó pelo término das relações de subalternizações e exclusões claramente colonialistas que se mantêm na escola e na sociedade local e pelo resgate de sua cultura.	- História e cultura indígena - Cultura escolar - Identidade	- Revisão bibliográfica - Estudo de campo junto às comunidades indígenas Pataxó de Coroa Vermelha e da Jaqueira – BA	n/c
	História indígena no ensino regular: experiência de formação através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID	Antonia Terra Calazans Fernandes	FFLCH – USP (docente)	n/c	Apresentar o trabalho, desenvolvido em 2012 e 2013, de formar alunos bolsistas do curso de licenciatura do Departamento de História/FFLCH/USP, junto com professores da rede pública, no tema: ensino da história indígena brasileira na escola. A intenção é expor o processo, as pesquisas realizadas, os estudos historiográficos, as oficinas preparadas pelos bolsistas para estudantes de ensino fundamental e médio e a avaliação do trabalho na sua globalidade.	- História e cultura indígena - Formação de professores	- Relato de experiência	n/c
	Plantados nessa terra	Eva Aparecida dos Santos	FFLCH – USP (mestranda)	n/c	Apresentar a produção de um livro didático elaborado para as escolas diferenciadas das comunidades indígenas Guarani localizadas nas	- História e cultura indígena - Formação de Professores	- Relato de experiência	n/c

					<p>idades de Ubatuba, São Paulo, Parati e região de Registro. O material foi produzido a partir dos trabalhos desenvolvidos no projeto "Momentos e lugares da educação indígena: memória, instituições e práticas escolares", financiado pela CAPES/ SECAD/INEP, dentro do programa "Observatório da Educação Escolar Indígena", coordenado pela profa. Dra. Circe Bittencourt, associado ao Laboratório de Materiais Didáticos do Departamento de História/ FFLCH – USP.</p>	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático)		
	O 'Povo das Cinzas' e os 'Comedores de Feijão': um encontro intermediado pela educação escolar indígena	Anna Maria Ribeiro F. M. Costa	n/c	n/c	<p>Compreender as trajetórias históricas do povo indígena Nambiquara, especialmente dos grupos Halotesu, Wakalitesu, Kithaulhu e Sawantesu, localizados na Terra Indígena Nambiquara, a Oeste de Mato Grosso, em plena Amazônia Legal. O que se propõe é recuperar a memória das experiências vivenciadas no cotidiano escolar indígena, de 1982 a 1988, período em que esta pesquisadora elaborou um Programa Experimental de Educação Escolar Indígena, exigência do Banco Mundial ao governo brasileiro, em decorrência do asfaltamento da Rodovia Marechal Rondon – BR 364.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - História e cultura indígena - Educação indígena - Cultura escolar - Memória 	- Relato de experiência	n/c
	Indígenas Kadiwéu na história e no ensino de História (1997-2004): uma radical experiência de alteridade	Giovani José da Silva	UNIFAP – Universidade Federal do Amapá	n/c	<p>Apresentar uma experiência pedagógica realizada entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, junto a indígenas da etnia Kadiwéu, localizados na aldeia Bodoquena, Reserva Indígena Kadiwéu, município de Porto Murtinho, região do Pantanal do Estado de Mato Grosso do Sul. A experiência em questão relaciona-se especificamente ao ensino da disciplina História para alunos da Escola Municipal Indígena</p>	<ul style="list-style-type: none"> - História e cultura indígena - Educação indígena - Cultura escolar - Currículo 	- Relato de experiência	n/c

					"Ejiwajegi" - Pólo. Em um momento em que a lei nº. 11.645/08 obriga a transversalização de conteúdos da Educação Básica com história e culturas indígenas, necessário se faz também o conhecimento de como os indígenas pensam sobre suas próprias trajetórias históricas e como lidam com a presença de escolas em suas vidas.			
ST 08 – Escravidão, Emancipação e Abolição: das fontes ao ensino	---	Aurelino José Ferreira Filho; Enidelce Bertin	Universidade Federal de Uberlândia – UFU Uninove	---	Colocar em diálogo estudos, pesquisas e pesquisadores que trabalhem com escravidão brasileira, especificamente com documentação eclesiástica e cartorial entre os séculos XVIII e XIX.	---	---	n/c
	Escravidão no centro oeste mineiro: fontes e documentação – Século XIX	Aurelino José Ferreira Filho	Universidade Federal de Uberlândia – UFU	n/c	Colocar em diálogo fontes sobre escravidão no centro oeste mineiro. Especificamente documentação eclesiástica e cartorial. Tem-se como objetivo fomentar e dar visibilidade possibilidade de pesquisas e documentação que problematizem a escravidão nas diferentes regiões que compuseram a província mineira entre os séculos XVIII ao XIX, em sua complexidade econômica e social.	- História e cultura afro-brasileira	- Livros tombo - Livros paroquiais de registros de batismo, de matrimônio, e de óbitos - Inventários post- mortem - Registros de Propriedades e listas de escravos - Cartas de alforrias	Não há referência ao ensino de História.
	Notas de pesquisas sobre as alforrias condicionais no Rio de Janeiro Imperial	Vanessa Gomes Ramos Sanches	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (doutoranda)	n/c	Analisar a temática da liberdade e seus diferentes significados para senhores e escravos, verificando a aplicação deste conceito na vida dos libertos.	- História e cultura afro-brasileira	- Cartas de alforrias registradas entre os anos de 1840 a 1871, na cidade do Rio de Janeiro.	Não há referência ao ensino de História.
	Os Comerciantes Negreiros em Minas Gerais: trajetórias, hierarquias sociais e atividades mercantis	Aldair Carlos Rodrigues (não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar o perfil, a atuação e a inserção social dos comerciantes de escravos da comarca de Vila Rica, entre 1725 e 1773. Definir os contornos sociais do conjunto: origens geográficas, condições de migração, faixas etárias, ocupação dos pais e avós, níveis de riqueza, entre outros aspectos.	- História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica - Documentos cartorários do século XVIII, encontrados nos arquivos de Mariana e Ouro Preto - Habilitações do Santo Ofício e da	Não há referência ao ensino de História.

							Ordem de Cristo, sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.	
	Os processos civis como fontes históricas para a análise da escravidão em Sant'Ana de Paranaíba no século XIX	Isabel Camilo de Camargo	UNESP – Assis (doutoranda)	n/c	Fazer uma análise, mediante processos civis, da escravidão em Sant'Ana de Paranaíba, província de Mato Grosso, durante o século XIX.	- História e cultura afro-brasileira	- Inventários post-mortem - Testamentos - Cartas de alforrias	Não há referência ao ensino de História.
	Práticas econômicas à luz de uma cadeia dominial e a posse de escravos em São Simão-SP (1861 e 1887)	Carlo Guimarães Monti	UNESP – Franca (doutor) Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto-SP (docente)	n/c	Analisar as atividades econômicas promovidas por membros da família Junqueira que foi marcada por grandes proprietários de terras, pecuaristas e políticos, entre os anos de 1861 e 1887 em São Simão - SP. Investigar se os estratagemas, as práticas econômicas, o papel dos cativos na composição da riqueza dos proprietários de cativos em de São Simão e, as relações entre escravos e senhores que faziam parte da família Junqueira.	- História e cultura afro-brasileira	- Inventários post-mortem - Censo de 1872	Não há referência ao ensino de História.
	"Se Tem Tornado Insubordinada, a Ponto de Não Querer Obedece-lo": a luta por emancipação da africana livre Benedita, Maceió (1850-1861)	Daniilo Luiz Marques	PUC – SP (doutorando)	- Africanos livres - Quotidiano - Emancipação	Compreender a luta da africana livre Benedita em busca de sua emancipação, em Maceió, entre 1850 e 1861. Benedita fazia parte do grupo juridicamente denominado de africanos livres ou africanos emancipados, categoria criada no século XIX. Estes trabalhavam em obras públicas ou para particulares por um período, até conseguirem suas cartas de emancipação. Destinada a prestar serviços a um arrematante particular na cidade de Maceió, Benedita procurou diversas maneiras de resistir à "escravidão disfarçada" e afirmar sua condição de livre.	- História e cultura afro-brasileira	- Discussão bibliográfica - Documentação da Curadoria dos Africanos Livres de Alagoas (Arquivo Público do Estado de Alagoas)	Não há referência ao ensino de História.
	"Por que nos disseram ter sido a Princesa?" Memórias e representações da abolição da escravidão	Juliano Custódio Sobrinho (não consta texto)	n/c	n/c	Discutir o ensino da abolição da escravidão na escola, a partir das experiências vivenciadas na prática docente, em uma escola da rede pública municipal de Petrópolis-RJ.	- História e cultura afro-brasileira - Saberes e práticas docentes - Ensino e	- Relato de experiência	n/c

	no Ensino de História	completo)			A partir de entrevistas realizadas pelos alunos com alguns descendentes de escravos da região foi possível ajudá-los a reconstruir o olhar que tinham sobre aquele momento histórico, ampliando assim a forma como enxergavam aqueles personagens, bem como o próprio sentido de se enxergarem como sujeitos ativos de seu tempo. Compreender as relações entre a história acadêmica e a História como disciplina escolar.	aprendizagem - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - História local / regional - História oral		
	Intricados labirintos: escravos fugidos, formação de mocambos e milícias de negros no Grão-Pará e na Guiana Francesa (1750-1809)	Paulo Marcelo Cambraia da Costa	PUC – SP (doutorando)	n/c	Apresenta as tensões criadas entre portugueses e franceses pela disputa do território situado entre os rios Oiapoque e Araguari, conhecido como Contestado, entre 1750 e 1809. Privilegiamos a análise das fugas de escravos, a formação de mocambos e de milícias com negros escravos e alforriados, no Grão-Pará e em Caiena.	- História e cultura afro-brasileira	- Correspondências - documentos oficiais do Grão-Pará	Não há referência ao ensino de História.
	Uma associação abolicionista na cidade de Santos: Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro - 1886 VERA LUCIA ALBA REI DIAS	Vera Lucia Alba Rei Dias	PUC – SP (mestranda)	n/c	Compreender de maneira contextualizada a atuação da associação abolicionista na cidade de “Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro”, no fim do século XIX, na cidade de Santos-SP, primeiro centro abolicionista brasileiro.	- História e cultura afro-brasileira	Periódicos: - <i>Diário de Santos</i> - <i>Correio Paulistano</i> - <i>O Estado de São Paulo</i> - Documentos da Alfândega de Santos - Livro de escrituras de compras e vendas de escravos (1º cartório de Santos 1879/1884)	Não há referência ao ensino de História.
ST 23 – História, memória e práticas educativas no ensino de história, na história da educação e na educação patrimonial	---	Alexandre Pianelli Godoy; Helenice Ciampi	UNIFESP PUC – SP	---	Reunir trabalhos que enfoquem as relações entre história, memória e práticas educativas de modo a conferir peso e abrangência significativos às pesquisas e relatos de experiência que tratem do ensino de história, da história da educação e da educação para o	---	---	n/c

					patrimônio cultural.			
	A professora por evocação: entre a história e a memória do ensino municipal paulistano na época da ditadura militar (1964-1985)	Helenice Ciampi	PUC – SP (docente)	n/c	Apresentar um recorte do Projeto: “Em nome da ordem: as escolas municipais de ensino de primeiro grau da cidade de São Paulo no período da ditadura militar (1964-1985)”. A pesquisa investiga o processo de institucionalização e consolidação do sistema municipal de ensino, por meio da história de oito escolas de primeiro grau (atual ensino fundamental II – 6ª a 9ª séries), as quais foram renomeadas, neste período, com nomes de militares brasileiros. Interpretar o significado histórico dessas novas nomeações na construção de uma memória histórica sobre o ensino público paulistano. A pesquisa configurou-se em três eixos interligados: a relação dessas escolas com a arquitetura escolar e as políticas públicas curriculares; a relação das disciplinas escolares com as comemorações cívicas; e a relação entre as memórias dos profissionais que trabalharam no ensino municipal no período.	- História da escola - História da disciplina escolar - Memória - Políticas curriculares	- Entrevista com uma professora do Ensino Fundamental	n/c
	Experiências de leitura de documentos em sites de arquivos: narrativas midiáticas e educação das sensibilidades na contemporaneidade	Adriana Carvalho Koyama	n/c	n/c	Analisar as propostas de ensino de História no contexto da ampliação de espaços tecnológicos, como sites de arquivos que disponibilizam documentos históricos para consulta <i>on line</i> . Perceber em que medida as representações históricas dos arquivos podem ser vistas em suas correspondências com outras narrativas midiáticas e estudadas como formas de educação das sensibilidades. Ainda nesse sentido, propor questões sobre suas relações com as narrativas museográficas e com a história pública, em suas conexões midiáticas.	- Tecnologia da Informação e Comunicação / TIC - Pesquisa na sala de aula - Museus	n/c	n/c
	Breve balanço sobre a	Andreia Vitorio	PUC – SP	- Lei nº	Analisar através do relato de dois	- História e cultura	- História oral	n/c

	implementação da lei nº 10.639/03 no cotidiano escolar: saberes e práticas	Silva Mazzone	(mestre)	10.639/03 - Saberes docentes - História oral	professores de história da rede municipal de ensino de São Paulo possíveis transformações ocorridas no trato das questões étnico-raciais no ensino de história comparando dois momentos distintos: as memórias destes professores enquanto estudantes do ensino fundamental e médio e suas experiências recentes enquanto professores de história. A escolha destes professores não foi aleatória. Mais de vinte anos separam as experiências escolares, formativas e profissionais de ambos, o que nos oferece uma dimensão da trajetória histórica da questão não apenas a partir da promulgação da - Lei nº 10.639/03.	afro-brasileira - Memória - Saberes e práticas docentes - Políticas educacionais - História oral		
	A participação do empresariado na educação brasileira: uma análise dos empresários do ensino em 1971 no XII Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino	Eduardo Norcia Scarfoni	PUC – SP (doutorando)	n/c	Contribuir para o debate sobre aspectos da história da privatização do ensino no Brasil, mediante análise do Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (CONEPE). Os intelectuais defensores da iniciativa privada reuniram-se em congressos desde 1944, para organizar e debater suas posições sobre diversas questões relacionadas à educação nacional. Destaca-se o XII CONEPE que ocorreu em Recife entre os dias 10 e 16 de janeiro de 1971, em plena ditadura militar.	- História da Educação - Políticas Educacionais	- Discussão bibliográfica - <i>Anais do XII CONEPE</i>	Não há referência ao ensino de História.
	O saber histórico escolar do Ensino Fundamental I sob as lentes da cultura escolar	Elvis Roberto Lima da Silva	PUC – SP (mestre)	- Ensino de História - Ensino Fundamental - Práticas pedagógicas - Cultura escolar	Analisar as práticas e saberes escolares, relacionadas ao ensino de História, dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, de duas escolas municipais da Prefeitura do Município de São Paulo. Mediante o diálogo com a cultura escolar, investigar como ocorre a organização do saber histórico no currículo e como se concretizam as práticas pedagógicas do ensino de História.	- Saberes e práticas docentes - Cultura escolar - Ensino e aprendizagem - Currículo	- Observações no cotidiano escolar	n/c
	Os anos 1980:	Elaine	UNIFESP	n/c	Analisar o debate em torno do	- Políticas	- Propostas	n/c

	redemocratização política e novos horizontes para o debate em torno do ensino de História	Lourenço	(docente)		ensino de História nos anos de 1980 sobre as propostas curriculares da CENP-SP, incluindo algumas publicações da ANPUH e o Encontro "Perspectivas do Ensino de História", surgido em 1988. Compreender como aquelas discussões se tornaram responsáveis pelas inovações do ensino de História nas décadas seguintes.	educacionais - Reforma educacional - Currículo - ANPUH - Programas / Propostas curriculares - CENP	Curriculares da CENP - Periódicos científicos - <i>Anais de encontro de professores e pesquisadores</i>	
	Os desafios do ensino e da aprendizagem em História no contexto do ensino fundamental nas escolas estaduais do Rio de Janeiro. O que dizem os professores sobre o Currículo Mínimo e o SAERJ de História	Maria Aparecida da Silva Cabral	UERJ (docente)	n/c	Apresentar os resultados parciais de uma pesquisa, iniciada em 2012, no âmbito da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, na Licenciatura em História, com os alunos que realizaram seus estágios curriculares em escolas públicas pertencentes à rede estadual de educação. Investigar como as práticas de ensino e de aprendizagem têm sido priorizadas pelos professores durante as aulas de História, desde a instituição da proposta do Currículo Mínimo e do Sistema de Avaliação.	- Formação de professores - Saberes e práticas e docentes - Currículo - Avaliação da Aprendizagem - Cultura escolar	- Relatórios de Estágio da Faculdade de Formação de Professores da UERJ - Entrevistas com professores de História do ensino fundamental - Observações no cotidiano escolar	n/c
	Consciência Histórica e Identidade: um estudo comparativo entre estudantes de escolas paulistas	Ronaldo Cardoso Alves	UNESP – Assis (docente)	n/c	Estudar a construção e aplicação do conhecimento histórico no contexto escolar, por meio do cotejamento de narrativas discentes geradas a partir da interpretação de fontes históricas escritas e imagéticas. Buscar resposta para os seguintes questionamentos: Em que medida o pensamento histórico científico contribui para as demandas de orientação temporal, individuais e coletivas, dos estudantes desses grupos? É possível verificar aspectos relacionados à construção identitária desses grupos de estudantes a partir de suas narrativas, construídas no âmbito do estudo da História?	- Ensino e aprendizagem - Cultura escolar - Consciência histórica - Identidade	- Discussão bibliográfica - Narrativas discentes geradas a partir da interpretação de fontes históricas escritas e imagéticas	n/c
	Os Manuais Didáticos e as concepções de	Rosiley Aparecida	UNINOVE (doutora)	n/c	Apresentar resultados parciais de uma pesquisa que indaga os	- Formação de professores	- Manuais didáticos dos anos 1950 e	Não há referência

	disciplina e indisciplina na sala de aula: uma problemática de governo da infância	Teixeira			discursos sobre a disciplina e indisciplina presentes nos manuais didáticos (anos 50 aos 70) usados como instrumentos de formação de professores. Problematicar o que significava ser um bom ou mau aluno. Entender quais condutas distinguia o aluno disciplinado do indisciplinado e qual o papel do professor na direção desses.	- Saberes e práticas docentes - História da escola	1970	ao ensino de História.
	Tempo e território: concepções de alunos oriundos da rede pública estadual paulista (2012-2013) acerca da formação territorial brasileira	Daniel Vieira Helene	n/c	n/c	Investigar algumas das concepções que alunos oriundos da rede pública estadual paulista construíram a respeito da formação territorial brasileira e sua representação cartográfica. Esse estudo parte de uma investigação realizada entre os anos de 2012 e 2013, na cidade de São Paulo, com um grupo de alunos. Pedimos que os estudantes desenhassem mapas mentais do que seria o território brasileiro em três momentos históricos diferentes (à sua escolha).	- Ensino e aprendizagem - Cartografia escolar	- Observações no cotidiano escolar	n/c
	O clube do professor de Educação Física em Santos: uma experiência de prática educativa	Felipe Amorim de Souza	n/c	- Clube do Professor de Educação Física - Educação Física Escolar - Práticas educativas	Resgatar a história do Clube do Professor de Educação Física na cidade de Santos (1955-1956). Foi uma iniciativa que tinha a finalidade de promover união e confraternização entre os professores de educação física da região, quando eram estudados assuntos técnicos e administrativos ligados à educação física escolar. Compreender como o clube influenciava a prática educativa dos professores.	- História da Educação	- Discussão bibliográfica - Documentos do Centro da Memória Esportiva Museu De Vaney de Santos	Não há referência ao ensino de História.
	Novas metodologias de ensino de história: articulação de ensino presencial e a distância	Ivan Esperança Rocha	UNESP – Assis (docente)	n/c	Apresentar e avaliar experiências de ensino a distância na área de história e ciências afins, como possibilidade de ampliar o acesso à educação a indivíduos que não têm condições de se dirigirem a uma escola tradicional devido a barreiras geográficas, econômicas ou de tempo disponível, ou como forma de complementar ou enriquecer o	- História e EAD - Ensino e aprendizagem	- Estudo de caso do projeto EAD implementado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e Harvard	n/c

	Fundamentos e Métodos do Ensino de História: algumas reflexões sobre a prática	Karina Elizabeth Serrazes	n/c	- Relato de experiência - Fundamentos e métodos do ensino - Formação e prática docente - Experiências educativas	conteúdo de cursos presenciais. Descrever, refletir e avaliar algumas experiências educativas na disciplina Fundamentos e Métodos do ensino de História do curso de Pedagogia PARFOR, 6º semestre do Claretiano, considerando as especificidades da formação do professor para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental e a importância da disciplina História na formação deste profissional e também na de seus educandos.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Relato de experiência	n/c
	A lei nº 11.645 e o Ensino Médio	Mara Cristina Gonçalves da Silva	Professora de História – Etec Dr. Emílio Hernandez Aguilar	n/c	Verificar a pertinência da aplicabilidade na disciplina de História para o Ensino Médio em relação à lei nº 11.645/08. Verificar se é possível demonstrar a imensa diversidade cultural que possuímos enquanto povo composto por diferentes etnias e tradições culturais para o desenvolvimento dos sentimentos de identidade e concomitantemente de tolerância e democracia para com o diferente, para com a diversidade cultural.	- História e cultura afro-brasileira - História e cultura indígena - Políticas educacionais	- Discussão bibliográfica - Textos legislativos	n/c
	Cidade, memórias e sensibilidades	Maria Sílvia Duarte Hadler	UNICAMP (pós-doutorado) Professora e coordenadora da área de História, Filosofia e Sociologia da Escola Comunitária de Campinas	n/c	Buscar formas de diálogo entre o campo do ensino de história e a abordagem das complexas relações entre cidade, modernidade, memória e sensibilidades.	- História local - Cultura escolar - Memória - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História - Patrimônio	- Discussão bibliográfica - Fontes periódicas	n/c
	Contribuições para repensar o currículo e a formação docente: a história local, os lugares da memória e o patrimônio histórico	Clara Versiani dos Anjos Prado; Nanci Lancha Novo	n/c	n/c	Apresentar e discutir experiências desenvolvidas em Curso de Licenciatura em História, modalidade presencial e a distância; curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Patrimônio Cultural, Memória e Preservação; palestras apresentadas no Museu do Café, direcionadas à formação de	- Formação de professores - História local / regional	- Relato de experiência	n/c

					professores, de profissionais de áreas afins à preservação de Patrimônio e a alunos da rede pública e comunidade da cidade de Santos participantes de programa do Museu.			
	Um Estado educador de seus educadores: o Estado de São Paulo	Patrícia Aparecida Bioto-Cavalcanti	UNINOVE PUC – SP	n/c	Analisar historicamente o controle exercido pelo Estado nos modelos de formação docente, com vista à criação de uma identidade comum a todos os professores da rede	- Proposta curricular Formação de professores - Saberes e práticas docentes	- Textos legislativos - Cadernos do Gestor do São Paulo faz escola	n/c
MR 02 – Conhecimento histórico escolar e suas implicações com a história pública.	---	Adriana Koyama (coord.); Diana Vidal; Marcos Silva	UNICAMP FE – USP FE – USP	---	Analisar a produção do conhecimento histórico escolar e as múltiplas formas de produção de narrativas e representações históricas em diferentes espaços sociais e artefatos culturais, como museus, imprensa, cinema, fotografia, jogos, mídias digitais, arquivos, centros de memória, movimentos populares, comissões da verdade e associações, entre outros, assim como as diferentes formas de apropriação pelos diferentes públicos.	---	---	n/c
Fórum de Graduação	Propostas curriculares e suas implicações na formação e atuação do profissional de história	Antonio Simplicio de Almeida Neto (coord.); Paulo Mello; Lana Mara de Castro Siman (UEMG)	UNIFESP UEPG / GT Ensino de História e Educação da ANPUH-Brasil UEMG	---	Analisar os atuais encaminhamentos e propostas curriculares efetuadas em âmbito nacional, estadual e municipal, notadamente no ensino de história. Desdobramentos de tais propostas na formação dos profissionais de história, graduação e licenciatura. Propostas curriculares e suas implicações na cultura escolar e práticas docentes. Perspectivas e cenários para o ensino de história.	---	---	n/c

**ANPUH-SP XXIII Encontro – História: por que e para quem?
(UNESP-Assis, 2016)**

TIPO	TÍTULO	AUTOR	INST.	PAL - CHAVE	OBJETIVO	CATEGORIAS	FONTES	OBS.:
ST 02 – Áfricas em múltiplas dimensões: experiências de pesquisa, ensino e extensão		Fabiana Schleumer; Lucilene Reginaldo	UNIFESP UNICAMP	---	Reunir trabalhos produzidos por pesquisadores, professores e estudantes sobre as Áfricas e suas diásporas da Antiguidade ao período Contemporâneo. Objetiva-se proporcionar um ambiente de debate e reflexão de resultados de pesquisa, experiências pedagógicas e ações de extensão, bem como facilitar a iniciação e aprofundamento dos interessados na questão.	---	---	n/c
	Por que não posso ensinar a origem do mundo a partir do mito yorubá? Em busca de Ecologia para a origem do mundo e do homem na cosmogonia yorubá, no ensino de história do 6º ano	Rosiléia Santana da Silva	UFBA/UEFS	n/c	Apresentar resultados parciais da investigação que procura ensinar a origem do mundo a partir do mito yorubá, contextualizando histórica e epistemologicamente o conceito de mito. Percorrer o desafio de ruptura epistemológica alicerçada na perspectiva eurocêntrica, no caso contextual, de base científica.	- História e cultura afro-brasileira - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
	Cinemas afrodiaspóricos contemporâneos: modos de ser e viver em crítica a ethos coloniais norte-hemisféricos	Liliane Pereira Braga	PUC – SP	n/c	Utilizando cinemas contemporâneos afrodiaspóricos como fonte, propõe-se analisar modos de ser e viver de afrodiasporas em práticas representacionais críticas a racismos culturais, xenofobias, intolerâncias em voga desde a supremacia do mundo eurocêntrico. Nesta análise, interações performáticas, memórias do corpo, gestos e cantorias são entendidos como transgressão ao individualismo e a competições personalistas próprios do Ocidente e a estratégias de racialização e colonialidade presentes em eurocentrismos logocentristas.	- História e cultura afro-brasileira - História e cinema - Memória	- Cinemas contemporâneos afrodiaspóricos	Não há referência ao ensino de História.
	Imbricamentos políticos e soberanias no comércio de escravos no Índico: a administração lusa, os	Maria Cristina Cortez Wissenbach (Não consta texto)	n/c	n/c	A produção mais recente sobre a história de Moçambique tem permitido problematizar questões relativas ao comércio de escravos e sua continuidade no Índico, apesar	- História e cultura afro-brasileira - Memória	n/c	Não há referência ao ensino de História.

	xecados e os negreiros da costa sudeste africana (1840 - 1860)	completo)			das interdições intentadas pelos europeus ao longo da primeira metade do XIX. O que se pretende nessa comunicação é mostrar como o tema deve estar referido à confluência de interesses diversos: os da Coroa portuguesa, os dos xecados da costa e suas hierarquias, e os dos negreiros que atuavam na região.			
	Novos tempos, novas formas de dominação: a construção do caminho de ferro de Beira em Moçambique (1891-1897)	Thiago Henrique Sampaio	UNESP – Assis	n/c	O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção do caminho de ferro de Beira em Moçambique, na última década do século XIX, como instrumento de dominação de um território que até então despertava pouco interesse para a política colonial metropolitana.	- História e cultura afro-brasileira - Memória	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Um Posto do Primeiro Escalão: O Papel Almejado pela Diplomacia do Segundo Reinado para o Consulado do Brasil na Província Portuguesa de Angola	Gilberto da Silva Guizelin	UNESPAR	n/c	Apresentar os preparativos que cercaram a reabertura do Consulado do Brasil em Angola, na década de 1850. Enfatizar a necessidade de estudos que aprofundem o conhecimento sobre as relações diplomáticas mantidas entre o Império e as organizações políticas – coloniais ou não – do continente africano no século XIX.	- História e cultura afro-brasileira - Memória	- Documentos diplomáticos	Não há referência ao ensino de História.
	Alves Gomes Fragmentos narrativos: protagonismos femininos nas literaturas contemporâneas da África Austral	Raquel Gryszczenko (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Discutir como a literatura – produzida por mulheres – consolida-se como um espaço de reflexão sobre as principais tensões legadas pela experiência pós-colonial nos territórios da África Austral: o chamado choque entre o tradicional e o moderno, a fragmentação territorial e cultural após as guerras de independência e as guerras civis e os desafios de constituição dos Estados nacionais. Perceber como a voz feminina expõe os desafios lançados ao protagonismo feminino na África Austral contemporânea.	- História e cultura afro-brasileira - Memória - História da mulher	- Produção de Nadine Gordimer (África do Sul, 1923-2013); Yvonne Vera (Zimbábue, 1964-2005) e Paulina Chiziane (Moçambique, 1955).	Não há referência ao ensino de História.
	Majestade, mucama, dona, sinhá! As	Marly Spacachieri	n/c	n/c	Analisar o cotidiano das mulheres nas colônias portuguesas do século	- História e cultura afro-brasileira	n/c	Não há referência

	mulheres dos tempos coloniais portugueses	(Não consta texto completo)			XV ao XIX, em especial as da África oriental portuguesa.	- Memória - História da mulher		ao ensino de História.
	Dois mundos em um só: portugueses e africanos em Moçambique colonial (1929)	Leandro Antonio Guirro	UNESP – Assis	n/c	Apresentar um estudo de caso sobre a sociedade moçambicana para apreender a dinâmica das relações socioculturais estabelecidas entre portugueses e africanos. Observa-se que as linhas que tentaram separar o que foi considerado civilizado e primitivo ou tradicional e moderno confabularam polarizações interessantes para a para a ritualização da submissão e manutenção do poder no contexto colonial.	- História e cultura afro-brasileira - Memória	- Álbuns fotográficos da colônia de Moçambique (1929)	Não há referência ao ensino de História.
ST 05 – As finalidades do ensino de história em questão: história das culturas, disciplinas e currículos escolares	---	Alexandre Pianelli Godoy; Helenice Ciampi	UNIFESP PUC – SP	--	Discutir as finalidades do ensino na longa duração da história da educação e do ensino de história em particular em diferentes culturas escolares, matizando posturas que atendam apenas demandas presentistas ou defendam tradições imutáveis.	---	---	n/c
	Civilidade e instrução de meninas negras nos primeiros anos do Brasil Republicano (1889 - 1910)	Luciana Silva Leal (Não consta texto completo)	Luciana Silva Leal (Não consta texto completo)	n/c	Analisar o processo de instrução das meninas negras na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, a qual funciona até os dias atuais, atendendo, exclusivamente, meninas carentes. O recorte temporal da pesquisa tem início nos primeiros anos do Brasil Republicano, período em que se discutia a necessidade de civilizar e instruir a população negra para que esta ocupasse um "lugar" na sociedade republicana.	- História e cultura afro-brasileira - Memória - História da mulher - História da escola - Educação cívica e moral	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A professora arquivista	Alexandre Pianelli Godoy; Helenice Ciampi	UNIFESP PUC – SP	n/c	A partir da história oral temática, analisar uma entrevista com uma professora de Letras que lecionou no sistema municipal de ensino da cidade de São Paulo durante a ditadura militar entre 1971 a 1974 e que, posteriormente, foi a responsável por organizar e responder pelo arquivo da Memória	- História oral - História da escola - Educação cívica e moral - Saberes e práticas docentes - Memória	- Entrevistas com os sujeitos históricos	Não há referência ao ensino de História.

					Técnica Documental (MTD) do Departamento de Orientação Técnica (DOT) da Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir dos anos 1990			
	Acervo digital, museu e formação de professores de História: uma experiência no Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa-PR	Luciana Silva Leal (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Discutir as possibilidades de trabalho com a memória escolar a partir da organização de arquivos escolares e museu. Trata-se de um projeto de pesquisa, ensino e extensão desenvolvido por professores do Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e do Colégio Estadual Regente Feijó. O objetivo do projeto de Estágio Supervisionado é organizar em acervo digital a documentação do colégio (fundado em 1927) e criar um Museu da Escola, com os objetos e documentos da cultura escolar, além de oferecer formação continuada de professores.	- História da escola - Memória - Museus - Arquivo - Cultura escolar - TICs	- Documentos produzidos durante a realização do estágio Supervisionado	n/c
	Quantas histórias conta o Museu Republicano “Convenção de Itu”? Um estudo sobre Ensino de História e Museu na cidade de Itu (2006-2014)	Marcelo Henrique Leite	Uni-Rio	n/c	Compreender a relação entre a instituição “Museu Republicano Convenção de Itu” e os ambientes escolares. Nesse sentido, se faz necessária a discussão da apropriação dos museus pelos estudantes para a produção do conhecimento histórico, essencialmente, no que se refere à história regional, desde a criação do programa Ação Educativa, em 2006.	- História da escola - Memória - Museus - História local / regional - Ensino e aprendizagem	- Livros de visitantes do Museu (2006-2014) - Entrevistas com professores dos anos finais do Ensino Fundamental citados nos livros	n/c
	História do ensino de História: produção acadêmica em periódicos brasileiros (1970-2014)	Nadia Gaiofatto Gonçalves	UFPR	n/c	Discutir como a produção acadêmica, publicada em periódicos nacionais entre 1970 a 2014, abordou a História do Ensino de História.	- História da disciplina escolar	- Estado da arte em 95 periódicos nacionais classificados no Qualis CAPES entre A1 e B3, das áreas de Educação, História e Ensino	n/c
	Memórias e escritos do ensino de história: apontamentos iniciais	Antonio Símplicio de Almeida Neto;	n/c	n/c	Investigar os processos de constituição do campo do ensino de história nas últimas cinco décadas	- História da disciplina escolar - Saberes e	- Entrevistas com os sujeitos históricos	n/c

		Paulo Eduardo Dias de Mello (Não consta texto completo)			no Brasil. Mapear como se configuraram as dinâmicas de sua delimitação “territorial” de pesquisa a partir de registros diversos, enfatizando aspectos históricos e socioculturais com destaque para suas origens e transformações, a constituição de sua comunidade, os programas de pesquisa, os eventos, as publicações e os projetos, suas relações com a formação dos professores e as formas de intervenção nas políticas educacionais.	práticas docentes	- Registros históricos diversos	
	A ANPUH-SP e as políticas educacionais paulistas para o ensino de História: diálogos	Ana Paula Giavara	UNESP – Marília	n/c	Investigar o posicionamento acadêmico ante as políticas educacionais paulista para o ensino de História, em especial a reforma curricular <i>São Paulo faz escola</i> para a disciplina de História, implementada pela Secretaria de Estado da Educação – SEE-SP desde 2008.	- História como disciplina escolar / história acadêmica - História da disciplina escolar	- Anais e resumos de comunicações dos Encontros Regionais da ANPUH-SP	n/c
	Trilhando os caminhos pelos quais uma criança descobre a história: o conhecimento histórico escolar nos anos iniciais do ensino fundamental e os direitos das infâncias	João do Prado Ferraz de Carvalho (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar o ensino de história na escola da infância na perspectiva dos direitos das crianças. Compreender como as crianças descobrem a História enquanto conhecimento na sua relação com memória social.	- Ensino e aprendizagem - Memória	- Documentos produzidos por projetos e ações do Pibid Unifesp - Pedagogia, desenvolvidos em escolas de Educação Básica, desde 2012 na região dos Pimentas na cidade de Guarulhos- SP.	n/c
	De aluno a professor: relatos de jovens docentes de História	Elaine Lourenço (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Por meio da História Oral, analisar como os egressos do curso de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) avaliam sua formação acadêmica em relação a suas práticas profissionais. Perceber como se constituiu o saber desses jovens docentes, como este se expressa no cotidiano escolar, qual relação estabelecem com os currículos prescritos, com	- História oral - Formação de professores - Saberes e práticas docentes - Currículo	- Entrevistas com alunos egressos do curso de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	n/c

					os materiais escolares, com os outros docentes e, inclusive, o impacto da experiência de estágio em sua atuação docente.			
	Narrativas de alunos do 1º e 4º ano do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina: um olhar sobre o curso (2014)	Prisciele Maicá Silveira	UEL	n/c	Investigar o que os alunos do 1º e 4º anos do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Londrina – UEL pensam sobre o mesmo. Aprender a expectativa dos alunos do 1º ano em relação ao curso, bem como suas concepções de História.	- Formação de professores - Saberes e práticas docentes - História no ensino superior	- Questionários respondidos pelos alunos de curso de Licenciatura em História da UEL	n/c
	História e Cultura Indígena na escola regular: por que e para quem ensinamos?	Patrícia Cerqueira dos Santos (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar um projeto didático desenvolvido no 6º ano de uma escola municipal de São Paulo, cujo tema foi a história e a cultura dos índios Guarani Mbya, da aldeia Krukutu, localizada na cidade de São Paulo. O desenvolvimento das atividades do projeto pelos alunos e professores trouxe elementos para análise das demandas sobre currículo, formação e prática docente e cultura escolar .	- História e cultura indígena - Cultura escolar - Ensino e aprendizagem - Currículo - Formação de professores	- Relato de experiência	n/c
	A representação social do negro nos livros didáticos regionais para a História do Estado de São Paulo: ensino, narrativas e currículos	Juliano Custódio Sobrinho (Não consta texto completo)	n/c	- Livros Didáticos - Representação - São Paulo	Analisar os livros didáticos regionais para o Ensino Fundamental I, aprovados no PNLD-2016 e utilizados nas escolas públicas da rede municipal de São Paulo. A análise versará sobre as narrativas referentes às temáticas do eixo “história e cultura africana e afro-brasileira”, de acordo com as prerrogativas da Lei nº 10.639/03 e das Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para o E.F. – ciclo I, da cidade de São Paulo.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - PNLD - História e cultura afro-brasileira	- Lei nº 10.639/03 - PNLD - Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para o E.F. – ciclo I, da cidade de São Paulo.	n/c
ST 16 – Ensino de História e Poéticas: baseado em fatos irreais ma non troppo	Marcos Antonio da Silva	FFLCH – USP	---	---	Reunir trabalhos que demonstram como, no Ensino ou na Pesquisa de História, podemos nos basear na realidade dos fatos irreais ma non troppo gerados por diferentes Poéticas para uma compreensão ampliada de tantas outras realidades – da política, da	---	---	n/c

					economia, das relações sociais. Inclusive porque, a seu modo, as Poéticas também são política, economia e relações sociais.			
	A Primeira Guerra em cartaz	Rodrigo Aparecido de Araújo Pedroso	FFLCH – USP	n/c	Expor um projeto de atividade interdisciplinar entre as disciplinas de História e Inglês. Que foi realizada no primeiro bimestre de 2014 e 2015 com alunos dos 9º anos da escola municipal Dr. Rabindranath Tagore dos Santos Pires, localizada na cidade de São Roque-SP. Viabilizar o contato dos estudantes com fontes históricas e, com o auxílio das professoras de Inglês, fornecer aos estudantes meios para decifrar, analisar e interpretar estas fontes históricas.	- Interdisciplinaridade - Ensino e aprendizagem - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História	- Relato de experiência	n/c
	Imprensa, liberdade e segurança nacional na série Guerra Civil da editora Marvel Comics	Victor Callari (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar as Histórias em Quadrinhos – HQ como fontes para pesquisas em História, pois permitem uma leitura do contexto em que foram produzidas, já que veiculam valores e projetos políticos de uma determinada época, configurando, então, novas possibilidades de compreensão e reflexão.	- Materiais / Recursos didáticos (HQ)	- História em Quadrinhos	Não há referência ao ensino de História.
	Quadrinhos como narrativas de cultura histórica: o zero eterno	Janaina de Paula do Espírito Santo	UEPG	n/c	Analisar mangás de conteúdo histórico publicados no Brasil com a temática de segunda guerra mundial. Pensar a cultura histórica como algo que influencia na constituição de um passado geral para a cultura de massas.	- Materiais / Recursos didáticos (mangás/HQ)	- Mangás/HQ	Não há referência ao ensino de História.
	Tropicalismo em música popular – tensões e continuidade (Brasil, 1965/1972)	Marcos Antonio da Silva	FE – USP	n/c	As apresentações de "Alegria, alegria" (Caetano Veloso) e "Domingo no parque" (Gilberto Gil) no III Festival da Canção da TV Record (São Paulo, 1967) foram imediatamente saudadas por Augusto de Campos, em artigos jornalísticos depois reunidos em livro, como mudança na tradição musical do país. Tal perspectiva foi reforçada desde então por estudos acadêmicos e escritos	- História e Música	n/c	Não há referência ao ensino de História.

					memorialísticos. A presente comunicação mescla esse viés com experiências musicais e artísticas anteriores, associando-o ao debate sobre a ditadura e ao cenário político e cultural internacional daquele momento.			
	Refletindo sobre uma experiência: a Mostra de curta-metragem da Diretoria de Ensino de Botucatu	Marco Alexandre de Aguiar (Não consta texto completo)	n/c	n/c	A Mostra de curta-metragem da Diretoria de Ensino de Botucatu iniciou-se em 2014, e o tema cultura afro-brasileira, alinhou-se a Lei nº 10.639/03. Em 2015 houve um enfoque sobre as redes sociais e neste ano o tema escolhido pelos alunos foi Curtas-metragens inspirados nos filmes de Charles Chaplin. A iniciativa busca estimular uma perspectiva crítica, tanto por professores e alunos, em relação à produção audiovisual. Vários pesquisadores apontam o potencial da utilização deste recurso como forma de inovação no ensino fundamental e médio.	- História e cultura afro-brasileira - Materiais / Recursos didáticos (cinema / música)	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Caminhando pela Transamargura: análise fílmica de Iracema – Uma transa amazônica	Hélio Moreira da Costa Júnior	UFAC	n/c	Fazer uma leitura fílmica de <i>Iracema, uma transa amazônica</i> , filme de 1974. Analisar a fronteira entre ficção e realidade.	- História e cinema	- Filme <i>Iracema, uma transa amazônica</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Cinema é história: a obra de Alfred Hitchcock e a segunda guerra mundial	Ricardo Sequeira Bechelli	n/c	n/c	Analisar e expor as obras em que o cineasta Alfred Hitchcock apresentou a Segunda Guerra Mundial.	- História e cinema	- Obras do cineasta Alfred Hitchcock	Não há referência ao ensino de História.
	Como se cria um estereótipo: Walt Disney no Brasil	Eduardo José Afonso	UNESP – Assis	n/c	Investigar como os EUA articularam a política de boa vizinhança na construção de um discurso de amizade e “reconhecimento” na década de 1940. Tomar a visita de Walt Disney ao Brasil, em agosto de 1941, e a criação de uma figura que “representasse” o brasileiro comum, o Zé Carioca, para discutir os meios usados pelo governo norte-americano para angariar as simpatias da sociedade brasileira.	- Iconografia	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Dimensões histórico-	Fernando	n/c	n/c	Analisar as relações existentes	- História e cinema	- <i>O padre e a</i>	Não há

	críticas do diálogo entre o longa-metragem "O padre e a moça" (Joaquim Pedro de Andrade, 1965) e "O padre, a moça" (Carlos Drummond de Andrade, 1962)	Braga Franco Talarico (Não consta texto completo)			entre o longa-metragem <i>O padre e a moça</i> , de Joaquim Pedro de Andrade (1965) e o poema <i>O padre, a moça</i> , de Carlos Drummond de Andrade (1962)		<i>moça</i> , de Joaquim Pedro de Andrade (1965) - <i>O padre, a moça</i> , de Carlos Drummond de Andrade (1962)	referência ao ensino de História.
	O caso do filme "Cabra Marcado Para Morrer": leituras fílmicas e ensino de História	Thiago de Faria e Silva (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar leituras sobre o filme <i>Cabra Marcado para morrer</i> (1984) em diferentes áreas do conhecimento e momentos históricos. Contribuir para ampliar as discussões sobre a Ditadura Civil-Militar nas aulas de História.	- História e cinema	- Filme <i>Cabra Marcado para morrer</i>	Não há referência ao ensino de História.
	These three e The children's hour: dois retratos, duas histórias	Beatriz da Costa Pan Chacon	n/c	n/c	Analisar as duas versões do filme <i>Infâmia</i> (1936 e 1961), cujos temas são o preconceito e a intolerância.	- História e cinema	- Duas versões do filme <i>Infâmia</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Viagem e sertão: possibilidades para a interpretação da hospitalidade no interior paulista durante o século XIX	Airton José Cavenaghi	UAM – SP	- Hospitalidade. - História - Cartografia - São José do Rio Preto-SP - Século XIX	Analisar a narrativa do Visconde de Taunay quando esteve no então arraial de São José do Rio Preto-SP, em 1867. Descrever a narrativa de suas memórias e a comparar com a produção cartográfica do momento da mesma, além de analisar a propagação dessa ação na construção da futura memória coletiva da região.	- Cartografia - História local / regional - Memória	- Narrativa de viagem do Visconde de Taunay (1867)	Não há referência ao ensino de História.
	Trabalho e contradição em fatos (su)rreais, ma non troppo: a narrativa da justiça em processos trabalhistas e a luta dos trabalhadores por seus direitos e memória (Itacoatiara, 1973/1980)	Nelson Tomelin Junior (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Refletir sobre a realidade social do trabalho a partir da problematização de processos trabalhistas produzidos nos anos de 1973 a 1980 na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara- AM.	- História local / regional - Memória	- Processos trabalhistas produzidos nos anos de 1973 a 1980 na Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara	Não há referência ao ensino de História.
	O potencial educativo do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) enquanto recurso didático: algumas	Martiniliano Souza Silva	Rede Estadual e Municipal de Ensino	n/c	Refletir sobre o potencial educativo, para o ensino de história, do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) enquanto recurso didático, no que concerne sua abordagem sobre os povos	- Materiais / Recursos didáticos (Relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV) - Ensino e	n/c	n/c

	reflexões sobre o ensino de história indígena				indígenas.	aprendizagem - Pesquisa na sala de aula - Fontes no ensino de História		
	Manhãs Literárias: o jornal <i>A Manhã</i> e as leituras poéticas do Estado Novo	Vandré Aparecido Teotônio da Silva (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Estabelecer as possíveis leituras da realidade política e social durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) valendo-se de publicações do jornal <i>A Manhã</i> , Rio de Janeiro.	- História e imprensa	- Jornal <i>A Manhã</i>	Não há referência ao ensino de História.
	Nas Entrelinhas do Riso: as crônicas humorísticas de Belmonte na primeira metade da década de 30	Sandra Maret Scovenna	FE – USP	n/c	Analisar as crônicas humorísticas de Benedito Bastos Barreto, o Belmonte, nos anos 1930. Estabelecer diálogos entre as possibilidades abertas pela análise do trabalho literário de Belmonte e o ensino de história na educação básica.	- Materiais / Recursos didáticos (crônicas) - Interdisciplinaridade - Ensino e aprendizagem	- Crônicas humorísticas de Belmonte	n/c
	O teatro como fonte histórica no ensino e na pesquisa	Rodrigo Seidl	Escola Britânica de São Paulo PUC - SP	n/c	Discutir o uso do teatro como fonte histórica no ensino e na pesquisa acadêmica. Sugerir formas pelas quais esta abordagem pode ser implementada numa aula para enriquecer a aprendizagem no ensino de história.	- Materiais / Recursos didáticos (teatro) - Ensino e aprendizagem	n/c	n/c
ST 23 – Fontes históricas na Didática da História: possibilidades de discussão a respeito da função pública da História	---	Regina Maria de Oliveira Ribeiro; Ronaldo Cardoso Alves UNESP/Assis)	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UNESP – Assis	---	Promover a relação do conhecimento histórico, constituído cientificamente, com a experiência temporal das pessoas na sociedade, com o cotidiano vivido. Abrir espaço para pesquisas que reflitam a respeito do trabalho com fontes históricas de diferentes tipos no Ensino de História, em espaços intra e extraescolares, que possibilitem a formação do pensamento histórico dos estudantes de maneira que possam, conscientemente, enfrentar os desafios de seu tempo. Pensar acerca das diferentes formas pelas quais as pessoas constroem conhecimento histórico, com vistas a refletir a respeito da	---	---	n/c

					função pública da História.			
	Desconstrução de estereótipos pelo Ensino de História: trabalhar a temática indígena nas escolas através de propagandas	Maria Cristina Floriano Bigeli	UNESP - Marília	- História da América - História e ensino - Livros paradidáticos	Problematizar a elaboração de representações sociais acerca dos indígenas pela sociedade não indígena buscando desconstruir estereótipos e imagens clichês cristalizadas, colaborando com o desenvolvimento da criticidade e com a construção da consciência histórica.	- História e cultura indígena - Consciência histórica	- Produções publicitárias veiculadas pelos sistemas de comunicação	n/c
	Abordagens sobre o Ensino de História da América no Brasil e análise do livro paradidático "A Descoberta da América" de Carlos Guilherme Mota	Heloisa Pires Fazion	UEL	- História da América - História e ensino - Livros paradidáticos	Apresentar a trajetória do Ensino de História da América no Brasil, procurando elucidar os diferentes estudiosos que contribuíram para que estes conteúdos se estabelecessem nos currículos e no cotidiano da sala de aula. Analisar o livro paradidático "A Descoberta da América" (1992), de Carlos Guilherme Mota. Demonstrar se ocorrem relações entre texto escrito e visual, de modo que "respeitando as diferenças e as especificidades entre palavra e imagem, devemos considerar as interfaces e o diálogo no intervalo destes dois espaços culturais".	- História da América - Iconografia - Materiais / Recursos didáticos (livro paradidático)	n/c	n/c
	O ensino de História e o uso de diferentes linguagens: um estudo da temática do negro e da abolição da escravidão no Brasil sob novas abordagens	Muhana Mustapha Bon Nassif	UNESP - Assis	n/c	Problematizar a abordagem contida nos livros didáticos sobre a abolição da escravidão e a questão do negro no Brasil, incorporando linguagens alternativas na prática docente a ser desenvolvida em sala de aula com alunos do Ensino Fundamental II. Desconstruir a ideia preconcebida acerca do tema proposto e apresentar novas possibilidades pedagógicas para o ensino de História.	- Materiais / Recursos didáticos (livro didático) - História e cultura afro-brasileira	- Livros didáticos	n/c
	As relações entre conteúdos digitais de história dos PNLDs 2014, 2015 e 2016 e a história pública: reflexões iniciais	Rui Campos Dias	UEL	- Tecnologias Educacionais - Livros didáticos - Ensino de História - História Pública	Apresentar reflexões sobre as relações entre conteúdos educacionais digitais de história (vinculados aos livros didáticos de história adquiridos no PNLD de 2014, 2015 e 2016) e a história pública. As reflexões referem-se ao livro didático e aos conteúdos	- PNLD - TICs - Materiais / Recursos didáticos (livro didático)	- Editais e guias dos PNLDs	n/c

					educacionais digitais como ferramentas para difundir o conhecimento histórico para além dos historiadores profissionais.			
	Discussões em torno da função pública da História: o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Didática da História – LEPEDIH	Ronaldo Cardoso Alves	UNESP – Assis	n/c	Apresentar alguns elementos que deram origem ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Didática da História da UNESP/Assis - LEPEDIH, a fim de mostrar diferentes possibilidades de pesquisa em Ensino de História, por meio do repertório epistemológico da teoria da consciência histórica, proveniente da Didática da História, tendo em vista a discussão a respeito da função pública da História.	- Consciência histórica - Pesquisa e ensino	n/c	n/c
	Noções de alunos do ensino médio sobre a narrativa histórica presente na cidade de Londrina-PR	Márcia Elisa Teté Ramos	UEL	n/c	Apresentar os resultados da pesquisa sobre as apropriações que alunos do Ensino Médio de escolas públicas realizam sobre as histórias que circulam na cidade de Londrina-PR. Foram utilizados três estudos: estudo exploratório, com a técnica de Grupos Focais e de “chuva de ideias” no espaço do Museu Histórico de Londrina; estudo piloto com a metodologia da História Hipotética e finalmente com o estudo principal, através da netnografia, com 19 questões aplicadas.	- História local / regional - Memória - Museus - TICs	- Questionários direcionados aos estudantes	n/c
	O conhecimento histórico em sala de aula: primeiras etapas de um estudo sobre progressão da consciência histórica de estudantes do ensino básico	Aaron Sena Cerqueira Reis (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Apresentar os primeiros resultados da pesquisa cujo objetivo é entender a progressão da consciência histórica de estudantes do Ensino Básico. Apresentar as primeiras impressões sobre uma escola pública estadual, localizada no bairro Butantã, em São Paulo, onde acompanho, como observador participante, a maneira como estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e dos 2º e 3º anos do Ensino Médio se relacionam com o conhecimento histórico produzido em aula.	- Consciência histórica	- Relato de experiência	n/c

	Ideias de adolescentes sobre as mudanças no futebol	Pedro Aurélio dos Santos Luiz	UEL	n/c	Analisar as ideias dos alunos da instituição da Casa do Bom Menino de Araçongas-PR sobre as transformações ocorridas no futebol entre 1940 e 1950, até 2013.	---	- Questionados direcionados aos alunos - Jornais de diferentes épocas	Não há referência ao ensino de História.
	Reunindo Memórias. A História Oral e as relações intergeracionais	Renatto Sérgio Costa da Silva	Universidade Nova de Lisboa	n/c	Apresentar a experiência de um projeto, cujo objetivo foi aproximar duas instituições: a escola estadual Ibrahim Nobre e o Grupo de Assistência ao Idoso, à Infância e à Adolescência – GAIA. O convívio intergeracional possibilitou o desenvolvimento de noções de ética e cidadania. O trabalho permitiu que os alunos percebessem a construção do conhecimento histórico, a importância da memória coletiva e da história oral. Aos idosos permitiu a possibilidade de ser o agente histórico, ser aquele que é, ao mesmo tempo, narrador e personagem da história.	- História oral - Ensino e aprendizagem	- Relato de experiência	n/c
ST 29 – História da Educação: pensamentos, práticas e políticas	---	Carlota Boto Washington Dener dos Santos Cunha	FE – USP UERJ	---	Promover discussão, debate e consolidação da História da Educação como uma contribuição para novas abordagens seja no campo da cultura escolar e das práticas educativas, como também no campo da cultura política. Contribuir também no campo de pesquisa sobre a profissão docente, a arquitetura escolar e outros objetos relacionados à escola e seu entorno, estreitando os laços e as trocas nos estudos nas Ciências Humanas, em especial no diálogo entre a Educação e a História.	---	---	n/c
	O ensino de História e Cultura Indígena nas escolas municipais de São Paulo – 2008 a 2015	Fernanda Borsatto Cardoso	PUC – SP	n/c	Investigar como o ensino de História e cultura indígena, proposto pela Lei nº 11.645/08, tem sido implementado nas escolas de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de São Paulo a partir de sua promulgação. Nesta perspectiva a pesquisa se insere	- História e cultura indígena - História da disciplina escolar - Currículo	n/c	n/c

					nas investigações sobre a história das disciplinas, currículos e sobre educação e diversidade.			
	O livro-jogo no ensino de História	Pedro Panhoca da Silva	UNESP – Assis	n/c	Analisar uma possibilidade de atividade lúdica voltada a crianças e jovens por intermédio de uma leitura não-linear promovida pelos livros-jogos em língua portuguesa, versões simplificadas dos jogos de RPG, apresentadas em livros e endereços eletrônicos, para que se facilite a assimilação de conteúdos e interesses em temas diversos. Repensar se os antigos métodos de ensino de História ainda podem ser válidos e eficazes devido à situação socioeconômica e cultural das diferentes partes da sociedade atual.	- TICs - Materiais / Recursos didáticos (jogo) - Ensino e aprendizagem	- Discussão bibliográfica	n/c
	O jornal "O Escudo" - O uso do impresso para a prática de formação técnica e formação ideológica	Desire Luciane Dominschek Lima	UNICAMP	- Senai-PR - Força de trabalho - Ideologia	Analisar o uso do periódico <i>O Escudo</i> como prática de formação técnica e ideológica. O objetivo do jornal em questão era promover conhecimentos práticos de editoração e impressão aos alunos do curso de artes gráficas da escola SENAI em Curitiba. Contudo, o jornal, que circulou por 44 anos, também apresentou conteúdo ideológico sobre a formação profissional dos aprendizes.	- História e imprensa - História da escola	- Jornal <i>O Escudo</i>	n/c
	Leonardo Arroyo e a coleção "Biblioteca de Educação", da Editora Melhoramentos (SP)	Vivianny Bessão e Assis	UNESP – Marília	n/c	Contribuir para compreender a história da literatura infantil no Brasil, sua relação com a educação brasileira e compreender o lugar ocupado pelo escritor, jornalista e historiador paulista, Leonardo Arroyo (1918-1985).	- História e literatura	- Livros <i>Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para sua história e suas fontes</i> (1968) - Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.
	Lenyra Fraccaroli e bibliotecas infantis na História da Educação brasileira	Franciele Ruiz Pasquim	UNESP – Marília	n/c	Contribuir para a compreensão da história da educação no Brasil, por meio da análise da atuação profissional da bibliotecária Lenyra Camargo Fraccaroli (1906-1991), na condição de Chefe da Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis de	- História e literatura - História da educação	- Discussão bibliográfica	Não há referência ao ensino de História.

					São Paulo-capital, entre os anos de 1936 e 1961.			
	O FUNTEC e a Modernização das Universidades Brasileiras	Diego Batista Penholato	USP	n/c	Explicitar a importância do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico - FUNTEC para ampliação dos cursos de pós-graduação no Brasil, bem como a relação que a implementação do projeto possuía com os pressupostos políticos e intelectuais que José Garrido Torres defendeu antes e depois do golpe de 1964.	- História da educação	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	Democracia e perspectivas educacionais brasileiras pela ótica dos dirigentes do ensino privado no XX Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino - CONEPE (1985)	Eduardo Norcia Scarfoni	PUC – SP	n/c	Analisar o processo de privatização do ensino no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), por meio dos Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino – CONEPEs, as quais tiveram início em 1944 e objetivaram debater questões educacionais e o papel da escola particular, para articular uma atuação conjunta dos dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino.	- História da educação	- Conferências do CONEPEs	Não há referência ao ensino de História.
	O edifício escolar e o ideário republicano durante a segunda metade do século XIX em Campinas: grupos, projetos e ideias	Munir Abboud Pompeo de Camargo (Não consta texto completo)	n/c	n/c	Analisar as edificações das instituições de ensino do final do século XIX no Brasil. Compreender as discussões a respeito da educação no período, na cidade de Campinas, um dos palcos do movimento republicano, tendo como foco os ideais dos intelectuais republicanos que propuseram a construção dos edifícios escolares, levando em conta os projetos pedagógicos e arquitetônicos compatíveis ao pensamento político educacional da época.	- História da educação - História da escola	n/c	Não há referência ao ensino de História.
	A Escolarização da Infância Problema: primeiros apontamentos sobre as fichas do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Distrito Federal (1934-1939) e	Matheus Henrique da Silveira	UNICAMP	- Rio de Janeiro (1934-1939) - Educação - História da Educação (1934-1939) - História	Compreender as relações entre educação e sociedade na cidade do Rio de Janeiro na década de 1930, mediante análise das “fichas de observação comportamental” de alunos das escolas experimentais do Rio de Janeiro, organizadas pelo Serviço de Ortofrenia e Higiene	- História da educação - História da escola - Cultura escolar	- “Fichas de observação comportamental” de alunos das escolas experimentais do Rio de Janeiro	Não há referência ao ensino de História.

	suas relações com a sociedade carioca			Cultural - Cultura Escolar - Infância - Higienismo	Mental, criado em 1934 por Arthur Ramos na reforma educacional de Anísio Teixeira (1931-1935).			
--	---------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--